

Volume 8 | Número 1 | Mar.-Jun. 2022

Rio **Linguística**

Publicação discente da Pós-Graduação em Linguística

ISSN 2358-6826 (online)



UFRJ

Volume 8, Número 1

Editor-chefe

Ademir Antônio Veroneze Júnior

Subeditor

Wellington Couto de Almeida

Comissão Editorial

Ademir Antônio Veroneze Júnior

Aline dos Santos Oliveira

Amanda Rocha Araújo de Moura

Claudio de Alencar Padua

Dany Thomaz Gonçalves

Debora Carvalho de Almeida Pinto

Guilherme Augusto Duarte Borges

Jean Carlos da Silva Gomes

Raissa Romeiro Cumán

Rodrigo Pereira da Silva Rosa

Sara Martins Adelino

Wellington Couto de Almeida

Conselho Editorial

Aleria Lage (UFRJ)

Alessandro Boechat (UFRJ)

Andrew Nevins (UFRJ)

Aniela Improta França (UFRJ/CNPq/FAPERJ)

Isabella Pederneira (UFRJ)

Lilian Ferrari (UFRJ/CNPq)

Marilia Lott de Moraes Costa (UFRJ/FAPERJ)

Marcus Maia (UFRJ/CNPq)

Tania Conceição Clemente de Souza (UFRJ)

Thiago da Motta Sampaio (UNICAMP)

Thiago Laurentino de Oliveira (UFRJ)

Organização da edição

Aline dos Santos Oliveira
Raissa Romeiro Cumán
Wellington Couto de Almeida

Revisão

Brendha Portela Camargo
Frederico Torres Ludugerio
Henrique Cunha Lopes
Isabella Medeiros Ferro
Juliana Barboza do Nascimento
Maria Margarida Simões
Matheus Gomes Alves

Diagramação

Sara Martins Adelino

Capa

Ademir Antônio Veroneze Júnior

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras
Avenida Horácio de Macedo, s/n, Sala F-306
Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ
CEP 21941-917

Catálogo na Publicação
Ficha Catalográfica feita pelos organizadores

S471a Revista Linguística Rio [recurso eletrônico] -
Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, v. 8, n. 1, mar.-jun. 2022 / Aline dos
Santos Oliveira, Raissa Romeiro Cumán, Wellington
Couto de Almeida (Orgs.). Dados Eletrônicos. -
Revista Linguística Rio, Rio de Janeiro: UFRJ, 2022.
267 p.

Modo de acesso: World Wide Web
<www.linguisticario.lettras.ufrj.br>
ISSN: 2358-6826 (on-line)

1. Linguística. 2. Pesquisas científicas. 3.
Revista Discente. I. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. II. Título.

CDD-22. ed. 410

Sumário

Entrevista	8
Linguística Cognitiva: uma entrevista com a Professora Lilian Ferrari (UFRJ/CNPq) <i>Sara Martins Adelino</i> <i>Wellington Couto de Almeida</i>	
Artigos	
Semiose do corpo: bases semióticas de Esquemas Imagéticos em LIBRAS <i>Suelismar Mariano Florêncio</i> <i>Sebastião Elias Milani</i>	20
O negro no discurso publicitário dos anos 2000-2010 na revista Veja: discurso antirracista? <i>Isabel Cristiane Jerônimo</i>	42
Um estudo sobre o tratamento da Variação linguística na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental <i>Sâmila Reisel Ortel</i> <i>Nathan Bastos de Souza</i>	66
Gênero diário pessoal: uma análise sob a perspectiva do autor <i>Jocelma Boto Silva</i>	87
As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin : ampliando alguns conceitos, (re)visitando a literatura <i>Wallace Dantas</i>	107

Da queda física do Muro de Berlim à construção de muros mentais: uma análise linguístico-cognitiva baseada em frames <i>Marianna Luiza da Costa Lima Queiroz</i>	140
Letramentos acadêmicos e a relação ensino-aprendizagem: Uma análise das apreciações valorativas de estudantes e professores universitários acerca da produção de gêneros acadêmicos <i>Beatriz Fernanda Fortunato</i> <i>Matheus Dias Rocha Leite</i>	156
HUMOR É ARMA: uma construção cognitivo-discursiva da comunicação política ucraniana <i>José Mauro Ferreira Pinheiro</i>	174
Squibs O cronotopo bakhtiniano na obra poética “Auto do Frade” <i>Samuel Alves Monteiro</i>	196
Flexão verbal e déficit sintático na Doença de Alzheimer: dados de produção semiespontânea <i>Natalia do Prado Martins</i> <i>Adriana Leitão Martins</i> <i>Jean Carlos da Silva Gomes</i>	207
Uma relação trans: História, Linguística e seus fazeres <i>Arthur Marques de Oliveira</i>	219
Conservadorismo no Mês do Orgulho LGBTQIA+: uma análise da campanha “Como explicar?” <i>Adiel Bernardo da Silva</i> <i>Eduarda Gomes dos Santos</i>	232

A metonímia parte e todo e a conceptualização do feminino no funk carioca **242**
Laura Mariana de Jesus de Brito da Costa
Fernanda Carneiro Cavalcanti

Imperativos negativos: alguns comentários e apontamentos **253**
Dirceu Cleber Conde
Yan Masetto Nicolai

Linguística Cognitiva: uma entrevista com a Professora Lilian Ferrari (UFRJ/CNPq)

Sara Martins Adelino¹
Wellington Couto de Almeida²

RESUMO

A ideia para esta entrevista nasceu após a II Escola Aberta de Linguística (II EAL) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, ocorrida em dezembro de 2020, evento em que a Professora Lilian Ferrari ministrou o minicurso Introdução à Linguística Cognitiva. Para a entrevista, direcionamos perguntas feitas pelos alunos do minicurso que, por limitação do tempo disponível, não puderam ser respondidas. Lilian Ferrari é Doutora em Linguística pela UFRJ (1994) e atualmente é professora na mesma instituição, no Departamento de Linguística e Filologia, além de membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Desde 1995, atua na área de Linguística Cognitiva. É coordenadora, desde 2003, do LINC (Laboratório de Pesquisas em Linguística Cognitiva), no qual desenvolve pesquisas sobre o Português Brasileiro, o Português Europeu e o Inglês, orientando

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa na linha de Modelos funcionais baseados no uso. E-mail: saraadelino@letras.ufrj.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa na linha de Linguagem, mente e cérebro. E-mail: wellingtonalmeida@letras.ufrj.br.

alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, além de supervisões de pós-doutorado.

LINGUÍSTICA RIO: O QUE É A LINGUÍSTICA COGNITIVA E O QUE NÃO É? NO QUE SE DIFERENCIA DE OUTRAS TEORIAS COMO GERATIVISMO, FUNCIONALISMO E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES?

LILIAN: A Linguística Cognitiva (LC) é uma abordagem teórica que tem se desenvolvido cada vez mais ao longo dos últimos 40 anos e tem sido caracterizada como uma das abordagens mais dinâmicas no âmbito da linguística descritiva e teórica. A área tem suas origens por volta do final dos anos 70 e início dos 80, tendo como referência os trabalhos de George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy. De modo geral, o que a Linguística Cognitiva propõe é que as estruturas formais da linguagem sejam estudadas como reflexo da organização conceptual mais geral. Nesse sentido, a cognição é entendida em termos de estruturas mentais que constituem o nosso conhecimento de mundo e a linguagem seria um reflexo disso, isto é, o meio de organizar, de processar, e de transmitir essas informações.

Então essa é a principal diferença em relação à Gramática Gerativa, que também é cognitiva e que também trata a cognição como estrutura mental. Entretanto, o conhecimento a ser levado em conta na Gramática Gerativa é o conhecimento de linguagem, isto é, as estruturas mentais relevantes são inatas e caracterizadas como geneticamente programadas para capacitar o aprendizado da linguagem. Então, o foco da Gramática Gerativa são os aspectos formais. Já a Linguística Cognitiva vai propor que os aspectos formais estão associados a fatores semânticos e funcionais. Assim, para a LC, o conhecimento linguístico envolve não apenas o conhecimento de linguagem, mas também o conhecimento de mundo que é mediado pela linguagem. Nesse sentido, a Linguística Cognitiva se aproxima das teorias linguísticas pragmáticas e funcionais.

Em um primeiro nível, uma definição mais “estreita” seria a de que a Linguística Cognitiva envolve um conjunto de pesquisas centradas na análise semântica do tipo proposto por Talmy (1988 a, b; 2000 a, b), Lakoff (Lakoff & Johnson, 1980; Lakoff, 1987), Fauconnier (1985, 1997) e Langacker (1987, 1991). Essa definição está ligada também a fatores geográficos e sociais, como o fato de que todos esses linguistas trabalharam, em parte, pelo menos, em universidades californianas, nos anos 80 e 90, principalmente na Universidade da Califórnia, tanto em Berkeley quanto em San Diego. Em

um segundo nível, a fronteira apontada seria a de que a Linguística Cognitiva privilegia aspectos funcionais da linguagem, mas relacionados ao papel da dimensão puramente semântica e lida, em menor grau, com o papel das dimensões verdadeiramente comunicativas, como traços discursivos e interacionais da linguagem, o papel do conhecimento compartilhado, o seu efeito na estrutura informacional, relações interpessoais entre falantes e ouvintes etc.

Já no que diz respeito às diferenças entre a Linguística Cognitiva e a gramática de construções, podemos apontar, em primeiro lugar, que a gramática de construções é um conglomerado de abordagens, algumas das quais podendo ser situadas no âmbito da Linguística Cognitiva (Lakoff, 1987; Goldberg, 1995; Croft, 2001). Mas outras variedades, no entanto, não se encaixam na Linguística Cognitiva, como a versão de Fillmore, Kay e outros, que está em construção desde meados dos anos 80. Esse ramo da gramática de construções se inclina para o modelo de gramática como a head-driven phrase structure grammar (HPSG). Então, enquanto Fillmore e Kay desenvolvem um modelo formal abstrato de representação do conhecimento linguístico, Lakoff, Goldberg e Croft propõem uma teoria em que o conhecimento linguístico é descrito e explicado com base no que se sabe sobre a cognição não linguística.

Com relação a esse assunto, eu recomendo a leitura do capítulo “Cognitive Linguistics and Functional Linguistics”, que está no Oxford Handbook of Cognitive Linguistics, de 2007, e um trabalho que eu escrevi com o Professor Diogo Pinheiro, que foi publicado na revista Linguística, periódico do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, intitulado “Linguística Funcional, Linguística Cognitiva e Gramática de Construções: mapeando o campo das abordagens cognitivo-funcionais”

LR: QUAIS OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA ENTENDER A LINGUÍSTICA COGNITIVA?

LILIAN: Para falar a verdade, são vários os conceitos. Eu vou, então, falar sobre alguns que são básicos e que são bastante importantes. O primeiro conceito é o conceito de corporificação. Esse conceito está relacionado à corrente filosófica chamada de realismo internalista, proposta pelo filósofo Hillary Putnam, e o termo depois foi incorporado por George Lakoff à Linguística Cognitiva sob o rótulo de realismo experientialista. Nele, a ideia básica é a de que experiências corporais e sociais embasam os nossos sistemas

linguísticos e conceituais, ou seja, a nossa cognição é ancorada no nosso corpo e leva em conta, portanto, as nossas experiências sensorio-motora, perceptual, dentre outras. Um outro conceito relacionado ao conceito de corporificação é o de dinâmica de forças, que foi proposto por Leonard Talmy, que é a representação linguística das interações de força e relações causais que ocorrem entre certas entidades em uma situação. Essa noção é subjacente a várias categorias gramaticais, como verbos modais (e.g. poder, dever), preposições e conjunções. Essas categorias gramaticais podem representar interações de força e relações causais que se estabelecem entre nossos corpos e determinados objetos no mundo físico ou entre determinadas entidades no mundo físico.

Outra noção importante é a noção de esquemas imagéticos, que são uma descrição condensada da experiência perceptual com o propósito de mapear a estrutura espacial à qual nós temos acesso, com base no nosso corpo, e mapear essas estruturas em estruturas conceituais. Assim, existem vários esquemas imagéticos, como o de trajetória, o de container, a ideia de acima e abaixo... Essas noções, que são descrições condensadas da nossa experiência corporal, podem ser mapeadas em estruturas linguísticas. Por exemplo, o esquema imagético de trajetória é mapeado no conceito de futuro, com o verbo “ir”, em português. Em “eu vou cantar”, a ideia de deslocamento no espaço e a ideia metafórica de que FUTURO É PARA FRENTE fazem com que se mapeie esse esquema imagético de trajetória na noção de futuro.

Outro conceito importante é a noção de construal associado à noção de perspectivação. Em relação ao primeiro, a ideia é que o significado não envolve apenas o objeto da conceptualização, mas também o sujeito da conceptualização e esse sujeito da conceptualização pode adotar diferentes perspectivas para retratar uma determinada cena. Essas diferentes perspectivas são denominadas construal em relação àquela cena, i.e., a representação linguística, a partir de uma determinada perspectiva, em relação a uma determinada cena.

As noções de protótipos e categorias radiais também são fundamentais em Linguística Cognitiva. Essas noções vêm de pesquisas em psicologia experimental, principalmente, mas também de pesquisas sobre cores, na antropologia e na filosofia da linguagem, com as reflexões de [Ludwig] Wittgenstein. A ideia é que a categorização não é uma questão de tudo ou nada, como previsto no modelo clássico, mas ela ocorre em termos de categorias que exibem graus de prototipicidade. Nesse sentido, essas categorias têm membros mais prototípicos e mais representativos da categoria e outros mais periféricos. No caso das aves, por exemplo, a gaivota

seria uma ave prototípica, porque teria todos os traços da categoria “ave”: bico, pena, capacidade de pôr ovos, habilidade de voar etc. Já outras aves seriam mais periféricas na categoria, ainda que pertencentes à categoria, como é o caso do pinguim, que tem alguns traços, mas não todos: o pinguim não pode voar e não tem exatamente asas, já que estas funcionam como nadadeiras.

Outro conceito importante é o conceito de frame e os conceitos relacionados, como os de modelos cognitivos idealizados e domínios. Estes são, na verdade, modos de caracterizar o conhecimento enciclopédico estruturado, que é conectado com o conhecimento linguístico. Então, um exemplo que Fillmore, que foi quem propôs o conceito de frame, nos anos 70, dá é o de cena comercial. Quando nós ouvimos um termo relacionado à cena comercial, como o uso do verbo “comprar” em “Maria comprou um livro”, automaticamente nós acessamos todo os frames e todos os elementos relacionados e inter-relacionados a esse frame, como a ideia de vender, a existência de uma mercadoria, de um valor, e tudo o mais.

Metáfora e metonímia também são conceitos importantes. As chamadas “figuras de linguagem”, são concebidas, na Linguística Cognitiva, como processo de pensamento que se reflete na linguagem. Essa ideia se inicia no livro clássico de Lakoff e Johnson, de 1980, que se chama *Metaphors We Live By* (em português traduzido como *Metáforas da vida cotidiana*). A ideia é que as metáforas funcionam como o processos de pensamento que se refletem na linguagem e elas podem, inclusive, estruturar vários fenômenos linguísticos, como é o caso das polissemias, ou seja, das relações entre os diferentes significados de um item polissêmico; essas relações podem se estabelecer de modo metafórico, por exemplo. Outro conceito importante é o de espaços mentais, advindo da Teoria dos Espaços Mentais, proposta por Gilles Fauconnier. Eles são descritos como domínios parciais e locais, construídos à medida que falamos e pensamos, à medida que o discurso se desenvolve, e contêm elementos estruturados por frames e por MCIs. Então, uma sentença como “Maria comprou um livro” abriria um espaço passado em que “Maria” e “livro” estabelecem uma relação de comprar e esse espaço é estruturado, então, pelo frame de cena comercial.

E ainda no âmbito da Teoria dos Espaços Mentais, o conceito de integração conceptual ou de mesclagem conceptual foi proposto para dar conta de significados criativos, i.e., da criatividade que está relacionada aos significados. Esta seria uma operação mental básica, que trabalha sobre espaços mentais. Nesse sentido, a mesclagem envolve minimamente quatro espaços mentais, dos quais dois são espaços de input, geralmente

relacionados por analogia, caracterizada no espaço genérico, e o espaço mescla, onde são mesclados elementos, tanto do input 1 quanto do input 2, e de onde surge o novo significado (output).

LR: É DE SENSO COMUM QUE A LINGUÍSTICA COGNITIVA SE DEDICA A QUESTÕES SEMÂNTICAS E PRAGMÁTICAS. QUAL É A ABORDAGEM COGNITIVISTA COM OS OUTROS NÍVEIS LINGUÍSTICOS (FONÉTICA, FONOLOGIA, MORFOLOGIA, SINTAXE ETC)?

L: De fato, a LC concentra grande esforço na descrição e explicação de dimensões semânticas e pragmáticas relacionadas ao modo como conceptualizamos e categorizamos o mundo, mas não seria correto dizer que se dedica exclusivamente a esses aspectos. Tanto é assim que, desde seus movimentos iniciais, a interface entre sintaxe e semântica foi postulada e explorada pela Gramática Cognitiva, de Ronald Langacker, e pela Gramática de Construções, como nos modelos de Goldberg e Croft. Recentemente, inclusive, há modelos de Gramática de Construções ancorados na Teoria dos Espaços Mentais (Steen e Turner, 2013; Hoffmann e Turner, 2021, este último a ser ainda publicado). Para consulta, há ainda uma conferência de Thomas Hoffmann proferida no evento Linguists online, organizado pela Associação Brasileira de Linguística, a ABRALIN.

Quanto aos níveis fonético e fonológico, há estudos em Linguística Cognitiva que defendem, por exemplo, que o som tem estrutura prototípica. Alguns foneticistas já propuseram isso no âmbito da Gramática Cognitiva (Nathan, 1996, 2008). Quanto ao nível morfológico, existem estudos sobre morfemas flexionais, formação de palavras, etc (Janda, 2007). Essa formação de palavras é concebida como parte de uma descrição gramatical unificada, envolvendo, nesse sentido, a categorização, o alinhamento Figura/Fundo e a acomodação, como propõem Langacker (1987) e Ungerer (2007).

LR: UM TRABALHO DE NÚÑEZ E SWEETSER (2005) MOSTRA QUE O AYMARA REPRESENTA O FUTURO COMO ATRÁS E O PASSADO NA FRENTE, DIFERENTE DO PORTUGUÊS, QUE FAZ O CONTRÁRIO. COMO A LINGUÍSTICA COGNITIVA NOS AJUDA A ENTENDER A VISÃO DE UMA COMUNIDADE?

L: A começar pela noção de frame, sabemos que a construção do significado se dá pela ativação de conhecimentos inter-relacionados e culturalmente motivados. Por isso, palavras como “solteirão” e “vegetariano” só vão existir porque existem determinadas expectativas culturais em relação ao status conjugal dos indivíduos e ao tipo de alimento que consomem, respectivamente.

No caso da metáfora, a situação é semelhante. Como os domínios metafóricos são estruturados por frames, o domínio-fonte tenderá a refletir o modo pelo qual uma dada cultura concebe determinadas situações. Então, por exemplo, no caso da metáfora TEMPO É ESPAÇO, em português a ideia de deslocamento no espaço prevalece, a partir do esquema imagético de trajetória, o que licencia que digamos coisas como “O Natal está logo ali na frente”. Já no caso do aymara, a ideia de uma postura contemplativa no espaço em relação a uma determinada paisagem acaba sendo recrutada. Então, o que está na frente do observador é o que se pode ver, e, portanto, é o passado; e o que está atrás é o que não está acessível à percepção, portanto, o futuro. Nesse sentido, uma expressão em aymara que pudesse ser traduzida como “ano da frente” significaria “ano passado”.

LR: SEGUINDO A PERGUNTA ANTERIOR, COMO A LINGUÍSTICA COGNITIVA SE DIFERENCIA DA HIPÓTESE DE SAPIR-WHORF?

L: A Hipótese Sapir-Whorf (Hipótese do Relativismo) propõe que as línguas são relativas, ou seja, variam na expressão de conceitos de formas significativas, e que a expressão linguística de conceitos influencia o pensamento de um modo geral. A literatura costuma dividir essa hipótese em versão “forte” e versão “fraca”. A versão forte, conhecida como Determinismo Linguístico, é a de que as categorias variáveis da linguagem controlam e determinam essencialmente as categorias gerais da cognição. Já a versão fraca sustenta que as categorias linguísticas podem influenciar as categorias do pensamento, mas não são fundamentalmente restritivas.

Em linhas gerais, essa versão “fraca” tem sido considerada pertinente e tem sido pesquisada, enquanto a versão “forte”, por ser muito determinística e por significar que a linguagem determinaria o pensamento, tem sido descartada.

No âmbito da LC, a Hipótese Sapir-Whorf, em sua versão “fraca”, tem sido testada a partir de vários domínios, por exemplo como as diferentes línguas nomeiam as cores, as formas, os números, como funcionam os

domínios do espaço, do tempo, do raciocínio condicional, e que tipo de influência se pode exercer a partir disso. O que os estudos têm mostrado é que a questão mais geral, “A linguagem influencia o pensamento?”, tem sido substituída por um conjunto de questões mais específicas: “Um determinado traço de uma língua influencia operações cognitivas específicas?”, “Qual a natureza dessas influências?”, dentre outras.

LR: QUAL A RELAÇÃO DA METÁFORA COM PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA? EM GERAL, ELAS TÊM DIFICULDADE EM PERCEBER AS METÁFORAS UTILIZADAS NO COTIDIANO. COMO FUNCIONA?

L: No início dos anos 2000, orientei a tese de Renata Mousinho sobre processos figurativos na Síndrome de Asperger, que faz parte do espectro autístico. Na época, ao assistir às minhas aulas sobre vários tópicos abordados em Linguística Cognitiva, como metáforas conceptuais, metonímias, mudança de frames, Renata, que é fonoaudióloga, percebeu que seus pacientes do espectro autístico apresentavam problemas de comunicação associados justamente a esses fenômenos.

A tese, defendida em 2003, comparou indivíduos com Síndrome de Asperger e um grupo controle, concluindo que realmente as dificuldades de compreensão de metáforas e metonímias existiam, além das dificuldades relacionadas à interpretação de piadas (em que a compreensão exige uma mudança do frame inicialmente estabelecido para um novo frame ativado no fim da piada, que é o que provoca o riso).

Anos depois, eu estava discutindo os mesmos fenômenos em minhas aulas da graduação e, ao final do semestre, eu descobri que uma de minhas alunas havia sido diagnosticada como Síndrome de Asperger e que minhas aulas sobre metáfora foram de grande ajuda para que ela compreendesse o processo a elas associado, cujo entendimento sempre havia sido muito difícil. Essa aluna, Alice Casimiro, tem um blog, intitulado [A menina neurodiversa](#), que eu recomendo a todos que tenham interesse pelo assunto, uma vez que ela fala sob o ponto de vista de alguém com a Síndrome de Asperger. No fim, o que parece é que as pessoas que fazem parte do espectro autístico têm dificuldade com o processo de mapping, que é o estabelecimento de correspondências entre domínios cognitivos e, possivelmente, correspondências interpessoais, no caso da intersubjetividade. Para saber mais, recomendo o capítulo de Hobson e Hobson no livro *The shared mind: perspectives on intersubjectivity* (2008)

LR: HÁ ALGUNS ANOS O PESQUISADOR GEORGE LAKOFF TEM FEITO ALGUNS PRONUNCIAMENTOS SOBRE AS CANDIDATURAS E VITÓRIA DE TRUMP COM BASE EM CONCEITOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA. O QUE ESSA ÁREA TEM TRATADO E PREVISTO NA POLÍTICA?

L: Sim, George Lakoff participa ativamente do cenário político americano, trazendo conceitos da Linguística Cognitiva, como a noção de *frame*, no sentido de orientar o debate político. No âmbito dessa participação, lançou o livro *Don't think of an elephant*, em que argumenta que as estruturas linguísticas escolhidas podem enquadrar o debate político no sentido de favorecer, ou não, a apresentação das ideias defendidas. O nome do livro é um exemplo disso. Segundo o autor, quando ouvimos a sentença “Não pense num elefante”, embora a sentença seja negativa, a primeira coisa que nos vem à mente é justamente um elefante.

Assim, Lakoff propõe que o “*framing*” utilizado no debate, através das construções linguísticas selecionadas, é fundamental para que se tenha êxito na defesa de algumas ideias. Além de ter sido consultor da campanha do Obama com relação a esse assunto, Lakoff tem promovido incessantes debates na sociedade americana.

LR: QUAIS SÃO AS SUAS DICAS PARA QUEM QUER ENTRAR NO MUNDO DA LINGUÍSTICA COGNITIVA?

L: Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, no meu ponto de vista, para ser um bom linguista, é preciso ter uma boa formação referente à Linguística enquanto campo (seus objetivos, objetos de estudo, suas principais vertentes etc.). Nesse sentido, em português, nós temos alguns manuais introdutórios, como o de Martelotta (2008) e o de Fiorin (2002). Em inglês, nós temos o livro de Akmajian e colaboradores (2017), que já teve várias edições e que eu considero muito bom.

No que se refere à LC, especificamente, em português nós temos o livro *Introdução à Linguística Cognitiva*, que eu publiquei pela Contexto, em 2011. Existe também uma série de artigos e coletâneas na área. Em inglês, há vários livros introdutórios, como Ungerer e Schmid (2006), Evans e Green (2006), além de Littlemore e Taylor (2014).

Além dessas referências bibliográficas, uma dica que eu acho que transcende a questão puramente acadêmica é a de investir no encantamento. Os iniciantes devem estudar e pesquisar sobre fenômenos que considerem

realmente instigantes, que motivem sua curiosidade, seu interesse, e eu acredito que, seguindo esse caminho, a possibilidade de contribuir para sua formação e para a área é muito grande

REFERÊNCIAS

AKMAJIAN, Adrian et al. **Linguistics**: An introduction to language and communication. MIT press, 2017.

CROFT, William. **Radical Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

EVANS, V.; GREEN, M. **Cognitive Linguistics**: an introduction. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces**. MIT Press, Cambridge, MA, 1985.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge University Press, 1997.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, José Luis (Org.). **Introdução à linguística**, v. 1 e 2. São Paulo: Contexto, 2002.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions**: A construction grammar approach to argument structure. University of Chicago Press, 1995.

HOBSON, Peter; HOBSON, Jessica A. Engaging, sharing, knowing. In: ZLATEV, Jordan et al. (Ed.). **The shared mind**: Perspectives on intersubjectivity. John Benjamins Publishing, 2008.

JANDA, Laura. Inflectional morphology. In: CUYCKENS, Hubert; GEERAERTS, Dirk (Ed.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. 2007.

LAKOFF, George. Image metaphors. **Metaphor and Symbol**, v. 2, n. 3, p. 219-222, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. The metaphorical structure of the human conceptual system. **Cognitive science**, v. 4, n. 2, p. 195-208, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. University of Chicago Press, 2008.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites**. Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. Cognitive grammar. In: **Concise History of the Language Sciences**. Pergamon, 1995. p. 364-368.

Littlemore, J.; Taylor, J. (eds.). **The Bloomsbury Companion to Cognitive Linguistics**. London/New York: Bloomsbury Academic, 2014.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Ed.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOUSINHO, Renata. **Aspectos lingüísticocognitivos da Síndrome de Asperger: projeção, mesclagem e mudança de enquadre**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

NATHAN, G; HURCH, B. Naturalness in phonology. **STUF - Language Typology and Universals**. 1996;49(3): 231-245. <https://doi.org/10.1524/stuf.1996.49.3.231>

NATHAN, Geoffrey S. **Phonology: A cognitive grammar introduction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008.

SWEETSER, E.; NÚÑEZ, R. Aymara, Where the Future is Behind You: Convergent Evidence from Language and Gesture in the Crosslinguistic Comparison of Spatial Construals of Time. In: **Cognitive Science Society**. 2005.

NUYTS, Jan. Cognitive linguistics and functional linguistics. In: CUYCKENS, Hubert; GEERAERTS, Dirk (Ed.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. 2007.

STEEN, Francis; TURNER, Mark B. Multimodal construction grammar. In: BORKENT, M.; DANCYGIER, B.; HINNELL, J. (ed.). **Language and the Creative Mind**. Stanford, CA: CSLI Publications, 2013.

TALMY, Leonard. Force dynamics in language and cognition. **Cognitive science**, v. 12, n. 1, p. 49-100, 1988a.

TALMY, Leonard. Force Dynamics in Language and Thought. **Cognitive Science**, 12:49-100, 1988b.

TALMY, Leonard. **Toward a cognitive semantics**. Cambridge: MIT Press, 2000.

TALMY, Leonard. **Toward a Cognitive Semantics**. Vol. 2. Typology and process in concept structuring. Cambridge: MIT Press, 2000.

UNGERER, Friedrich. Word-formation. In: CUYCKENS, Hubert; GEERAERTS, Dirk (Ed.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. 2007.

UNGERER, F.; Schmid, H. **Introduction to cognitive linguistics**. Routledge, 2 ed., 2006.

Semiose do corpo: bases semióticas de Esquemas Imagéticos em LIBRAS

Suelismar Mariano Florêncio¹
Sebastião Elias Milani²

RESUMO

O presente trabalho investiga o plano de expressão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O objetivo é compreender como o conceito de esquema imagético contenedor (“container”), como delineado pela Linguística Cognitiva (LAKOFF; JOHNSON, 1980), evidencia formantes plásticos no léxico desta língua, que podem ser desdobrados a partir dos postulados sobre o trabalho semissimbólico da linguagem e ampliados pela ótica do esquematismo tensivo – ambos critérios advindos das propostas da semiótica discursiva (GREIMAS, 1975b; FLOCH, 1975). A fim de explicitar o que se denomina como estratégias de textualização operadas pelo enunciador do texto, propõe-se o exame do poema "O despertar", sinalizado pelo surdo Rimar Segala. Os resultados dão suporte à visão de que o ponto de vista semiótico oferta maior valor operacional na análise dos esquemas imagéticos por aprofundar a compreensão dos complexos mecanismos textuais que resultam em metáforas como DENTRO É BOM e FORA É RUIM.

PALAVRAS-CHAVE: LIBRAS; Esquemas imagéticos; Semissimbolismo; Tensividade.

¹ Mestrando no programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Goiânia-GO, Brasil. Endereço eletrônico: suelismar.florencio@discente.ufg.br. ORCID: 0000-0002-6409-454X.

² Professor titular da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Semiótica e Linguística pela Universidade de São Paulo. Goiânia-GO, Brasil. Endereço eletrônico: sebas@ufg.br. ORCID: 0000-0001-9411-6028.

ABSTRACT

The present work investigates the expression plan of the Brazilian Sign Language (LIBRAS). The objective is to understand how the concept of container image schema, as outlined by Cognitive Linguistics (LAKOFF; JOHNSON, 1980) shows plastic formants in the lexicon of this language that can be unfolded from the postulates about the semi-symbolic work of language. and amplified by the perspective of tensive schematism – both criteria arising from the proposals of discursive semiotics (GREIMAS, 1975b; FLOCH, 1975). In order to explain what are called textualization strategies operated by the enunciator of the text, it is proposed to examine the poem "O despertar", signaled by the deaf Rimar Segala. The results support the view that the semiotic point of view offers greater operational value in the analysis of image schemas by deepening the understanding of the complex textual mechanisms that result in metaphors such as INSIDE IS GOOD and OUTSIDE IS BAD.

KEYWORDS: LIBRAS; Image schematics; Semi-symbolism; Tensivity

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve considerável avanço das diversas vertentes da teoria que, desde o início da semiótica greimasiana, não focaram apenas no desenvolvimento da metodologia geral do plano do conteúdo, mas também no papel preponderante das articulações simultâneas nos dois planos — no da expressão e no do conteúdo — (GREIMAS, 1984).

Assim, tais vertentes têm dado lugar cada vez mais central ao estudo da expressão, posto em segundo plano até então, por diferentes vias metodológicas e, até mesmo, epistemológicas e levado adiante o propósito basilar da teoria semiótica de alçar o texto como seu objeto de análise (LOPES; SOUZA, 2019, p. 7).

Nesse sentido, as análises linguísticas das línguas de sinais que evidenciam os processos metafóricos e que possibilitam desconstruir mitos tais quais o de que, por serem uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, seriam incapazes de desenvolver conceitos abstratos e sutilezas tais como figuras de linguagem, as quais enriquecem a expressão, podem em muito serem beneficiadas pela abordagem semiótica (DAVIS; SILVERMAN, 1970, p. 390 *apud* BATTISON, 1978, p. 57; QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 31).

Estudos do discurso sinalizado pelo viés semiótico têm ganhado relevância (MOREIRA, 2017), mas ainda pouco se produziu a respeito das **correlações interplanares** nesses textos. Tal lacuna científica pode ser sanada caso o percurso de análise parta da apreensão de conceitos já estabelecidos pela Teoria Cognitiva da Linguagem, tais quais os **Esquemas Imagéticos** (LAKOFF; JOHNSON, 1980), que, em interface com os postulados semióticos, enfatizam, nas línguas sinalizadas, certa relação significativa entre o que é dito e um modo próprio de dizer o conteúdo do texto em línguas de sinais.

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar qual a relevância dos esquemas imagéticos para o estudo das relações semióticas presentes entre o plano de conteúdo, o significado de cada texto, e o plano de expressão, o modo pelo qual este é manifestado pela Língua Brasileira de Sinais (doravante, LIBRAS).

Para tanto, inicialmente se apresentam considerações acerca do desenvolvimento das primeiras explorações do funcionamento do signo poético até o estado atual das análises semióticas. A seguir, buscamos compreender como as relações existentes entre o espaço de sinalização e os parâmetros primários, constatados por Stokoe (1960) — cujos traços distintivos cooperam para a constituição dos itens lexicais, isto é, os sinais —, culminam em esquemas imagéticos (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Ainda, em seção específica, são esclarecidos os percursos metodológicos deste trabalho. Por fim, é analisado o poema "O despertar", sinalizado pelo surdo Rimar Segala, a fim de se compreender como a interface dessas disciplinas essencialmente pareadas à análise de língua em uso, a despeito de descrições puramente formalistas, possibilita uma análise mais aprofundada das **estratégias de textualização** que integram o aparato discursivo-pragmático da LIBRAS, o que suplanta o nível lexical

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A ESCOLA SEMIÓTICA DE PARIS E O SEMISSIMBOLISMO

O Algirdas Julien Greimas (1917-1992), fundador da Escola de Semiótica de Paris, dedicou-se amplamente a levantar questões relevantes para a exploração do funcionamento do signo poético, e, conseqüentemente, dos textos em que a poeticidade da linguagem predomina, dispondo-se a verificar as categorizações da linguagem que nos permitem a percepção do mundo que nos cerca (BEIVIDAS, 2011, p. 16-31).

Para o autor, o signo poético é aquele em que o significado saussuriano é enfatizado pela maneira em que o significante, materialidade linguística, é apresentado durante a manifestação do texto. Um célebre exemplo pode ser conferido na citação a seguir.

As categorias prosódicas e gestuais [...] são formas significantes – o “sim e o “não” correspondem, em nosso contexto cultural, à oposição verticalidade/horizontalidade – da mesma forma que as categorias reconhecidas na pintura abstrata ou em certas formas musicais. (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 452–453)

Assim, o significante proposto por Saussure, reelaborado pela terminologia da linguística desenvolvida por Louis Trolle Hjelmslev (1899-1965) como plano de expressão, colocado em função do significado, ou plano de conteúdo, foi inspecionado por Greimas, que percebeu, em sua obra *Ensaio de semiótica poética* (1975b), que a alta concentração linguística da função poética, definida a partir da primazia das oposições fonológicas na produção do sentido à qual se dedicara Roman Jakobson (1896-1982), poderia enriquecer a gramática semiótica com conceitos novos para fazer coincidir metafórica e metonimicamente a forma, “obtida pela conjunção de duas substâncias”, a da expressão e a do conteúdo (GREIMAS, 1975a, p. 38).

Apesar de grande parte de seu estudo sobre o percurso gerador da significação do texto estar voltado para o plano de conteúdo, afirma que as semióticas conotativas, conforme explicadas na citação abaixo e previstas nos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (HJELMSLEV, 1975), visam a concepção do discurso poético como um signo complexo:

O efeito de sentido [poético] surge aqui como um efeito dos sentidos: o significante [...] entra em jogo para conjugar suas articulações com as do significado, provocando com isto uma ilusão referencial e incitando-nos a assumir como verdadeiras as proposições emitidas pelo discurso poético, cuja sacralidade fica assim fundamentada em sua materialidade. [...] Numa primeira abordagem, o discurso poético pode ser considerado como um signo complexo. (GREIMAS, 1975b, pp. 12–16)

As operações estéticas que caracterizam o discurso semiopoético, divergindo da conformidade termo a termo, como queria Hjelmslev, pela “identidade de duas ou mais estruturas que dependem de planos ou de níveis semióticos diferentes” (GREIMAS, 1966), são denominadas semissimbolismo (PIETROFORTE, 2012) e, também por tais procedimentos, permitem-nos perceber a semiose³ no ato de linguagem.

Jean-Marie Floch (1947-2001), o mais proeminente entre semioticistas do texto visual, procura desenvolver em sua obra *Petites mythologies de l’oeil et de l’esprit* (1985) tal articulação artificial entre significante e significado — ou “do princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação” (JAKOBSON, 1976, p. 130), na vertente que ficou conhecida como semiótica plástica. Nela, entre a ideia de signo e símbolo saussurianos (SAUSSURE, 2012, p. 82–83), Floch delinea o semissímbolo.

Assim, “a oposição de fonemas graves, como o /a/, e agudos, como o /i/, [que] é capaz de sugerir a imagem do claro e do escuro, do pontudo e do arredondado, do fino e do grosso, do ligeiro e do maciço” (FIORIN, 2005, p. 62) é reconhecida pela abordagem plástica como motivação semissimbólica que, partindo da expressão em si mesma, enquanto signo denotado, compõe — além de apenas um veículo da semiose — signos conotados, ao sobrearticular, de alguma maneira, oposições de traços plásticos (e.g. categorias de formantes essenciais topológico, eidético e cromático) dos segmentos fonológicos a novas unidades do conteúdo.

1.2 INDO ALÉM: O ESQUEMATISMO TENSIVO

Compreender a motivação semissimbólica da linguagem possibilita que se averigue como a instância enunciativa opera sua complexa rede de manobras manipulatórias, a fim de gerenciar o fazer interpretativo do enunciatário, o que, para Mancini (2019), ocorre a partir da gestão do andamento do texto. A autora dirá que

A mesma gestão do andamento pode ser pensada para elementos de expressão. [...] A diversidade de tamanhos e formatos [...], a distribuição espacial [...], entre outros, são aspectos que podem ser analisados por essa ótica. (MANCINI, 2019, p. 104)

³ Para a semiótica, “o plano da expressão está em relação de pressuposição recíproca com o plano do conteúdo e a reunião deles no ato de linguagem correspondem à semiose” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 197).

Sendo o andamento⁴ regente “tanto de nossos pensamentos, quanto de nossos afetos” (ZILBERBERG, 2006, p. 168), o ponto de vista da semiótica tensiva, um dos mais atuais desenvolvimentos da semiótica de linha francesa, pode revelar como as homologações interplanares previstas pelos trabalhos de Floch (1985) determinam “a organização e a disposição do enunciado construído” (LIMA, 2011, p. 6), comunicando um “sentido-além” do explicitado, e gerenciando, assim, “os modos de acesso à significação, uma vez que as seleções operadas orientam a apreensão do sentido e dos valores” (idem).

Ou seja, é possível propor que, por meio da motivação poética da expressão, o enunciador guia o enunciatário por um certo trajeto de leitura pressuposto pelo projeto narrativo (MANCINI, 2019, p. 104), manejando, junto com o ritmo do texto, as expectativas do enunciatário, para que a narrativa ganhe em afetividade. Desta forma, Lima (LIMA, 2015, *passim*) explica que

As escolhas enunciativas assumidas durante a produção do texto delineiam, no interior do próprio enunciado, uma intencionalidade discursiva, caracterizada não exatamente pela intenção do autor, mas pela definição, através do trabalho poético por ele realizado, de uma forma particular de apreensão do conteúdo e, como dissemos, dos valores em questão. [...] As estratégias textuais ocupam-se, por sua vez, da ancoragem deste conteúdo articulado a uma forma de expressão, aproveitando os recursos próprios à linguagem de manifestação escolhida, para, muitas vezes, não apenas veicular o sentido do enunciado, mas também o intensificar, expressando uma dupla significação, um sentido além daquele dado pelo plano de conteúdo explicitado. [Assim, o autor do texto] dirige a percepção do leitor, a sua assimilação do conteúdo narrativo, a sua interação afetiva.

Tais estratégias textuais podem ser depreendidas com maior generalidade por meio de categorias advindas da semiótica tensiva (LEMOS, 2016), que propõe uma forma de interação entre as dimensões e subdimensões em seu aparato metodológico (ZILBERBERG, 2007).

⁴ Segundo a ótica tensiva, o andamento, junto à tonicidade, formam o par de subvalências pertencentes ao eixo da intensidade, dimensão afetiva do campo de presença que rege a inteligibilidade do eixo da extensidade. (cf. FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001).

Além disso, a catálise⁵ tem se demonstrado como um dos mais rentáveis operadores propostos pela ótica tensiva para a economia geral da análise do texto, pois permite evidenciar os elementos textuais que determinam maior ou menor aceleração. Mancini (2019, citação abaixo) explicará que a catálise é o efeito causado pela maior ou menor demanda de envolvimento do enunciatário com o texto:

A demanda maior ou menor por catálises, definida pelo modo de enunciar, é o que vai determinar esses momentos de maior ou menor aceleração, ou maior ou menor tonicidade, que definirão o arco tensivo de uma obra. Quanto mais catálises o texto pedir ao enunciatário, mais acelerado e tônico é o que se apresenta. Quanto menos catálises, ou seja, quanto mais explícito for o encadeamento sintagmático proposto, mais desacelerado e átono é o que se apresenta. (MANCINI, 2019, p. 103, grifo nosso)

Dessa maneira, os elementos do plano de expressão postos em função poética pelo enunciador como estratégia de textualização podem funcionar como um modo de enunciar que convoca catálises, intensificando e tonificando o projeto narrativo de textos sinalizados em LIBRAS, conforme se pretende analisar neste trabalho.

Antes, porém, resta que se identifique sistematicamente quais sejam os elementos presentes no plano de expressão das línguas de sinais que podem servir como formantes plásticos ao estatuto poético da linguagem. Para tanto, muito têm a agregar os estudos de Lakoff e Johnson (1980), e os resultados a que chegaram.

1.3 LINGUÍSTICA COGNITIVA E OS ESQUEMAS IMAGÉTICOS

O reconhecimento do caráter linguístico das línguas de sinais foi, principalmente a partir dos estudos de William C. Stokoe (1919 - 2000), um marco importante e decisivo para o desenvolvimento dos estudos linguísticos destas línguas no século passado.

⁵ Catálise é a “explicitação dos elementos elípticos ausentes na estrutura de superfície [...]. É um procedimento que se realiza [...] mediante as relações de **pressuposição** que entretém com os elementos implícitos.” (Greimas & Courtés, 2008, p. 54, grifo nosso) Mancini (2020, p. 29) postula que “quanto maior a demanda por catálise, mais exacerbado o engajamento sensível do enunciatário”.

Assim, Stokoe (1960) demonstrou que as configurações dos sinais da ASL⁶ são constituídas por parâmetros primários, tais quais o Movimento (M), Configuração de Mão (CM) e Ponto de Articulação (PA), e que estes constituem uma característica própria das línguas de modalidade visual espacial. A imagem abaixo demonstra tais parâmetros primários.

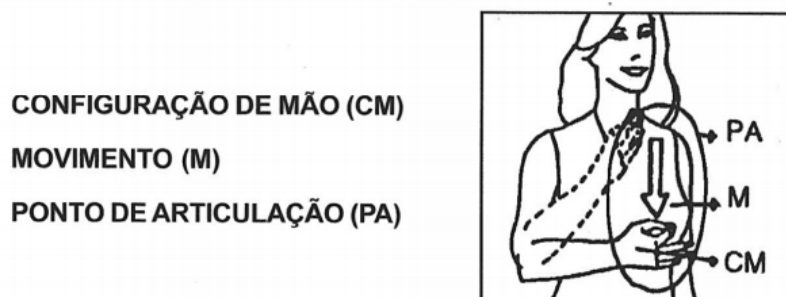


Figura 1: Os parâmetros primários da ASL.
Fonte : FERREIRA-BRITO, 2010.

Caberia, por conseguinte, aos pesquisadores que depois daí se detiveram nos estudos surdos abrangerem esta classificação da estrutura fonológica das línguas de sinais, como de fato o fizeram Klima e Bellugi (1979 apud BRITO, 2010, p. 40-42), por exemplo, destacando aqueles que seriam chamados de parâmetros secundários, quais sejam: a Orientação da Mão (Or) e os Componentes Não Manuais (CNM). Além disso, restava-lhes a delimitação de demais estruturas gramaticais que confirmassem as diversas redes de relações significantes que somente uma língua produzida no espaço apresenta para construir e transmitir seus significados (HOCKETT, 1978).

Nesse sentido, em muito contribuíram as investigações de George Lakoff e de Mark Johnson (1980), dando início ao campo de pesquisas da Semântica Cognitiva, na qual terá lugar de destaque o estudo do significado entendido como “aquele que emerge do corpo para o mundo [...] dos nossos corpos para a interação” (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

Logo, Lakoff e Johnson (1980) dirão que o significado não é exclusivamente linguístico, uma vez que se constitui a partir das nossas “relações físicas, corpóreas, com o meio ambiente em que vivemos” (idem) por meio do conceito que os autores chamam de esquemas imagéticos.

Para a linguística cognitiva, esquemas imagéticos são estruturas corporificadas pré-conceptuais, construídas a partir de padrões sensório-motores recorrentes da interação dinâmica entre organismo e ambiente e

⁶ ASL - *American Sign Language* é uma das línguas de sinais utilizadas nos Estados Unidos da América.

que estruturam nossa experiência no mundo, permitindo a formulação do pensamento abstrato, por sua vez, indispensável à construção dos mapeamentos metafóricos (MIRANDA, 2018).

Assim, o caminho entre dois conceitos seria concebido pelo esquema A É B, à medida que “um domínio fonte/origem é projetado em um domínio alvo” (NUNES, 2019, p. 30). Oliveira (2012) explica que

Nesse modelo, nosso falar e pensar cotidianos são, na sua maior parte, metafóricos. Metáfora não são aquelas sentenças que, na escola, aprendemos a classificar como metáfora, [...] é um processo cognitivo que permite mapearmos esquemas, aprendidos diretamente pelo corpo, em domínios mais abstratos, cuja experiência é indireta. (OLIVEIRA, 2012, p. 43)

Nunes (2019) investigou processos linguístico-cognitivos presentes na LIBRAS, a fim de identificar o esquema imagético “container” (daqui em diante denominado em sua tradução em língua portuguesa como contentor), a partir do parâmetro orientação da mão, exemplificando-o em dois sinais GOSTAR e NÃO-GOSTAR que indicam que a direção da palma da mão para dentro ou para fora do corpo são resultado dos esquemas imagéticos NÃO GOSTAR É FORA e GOSTAR É PARA DENTRO (NUNES, 2019, p. 33):

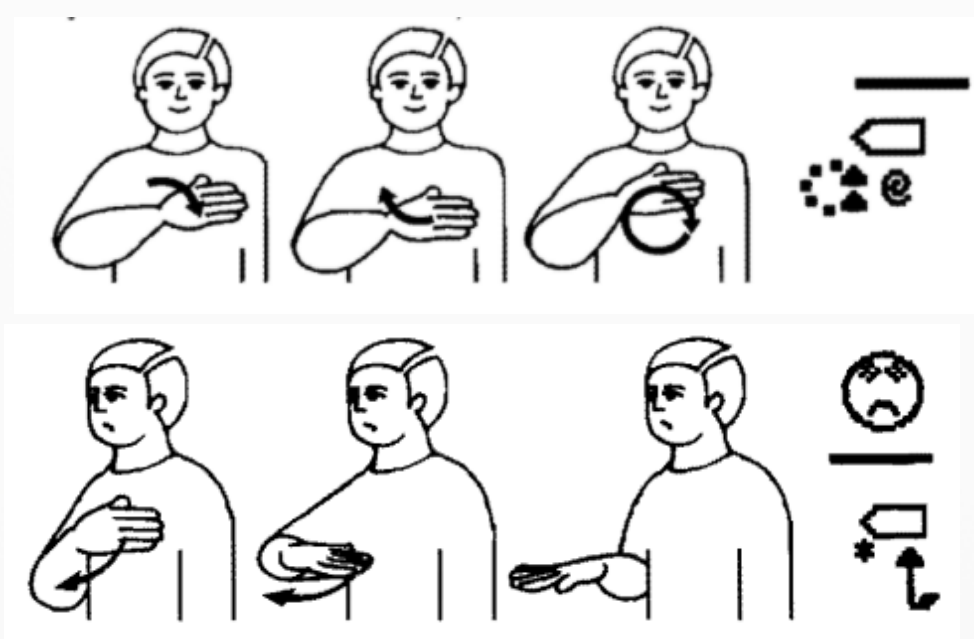


Figura 2: Sinal GOSTAR E NÃO-GOSTAR
Fonte :CAPOVILLA et al., 2017, p. 1.568; 1.172

A autora analisa ainda como o parâmetro Orientação da Mão (Or) é diametralmente invertido pelo sinalizador para compor o item lexical oposto, NÃO-GOSTAR, à medida que “no sinal GOSTAR, a mão aberta toca o peito [...], como a representar um sentimento positivo que é guardado no peito” (CAPOVILLA et al., 2017, p. 1.172, grifo nosso).

É certo que a Linguística Cognitiva, levando em conta a experiência humana do mundo, implica que tais unidades da linguagem não possam ser estudadas

como se fossem entidades autónomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual. [...] grande parte do nosso conhecimento não é estático, mas fundamenta-se em e é estruturado por padrões dinâmicos, não-proposicionais e imagéticos dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objectos e de interacções perceptivas — os chamados esquemas imagéticos. (SILVA, 1997, p. 1–16, grifo do autor)

O escopo do presente artigo não inclui uma nova análise da natureza linguístico-cognitiva dos esquemas imagéticos. Cabe, porém, assinalar que as conclusões acerca desse fenômeno, também presente na LIBRAS, a partir de seus elementos fonológicos, podem ser aprofundadas por meio do instrumental analítico da semiótica greimasiana, em termos do trabalho poético realizado pela linguagem, à medida que este seja revisitado sob a ótica da semiótica plástica (FLOCH, 1985) e da semiótica tensiva (ZILBERBERG, 2011).

Longe de ser uma proposição inédita, apesar de ainda não ter sido antes posta pela semiótica greimasiana sob exame sistemático, o exposto acima já se torna suficiente para os interesses deste trabalho, a fim de que se possa demonstrar como os esquemas imagéticos corroboram para a manifestação da função poética no texto em línguas de sinais, de acordo como o que Greimas já previra, sem, no entanto, utilizar a tipologia própria da Linguística Cognitiva, ainda inexistente, ao indicar que

Não é de admirar então que as categorias plásticas [...] sejam comparáveis a essas categorias gestuais [...] e que

sejam também elas homologáveis às categorias dos conteúdos. Nesse sentido, [e.g. ao] homologar alto/baixo a euforia/disforia [...] a organização poética segunda que se sobrepõe a esse texto assume o significante até então relegado à sua funcionalidade primeira e o articula [...] ensejando assim uma leitura poética embasada na homologação de novos formantes poéticos, com significados renovados⁷. (Greimas, 1984, p. 22–23. Tradução nossa, grifo do autor)

2 MÉTODO

2.1 SELEÇÃO E DESCRIÇÃO DO CORPUS

A fim de testar a hipótese de que o fazer-interpretativo do enunciatário é gerido pelas estratégias de textualização que lidam com a articulação de formantes plásticos presentes nos esquemas imagéticos, neste trabalho especificamente o esquema de *contentor*, selecionamos o poema "O despertar", sinalizado pelo surdo Rimar Segala, disponível no Youtube⁸.

Constituído a partir de uma sequência de seis sinais, o poema realizado em LIBRAS não traz tradução para o português. Trata-se de uma sequência de classificadores, ou seja, sinais da natureza mimética, utilizados para descrever o estado passional do eu-lírico por meio de acentuação na composição dos parâmetros que compõem cada sinal.

O professor Carlos Cristian, proprietário do canal onde o vídeo está hospedado, fez a escrita de tais sinais utilizados no poema em SignWriting⁹, o que foi conservado (conforme transcrição na Figura 3, abaixo) por ser de grande utilidade na identificação dos contrastes operados e do percurso realizado em ambos os planos da semiose.

⁷ Il n'est pas étonnant dès lors de trouver que les catégories plastiques [...] sont comparables à ces catégories gestuelles [...] et qu'elles sont, elles aussi, homologables avec les articulations ca-tégoriques des contenus. Ainsi, on [...] à homologuer haut/bas avec euphorie/dysphorie, [...] l'organisation poétique seconde qui se superpose à ce texte prend en charge le signifiant jusque là relégué dans sa fonctionnalité première et l'article [...] donnant ainsi lieu à une lecture poétique fondée sur l'homologation de nouveaux formants poétiques avec des signifiés renouvelés.

⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=C2Z4zUb84oU>.

⁹ *SignWriting* é um sistema que permite ler e escrever qualquer língua de sinais sem a necessidade de tradução para uma língua oral. Ela expressa os movimentos, as formas das mãos, as marcas não manuais e os pontos de articulação através de símbolos que são combinados para formar um sinal específico da língua de sinais.

Com o intuito de não comprometer o foco do exame, operou-se o recorte desta escrita de sinais do vídeo em análise, sem, no entanto, desprezá-la para a rentabilidade da análise e discussão.

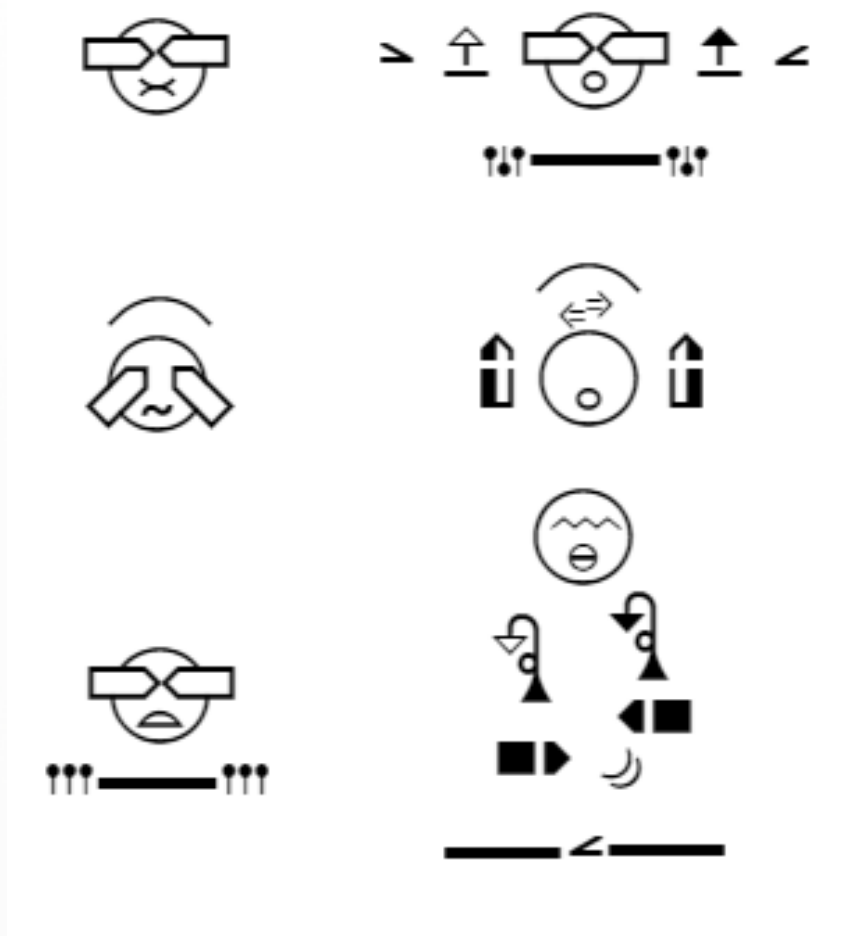


Figura 3: Escrita dos sinais do poema em SignWriting
Fonte: Adaptado de SEGALA, 2021.

O vídeo sob análise sobrepõe várias linguagens (cromática, sonora, etc.) que poderiam ser analisadas como um único conjunto de manifestação, ao que a semiótica denomina de texto **sincrético** (GREIMAS; COURTÉS, p. 467). Entretanto, o interesse deste trabalho é pela manifestação verbal presente na obra, ou seja, o texto em LIBRAS, o que acaba por solicitar que se deixe de fora, neste artigo, por exemplo, o jogo de cores marcadamente presente no poema (preto e branco para o primeiro momento, e colorido, na sequência).

A duração total do vídeo é de dez segundos. Dado esse tempo curto e a quantidade reduzida de sinais, optou-se por tomar todo o trecho como amostra para análise qualitativa, apresentada adiante.

2.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A amostra foi analisada seguindo os procedimentos de Miranda (2018) por meio da ferramenta Elan 4.8.1¹⁰. Nesse programa, foram criadas cinco trilhas de análise correspondentes a cada um dos aspectos a serem analisados, a saber: 1) *esquemas imagéticos*, em que foi selecionado o conteúdo proposto; 2) *orientação da mão*, em que é possível selecionar a direção da mão; 3) *configuração da mão*, onde se indicou se os dedos utilizados para o sinal estão “espraiados” ou “contraídos”; 4) *movimento*, em que se selecionou qual a direção do movimento do sinal (para cima, para baixo, para a direita ou para a esquerda, para frente ou para trás) e 5) CNM (configurações não manuais), onde foi indicado como os fonemas boca e olhos são configurados em cada sinal (se contraídos, relaxados ou neutros). A seguir, apresenta-se (figura 4) um exemplo de tela do Elan e das trilhas criadas.

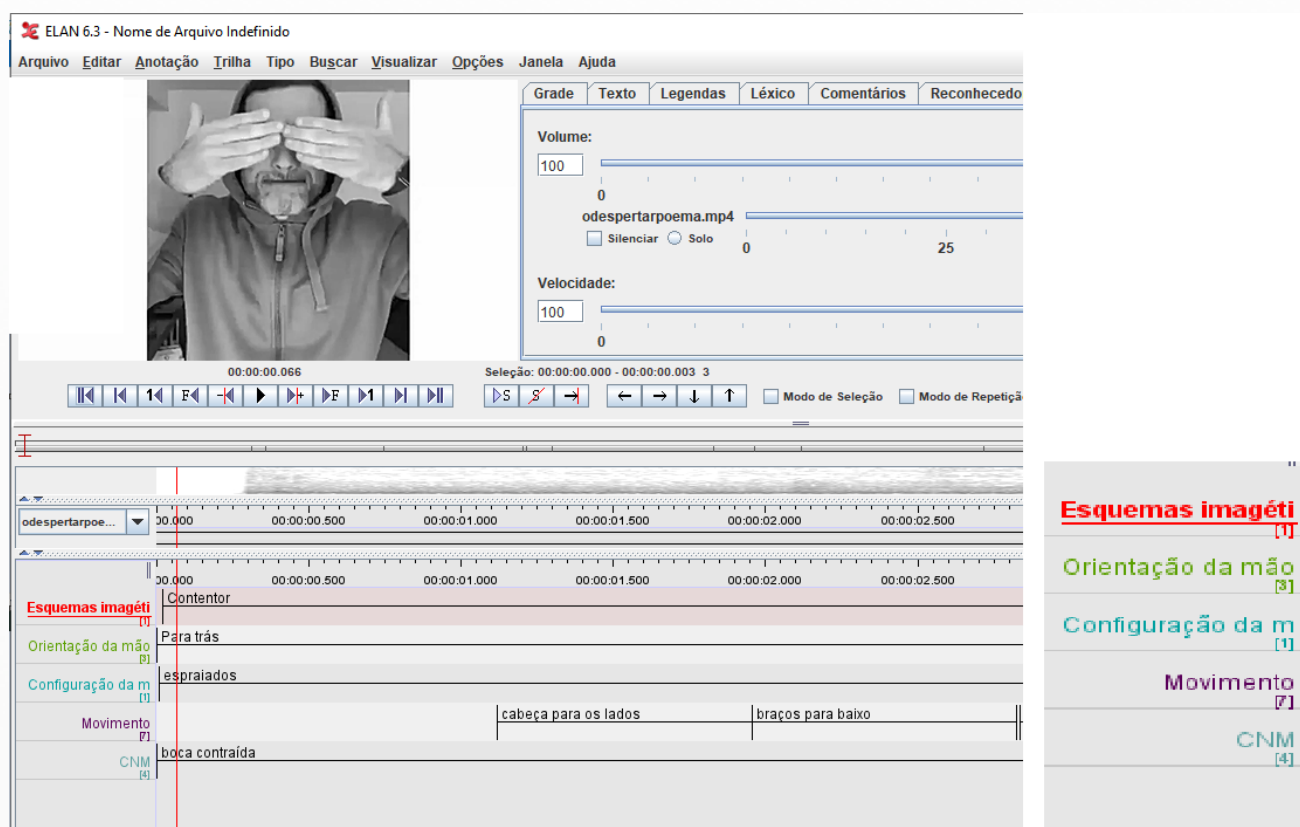


Figura 4: Exemplo de tela. Esquerda: ELAN 6.3.1 / Direita: Trilhas criadas

¹⁰ *EUDICO Language Annotator* é um software distribuído gratuitamente pelo Instituto Max Planck de Psicolinguística para fins de análises linguísticas diversas. Disponível em: <http://www.mpi.nl/tools/elan.html>.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O poema relata a mudança do estado afetivo do eu-lírico que *gradualmente* atualiza um estado de opressão em um novo estado de liberdade. Para efetivar tal efeito de sentido em LIBRAS, é realizada a construção do esquema imagético contentor que faz do corpo do sinalizante o *recipiente* que contém toda a carga negativa da opressão, a partir de sinais *para dentro* do corpo.

Como visto acima, o esquema imagético DENTRO É BOM impede que essa carga negativa permaneça nesse local, e, portanto, à medida que tal opressão aumenta, o continente se torna insuficiente, de forma que exteriorizá-la resta como única alternativa, o que é indicado com os movimentos *para fora* do corpo, lugar próprio do que é RUIM. Ao optar por definir esse fenômeno em termos semióticos, pode-se dizer que

Quando da semiose, uma função semiótica elementar é estabelecida entre as percepções do mundo exterior (o exteroceptivo) e aquelas do mundo interior (o interoceptivo), para criar, respectivamente, a expressão e o conteúdo de uma semiótica-objeto particular. [...] Isso é evidenciado, por exemplo, pela possibilidade de estabelecer, [...] novos **sistemas semissimbólicos** que redefinem e deslocam, para cada discurso concreto, a relação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo. (FONTANILLE, 2016, p. 23, grifo nosso)

Portanto, pode-se afirmar que o eu-lírico, a fim de realizar a transição passional observada no texto em análise, parte do esquema imagético contentor, de uma “função semiótica elementar (que tem como funtivos o exteroceptivo e interoceptivo), o que poderia ser pensado de acordo com seguinte quadrado semiótico:

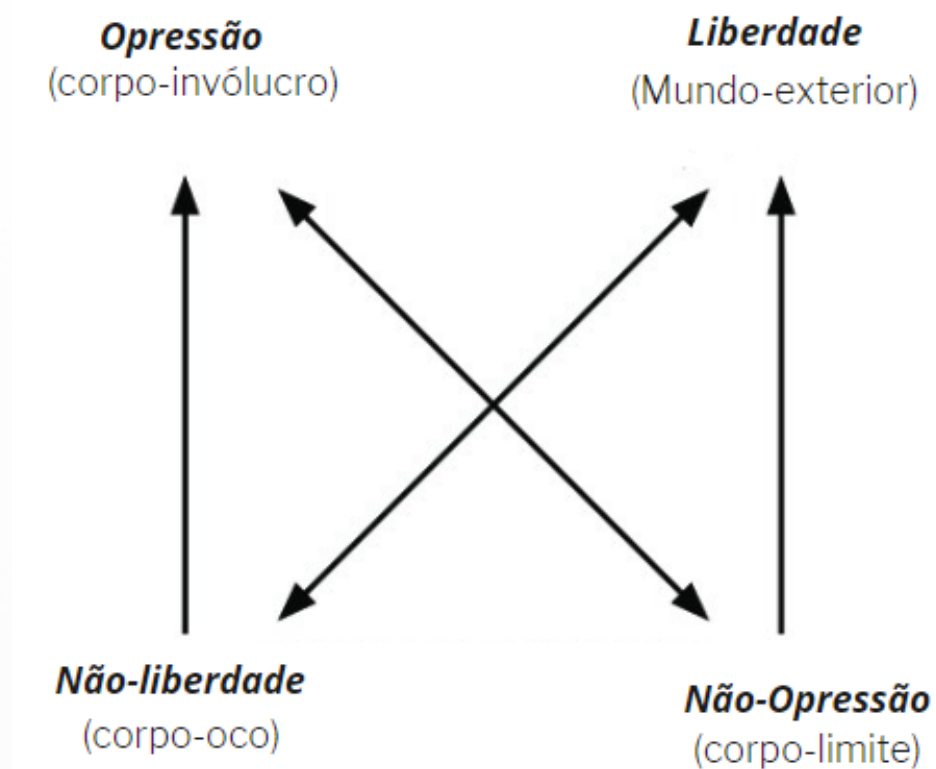
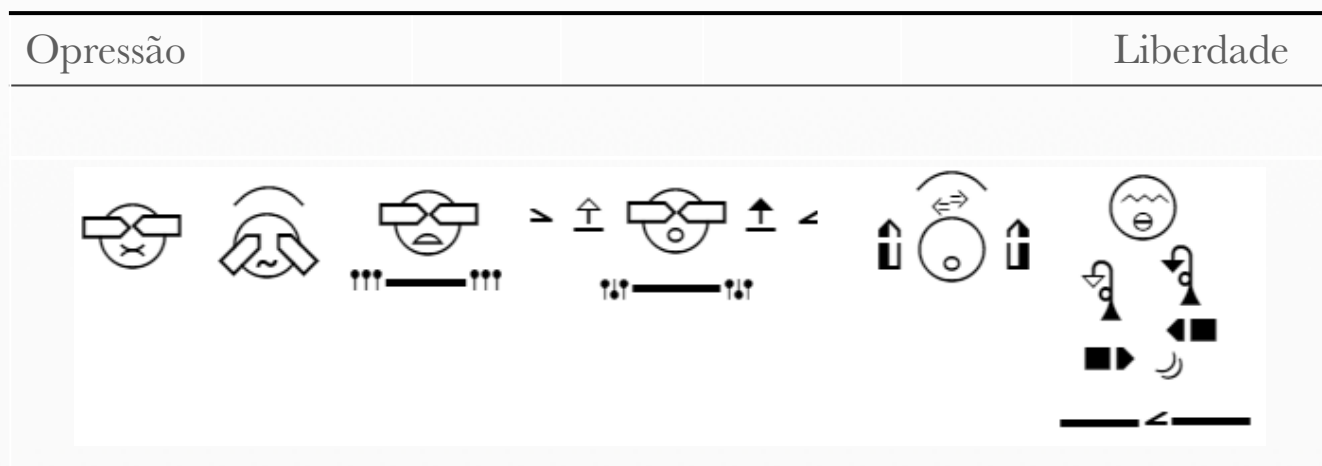


Figura 5: Quadrado semiótico do poema “O despertar”
 Fonte: Adaptação de FONTANILLE, 2016, p. 127

Consequentemente, tal função estabelece um *sistema semissimbólico*, que opera no plano de expressão certa divisão marcada, de acordo com os dois polos presentes no plano de conteúdo do poema:



Quadro 1: Transição passional
 Fonte: Adaptação de PIETROFORTE, 2012, p. 115

Neste sistema, em um primeiro momento, próprio do estado de opressão, são realizados sinais cujos parâmetros fonológicos seguem *orientação de mão* (Or.) para trás, *configurações não manuais* (CNM) — aqui representadas pelo fonema Boca — contraída e *movimento* (Mov) nulo.

Esse padrão vai se alterando, não de maneira abrupta, mas gradativamente: os sinais começam a ganhar *movimento* (para os lados, para a frente e para trás), as *orientações das mãos* (Or.) são realizadas com a palma para a direita e esquerda, e o fonema boca vai gradualmente abrindo-se, até chegar ao momento último, próprio do estado passional da liberdade, em que os parâmetros assumem *orientação de mão* (Or.) para baixo, o fonema Boca, aberto, e *movimento* (Mov) giratório para cima.

PC	<i>Opressão x Liberdade</i>	
PE	Orientação de Mão (Or.)	<i>Para trás x Para baixo</i>
	Configurações Não Manuais (CNM)	<i>Contraído x Descontraído</i>
	Movimento (Mov)	<i>Nulo x Múltiplo</i>

Quadro 2: Correlações interplanares

Fonte: Adaptação de PIETROFORTE, 2012, p. 115

Não passa despercebido que, durante todo o texto, haja apenas uma *configuração de mão* (CM) na composição dos sinais: todos os dedos distendidos, em [B], o que não se considera desprezível para a composição geral do efeito de sentido proposto pelo enunciador.

Revisitando esta análise pelo prisma da semiótica tensiva, é interessante notar como as variações operadas no fonema *boca* (contraída → descontraída) chamam a atenção ao chegarem a seu ponto máximo de abertura já no quinto dos seis sinais que compõem a narrativa. Assim, estando já em abertura máxima, não se espera que haja algo mais a ser sinalizado com esse fonema no último sinal. Entretanto, o uso da língua no sexto sinal rompe com o ordenamento esperado pelo oxímoro resultante do grau a mais que se atribui ao que já está escancarado e cifra este último elemento lexical pela ordem de uma **concessão**¹¹.

¹¹ “A concessão põe o ‘acento de sentido’ numa figura gramatical modesta, apenas uma figura entre as demais, mas que se encontra aqui - circularmente - destacada e provida ao nível de chave de sentido, parcial ou total, conforme o caso.” (ZILBERBERG, 2011, p. 243).

Por operações assim como essas, percebe-se que os sinais vão ganhando carga fonológica (Quadro 2), à medida que o percurso narrativo vai se concretizando, o que corresponde ao ganho de afetividade no plano de conteúdo. A própria velocidade (andamento) e força (tonicidade), que crescem durante a produção dos sinais, corroboram isso: elas estão regendo não só a temporalidade — o que justifica o fato de o poema em análise constar de apenas dez segundos de duração —, mas também a espacialidade, permitindo a relação entre *aberto x fechado* do esquema imagético contendor. Tais **interações entre subdimensões**¹² da intensidade e subdimensões da extensidade culminam no que se denomina *arco tensivo da narrativa*:

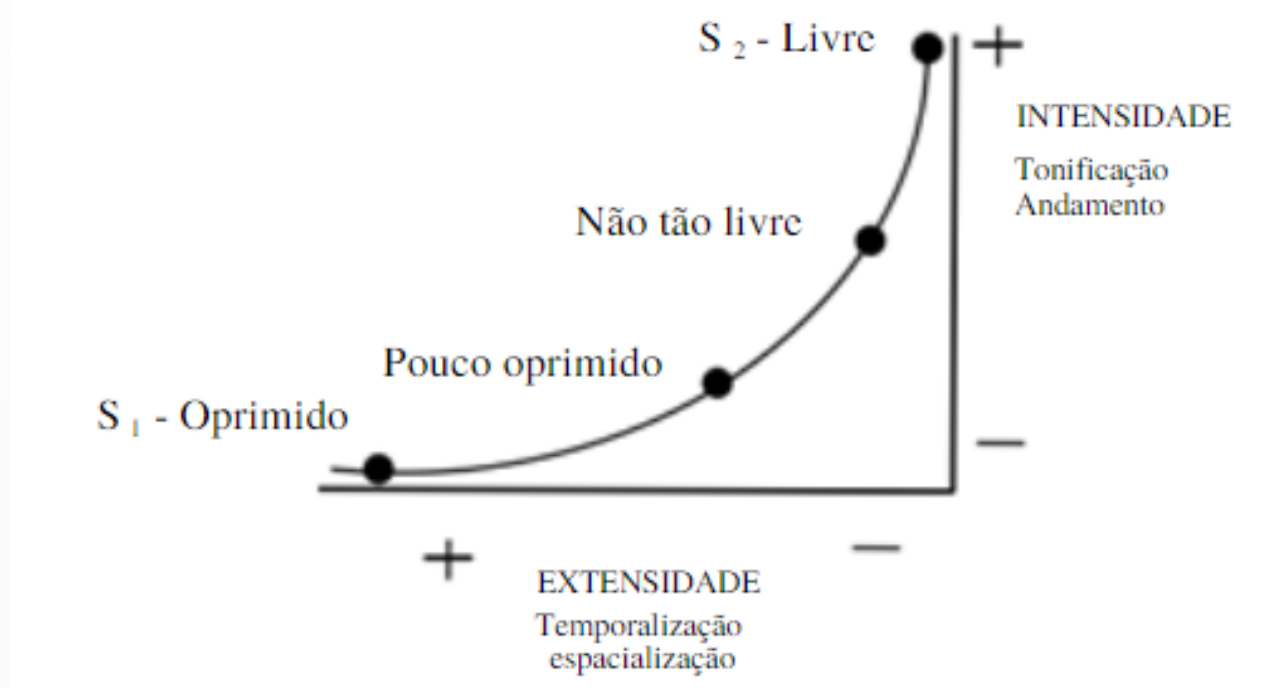


Figura 6: Correlação inversa do poema “O despertar”
 Fonte: Adaptação de BEIVIDAS, 2021, p. 46

Dessa maneira, os elementos do plano de expressão selecionados para compor o texto apenas parecem estar presentes de maneira arbitrária e despreziosa, mas, *in fine*, não deixam “de desempenhar algum papel no plano do conteúdo”, enfatizando-o ou mesmo vinculando informações novas à significação global do texto (TATIT, 2019, p. 19; ZILBERBERG, 2011, p. 16). Ainda que não haja uma tradução do poema para a língua portuguesa, o

¹² Ou ainda, “entre subvalências”. “As subvalências estão para a subdimensão assim como as valências estão para a dimensão. [...] Considerando que as valências são solidárias às dimensões, podemos registrar duas classes de valências: as intensivas e as extensivas. De acordo com o mesmo princípio, que admite a solidariedade entre subvalências e subdimensões, o número de subvalências é mais elevado por ser produto da aspectualização das direções tensivas e dos foremas.” (ZILBERBERG, 2011, p. 283)

enunciador permite que o leitor, surdo ou ouvinte, compreenda o que o eu-lírico deseja expressar.

Ou seja, esse “poder-saber” do conteúdo do texto nada mais é do que, segundo o que temos proposto, estratégias textuais de manipulação. Tais estratégias são propostas pelo enunciador, a fim de agenciar o fazer interpretativo do enunciatário, por meio do aumento da demanda de catálises, o que, por sua vez, solicita maior engajamento sensível do leitor com a obra, para que ele possa compreender o texto na medida em que se envolve na afetividade aí disposta (MANCINI, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de investigar o plano de expressão da LIBRAS, à vista, primeiramente, das contribuições do conceito de esquema imagético contentor, proposto pela Linguística Cognitiva ao sistema semissimbólico previsto pela semiótica de linha francesa.

Pelo que consideramos, é possível afirmar que, no texto poético analisado, metaforicamente, DENTRO é lugar apenas para o que é BOM, e tudo o que assim não o for precisa ser posto para FORA. A admissão de tais conceitos permite que se proceda, por meio dos postulados da Escola Semiótica de Paris, ao exame das correlações semissimbólicas operadas entre parâmetros primários, segundo o plano de expressão, bem como ao das modulações afetivas (vistas sempre por certo ponto de vista) segundo o plano de conteúdo. Importante observar que essa relação estabelecida entre as categorias da expressão e do conteúdo é própria do referido contexto, e que, fora dele, ela não existiria. O BOM terá relação com DENTRO somente no contexto desse esquema imagético, e o mesmo acontece em relação aos seus termos complementares. Ou seja, por se tratar de uma relação transitória, pode muito bem apresentar-se de maneira completamente inversa nos diferentes tipos de textos (LINDENBERG LEMOS, 2010, p. 7).

Esse procedimento analítico evidencia que o fazer poético do enunciador — ao conotar o plano de expressão a fim de conceder acesso a novos e outros conteúdos, por meio de tais metáforas — funciona como estratégia textual para causar a identificação afetiva, no nível dos efeitos passionais produzidos pelos atores discursivos, com o leitor (LIMA, 2011). Isso é o que possibilita a rápida compreensão do poema analisado, por exemplo.

Assim, os esquemas imagéticos, evidenciados neste trabalho pelo exemplo do esquema de *contâiner*, podem servir para apontar quais sejam os recursos do plano de expressão que, acentuados pelo desdobramento poético da

linguagem, possibilitam maior economia geral da análise do texto. A análise de demais esquemas imagéticos em textos sinalizados de ampla extensão, como por exemplo textos do gênero “conto”, acabam por constituir uma limitação deste trabalho e apresentam-se como possibilidade para futuras pesquisas.

De todo modo, consideramos, por ora, que as implicações aqui analisadas contribuem para o avanço das discussões sobre os processos abstratos presentes nas línguas de sinais, bem como para as pesquisas linguísticas dos Estudos Surdos, até aqui desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

BATTISON, R. **Lexical Borrowing in American Sign Language**. Silver Spring, Maryland: Linstok Press, Inc., 1978.

BEIVIDAS, W. A dimensão do afeto em semiótica: entre fenomenologia e semiologia. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A.; BAQUIÃO, R. (ORG.) (Eds.). **A abordagem dos afetos na semiótica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 13–34.

BEIVIDAS, W. **Un modelo catenario y tensivo para la estructura del cuadrado semiótico: salir de Aristóteles**. Tóp. Sem [online]. 2021, n. 46, p.101-117. Epub 23-Ago-2021. ISSN 2594-0619.

CAPOVILLA, F. C. et al. **Dicionário da língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos**. [s.l: s.n.].

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro/UFRJ, 1995.

FIORIN, J. L. A teoria dos signos. In: FIORIN, J. L. (Ed.). **Introdução à linguística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 1–227.

FLOCH, J.-M. **Petites Mythologies d’oil et de l’spirit: pour une sémiotique plastique**. [s.l.] Actes Semiotiques, 1985.

FONTANILLE, J. **Corpo e Sentido**. 1. ed. Londrina: Eduel, 2016.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso/Humanitas. (Original francês de 1988), 2001.

GONZÁLEZ, M. A. R. **Lenguaje de signos**. Barcelona: Confederación Nacional de Sordos de España; Fundación ONCE, 1992.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1966.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Petrópolis: Vozes, 1975a.

GREIMAS, A. J. Sémiotique figurative et sémiotique plastique. **Actes Sémiotiques**, v. 6, n. 60, p. 1–24, 1984.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. 2. ed. [s.l.] Contexto, 2008.

GREIMAS, A. J. (ORG.). **Ensaio de semiótica poética**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1975b.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2. ed. [s.l.] Perspectiva, 1975.

HOCKETT, C. F. **In search of Jove's brow**. *American Speech*, Durham, NC, v. 53, n. 4, p. 243-313, 1978.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1976.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEMOS, C. L. Semissimbolismo e as categorias tensivas subjacentes. **Gragoatá**, v. 21, n. 40, p. 339–353, 2016.

LIMA, E. S. de. Língua, literatura, enunciação e afetividade: uma análise da narrativa Campo Geral, de Guimarães Rosa. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 9, n. 1, 2011.

LIMA, E. S. Paixões do leitor: a convocação afetiva no conto Baleia, de Graciliano Ramos. **Itinerários** (UNESP. Araraquara), v. 1, n. 40, 2015.

LINDENBERG LEMOS, C. **Entre expressões e conteúdos: do semissimbolismo às categorias tensivas**. 2010. 122 f. - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOPES, I. C.; SOUZA, P. M. de. **Estudos semióticos do plano da expressão**. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

MANCINI, R. **Os modos de engajamento do leitor de Grande sertão: veredas** em quadrinhos. Todas as Letras Revista de Língua e Literatura, v. 21, n. 1, 2019.

MANCINI, R. A tradução enquanto processo. **Cadernos de tradução**, v. 40, n. 3, 2020.

MIRANDA, M. A. Análise de metáforas e esquemas imagéticos multimodais no discurso de membros da frente parlamentar evangélica: uma abordagem cognitiva. **Linguística cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além-mar**, p. 103–120, 28 nov. 2018.

MOREIRA, R. L. **Um olhar da semiótica para os discursos em libras: descrição do tempo**. São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, 26 set. 2017.

NUNES, V. F. Parâmetro Orientação em Libras: investigando metáforas e esquemas imagéticos. **Signo**, v. 44, n. 79, p. 29–37, 3 jan. 2019.

OLIVEIRA, R. P. de. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 1. p. 23-54. 2 v.

PIETROFORTE, A. V. **Semiótica Visual: os percursos do olhar**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. BECKER. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEGALA, R. **O DESPERTAR - Poema sinalizado por Rimar Segala, Escrita de Sinais Carlos Cristian**. Youtube, 5 nov . 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=C2Z4zUb84oU> >. Acesso em: 15 abr. 2022.

STOKOE, W. C. **Sign and culture: a reader for students of American sign language**. Maryland: Linstok Press, 1960.

ZILBERBERG, C. **Razão e poética do sentido**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: EDUSP, 2006.

TATIT, L. Bases do pensamento tensivo. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 15, p. 11-26, 2019.

ZILBERBERG, C. “Louvando o acontecimento”. Tradução de Maria Lucia Vissotto Paiva Diniz. In: **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 13, p. 13-28, 2007.

ZILBERBERG, C. **Elementos de Semiótica Tensiva**. Tradução de Luiz Tatit, Ivã Carlos Lopes e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê, 2011.

O negro no discurso publicitário dos anos 2000-2010 na revista *Veja*: discurso antirracista?

Isabel Cristiane Jerônimo¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a construção de um discurso publicitário que se coloca como “novo” em relação às décadas passadas na tentativa de mostrar uma relação de equidade entre negros e brancos. Paulatinamente, os sentidos deslizam, reorganizando a memória, e parece haver, na primeira década de 2000, um esforço para se criar um discurso publicitário mais plural, voltado a uma ideia de democracia racial. A presença de pessoas negras e brancas num mesmo anúncio pode ser apontada como uma regularidade importante discursivamente. Dessa forma, problematizamos se esse “novo” discurso publicitário que emerge pode ser realmente considerado antirracista. O referencial teórico pauta-se em reflexões advindas da Análise do discurso francesa, da publicidade e das discussões raciais. Atravessado pela contradição, o discurso visual da igualdade é melhor do que o silenciamento da imagem de décadas passadas. Entretanto, desvelando-o discursivamente, nota-se que essa inclusão se dá por meio de uma memória que resgata as ideias de democracia racial e do

¹ Professora Doutora da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas. Endereço eletrônico: cristianejeronimo@uel.br. ORCID: 0000-0001-8887-2943

politicamente correto, apenas cumprindo exigências tácitas do contexto social e econômico vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso publicitário; negros; ideologia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the construction of an advertising discourse that places itself as "new" concerning the past decades to show a relationship of equity between black and white people. Gradually, the meanings slide, reorganizing the memory, and there seems to be, in the first decade of 2000, an effort to create a more plural advertising discourse. The presence of black and white people in the same ad can be pointed out as a discursively important regularity. Thus, we question whether this "new" advertising discourse can be considered anti-racist. The theoretical framework is based on reflections derived from French discourse analysis, advertising, and racial discussions. Crossed by contradiction, the visual discourse of equality is better than the silencing of the image of the past decades. However, unveiling it discursively, it is noted that this inclusion occurs through a memory that rescues the ideas of racial democracy and political correctness, only fulfilling tacit demands of the prevailing social and economic context.

KEYWORDS: advertising discourse; black people; ideology.

INTRODUÇÃO

Em nossas reflexões a respeito do negro na publicidade veiculada na revista *Veja*, levamos em conta as décadas de 1970, 1980 e 1990² e detectamos o seguinte: na década de 1970, a política de silenciamento em relação à presença de corpos negros nos anúncios é predominante, numa relação que envolve historicidade e uma matriz de sentido situada nos discursos construídos desde a escravidão, passando por teorias de cunho racista no pós-abolição e unindo-se a discursos próprios da publicidade e do capitalismo na relação anunciante, publicitário e público-alvo. Já nas décadas de 1980 e 1990, o negro está presente na publicidade, mas em repetidas posições fixas, sendo esses sujeitos representados como atletas, serviçais domésticos, crianças

² Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada **O negro em revista: memória, história e representações na produção de sentidos do discurso publicitário(1970-2010)**, coordenado por mim na Universidade Estadual de Londrina.

despossuídas, assistas de carnaval, sambistas. Raras foram as aparições do negro em posições de prestígio na publicidade, à época.

O objetivo deste artigo é analisar como se dá a construção de um discurso publicitário que se coloca como “novo” em relação às décadas passadas na tentativa de mostrar uma relação de equidade entre negros e brancos. Paulatinamente, os sentidos deslizam, reorganizando a memória, e parece haver, na primeira década de 2000, um esforço para se criar um discurso publicitário mais plural, voltado a uma ideia de democracia racial.

A presença de pessoas negras e brancas num mesmo anúncio pode ser apontada como uma regularidade importante discursivamente. Dessa forma, problematizamos: esse “novo” discurso publicitário que emerge pode ser realmente considerado antirracista? Quais formações ideológicas imbricam-se para que esse discurso materialize-se na publicidade? Quais arranjos podemos identificar na formulação do intradiscurso visual? Partimos do pressuposto de que a publicidade pode configurar-se como um Aparelho Ideológico conservador e que, embora procure atuar a favor da diversidade nesta conjuntura, tende a identificar-se com sentidos cristalizados, provocando poucos deslizamentos.

Inicialmente, apresentamos a fundamentação teórica que embasa o trabalho, centrada na Análise do discurso francesa, bem como preceitos da publicidade e das questões raciais. Em seguida, analisamos textos publicitários a fim de respondermos nossas questões de pesquisa. Na sequência, os resultados obtidos e as considerações finais.

1 Análise do Discurso e publicidade

A fim de refletirmos sobre o funcionamento do discurso de textos publicitários que busca gerar o sentido de inclusão e igualdade de pessoas negras nessa formação discursiva, propomos, por primeiro, discorrer acerca de alguns conceitos da Análise do discurso (AD) fundamentais para pensarmos as condições de produção desse acontecimento discursivo.

Na tensa relação entre negro e publicidade inscrita na história, um conceito importante a ser abordado é o de memória discursiva, a qual se refere a um regime de repetibilidade no interior das práticas discursivas, da ordem do não-sabido, de caráter social, utilizada pelo sujeito afetado pelo esquecimento, mas seguro de ser a origem do saber que veicula (INDURSKY, 2011).

Tendo isso em vista, podemos afirmar que as construções negativas sempre foram repetidas à exaustão nos modos de representação de pessoas negras, bem como imaginários pouco valorizados socialmente foram evocados nos anúncios, a fim de manter esses sujeitos vinculados a espaços fixos de

subalternidade, semiotizados por materialidades verbais e não verbais, como é possível ver em Jerônimo (2021). Assim, o discurso publicitário tradicionalmente coloca limites “naquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva, em um momento dado, em uma conjuntura dada” (ORLANDI, 2007, p.62), vinculando-se, portanto, a uma formação ideológica muitas vezes racista.

Entretanto, a memória discursiva, apesar de evocar um campo de repetições e regularizações, não é homogênea ou imutável. Achard (2007 apud PÊCHEUX, 2007, p.52) afirma que a memória “é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbá-la; o acontecimento desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior”. Há, portanto, a deriva, isto é, a possibilidade de deslocamentos e retomadas responsáveis por novos efeitos de sentido associados à ideologia por meio de outras conexões discursivas. Esses deslizamentos, quando pensados na relação negro/publicidade, são pouco comuns, pois, nesse âmbito, trata-se de uma formação discursiva conservadora, muito determinada pelo poder econômico, pelo marketing da agência responsável e pelas circunstâncias sócio-históricas.

A produção de sentidos em uma dada formação discursiva é sempre atravessada por aspectos ideológicos e resulta de uma complexa relação desses com o simbólico e a história. Discursivamente, a ideologia é responsável pelos efeitos de evidência de uma dada materialidade, provocando a ilusão de que sujeitos e sentidos estão sempre já-lá, de forma transparente, criando uma relação direta com o mundo e uma naturalização do que, na verdade, é um imbricamento entre o simbólico, a história e a memória discursiva. Com Orlandi (2000, p.47), afirmamos que “Não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados”, ou seja, ela é um efeito da relação do sujeito com a língua e com a história para a construção dos sentidos.

Ainda sobre a ideologia na teoria pêcheutiana, é importante também evocarmos o aspecto materialista do conceito suscitado pela ótica de Althusser (1996). Para o autor, a ideologia é a relação imaginária transmutada em práticas sociais, a qual interpela o indivíduo, que se reconhece e se assujeita a ela. Isso se dá concretamente por meio de um Aparelho Ideológico de Estado (escola, igreja, família, mídia, política, etc.). A partir do momento em que se assujeita, o sujeito passa a falar da posição determinada por essa ideologia.

Pêcheux, motivado pela visão althusseriana, mas adaptando-a à AD, acrescenta a ideia de que a ideologia não tem como característica a

homogeneidade, mas constitui-se por contradições internas em uma mesma formação discursiva. Daí o autor falar em “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2014, p.129). Nessa contradição, o sujeito, investido pela forma-sujeito, pode identificar-se, contraidentificar-se ou desidentificar-se dos saberes da formação discursiva a que está assujeitado. Para Pêcheux (2014, p.132), a ideologia concretiza-se por meio das formações ideológicas, ou seja, “as ideologias práticas são práticas de classe na Ideologia”.

Na movimentação da engrenagem capitalista, podemos colocar em destaque as posições ideológicas relativas aos atores envolvidos na prática discursiva publicitária: a) o anunciante que, para Lagneau (1981), é aquele que tem seus interesses defendidos pela publicidade e, portanto, ocupa a posição de proprietário desse discurso. “Trata-se, essencialmente, das grandes marcas de bens e serviços nacionais e estrangeiros que oferecem suas mercadorias para o consumidor final e que constituem a parcela mais importante dos anunciantes” (ROCHA, 2007, p.82); b) a agência de publicidade, contratada para materializar o anúncio, levando em conta o investimento feito pelo anunciante; c) os suportes midiáticos, que cobram altas somas para veicular a publicidade; e d) o público-alvo, o sujeito interlocutor imaginado, o qual deve ter o seu interesse despertado pelo anúncio para adquirir ou aceitar determinada ideia, produto ou serviço. Os sujeitos produtores do texto publicitário devem esforçar-se para forjar um elo simbólico com esse público, recorrendo a saberes, normas, valores e universo de referência supostamente partilhados (SOULAGES, 1996).

De acordo com Orlandi (2000, p. 40), podemos observar nessa relação entre sujeitos um “jogo imaginário que preside a troca de palavras” em que estão imbricadas as imagens da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim?) e do objeto do discurso (do que ele me fala?). Essas posições discursivas – produzidas pelas formações imaginárias – são as responsáveis pelo ajustamento dos dizeres, segundo os objetivos pretendidos.

Pensando nas formações imaginárias na produção publicitária é preciso ter em mente que, para a concretização de um anúncio ou campanha, atua uma equipe disposta a agradar e a fazer lucrar aquele que detém o capital: o anunciante. Especificamente no processo de criação, encontramos a figura do redator, sujeito responsável pela elaboração do conteúdo verbal, e o diretor de arte, responsável pelo apelo visual da campanha ou do anúncio. São profissionais que atuam em conjunto, depois de receber o briefing, isto é, “um mapa de intenções em que aparecem os objetivos da ação publicitária, o

posicionamento a ser adotado, o conteúdo da comunicação, o perfil do público, seu estilo de vida, valores etc.” (CARRASCOZA, 2008, p.127). Essas informações fundamentais são coletadas e estudadas pelo setor da agência responsável pelo planejamento.

Após concluído o trabalho de criação, cabe à área de mídia da agência selecionar os suportes mais adequados para atingir o leitor, levando em conta o contexto sócio-histórico em que ele se insere. “O profissional de mídia é quem utiliza a verba do cliente, faz o levantamento de como e onde investir e decide a respeito dos veículos e frequência que devem ser utilizados para atingir os objetivos do planejamento” (PEREZ, 2008, p.21).

Como afirma Gastaldo (2013, p.15), “O discurso publicitário pode ser considerado como parte da cultura de uma sociedade, apresentando e representando valores, hierarquias sociais, relações de poder e definições sociais da realidade.” Ou ainda como nos diz Soulages (1996, p.142), “além do papel regulador que ela pretende desempenhar nas economias de mercado, a publicidade é reconhecida como um processo de produção de formas culturais e se afirma no espaço social como um dos suportes mais visíveis das representações de identidades.”

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL DOS ANOS 2000

O conceito de raça, legitimado no século XIX por ideias pseudocientíficas, já foi desconstruído e sua inexistência biológica, comprovada. Entretanto, sociologicamente a ideia resiste na sociedade, materializando-se em práticas racistas mais ou menos sutis, a fim de subjugar pessoas negras e de mantê-las afastadas de determinados espaços. A manutenção dessa hegemonia se dá por mecanismos ideológicos, pois a ideia de raça é uma categoria etnosemântica, não biológica e, como toda ideologia envolve relações de poder e dominação (MUNANGA, 2003).

Como o conceito de raça se refere sempre ao “Outro”, o grupo branco é visto como desracializado, o padrão dominante da sociedade a partir de uma visão sócio-histórica europeia detentora do imaginário social formado por características positivas ligadas à inteligência, ao comando, à beleza, ao poder. A hegemonia do grupo branco, portanto, “é uma forma de poder baseada na liderança em muitos campos da atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável” (HALL, 2016, p.193).

Para Almeida (2019), o racismo constitui-se como parte da estrutura do país e também como decorrência da estrutura social, do modo naturalizado como se engendram as relações políticas, econômicas, jurídicas, familiares. Não deve ser visto como uma patologia social ou como um desarranjo institucional, mas como um fenômeno estrutural. Complementando essa visão temos, de acordo com Wieviorka (2007), que o racismo constitui-se como a caracterização de um conjunto humano pelos atributos naturais associados a características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo desse conjunto e, a partir disso, o colocar eventualmente em execução práticas de inferiorização e exclusão.

Como a discussão a respeito de racismo no Brasil configurou-se como um tabu por muito tempo, a ideia de democracia racial, suscitada pela obra de Gilberto Freyre nos anos 1930, serviu durante muitas décadas como um interdiscurso empregado por grande parte da sociedade que se contrapunha à ideia de que este seria um país racista em relação às pessoas negras. De acordo com Guimarães (2009, p.63):

Com a aparição de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, estava dada a partida para uma grande mudança no modo como a ciência e o pensamento social e político brasileiros encaravam os povos africanos e seus descendentes. Gilberto Freyre (1933) ao introduzir o conceito antropológico de cultura nos círculos eruditos nacionais e ao apreciar, de modo muito positivo, a contribuição dos povos africanos à civilização brasileira, representou um marco no deslocamento e no desprestígio que daí em diante sofreram as teorias racialistas.

Embora Freyre tenha tido o mérito de enfraquecer as teorias de base racialista, muito presentes na virada do século XIX para o XX, a ideia de um país em que as relações entre negros e brancos tenham se constituído, desde a escravidão, num paraíso das relações amistosas entre raças, não passa de um mito. Com o passar dos anos, “a ideia de que a desigualdade racial era preponderantemente produzida pela classe, e não pela raça, percepção hegemônica até a década de 1980” (OSÓRIO, 2021, p.9), foi um argumento presente em perspectivas teóricas sociológicas utilizado para reforçar esse mito.

Como o interesse deste trabalho é discutir como a publicidade da primeira década de 2000 busca trazer uma ideia de igualdade entre pessoas negras e

brancas na sociedade brasileira em detrimento das posições subalternas de décadas anteriores, é importante trazermos alguns fatos ligados à raça que constituem o contexto histórico desse período.

Na década de 2000, a ideia de democracia racial, embora ainda muito presente, tornou-se menos consensual e ainda, de forma tímida, diferentes setores da sociedade começaram a inserir em sua agenda uma discussão sobre a existência do racismo em nosso país. Surgiram estudos a respeito do racismo na mídia e nas telenovelas (ARAÚJO, 2000) e comparações dessa prática no Brasil e nos Estados Unidos (CONCEIÇÃO, 2006). “Mas as novas evidências mostravam os negros ainda muito concentrados na base da pirâmide social, algo incompatível com o mito da sociedade de classes sem racismo” (OSÓRIO, 2021, p.10). Gradativamente, graças às lutas dos Movimentos Negros no país, foram criadas oportunidades para beneficiar grupos específicos historicamente com menor acesso aos espaços de poder, como o caso das cotas raciais/sociais em universidades. A experiência dos Estados Unidos com este tipo de política afirmativa, desde a década de 1970, serviu de referência para a implantação do sistema de cotas no Brasil:

O debate político intensificou-se na Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), quando divulgou-se o relatório oficial do governo brasileiro incluindo a recomendação da adoção de cotas para estudantes negros nas universidades públicas (HERINGER, 2002, p.64).

A lei foi promulgada apenas em 2012 mas, desde o início dos anos 2000, várias universidades vinham desenvolvendo medidas de ações afirmativas para alunos negros ou pobres.

Outras iniciativas relacionadas ao enfrentamento das desigualdades raciais foram: atividades comunitárias destinadas à promoção social de crianças e jovens da favela, por meio de reforço escolar, de atividades profissionalizantes e de educação voltadas para o exercício da cidadania; atividades de apoio e estímulo a microempresários afro-brasileiros; estímulo e ampliação do acesso de afro-brasileiros ao ensino superior, principalmente servindo-se da organização de cursos preparatórios (pré-vestibular) para o exame de admissão às universidades brasileiras (MAGGIE, 2001). Entretanto, Osório (2021, p.24) afirma que ações isoladas não são suficientes, já que as “desigualdades racial e de renda são faces da mesma moeda, e não é possível vencer uma sem atacar a outra”.

Outro fato relevante ocorreu em 9 de setembro de 2009, quando o Comitê Especial para o Estatuto da Igualdade Racial da Câmara dos Deputados votou, de forma unânime, a lei que garantia amplos direitos aos negros brasileiros. Esses direitos referem-se a garantias sociais como saúde, cultura, lazer, liberdade religiosa. Destacamos os artigos 43 a 46, os quais dizem respeito à exigência de pessoas negras em filmes, peças publicitárias, programas de televisão etc., com a finalidade de garantir diversidade étnica e igualdade de oportunidades. Em 20 de julho de 2010, a lei n.12.288, de autoria do deputado Paulo Paim, foi promulgada e assinada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em relação à publicidade, levando em conta a sua relação com a questão racial nesse contexto sócio-histórico de algum avanço para os negros, vejamos o que afirma Strozenberg (2006):

Embora ainda minoritária, a presença de personagens negros na propaganda brasileira adquiriu, nos últimos anos, uma importância inédita. As imagens publicitárias que povoam nosso cotidiano – veiculadas na mídia impressa e audiovisual, ou disseminadas na paisagem urbana através de painéis luminosos, outdoors, e afixadas às carrocerias dos transportes coletivos – evidenciam uma presença crescente de **personagens de cor**³. Em que medida isso pode significar uma mudança na percepção da diferença racial, no contexto de uma cultura marcada pela experiência histórica da escravidão, fundada nos valores da hierarquia e do **preconceito de cor**? (...) Não há dúvida, de que as mudanças de comportamento relacionadas ao mercado têm um pé na realidade socioeconômica. O surgimento e crescimento de uma classe média negra, ou seja, de um mercado consumidor negro, é assunto que, recentemente, tem merecido espaço não só nas páginas de revistas dirigidas aos profissionais de propaganda e marketing, mas vem sendo objeto de destaque também em revistas de informação geral como *Veja*, a de maior circulação no país.

³ Destaques nossos.

A expressão em destaque mostra o quanto a sociedade é marcada por contradições no âmbito racial. Ao mesmo tempo em que parece haver esforços incipientes para diminuir as desigualdades e exclusões geradas pela cor da pele negra, uma estudiosa do tema ainda se refere aos negros como personagens de cor, talvez de forma inconsciente, memória discursiva resgatada dos dizeres de uma época colonial.

Além disso, podemos depreender de sua afirmação o quanto os negros estiveram alijados desse espaço de poder midiático, tanto pelo aspecto racial, que a autora traduz apenas como preconceito de cor e não como racismo, quanto pelo aspecto econômico. Os anos 2000 trazem uma publicidade que não é a responsável por inspirar as mudanças raciais, visto ser bastante conservadora, mas é compelida a posicionar-se devido às condições de produção em que se encontram, sob pena de sofrer prejuízos financeiros.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

3.1 METODOLOGIA

Os textos publicitários em análise foram publicados na revista *Veja*, um dos semanários mais lidos na primeira década de 2000. A proposta é construir um gesto de interpretação dos anúncios que nos chamaram a atenção, inseridos num corpus mais amplo, selecionados como amostragem pela regularidade visual dos arranjos formulados em três categorias: a) uma pessoa branca e uma negra; b) uma pessoa negra e várias pessoas brancas; c) um grupo de pessoas negras.

Selecionamos sete textos para explicitarmos como um discurso visual de pretensa igualdade racial é construído e em quais circunstâncias ideológicas. Temos, na publicidade, um objeto simbólico materialmente heterogêneo (verbal e não verbal) funcionando em uma composição. Para Lagazzi (2007, p.3) “o termo composição se distingue de complementaridade, pois se trata de uma relação pela contradição entre as diferentes estruturas materiais constitutivamente falhas e incompletas”.

É preciso deixar claro que, assim como no caso da materialidade linguística, a não verbal também está sujeita ao efeito de transparência. O propósito é procurar investigar de que forma podemos olhar para esse discurso, desamarrando-nos da naturalização proposta pelo sujeito publicitário, o qual está atrelado às expectativas de seus clientes e à aprovação do público-alvo. Para esse desvelamento dos sentidos, vinculamo-nos à Análise de discurso francesa.

Do corpus de análise, selecionamos aspectos que levamos em conta como materialidades significantes, a fim de alcançarmos a compreensão do funcionamento do discurso publicitário em relação às categorias citadas.

3.2 ANÁLISE

As representações dos negros na publicidade estão intimamente relacionadas a aspectos raciais e ideológicos conflituosos correntes na sociedade brasileira. Durante décadas, o negro foi repetidamente colocado em posições estereotipadas e subalternas nos anúncios, as quais colaboravam para enaltecer o grupo branco dominante em detrimento do grupo socialmente marginalizado por questões históricas e econômicas, caracterizando-o como o “outro”. Isso quando sua presença não foi completamente silenciada.

Reconhecendo os embates gerados por um recorte racial preconceituoso, a publicidade presente na revista *Veja*, na primeira década dos 2000, fortalece a construção de um outro discurso que surge ao final dos anos 1990, o qual parece promover algum deslizamento de sentidos. Anunciantes e publicitários, grupo predominantemente branco, detentor do poder econômico e dos meios de produção da indústria da publicidade, precisaram aderir às mudanças sócio-históricas e inserir mais negros nos anúncios, decisão tomada muito mais por uma questão de mercado do que por uma consciência social genuína, como veremos.

A novidade é a elaboração de um discurso visual pautado na presença dos negros junto aos brancos nos anúncios, composição bastante recorrente nos arranjos “um para um” (uma pessoa negra e uma branca) ou “um para vários” (uma pessoa negra em meio a pessoas brancas). Tal contestação a sentidos historicamente construídos, ligados ao racismo, deve ser interpretada levando-se em conta aspectos ideológicos atrelados ao grupo dominante e a uma maior relevância dos movimentos negros iniciados nos anos 1980.

A fim de compreendermos o funcionamento deste discurso que, em sua transparência, propõe-se antirracista, observemos os anúncios:



Fonte: Veja-ed. 2134- 14/10/2009- p. 124 e 125

Fonte: Veja- ed. 2104-18/03/2009- p. 40 a 43



Fonte: Veja- ed. 2114- 27/05/2009- p. 38 e 39.

Iniciemos pelo que há de comum entre os três textos. Do corpus coletado em nossa pesquisa, as operadoras de telefonia móvel são um conjunto de prestadoras de serviços de comunicação que mais inserem pessoas negras em seus anúncios. Isso é algo positivo, pois parecem considerar esses sujeitos como consumidores de seus produtos, ou seja, também dirige-se a eles dez anos após a privatização desse tipo de serviço. De forma muito regular, valem-se dos arranjos não verbais anteriormente citados: um negro e um branco/ um negro e vários brancos.

Para anunciar serviços de comunicação, os publicitários não elegem as máquinas em si e suas funcionalidades, mas pessoas, valorizando o aspecto humano, sujeitos que miram outros sujeitos-consumidores que folheiam a revista entre uma notícia e outra, estratégia que visa a uma maior identificação. No entanto, numa perspectiva sócio-histórica, a ideia de humanidade foi negada ao negro desde o período da escravidão e permaneceu como possibilidade de atualização no interdiscurso. A publicidade, como um aparelho ideológico importante da sociedade, foi

atravessada por esse modelo discursivo racista e agiu por muito tempo de modo a identificar-se com o pressuposto do não-humano, mantendo o negro em formações discursivas fixas ou simplesmente praticando uma política de silenciamento.

Ao nos depararmos, nos anos 2000, com a reiterada imagem de negros com brancos em campanhas publicitárias, podemos perceber um deslizamento de sentido pela desidentificação do meio publicitário com esse traço de desumanização do negro presente no interdiscurso, já que esse sujeito está presente em um locus diferente do que costumava aparecer (sim, ele também utiliza aparelhos celulares), apresentado lado a lado com os brancos, como podemos perceber nas imagens acima. O efeito de sentido de “igualdade” é materializado por esse arranjo espacial, explicitando a ideia de que já não há mais diferenças entre pessoas.

No texto publicitário B, observamos o enunciado *É tempo de mente sem fronteiras* projetado nas frentes de uma moça negra retinta e de um rapaz branco, que miram diretamente o leitor. Eles são modernos, estão posicionados lado a lado, em enquadramento fechado, tendo como fundo apenas a cor azul que identifica a empresa. As características físicas da modelo constituem uma materialidade significativa. Seus cabelos crespos funcionam como um signo de contraidentificação à forma-sujeito hegemônica dos cabelos lisos como os únicos bonitos, aceitáveis e possíveis de aparecer em uma publicidade de revista renomada. Ao formular visualmente essa imagem e veiculá-la em um suporte de grande circulação, o sujeito publicitário cria condições de existência para que o cabelo crespo, quase sempre classificado negativamente, possa pertencer a este universo de poder, ainda que de forma intermitente. Mesmo assim, procede-se a um remexer dos sentidos pejorativos cristalizados, relacionados a uma formação discursiva tão cara às mulheres negras.

No plano verbal, o verbo *ser* constrói a ideia de permanência da queda de obstáculos que aprisionava mentes pautadas em ideias preconcebidas, é o início de uma nova era. Assim como a comunicação móvel une pessoas fisicamente distantes, em qualquer lugar do mundo (*Tim, Você sem fronteiras*), seus usuários são incitados pela materialidade verbal e, principalmente, pela visual, a agir com tolerância. O substantivo *mente* é usado no singular, evocando um pensamento social único, desprovido de preconceitos, principalmente o de raça.

Em C, a estratégia discursiva é a formulação visual com crianças na composição do anúncio, escolha que busca aproximar e comover o público-alvo. No anúncio da empresa de telefonia Claro, há duas em destaque, uma

negra e uma branca. Elas aparecem em plano fechado, estratégia que destaca a união entre elas, dispostas uma ao lado da outra. Sobre seus rostos há o enunciado Suas escolhas fazem você igual. A palavra igual, escrita na vertical, é destacada por um contorno em vermelho, como se fosse encontrada em meio a um caça-palavras.

Podemos observar um outro deslizamento de sentido para a construção desse efeito de “igualdade”: tradicionalmente, as crianças negras ocupam na publicidade posições como sujeitos economicamente desprovidos, reflexo das desigualdades sociais brasileiras observadas por meio da intersecção raça/classe. Assim, são representadas como crianças de rua, carentes, miseráveis, pedintes de pés descalços. Por essa regularidade, sua presença em propagandas governamentais assistencialistas ou em programas televisivos como “Criança Esperança” são naturalizadas.

Na materialidade em análise, entretanto, ela passa a ocupar uma outra posição de sujeito no discurso publicitário e, *pari passu* com a criança branca, protagoniza a campanha de uma grande empresa de telefonia. Nessa atualização de sentidos, é preciso que a palavra “igual” seja explicitada e destacada, pois as condições sócio-históricas fizeram com que o negro fosse considerado menos humano que o branco por muito tempo nesta sociedade. Desfilando-se dessa formação ideológica, o sujeito publicitário inscreve o discurso numa perspectiva contrária ao racismo, procurando atrair a adesão do público-leitor.

Ainda neste anúncio, em composição com o não verbal temos o enunciado: Escolhas podem definir um momento, mudar um caminho ou transformar sua vida. A Claro valoriza seu poder de escolha. Afinal, ela sabe que você faz suas escolhas e não elas que fazem você. Num jogo de palavras pouco consistente, o qual não potencializa os efeitos de sentido que emergem do não verbal, a ideia de igualdade entre as pessoas de raças diferentes é vista apenas em âmbito individual, tal qual a escolha do sujeito leitor por sua operadora de telefonia móvel.

No texto A, a regularidade do posicionamento lado a lado novamente se faz presente. Dispostos em um semicírculo, observamos a presença de uma única modelo negra para compor o anúncio, enquanto há três pessoas brancas e o Blue Man Group, formado por três integrantes americanos, pintados de azul, trupe que fazia uma parceria nas ações publicitárias da TIM, em 2009. É irônico como até homens azuis ocupam mais espaço em um anúncio do que pessoas pretas. Obviamente, em uma sociedade racista como a brasileira, isso causa bem menos estranhamento e é visto com naturalidade, já que embaixo da tinta, há homens brancos. A modelo é

inserida nesta cena como uma representante da raça negra em meio à norma, padrão representado pelos brancos, os quais, por meio do privilégio da cor da pele construído historicamente, possuem acesso a todos os espaços sociais.

Os anúncios abaixo também são exemplos do arranjo que traz a presença do negro único em meio a brancos:



Fonte: Veja- ed. 2162- 28/04/2010- p.6 e 7

Fonte: Veja- ed. 1961- 21/06/2006- p. 6 e 7

Nos anos 2000, a discussão a respeito do uso de uma linguagem utilizada de forma a não ofender os integrantes de minorias (gays, negros, pessoas com deficiência) estava em voga. Essa disputa pelos sentidos já se iniciara na década de 90, com intelectuais como Renato Janine Ribeiro, em artigo na Folha de S. Paulo (1992). Os linguistas também não se furtaram ao debate, como Possenti (1995), Rajagopalan (2000), entre outros. Na esteira das acaloradas discussões, em 2004, o Governo Federal publicou um documento intitulado Politicamente correto e direitos humanos. Criticada por diversos setores da sociedade, a cartilha teve a sua distribuição suspensa. Mas qual é o sentido dessa expressão que gerou tanta polêmica no país?

Para Rodden (2010 apud WEINMANN; CULAU, 2014) o politicamente correto consiste em um conjunto de intervenções políticas, cujo alvo preferencial são determinadas manifestações linguísticas que carregariam em si a marca da discriminação contra grupos minoritários. Seu surgimento estaria ligado aos movimentos em favor dos direitos civis, nos EUA dos anos 1960, e aos enfoques multiculturalistas nos anos 1980, nas universidades norte-americanas, na esteira daqueles movimentos, e que têm como mote a crítica da subjetividade padrão, qual seja: o homem branco, heterossexual e burguês.

Embora essa contextualização esteja centrada nos embates linguísticos presentes no país citado, pensamos que seja pertinente estabelecermos uma relação desse fenômeno social, em ebulição nos anos 2000, com o arranjo não verbal nos anúncios D e E. Esse arranjo constrói sentidos, constituindo-se como uma materialidade significativa pois, por sua regularidade, institui um modelo dentre as possibilidades de construção visual: um único negro inserido em um grupo de pessoas brancas parece ser um arranjo formulado apenas para saciar, pelo simbólico, uma questão política. Vejamos como isso ocorre.

Os dois anúncios trazem a mesma temática, o mundial de futebol (2006/2010). De modo mais específico, urdem representações acerca da torcida pela seleção brasileira, um dos aspectos identitários mais contundentes do país.

No anúncio da marca Sadia temos, em primeiro plano, o mascote da marca, o personagem Lequetreque, agitando uma bandeirola amarela; em um plano posterior, um enorme S em verde, destacando a inicial do anunciante ao lado o texto verbal: Torcer pelo Brasil mistura todo mundo numa família só. Uma família com fome de gols e de linguinha Sadia. Torcer com Sadia é mais gostoso; logo atrás, um prato com linguça, que serve como petisco para o dia do jogo; em último plano, uma torcida composta por sete pessoas brancas e uma negra, colocada no meio do grupo. Todos simulando uma vibração efusiva pelo time nacional. A presença das cores saturadas constrói um sentido de vivacidade para a cena.

A formulação imagética dispõe o rapaz negro bem no centro do grupo, dessa forma o olhar do leitor tende a dirigir-se a ele, arranjo visual que visa evidenciar a sua “inclusão”, já que a maioria do grupo é branca por ser considerada como norma racial na sociedade. É importante observar que, na caracterização desses personagens unidos para torcer pelo país, ele não é o homem que está vestido com o terno ou como cozinheiro, nem é o torcedor comum que se diverte com a corneta, mas é o que tem a bola de futebol muito perto de si.

Historicamente, a memória visual que os leitores da revista têm acerca dos jogadores de futebol é formada por homens negros. Portanto, essa repetição é utilizada no anúncio de forma parafrástica, reproduzindo já-vistos, a fim de manter uma posição pré-fixada para o personagem negro. Em outras palavras, mesmo ocupando o papel de sujeito torcedor, a memória do estereótipo do boleiro persiste, coexistindo com o sentido metafórico de harmonia racial. Essa é uma formação discursiva que permite a inclusão de um único negro em meio a um grupo branco, estratégia discursiva que

contenta e não abala a audiência nem o anunciante, atravessada pela continuidade do negro no mesmo espaço visual sedimentado.

A construção de sentidos desse texto publicitário retrata um aparelho ideológico que dialoga com o simulacro da democracia racial como interdiscurso, mito colocado em funcionamento pela inserção de um homem negro no anúncio e pelo enunciado da marca: todo mundo numa família só. Entretanto, essa família tão una é representada como se o Brasil fosse um país de brancos, e os negros uma exceção, desconsiderando que mais da metade da população brasileira é negra.

O anunciante do texto publicitário (E) é o Banco do Brasil, instituição pública de economia mista, um dos maiores bancos do país, tanto em número de agências, quanto em patrimônio e receita líquida. Para divulgar vantagens do uso de seu cartão de crédito, foram selecionados dois homens, sendo um deles negro, e duas mulheres brancas. Todos estão vestidos com a camisa verde-amarela da seleção de futebol, com a mão direita no peito segurando os cartões, como se estivessem prontos para cantar o hino nacional antes do início da partida, rostos orgulhosos de serem brasileiros e satisfeitos por terem acesso ao Ourocard. Estão dentro de campo, com a torcida ao fundo; são pessoas comuns, mas no papel de estrelas.

A materialidade verbal é a seguinte: Promoção Ourocard é como o mundial, todos querem ganhar. Inscreva-se já. Trata-se das vantagens que se pode ter conseguindo cupons com compras feitas a partir de R\$50,00 para concorrer a viagens, créditos e outros prêmios. O verbo ganhar está destacado em amarelo.

O homem negro compõe o grupo que utiliza o cartão, portanto também é visto como um potencial cliente do banco e consumidor. Devido à grande parte da população negra estar presente nas camadas economicamente desfavorecidas da sociedade, a publicidade demorou a considerá-la como alguém com potencial de consumo de produtos, mesmo os mais prosaicos. Raramente viam-se pessoas negras em comerciais de creme dental ou de fraldas para bebês, por exemplo. Essa invisibilidade se deve a processos sócio-históricos iniciados desde a escravização, os quais permanecem disponíveis no interdiscurso até hoje. Assim, vê-lo presente em um anúncio, promovendo um cartão de crédito, diz respeito a uma deriva de sentido. Esse deslizamento constrói uma imagem para o público-alvo de um banco plural, voltado a toda a sociedade, estratégia discursiva proveitosa e necessária para uma empresa que tem o Estado como seu maior acionista.

Ao mesmo tempo, ao ser representado como um torcedor uniformizado com a camisa canarinho nesta situação de produção, o sujeito é colocado

quase como um intruso no mundo branco, já que o espaço pensado socialmente para ele é com a bola nos pés. Ao repetir essa composição com o “negro único” e torná-la um modelo, a publicidade procura cumprir, de forma protocolar, o papel de distanciar-se das práticas racistas do passado.

Observemos, agora, os anúncios abaixo:



Fonte: Veja- ed. 1857- 09/06/2004- p. 38 e 39

Fonte: Veja- ed. 1941- 01/02/2006-p.28 e 29

Como a publicidade reproduz valores, hierarquizações sociais, e está muito comprometida com o fator econômico, ela se constitui como um Aparelho ideológico mais propenso à paráfrase do que à inovação dos sentidos. Em relação aos negros, especialmente, a tendência é o retorno aos mesmos espaços discursivos e às posições de sujeito que os mantêm em formações discursivas naturalizadas pela sociedade. Nesses dois últimos anúncios temos a clássica posição do negro como atleta.

No anúncio da empresa de comunicação Brasil Telecom (F), patrocinadora de atletas na olimpíada de Atenas, em 2004, vemos, em destaque, a ginasta Daiane dos Santos, e ao fundo outros quatro atletas negros, possivelmente do atletismo. No enunciado em destaque temos: Só com muita paixão é possível fazer o que mil exércitos não conseguiram: conquistar Atenas; já no anúncio do banco privado Santander (G), o time de jogadores é formado pela maioria negra ou parda, apenas um branco, o jogador Kaká, vestidos com uniforme com logotipo da entidade bancária. Ronaldo, à frente, está com a bola. O sujeito publicitário, em nome do anunciante, enuncia: Faça como os melhores jogadores do mundo. Abra uma conta no banco que foi eleito o melhor do mundo.

Se a ideia de atleta precisa ser discursivizada por meio de signos não verbais, os responsáveis pela construção dos sentidos agem totalmente atravessados pela ideologia vigente, comportando-se como “bons sujeitos” (cf.

Pêcheux, 2014). Afinal, mais de um negro compondo um grupo esportivo numa mesma imagem não causa estranhamento, o sentido permanece em seu lugar e o leitor da *Veja* reage sem sobressaltos ao que vê, visto que partilha da mesma ideologia. O negro relacionado à força física, à habilidade esportiva e não à intelectual é uma posição de sujeito recorrente na publicidade, em todas as épocas. A ideia de exércitos, aliada ao contexto da Olimpíada remete à força, vitalidade, memória de um passado colonial; e os melhores do mundo, homens negros juntos, são imbatíveis no futebol. Aliás, nesta composição rara de um branco, para vários negros, o único jogador branco, em sua origem, faz parte de uma classe socioeconômica distinta da dos demais.

As condições de produção que envolvem ambas publicidades criam possibilidade de existência para que os negros apareçam em grupo sem causar espanto aos leitores, Isso ocorre porque não há ruptura das fronteiras do imaginário social permitido para esses sujeitos.

4 RESULTADOS OBTIDOS

Todos esses anúncios nos dão uma amostra de como a publicidade na primeira década de 2000 funciona ideologicamente em relação aos negros, tendo em vista as categorias propostas.

Apropriando-se do discurso do politicamente correto e do mito da democracia racial, a publicidade analisada procura veicular, por meio dos arranjos formulados com pessoas brancas, a ideia de uma nação harmônica e igualitária. Encontra-se determinada pela conjuntura social da época, que exigia novos comportamentos em relação às questões raciais, pelo modo de produção econômico e pela necessidade de conquistar e cativar o público-alvo. Embora os leitores da *Veja* fossem formados pelas classes mais abastadas da sociedade e com grau de escolaridade mais alto⁴, a presença de negros nos anúncios nos faz inferir que eles são levados em conta como consumidores e leitores da revista, embora pertencentes a uma incipiente classe média com ganhos para adquirir a revista em banca ou fazer uma assinatura.

⁴ Para se ter uma ideia, em 2002 em relação ao perfil do leitor da revista, temos: cerca de 5 milhões (em média, 4 leitores por exemplar); carteira de assinantes: 940 mil, 52% dos leitores são mulheres; 68% (3.415.000) dos leitores pertencem à classe A e B; 47% dos leitores têm entre 20 e 39 anos; 55% dos leitores têm nível superior; 80% dos leitores têm casa própria; 80% dos leitores têm automóvel no lar; 51% dos leitores têm TV a cabo; 28% dos leitores costumam correr ou andar. Fonte: Estudos Marplan.

Não ser vista como uma instituição de poder racista interessa à publicidade primordialmente do ponto de vista econômico, já que esse aspecto determina o simbólico. O princípio do lucro comanda a publicidade, a qual faz a mediação entre os interesses do anunciante e o aumento do consumo, fazendo girar a economia e concentrando o poder das marcas que dominam o mercado; o simbólico refere-se aos modos de discursivização postos em prática para se alcançar maiores fatias do mercado e/ou uma visão positiva da empresa pelos consumidores. O simbólico aqui materializa-se pelos modos de formulação das imagens, a fim de conseguir a adesão do público-alvo por meio de um discurso de um país plural pela presença da diversidade.

O suporte em que esses anúncios foram veiculados detinha a maior tiragem de exemplares do país. Em 2003, a *Veja*⁵ obteve o prêmio Caboré de Melhor Veículo de Comunicação para Mídia Impressa. Com uma tiragem de mais de 1 milhão de exemplares semanais e cerca de 9 milhões de leitores, a revista do Grupo Abril era líder de seu setor em circulação e em faturamento publicitário. Ideologicamente de viés neoliberal, em relação às cotas raciais nas universidades públicas posicionava-se editorialmente contra, favorável à ideologia da meritocracia. De acordo com Daflon e Feres (2012, p. 18) “para a revista, essas políticas violariam o princípio da igualdade formal” e “o período que se estende de 2004 até meados de 2006 é marcado pelos argumentos referentes ao princípio do mérito como única forma legítima de acesso ao ensino superior e pelas ideias de “discriminação às avessas contra os brancos” (2012, p.19).

A ideia de racismo reverso nos faz inferir como a revista negava o problema no país e as desigualdades sociais interseccionadas com a categoria raça. Não de forma direta, mas talvez esse posicionamento pudesse influenciar as condições de produção do enunciador do discurso publicitário que, num movimento de antecipação, levaria em conta essa posição não favorável aos negros por parte do suporte e, por consequência, a concordância ampla do leitor com a ideologia da revista.

Dessa forma, criar modelos visuais que referendassem a ideia de democracia racial, numa ótica politicamente correta, agradaria ao grupo hegemônico envolvido na produção e propagação dos anúncios, bem como ao público-alvo, em um harmonioso pacto narcísico da branquitude. Bento (2016) denominou como “pacto narcísico” as relações raciais em que os brancos partilhavam de uma rede de autopreservação na sociedade (nos campos político, econômico, ideológico, jurídico, midiático etc.) a fim de

⁵ Verbete *Veja*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>. Acesso em: 20 set.2021.

manter seus privilégios, constituídos de forma simbólica ou concreta, procurando imobilizar as fronteiras das formações discursivas e ideológicas e, conseqüentemente, reafirmar as representações em relação ao negro.

Rupturas de sentido não eram economicamente viáveis e a forma-sujeito do discurso publicitário sempre esteve muito envolvida com o conservadorismo e a tradição quando se pensa na inserção do negro na propaganda. A possibilidade de existência de um anúncio com várias pessoas negras retornar às mesmas posições cristalizadas exemplifica bem isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre sujeitos negros e sua presença no discurso publicitário sempre foi conflituosa devido às condições sócio-históricas desses sujeitos na sociedade brasileira estar associada à exclusão por meio do racismo que a estrutura. Nos anos 2000-2010, entretanto, as questões raciais passam a ganhar uma certa visibilidade, principalmente pela discussão das cotas para negros em universidades, bem como pela reflexão acerca de políticas públicas motivadas por movimentos ligados à causa.

A publicidade, então, vê-se interpelada e impelida, fundamentalmente por questões editoriais e de mercado, a criar um cenário de que o negro faça parte, simulando uma harmonia racial por meio de arranjos regulares entre pessoas negras e brancas, mas mantendo a memória de um país majoritariamente branco. Atravessada pela contradição, o discurso visual da igualdade tem seu aspecto positivo, é melhor do que o silenciamento da imagem. Entretanto, desvelando discursivamente como essa inclusão se dá, por meio de uma memória que resgata uma ideia de democracia racial e do politicamente correto, parece estar apenas cumprindo exigências tácitas do contexto social vigente.

Em grupo, a presença de vários negros em um anúncio é assentida se contemplar as posições de sujeito consagradas em determinadas formações discursivas, no caso desse trabalho o negro atleta, corpo máquina, hábil fisicamente. Isso aciona uma memória atravessada pela força corpórea da escravidão. Dessa forma, embora haja um pretensão discurso de igualdade, ao mesmo tempo a publicidade não deixa desaparecer os estereótipos de outrora, atualizando-os por meio do interdiscurso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac, 2000.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs). **Psicologia social do racismo**: um estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2016.

CARRASCOZA, João A. Criação e linguagem publicitária: redação. In: PEREZ, Clotilde e BARBOSA, Ivan S. **Hiperpublicidade**: atividades e tendências. São Paulo: Thomson Learning, 2008. Vol.2.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos**. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48^a.ed. São Paulo: Global, 2003.

GASTALDO, Édison. **Publicidade e sociedade**: uma perspectiva antropológica. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GUIMARÃES, Antônio S.A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil**: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Caderno de saúde pública. Rio de Janeiro, 18 (suplemento): 57-65, 2002.

JERÔNIMO, Isabel Cristiane. Discurso publicitário e raça: a necessária demarcação do “outro” na revista *Veja*, em 1970. **Travessias**, Cascavel, v. 15, n. 3, p. 36-57, set./dez. 2021.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. **Apresentação no III SEAD- Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. UFRGS: Porto Alegre, 2007.

LAGNEAU, Gérard. **A sociologia da publicidade**. São Paulo: Cultrix, 1981.

MAGGIE, Yvonne. Os novos bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes. **Novos Estudos CEBRAP**, 59:193-202, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das questões de raça, racismo, identidade e etnia. **3º Seminário Nacional das Relações Raciais e Educação-PENESB**. Rio de Janeiro, 5 de nov.2003. Palestra proferida no evento. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 15 jun.2020.

ORLANDI, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

OSÓRIO, Rafael Pereira. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PEREZ, Clotilde. Estrutura organizacional e modelos de gestão da agência de propaganda. In: In: PEREZ, Clotilde e BARBOSA, Ivan S. **Hiperpublicidade: atividades e tendências**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. Vol.2.

POSSENTI, S. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de estudos da linguagem**, 4(2), 123-140, 1995.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In F. Silva & H. Moura (Orgs.). **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico (pp. 93-102). Florianópolis: Insular, 2000.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **O canto da sereia**: notas sobre o discurso neoliberal na junho/2007.

SOULAGES, Jean-Claude. Discurso e mensagens publicitárias. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

STROZEMBERG, Ilana. Branca, preta, híbrida: qual é a cor da beleza na propaganda brasileira hoje? **Com Ciência**- Revista eletrônica de jornalismo científico. 10 ago.2006. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=15&id=148>. Acesso em 27 ago.2021.

WEINNANN, Amadeu de O. e CULAU, Fábio V. Notas sobre o politicamente correto. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.14, n.2, p 628-645, 2014.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Um estudo sobre o tratamento da Variação linguística na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental

Sâmila Reisel Ortel¹
Nathan Bastos de Souza²

RESUMO

O objetivo deste artigo é estudar o tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2017). A revisão de literatura conta com duas seções. Na primeira seção, refletimos sobre o conceito de variação linguística, conforme os estudos da Sociolinguística brasileira. Na segunda seção teórica, revisamos os documentos oficiais entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), em busca de conceitos relacionados ao campo da Sociolinguística. A metodologia do trabalho é qualitativa e utilizamos o cotejamento de textos para realizar as análises. Os resultados apontam para a descoberta do

¹ Graduada em Licenciada em Letras – Português pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão. E-mail: samila.ortel@hotmail.com.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor substituto na área de Linguística e Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Bagé. <https://orcid.org/0000-0003-1560-2867>. E-mail: nathanbastos600@gmail.com.

tratamento da variação linguística como um campo de conhecimento linguístico pela BNCCEF. Dessa forma, concluímos que o conceito está sendo cada vez mais entendido como temática relevante no ensino da língua portuguesa como língua materna.

PALAVRAS-CHAVE: variação linguística; documentos oficiais; Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The purpose of this article is to study the treatment of linguistic variation in the National Curricular Common Base for Elementary Education (BRASIL, 2017). The literature review has two sections. In the first section, we reflect on the concept of linguistic variation, according to linguistic scholars. In the second theoretical section, we review the official documents between the PCNs (1997) and the OCEMs (2006) in search of concepts related to the field of sociolinguistics. The methodology of the work is qualitative and we use the collation of texts to carry out the analyses. The results point to the discovery of the treatment of linguistic variation as a field of linguistic knowledge by the BNCCEF, thus, we conclude that the concept is increasingly being understood as a relevant theme in the teaching of Portuguese as a mother tongue.

KEYWORDS: linguistic variation; official documents; BNCCEF.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, com a introdução da linguística nos cursos de formação em Letras, essa área tem ajudado a compreender melhor as problemáticas propriamente brasileiras com relação à língua/linguagem (ILARI, 1997). É o caso da heterogeneidade linguística, que se tornou mais explícita nas salas de aula a partir do advento da chamada “democratização do ensino”.

Esse processo fez com que, sem muita preparação, a escola brasileira – que era para poucos, isto é, especialmente voltada para aqueles sujeitos urbanos com nível socioeconômico e cultural elevado – se deparasse com um aumento quantitativo de alunos. As consequências sociais eram previsíveis: deterioração das condições de trabalho, classes superlotadas, material insuficiente, precário e/ou inadequado, prédios mal conservados e achatamento salarial progressivo para os professores (BAGNO, 2007a).

Diferentes trabalhos de pesquisadores na área de Sociolinguística têm problematizado as contribuições desse ramo científico para as questões propriamente do ensino de língua portuguesa na escola, como a formação de professores, a consideração de elementos de variação e de mudança nas práticas de ensino ou, ainda, a elaboração de uma pedagogia culturalmente sensível (BORTONI-RICARDO, 2004; BAGNO, 2007a; GORSKI, COELHO, 2009; GORSKI, FREITAG, 2013).

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é estudar o tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental (doravante, BNCCEF). A abordagem teórica contém um estudo do conceito de variação linguística, segundo autores da Sociolinguística brasileira na vertente educacional, e também uma revisão breve da presença (ou não) de conceitos desse ramo da linguística nos documentos oficiais do governo federal que precederam a BNCCEF no que se refere ao ensino de língua materna – dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) às Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEMs) (2006). Utilizamos a metodologia do cotejamento de textos para realizar a análise. Os resultados apontam para a descoberta do tratamento da variação linguística como um campo de conhecimento linguístico a ser considerado pela BNCCEF como temática relevante no ensino do português como língua materna.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção apresentamos o aporte teórico para a reflexão aqui proposta: primeiramente, uma revisão sobre o conceito de variação linguística e, em seguida, a discussão sobre a presença (ou não) de conceitos da teoria Sociolinguística, nos documentos oficiais relacionados ao ensino da língua portuguesa que antecederam a BNCCEF.

1.1 O CONCEITO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Com base no princípio de que a língua é influenciada por fatores externos, como a cultura a que são expostos os indivíduos de uma comunidade de fala, a situação socioeconômica em que vivem, os regionalismos presentes na linguagem falada no respectivo círculo de convivência, podemos considerar que a língua é, então, variável. Nesse sentido, os falantes se posicionam, isto é, tomam atitudes, conforme destaca Beline (2012: 129): “Não temos atitudes apenas diante da língua falada em

lugares diferentes, também nos posicionamos diante de modos de falar correlacionados a fatores sociais, tais como escolaridade e nível econômico”.

Esse posicionamento pode não ser percebido quando em um contexto de pessoas da mesma região, por exemplo, ou que façam parte de uma mesma rede de relacionamentos. Em contato, de maneira constante, com um mesmo grupo, esses indivíduos dificilmente percebem as diferenças linguísticas existentes porque estão imersos no mesmo repertório sociolinguístico. Para Bortoni-Ricardo (2004: 49):

[...] cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social. Por isso sabemos que a rede social de um indivíduo, constituída pelas pessoas com quem este indivíduo interage nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolinguístico. (BORTONI-RICARDO, 2004:49)

No entanto, apesar dessa ilusão de similaridade dentro de um mesmo grupo social, a língua não deixa de variar. A variação linguística acontece em função do conjunto de fatores de ordem linguística e extralinguística. A origem geográfica, o status socioeconômico, o grau de escolarização, a idade, o gênero, o mercado de trabalho e, por fim, as redes sociais, influenciam os usos da língua. Esses fatores sociais podem ser determinantes para o uso de uma forma linguística ou outra, por exemplo: o uso de “a gente” em lugar do pronome pessoal “nós”. Segundo pesquisas relatadas por Bagno (2007a), um estudo com base em dados linguísticos da cidade do Rio de Janeiro detectou que a proporção do uso de “nós” diminui progressivamente conforme a faixa etária menor do informante. Em outros termos, para esse caso, o critério “idade” influencia na seleção do elemento linguístico “nós” ou “a gente”.

Nas palavras de Bortoni-Ricardo (2004: 49), a variação linguística acontece por meio da ocorrência de fatores que são estruturais: “[...] [pois] depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais. [...] Então, na prática, os fatores estruturais se inter-relacionam com os fatores funcionais na conformação dos repertórios sociolinguísticos dos falantes”.

Conforme apontamos acima a variação da língua desses falantes também depende de fatores como o meio social em que se inserem, as redes de relações sociais a que têm acesso, além dos fatores externos à língua, também já citados.

Segundo Bagno (2007a: 39-40), a variação linguística acontece em todos os níveis de análise³. Observem-se, no nível fonético-fonológico, por exemplo, as diferentes realizações para o som rótico em posição de coda, em palavras como “porção”, no português brasileiro. Pode ocorrer também em nível morfológico, vejam-se os casos de “peguento” e “pegajoso”, nos quais diferentes sufixos remetem ao mesmo significado. No nível da sintaxe, com as frases “Uma história que ninguém prevê o final”/ “Uma história que ninguém prevê o final dela” / “Uma história cujo final ninguém prevê”, em que os elementos se organizam diversamente, embora se apresente um significado geral comum. Ocorre variação semântica quando uma palavra como “vexame” pode designar “vergonha” ou “pressa”, segundo a origem regional do falante. Ocorre variação lexical, por exemplo, no nome de alguns alimentos, como “macaxeira”, “mandioca” ou “aipim”, três itens no inventário lexical da língua que remetem ao mesmo elemento.

Com a questão da variação linguística na sociedade, aparece também o preconceito existente entre o falar e o saber falar, de acordo com a norma padrão, considerado por muitos como o saber das regras da língua. Muitas vezes o preconceito linguístico é disseminado sem ao menos o opressor perceber, pois ainda não há uma exata consciência de que esse é um preconceito como qualquer outro, como os referentes a raça, cor e gênero, que também deveriam ser socialmente inaceitáveis.

Devemos entender que a relação existente entre o falante e sua língua é complexa, não é uma questão da forma como se fala, pois a “língua é o próprio falante”. Em relação ao preconceito linguístico, Bagno (2003: 17) (grifos do autor) destaca que:

[...] – em boa medida, nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber “usar” corretamente a visão (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de enxergar, mas não é capaz de ver) [...]. Nós somos muito mais do que meros “usuários” da língua: a noção de “usuário” faz pensar em algo que está fora de nós, uma espécie de ferramenta que a gente pode retirar de uma caixa, usar e depois devolver à caixa. Nossa relação com a linguagem é muito mais profunda e complexa do que um simples “uso” – até porque essa

³ Os exemplos contidos no parágrafo são apenas ilustrativos da variação linguística nos diferentes níveis, isto é, não esgotam as possibilidades de análise linguística naquele nível.

relação se faz com a própria linguagem! Aliás, a própria palavra “relação”, aqui, não dá conta dessa complexidade. (BAGNO, 2003: 17)

O estabelecimento da relação entre falante e língua, portanto, é indissolúvel. Se, por múltiplas razões, uma variedade foi “eleita” como a melhor – aquela que deve ser ensinada, aquela que causa um “efeito positivo” sobre o falante que a utiliza – a perspectiva que parece servir de pano de fundo é a de que a chamada “norma padrão”, de alguma maneira, serve para “cortar”, para “dividir”, traçar uma linha entre aqueles que a manejam bem e aqueles que a infringem. Assim, tenhamos em conta que “o nome padrão indica [...] um modelo de língua, uma construção artificial, baseada em algumas variedades regionais de prestígio [...]” (BAGNO, 2007a: 96). Dito de outro modo, a relação falante/língua tem a ver com a naturalidade com que aprendemos a falar, ou seja, nos manifestar socialmente por meio da língua, não com a artificialidade desse modelo prestigiado, por assim dizer, um “produto cultural” e “instrumento de poder”, nas felizes expressões utilizadas por Bagno (2007a).

1.2 A PRESENÇA DE EXPRESSÕES RELACIONADAS À SOCIOLINGUÍSTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE ENSINO DOS PCNs ÀS OCEM

Os primeiros documentos norteadores do ensino comum a todos são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que surgem em 1997, para o Ensino Fundamental. No ano 2000 são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e, em 2002, com orientações complementares, os Parâmetros Curriculares Nacionais+, também para o Ensino Médio, objetivando nortear a forma como o ensino deve ser guiado e aplicado dentro das escolas.

Em 2006, foram criadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEMs), voltadas a orientar o trabalho na escola com as linguagens, os códigos e suas tecnologias. Já em 2017, quase vinte anos após a criação dos PCNs, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular para Ensino Fundamental (BNCC-EF) e logo, em 2018, a BNCC para o Ensino Médio (BNCC-EM). Esses dois últimos documentos são mais abrangentes e se constituem de etapas, com habilidades e competências, que orientam as escolas e seus educadores para o ensino em sala de aula.

A variação linguística, dada a sua presença na relação entre língua e sociedade, como percebemos na seção anterior, normalmente aparece no

contexto do ensino em sala de aula. Essa presença já é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental, em que se lê:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. (BRASIL, 1998: 26)

Com base nesse fragmento, entende-se que o preconceito e a discriminação linguística já vêm sendo combatidos desde a criação desse primeiro documento. Observamos que os termos “variedades dialetais” e “variedades linguísticas”, além da consideração de que a forma de falar das pessoas é variável, segundo critérios geográficos e sociais, demonstra a presença de reflexões relacionadas à Sociolinguística. A importância que se dá, desde esse primeiro documento, ao respeito pelo “valor social” dos usos da língua pelos falantes faz perceber questões muito caras à relação entre a Sociolinguística e o ensino: a realidade heterogênea das línguas, a ideia de prestígio social nos usos linguísticos, os fatores extralinguísticos que influenciam propriamente a língua, dentre outros.

Segundo esse documento oficial, algumas implicações da consideração da variação linguística são importantes no quadro do ensino de língua portuguesa na escola. Assim, problematizar alguns mitos já bem arraigados em nossa sociedade em relação à língua é temática central. Dentre eles, o documento destaca:

[...] o de que existe uma forma correta de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala correta é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso consertar a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (BRASIL, 1998: 31)

Como podemos concluir a partir desse fragmento, a escola é colocada em uma condição de agente inibidor do preconceito quanto às diferentes formas de usar a língua. Percebemos nesse documento uma relação, inclusive pelo

termo “mito”, com a sistematização elaborada por Bagno (2011), em seu livro “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”, publicado originalmente em 1999, em que o autor afirma que existem oito mitos que fomentam o preconceito linguístico, como, por exemplo, o de que o português é uma língua única, o de que os brasileiros não sabem português ou de que essa língua é muito difícil, entre outros. Não retomaremos todos aqui. Basta dizer que há uma tendência equivocada entre os falantes que endossam essas visões sobre a língua, amplamente criticadas e preconceituosas.

Comparados ao documento dos PCNs do Ensino Fundamental, os PCNs do Ensino Médio (BRASIL, 2000) são menos extensos e não específicos em relação ao tópico em estudo neste artigo, em sua parte referente ao ensino de português. Em outras palavras, apesar de uma abordagem que compreende a língua como eminentemente social, nas poucas páginas que tratam do ensino de língua portuguesa no Ensino Médio nesse documento, não são encontradas expressões que demonstrem a presença da Sociolinguística de maneira mais explícita, como observamos no documento dos PCNs do ensino fundamental, com base nos excertos acima.

Diferente é o caso do documento dos PCNs+ para o Ensino Médio, que apresenta um tratamento mais específico da temática em tela, de maneira que é notória a presença de elementos da teoria Sociolinguística. Nesse documento, notamos a preocupação em considerar alguns fatores externos à língua para o fenômeno da variedade linguística, bem como a importância da escola como agente valorizador da variação linguística. O documento elabora um quadro de referência ao tratar do conceito de gramática, no item sobre “Competência gramatical”, em que afirma poder ser compreendido como um conjunto de regras que: 1) são seguidas, 2) podem ser seguidas ou 3) devem ser seguidas. O número 1 seria relativo à concepção de gramática internalizada, que diz respeito ao uso mais ou menos convencional que os usuários fazem da língua. O número 2 daria conta de uma abordagem descritiva, em que as convenções linguísticas podem ser ou não adotadas pelo falante, sem que isso redunde em avaliações pejorativas sobre seu desempenho como falante nativo da língua. O número 3 explicitaria o ponto de vista prescritivo ou normativo de gramática, no bojo do qual aqueles que empregam regras diferentes daquelas consideradas “padrão” são discriminados⁴.

⁴ Como um complemento a essa passagem, indicamos a leitura de Possenti (2012), que explicita essas concepções de gramática na segunda parte de seu livro e propõe um esboço prático para evitar a má interpretação sobre “ensinar ou não gramática”, presente no título de seu livro.

Conforme o documento dos PCNs+, a escola tem adotado, tradicionalmente, essa última postura em relação ao ensino de gramática, isolado de outras práticas de ensino típicas das aulas de língua portuguesa, como a leitura e a produção textual. A solução que o documento aponta é:

Alternativamente, do ponto de vista da abordagem gramatical descritiva, pode-se considerar que em nosso país convive uma enorme variedade lingüística, determinada por regiões, idades, lugares sociais, entre outros. Assim, as noções de certo ou errado, tão típicas da abordagem normativa ou prescritiva, cederiam espaço para as noções de adequação ou inadequação em virtude das situações comunicativas de que o falante participa. É papel da escola lidar de forma produtiva com a variedade lingüística de sua clientela, sem perder de vista a valorização da variante lingüística que cada aluno traz consigo para a escola e a importância de se oferecer a esse aluno o acesso à norma padrão – aquela que é prestigiada quando se testam suas habilidades para ingressar no mundo do trabalho, por exemplo. (BRASIL, 2002: 82)

Nesse fragmento, adotando uma abordagem acorde à abordagem descritiva da gramática, o documento faz perceber a heterogeneidade lingüística do Brasil, nos diferentes quesitos extralingüísticos que interferem na língua – região, idade, lugares sociais, etc. – e propõe a substituição de uma abordagem de “certo e errado”, prevalente na acepção da gramática normativa, pela ideia contida nos termos “adequado e inadequado”, conforme a situação de uso. Essa mudança tem a ver com o conceito de monitoramento estilístico.

Conforme Bagno (2007a: 45), em cada tipo de interação em que o falante se inscreve é exigido certo grau de “controle, atenção e planejamento maior ou menor do comportamento em geral, das suas atitudes e, evidentemente, do seu comportamento verbal”. Portanto, a depender da formalidade entre os interlocutores e da própria tarefa comunicativa, o falante varia o monitoramento estilístico de sua fala. Por exemplo, o monitoramento estilístico em uma conversa informal com um amigo é de grau mínimo em relação ao mesmo quesito aplicado para a escrita de um texto científico. Isso não quer dizer que estejamos diferenciando apenas modalidades de língua, mas efetivamente os usos mais ou menos monitorados estilisticamente em

cada caso. A consideração desse conceito faz com que sejam valorizadas, a depender da situação de uso da língua, as variedades linguísticas dos alunos, sem que se tome quanto a elas uma atitude avaliativa negativa, geradora de preconceito linguístico.

Nesse contexto, os PCNs+ descrevem a importância da variação linguística tanto no âmbito social quanto no âmbito escolar, como podemos ver abaixo no tocante aos procedimentos relativos ao desenvolvimento da competência gramatical:

- avaliar a adequação ou inadequação de determinados registros em diferentes situações de uso da língua (modalidades oral e escrita, níveis de registro, dialetos);
- a partir da observação da variação linguística, compreender os valores sociais nela implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra os falares populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos;
- aplicar os conhecimentos relativos à variação linguística e às diferenças entre oralidade e escrita na produção de textos;
- avaliar as diferenças de sentido e de valor em função da presença ou ausência de marcas típicas do processo de mudança histórica da língua num texto dado (arcaísmo, neologismo, polissemia, empréstimo). (BRASIL, 2002: 82)

A partir da citação é possível inferir que a língua varia, que há preconceito linguístico, que existem diferenças a serem consideradas entre escrita e oralidade e a necessidade de que sejam aplicados em sala de aula os conhecimentos sobre variação linguística elaborados pela Sociolinguística. No fragmento acima, ainda, aparece uma menção ao processo de mudança linguística⁵ e sua importância, observada em textos de diferentes épocas, e a questão do valor e do sentido de alguns processos, como arcaísmo, neologismo, polissemia e empréstimo.

Na reconstituição das rotas dos estudos da linguagem que as OCEMs preparam para a identidade da disciplina “Português”, apresenta-se em um

⁵ A mudança linguística é o processo de transformação sofrido, em geral, pela língua de todos os povos, não de maneira absoluta, mas de acordo com a heterogeneidade e a variedade de fala de cada grupo social levando em consideração a variação linguística existente em conformidade com a época e condições em que cada grupo vive (BAGNO, 2017).

primeiro momento de mudança “[...] a importância de compreender as dificuldades vivenciadas pelos alunos no processo de aprendizagem à luz dos fatores envolvidos na variação linguística [...] [como] classe social, espaço regional, faixa etária, gênero sexual”. (BRASIL, 2006: 19-20) Esses fatores, interferentes nos usos linguísticos efetivos, deveriam ser considerados à luz das situações de produção, do grau de formalidade e do registro, isto é, das modalidades oral ou escrita.

Conforme as OCEMs, o ensino da língua, a partir desse primeiro momento, deveria considerar como sua tarefa mais importante, em relação aos conceitos sociolinguísticos, que

[...] a variação e a mudança linguísticas [fossem entendidas] como fatos intrínsecos aos processos sociais de uso da língua [o que] deveria contribuir para que a escola entendesse as dificuldades dos alunos e pudesse atuar mais pontualmente para que eles viessem a compreender quando e onde determinados usos têm ou não legitimidade e pudessem, tendo alcançado essa consciência social e linguística, atuar de forma também mais consciente nas interações de que participassem, fossem elas vinculadas às práticas orais ou às práticas escritas de interação. (BRASIL, 2006: 20)

Essa passagem também remete aos conceitos de variação e mudança linguísticas e trata, indiretamente, do monitoramento estilístico ao refletir sobre a possibilidade de o aluno compreender usos adequados ou não, a depender das condições interacionais em que esteja inserido.

Como se vê a partir desses excertos de documentos oficiais, e por meio deles, tem-se uma compreensão dos temas relacionados aos conceitos da Sociolinguística e sua importância no quadro do ensino de língua portuguesa ora tematizado. Com base na relação entre Sociolinguística e ensino, e de posse desse breve percurso histórico por diferentes documentos oficiais, podemos afirmar que há uma presença mais ou menos explícita de conceitos dessa área, sendo aos poucos processados e acrescentados no discurso oficial. Com o passar do tempo, então, os conceitos vão sendo reelaborados, daí resultando uma presença mais forte, mais decisiva ou mesmo mais ampla de conceitos derivados desse campo.

Como podemos perceber, conceitos da Sociolinguística foram sendo inseridos nos documentos oficiais com o passar do tempo e, de acordo com os

novos conhecimentos e novas perspectivas para o ensino da língua portuguesa, ganhando um espaço importante no discurso oficial dos documentos que se sucederam. Não é diferente na BNCCEF, em que analisaremos a seguir o tratamento da variação linguística.

2 METODOLOGIA

Este artigo estuda o tratamento da variação linguística no documento oficial da Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental (BNCCEF). Para tanto, foi elaborada uma pesquisa de caráter exploratório com o objetivo de familiarização com o tema em tela. A abordagem é qualitativa, com base em uma amostra constituída de documentos oficiais do governo federal, publicados com a finalidade de parametrizar e criar diretrizes para o ensino de língua portuguesa na educação básica brasileira. Com o tema “variação linguística” como objeto de investigação, e considerando a promulgação recente BNCCEF e os poucos estudos até então encontrados a esse respeito, justificamos o recorte e o interesse desta pesquisa.

O trabalho concentra-se na análise de dados sobre a variação linguística na perspectiva da BNCCEF, no que concerne ao eixo análise linguística/semiótica abordada nas competências e habilidades que esse documento traz, como forma de orientar o ensino da língua portuguesa.

No que se refere à metodologia de análise, trabalhamos com o cotejamento de textos (GERALDI, 2012). Para o autor, a possibilidade de cotejar textos amplia o contexto em que um conceito aparece:

Quem estuda a linguagem não está interessado nos “recortes” dos discursos, mas no enunciado completo, total, para cotejá-lo com outros enunciados fazendo emergirem mais vozes para uma penetração mais profunda no discurso, sem silenciar a voz que fala em benefício de um já dito que se repete constantemente. (GERALDI, 2012: 27-28)

Com isso, estudamos o tratamento da variação linguística na BNCCEF e cotejamos a maneira como aparece esse conceito formulado no documento com as discussões teóricas que aparecem no artigo, na seção de revisão de literatura. O cotejo do texto em análise com outros textos será realizado para que possamos investigar, entender e aprofundar os pontos de vista já

estudados sobre esse assunto e elaborar uma compreensão nossa da temática em tela. Para que a pesquisa possa compreender várias vozes e também aprofundar o estudo em seu objeto principal de pesquisa, é preciso que o cotejamento seja realizado, pois, “Ao ir cotejando os textos com outros textos vai elaborando conceitos ou reutilizando conceitos produzidos em outros estudos (até mesmo de outros campos) com que se aprofunda a penetração na obra em estudo” (GERALDI, 2012: 33).

3 O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA PELA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

No eixo de análise linguística/semiótica, a BNCCEF entende que essa prática se dá a partir do envolvimento de procedimentos e estratégias cognitivas de análise e avaliação consciente em torno da leitura e da produção textual, isto é, em torno da materialidade dos textos (BRASIL, 2018: 80). Há, portanto, uma preocupação com a introdução de práticas que trabalhem com a leitura e a produção textual no sentido de despertar cognitivamente o aluno a avaliar e compreender, de forma consciente, aspectos e elementos relativos aos textos, os quais são vistos como recursos de aprendizagem.

Na prática com textos, a oralidade e a escrita são organizadas a partir do gênero utilizado, trabalhando, assim, coesão, coerência e organização como formas de produção textual, além de elementos paralinguísticos e cinésicos, léxico, variedade linguística, sintaxe e morfologia, de acordo com o estilo textual. Já para trabalhar textos multissemióticos, a BNCCEF propõe a prática com linguagens integrantes do texto e suas características de montagem, bem como a sincronização com outras linguagens (BRASIL, 2018: 80-81). No eixo de análise linguística/semiótica, observa-se a importância do texto como central nas atividades de ensino e aprendizagem de língua portuguesa.

É com essa mesma prática dentro do sistema linguístico que nos deparamos com as diferenças de linguagem, às vezes falada, às vezes escrita, que reportam a variação linguística. Essas diferenças remetem aos vários fatores de influência nas línguas, normalmente geográficos, históricos ou sociais.

Em uma relação de variação diatópica/geográfica, um elemento lexical pode ser conhecido por diferentes nomes, a depender da localização geográfica do falante. Beline (2012: 121-122) exemplifica esse tipo de variação com o par de palavras “jerimum” e “abóbora”. Ambas as formas

linguísticas representam o mesmo fruto, com as mesmas características, porém, há léxico diferente segundo a localização geográfica do falante. Conforme o autor, “[...] fazer referência a um elemento do mundo por mais de um termo linguístico é apenas um dos casos que mostram que, de fato, as línguas variam” (BELINE, 2012: 122).

A variação linguística se dá também através do tempo, de forma diacrônica/histórica, pois uma pessoa mais experiente, que já viveu em outras épocas, e uma pessoa mais jovem, que utiliza uma linguagem mais contemporânea, podem falar de um mesmo assunto, porém, utilizando expressões e palavras diferentes. Bagno (2017: 470), citando F. Tarallo (1986: 8), nos diz que “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”.

A variação linguística também ocorre por influência do meio, ou seja, do grupo social em que o falante está inserido – variação diastrática –, bem como por uma série de outros fatores que são intrínsecos a cada pessoa envolvida no grupo social. Para Bortoni-Ricardo (2004: 49), “[...] cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social”. Além disso, a autora destaca que a rede social de um indivíduo determina sua conduta e seu repertório sociolinguístico. Dentro desse contexto, podemos entender a influência da variação linguística: sua representação dentro dos sistemas linguísticos e de que forma pode ser entendida nas práticas de linguagem, também como parte dos signos linguísticos.

No eixo de análise linguística/semiótica, a BNCCEF traz uma pequena análise de como a variação linguística deve ser considerada nessa prática. Nesse contexto,

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2018: 81)

Além de ser considerada pela BNCCEF no eixo de análise linguística/semiótica, a variação linguística é entendida também como um campo de

conhecimento linguístico cujas habilidades são citadas de forma bastante detalhada, o que nos leva a entender sua importância.

A BNCCEF deixa claro que a intenção do ensino é a adequação do discurso oral ao contexto em que será empregado. Assim, podemos considerar a utilização da norma para reger o ensino, sem que o estudante deixe sua variedade linguística intrínseca. É possível entender que, para a BNCCEF, é importante que os estudantes tenham acesso a esse campo como forma de aprendizado das diferentes variedades da língua portuguesa em todas as suas nuances, além de reconhecerem a existência do preconceito linguístico, que deve ser combatido de forma crítica.

Considerando todos os aspectos relacionados à aprendizagem, a BNCCEF apresenta, no quadro a seguir, os campos de conhecimentos linguísticos:

Fono-ortografia	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e analisar as relações regulares e irregulares entre fonemas e grafemas na escrita do português do Brasil. • Conhecer e analisar as possibilidades de estruturação da sílaba na escrita do português do Brasil.
Morfossintaxe	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência). • Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) de classes gramaticais em orações (concordância). • Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).
Sintaxe	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.). • Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação). • Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática – anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil.
Semântica	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais.

Variação linguística	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos. • Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.
Elementos notacionais da escrita	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as diferentes funções e perceber os efeitos de sentidos provocados nos textos pelo uso de sinais de pontuação (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos) e de pontuação e sinalização dos diálogos (dois-pontos, travessão, verbos de dizer). • Conhecer a acentuação gráfica e perceber suas relações com a prosódia. • Utilizar os conhecimentos sobre as regularidades e irregularidades ortográficas do português do Brasil na escrita de textos.

Figura 1: Quadro dos Campos de Conhecimentos Linguísticos da BNCC
 Fonte: BRASIL, 2018, p 82-83.

Como podemos perceber, a BNCCEF preocupa-se em trazer a variação linguística como campo de estudo dentro do ensino da língua portuguesa. Com esse quadro é possível concluir que o tratamento da variação linguística se processa junto a elementos mais canônicos, no que diz respeito à língua e ao seu ensino, como fono-ortografia, morfologia, sintaxe, semântica e os elementos notacionais da escrita. Nesse sentido, como observamos em relação ao que os documentos oficiais anteriormente analisados apresentam, a BNCCEF dá lugar de destaque à variação linguística como campo de conhecimento tema esse que foi tratado de maneira mais geral em quase todos os documentos oficiais anteriores, embora se especifiquem questões semelhantes.

O documento propõe habilidades a serem empregadas durante a aprendizagem da língua, com ênfase clara nos efeitos semânticos produzidos pela variação linguística, na diferença entre o que é estigmatizado ou prestigiado e, finalmente, na questão do preconceito linguístico que, conforme já mencionado, é muito visível, tanto no contexto escolar quanto fora dele.

Ao verificar os campos de conhecimento linguístico, entendemos os níveis de análise citados pela BNCCEF. É possível inferir a preocupação que o documento apresenta em definir habilidades bem específicas para cada um desses níveis ou campos linguísticos, mas que, ao mesmo tempo, se inter-relacionam para que o ensino seja realizado de forma integral. Essa inter-

relação entre os campos de conhecimento, explicitada pelas habilidades, visa a tornar o aluno capaz de se conectar ao aprendizado de forma completa, pois é a partir dessas habilidades que o aluno será capaz de assimilar as competências e desenvolver suas próprias capacidades.

Sobre as competências que o documento preconiza, aquela relativa à variação linguística é a de número 4, em que se lê: “Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos” (BRASIL, 2018: 87). Mais adiante no documento, o termo “variação linguística” aparece como objeto de conhecimento no quadro relativo ao ensino de língua portuguesa do 6.º ao 9.º ano, na prática de linguagem “análise linguística/semiótica”. Ali surgem as duas habilidades específicas para tratar desse objeto de conhecimento, quais sejam:

(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.

(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada. (BRASIL, 2017: 161)

Cotejando a competência 4 com as habilidades EF69LP55 e EF69LP56, é correto afirmar que essas últimas desdobram a competência, de maneira a especificar a forma de atingi-la.

Como já percebemos na segunda seção da revisão de literatura, os documentos anteriores à BNCCEF já previam uma compreensão dos fenômenos da variação e da mudança linguísticas, respeitando a heterogeneidade social brasileira e combatendo o preconceito linguístico. Em relação aos documentos anteriores, a BNCCEF coloca em lugares um pouco diferentes esses mesmos conceitos e questões importantes. Cotejando a BNCCEF (2017) com os PCN (1997), há a orientação sobre como a escola deve se comportar frente a situações dialetais diversificadas, deixando de lado alguns mitos relacionados às diferentes formas de se falar a língua portuguesa:

[...] a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar. [...] É saber, portanto, quais variedades e registros da língua

oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. [...] falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1997: 26)

Os PCNs (2000) enfatizam que “o desenvolvimento da competência linguística [...] não está pautado no domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma padrão, mas, principalmente, no saber utilizar a língua [...]” (BRASIL, 2000: 11). Entendemos que no escopo de “saber utilizar a língua” está inserida a questão da variação linguística, uma vez que o aluno saiba se portar conforme o que é pedido no ambiente de interação no qual se insere. É possível perceber que a variação linguística vem sendo lembrada em alguns documentos oficiais e bastante considerada como parte do ensino e da aprendizagem, até mesmo como procedimento para o desenvolvimento de competências gramaticais. Como se lê nos PCNs+:

[...] a partir da observação da variação lingüística, compreender os valores sociais nela implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra os falares populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos; aplicar os conhecimentos relativos à variação linguística e às diferenças entre oralidade e escrita na produção de textos [...]. (BRASIL, 2002: 82)

Esses procedimentos aparecem nos PCNs+ (BRASIL, 2002) ressaltando a apreciação da variação linguística e orientando a reflexão sobre a importância de observar a variação linguística e o preconceito linguístico, para além do ensino apenas da norma padrão. A promoção do desenvolvimento de atividades voltadas às práticas de linguagem considerando a variação é presente também nos eixos organizadores das atividades de língua portuguesa nas OCEMs:

Atividades de produção de textos (palestras, debates, seminários, teatro, etc.) em eventos da oralidade. Por meio desse tipo de expediente, pode-se não só contribuir para a construção e a ampliação de conhecimentos dos alunos sobre como agir nessas práticas, como também promover um ambiente profícuo à discussão e à superação de preconceitos lingüísticos e, sobretudo, à investigação sobre

as relações entre os gêneros da oralidade e da escrita, sobre a variação linguística, sobre níveis de formalidade no uso da língua, por exemplo. (BRASIL, 2006: 37)

Como é possível perceber, a variação linguística vem sendo tratada pelos documentos oficiais de orientação para o ensino, primeiramente pelos diferentes documentos dos PCNs com menor ênfase, depois pelas OCEMs, nas quais aparece inserida como parte das atividades de um de seus eixos e, logo, na BNCCEF que, conforme já mencionado, é apresentada como campo de conhecimento linguístico e tratada também como objeto de conhecimento na inserção das habilidades que o documento contempla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado neste texto, foi possível averiguar com clareza o objeto de pesquisa, a variação linguística, no que diz respeito a sua conceituação e seu tratamento pela BNCCEF. Para alcançarmos esse objetivo, foi necessária a análise dos documentos oficiais anteriores à BNCCEF e o apoio de um aporte teórico nos estudos linguísticos brasileiros já realizados a respeito do objeto de pesquisa.

Esse caminho nos permitiu observar como conceitos relacionados à Sociolinguística foram aparecendo (ou não) nos diferentes documentos oficiais precedentes à promulgação da BNCCEF. É visível a importância que se dá ao tratamento da variação ao longo desse processo, nos documentos oficiais. Se relacionarmos essa constância da noção de variação linguística nos documentos oficiais relacionados ao ensino de língua materna, perceberemos que a linguística passa a ocupar – atualizando o que afirma Ilari (1997) a respeito, desde sua inserção nos currículos de Letras – um lugar de articuladora do que se compreende como língua e o que se compreende como objeto de ensino em nossas salas de aula, chegando até o discurso oficial.

Através da pesquisa realizada, compreendemos a forma como a variação linguística vem sendo tratada e trabalhada pelo instrumento documental norteador e orientador, que é referência obrigatória como base para organização e aperfeiçoamento dos currículos e planos de ensino no âmbito escolar.

O estudo, então, resultou na descoberta do tratamento da variação linguística como campo de conhecimento linguístico pela BNCCEF. Portanto, consideramos que a variação linguística está sendo, cada vez mais,

reconhecida como temática relevante no ensino de língua portuguesa, mesmo no que encontramos a seu respeito dos documentos oficiais anteriores à BNCCEF.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **A norma oculta: Língua & Poder na Sociedade Brasileira.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso.** Por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007a.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz – 49. ed.** São Paulo: Loyola, 2007b.

BELINE, R. **A variação linguística.** São Paulo: Contexto, 2012.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação e língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio.** Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais + – Ensino Médio. Orientações**

Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2002.

FARACO, C.A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X. C. e BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos.** São Paulo: Parábola, 2011, p. 259-275.

GERALDI, J.W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe - Universidade Federal de São Carlos. **Palavras e Contrapalavras:** enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 19–39.

GORSKI, E. M.; COELHO, I.L. Variação linguística e ensino de gramática. **Working Papers em Linguística**, 10 (1): 73-91, Florianópolis, jan-jun., 2009.

GORSKI, E. M.; FREITAG, R.M.K. O papel da sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa como língua materna. In. MARTINS, M.A.; TAVARES, M.A. (Orgs.). **Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de Língua Portuguesa.** Natal: EDUFRN, 2013, p. 11-48.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2012.

Gênero diário pessoal: uma análise sob a perspectiva do autor

Jocelma Boto Silva¹

RESUMO

Os diários pessoais são produzidos há muitos séculos, no entanto, ainda se sabe muito pouco sobre eles. Esse fato pode ser explicado devido ao caráter sigiloso, específico do gênero, que direciona a maioria dos diários ao anonimato e, posteriormente, ao esquecimento ou à destruição. Nesta investigação, quebramos um pouco esse percurso, pois lemos e valorizamos dois diários inéditos escritos por pessoas comuns. Por meio deles, investigamos algumas especificidades da prática, como as motivações para seu início e a opção pelos elementos linguísticos durante sua configuração. Para tanto, dividimos nossas investigações em duas etapas: na primeira, separamos as entradas que evidenciam o estilo do diário; na segunda, realizamos uma entrevista gravada em áudio com as autoras desses diários, em que questionamos alguns elementos relacionados à prática. Como aporte teórico, partimos do conceito de gênero do discurso apresentado em Bakhtin (1997) e dos estudos sobre diários realizados por Lejeune (2014, 2015), entre outros pesquisadores que contemplam a prática. Nossas investigações apontaram que esses diários possuem uma temática específica relacionada ao início, à manutenção e à finalização do gênero. Essa temática direciona a seleção dos fatos registrados e pode ser evidenciada, ainda, a partir da verificação de alguns recursos estilísticos durante a produção.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Florianópolis/SC, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4342-1801>. E-mail: jocelmaboto@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia; Diário pessoal; Gênero discursivo.

ABSTRACT

Personal diaries have been produced for many centuries, however, we still know very little about them. This fact can be explained due to the confidential aspect, specific to the genre, that directs most diaries to anonymity and, later, to forgetfulness or the undoing. In this investigation, we have somewhat broken this route because we have read and valued two unpublished diaries written by common people. Through them, we investigate some specificities of this practice, such as the motivations to its beginning and the choice of linguistic elements during its configuration. To this end, we divided our investigation in two parts: first, we separated the entries which evidence the diary genre. Then we did an interview, recorded in áudio, with the authors, in which we questioned some elements of this practice. As a theoretical contribution, we start from the discourse genres concept in Bakhtin (1997), and the studies carried out by Lejeune (2014, 2015), among other researchers who contemplate this practice. Our investigations showed these diaries have a specific theme that is related with the beginning, the maintenance and the finalization of the genre. This theme directs to a selection of registered facts and can still be evidenced from some stylistic resources during the production.

KEYWORDS: Autobiography; Personal diary; Discursive genre.

INTRODUÇÃO

Escrever diários é uma prática muito antiga cuja origem não se conhece precisamente. No entanto, os estudos de Bogaert e Lejeune (2006) e Lejeune (2015) indicam que sua emergência está fortemente relacionada aos livros de contas, decorrentes de necessidades comerciais e administrativas, utilizados no Egito antigo. A partir daqueles modelos, os indivíduos começaram a criar seus diários financeiros cada vez mais particulares, fator que favoreceu a origem dos diários de família e dos diários de crônicas. Ressalta-se que entre as primeiras ocorrências, até o século XVI, a essência dos diários era coletiva e dizia respeito à vida de um pequeno grupo.

Esse cenário começou a ser modificado apenas a partir da segunda metade do século XVIII, quando foram estabelecidos os limites entre público e privado. Com tal definição, as escritas de si passaram a assumir características particulares e individuais. Nesse percurso, com as mais diversas adjetivações (espiritual, educacional, viagem etc.), os diários se tornaram cada vez mais pessoais e cada vez mais secretos. Tão secretos que o início e a manutenção da prática assumiam um caráter essencialmente sigiloso.

Por outro lado, também no decorrer desses séculos, muitos diários foram lidos e publicados. As publicações obtiveram êxito principalmente no século passado, em que houve o despertar de uma grande massa de leitores para conhecer o secreto (MACIEL, 2004). O Diário de Anne Frank, publicado em 1958, é um bom exemplo. O cotidiano de uma jovem judia fugitiva do domínio nazista destacou-se como pauta para o leitor. O mesmo aconteceu com o Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960), de Carolina Maria de Jesus, que reconta as vivências de uma das primeiras escritoras negras do Brasil.

Diários como esses representam grande valorização da prática e são produto de análises teóricas a partir de diversas perspectivas. No entanto, observamos que ainda há carência de investigações científicas que abrangem os diários pessoais inéditos, aqueles que são escritos, esquecidos ou até destruídos por seus autores. Conseqüentemente, na academia, há pouca discussão sobre os diários escritos por pessoas comuns e há pouca valorização desses sujeitos enquanto autores.

Com vistas a contribuir com o debate, a proposta deste trabalho contempla uma abordagem sobre a prática diarística de indivíduos desconhecidos pelo cânone literário ao mesmo tempo em que compreende as alusões desses autores sobre seus diários. Metodologicamente, buscamos analisar alguns excertos dos diários e correlacioná-los com as concepções que os autores têm sobre seus escritos. Dessa maneira, visamos valorizar a prática diarística enquanto destacamos a relação desses indivíduos com a linguagem.

A partir de tais finalidades, o trabalho está organizado de modo a contemplar, inicialmente, uma breve discussão acerca do conceito de gênero do discurso. Em seguida, propomos uma abordagem de alguns elementos do diário pessoal enquanto uma prática de vida e enquanto gênero discursivo. Por fim, partimos para a análise do corpus e para as considerações finais.

1. O GÊNERO DIÁRIO PESSOAL

1.10 CONCEITO DE GÊNERO

Os estudos do Círculo de Bakhtin compreendem a língua como um fenômeno social e vivo, cuja realidade fundamental é a interação verbal. De acordo com esse princípio, as investigações linguísticas devem ser conduzidas a partir das condições reais de instauração da língua. Nesse tipo de abordagem, a língua passa a ser estudada através de três pilares:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (VOLOCHÍNOV, 2006, p.127).

Nessa perspectiva, abarcam-se, entre outros pontos, as relações protagonizadas pelos interlocutores, os aspectos ideológicos e dialógicos do discurso e as formas de materialização enunciativa, como parte da comunicação verbal. No caso desta análise, o foco é estudar aspectos característicos das formas enunciativas.

Para Bakhtin (1997), os estudos das formas enunciativas devem abarcar a observação linguística sobre o enunciado e seus tipos, uma vez que eles são ricos e individuais. Para o filósofo russo, os enunciados são formas individuais de materialização da língua e refletem as condições específicas do campo da atividade humana a que se relacionam. Essa relação define os tipos relativamente estáveis de enunciados em cada esfera, ou seja, os gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997).

Os diários pessoais são gêneros relacionados à esfera autobiográfica. A esfera autobiográfica é caracterizada pelas narrativas retrospectivas que os sujeitos fazem de sua própria existência (LEJEUNE, 2014). Portanto, a autobiografia, enquanto campo da atividade humana, elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado a partir de condições específicas da comunicação discursiva.

À luz da teoria bakhtiniana, os gêneros discursivos são compostos por três elementos: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo, que definem a caracterização dos enunciados e os diferencia dos demais, de

maneira que as especificidades desses elementos no gênero em foco permitem diferenciá-lo de outros gêneros, como as memórias e as confissões, também relacionados à esfera autobiográfica.

Pode-se compreender que a delimitação do conteúdo temático implica na seleção do gênero e aglomera as peculiaridades do sujeito: a vontade, a singularidade e a intenção discursiva do falante. Desse modo, o conteúdo temático rege o assunto ao mesmo tempo em que atribui coerência ao discurso. Em relação ao diário pessoal, o conteúdo temático seriam os fatos da vida do autor selecionados por ele para compor sua narrativa.

A estrutura composicional relaciona-se ao aspecto formal – linguístico, textual e discursivo – que o gênero assume na esfera de atividade humana. No caso do diário pessoal, o vocativo “querido diário” representa um aspecto da organização estrutural formal do gênero.

O estilo pode ser verificado a partir de dois horizontes: o estilo de linguagem, determinado de acordo com os aspectos linguísticos e funcionais das esferas a que os gêneros se relacionam, ou o estilo individual, voltado à individualidade linguística do falante. O estilo de linguagem é determinado pelas condições mais específicas de cada campo. Este fator atribui características mais padronizadas aos gêneros. Nesses casos,

o estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc. o estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento (BAKHTIN, 1997, p.266).

Por outro lado, há gêneros mais propícios às manifestações estilísticas individuais. O diário pessoal apresenta-se como um bom exemplo. Por posicionar-se entre os gêneros literários, o diário está mais propenso às manifestações individuais de linguagem. Nesses casos, para Bakhtin (1997, p. 266), “o estilo individual integra diretamente o próprio edifício do enunciado, é um de seus objetivos principais”.

É necessário enfatizar que a concepção de estilo de Bakhtin não se restringe nem à análise das formas linguísticas em si, nem ao caráter psicológico do autor. Sua concepção é mais ampla, na medida em que todo e

qualquer gênero do discurso constitui um estilo próprio de enunciação. Essa concepção não exclui a possibilidade do estilo individual. Ele acontece, mas há tipos genéricos que melhor propiciam sua emergência e desenvolvimento. Logo, esse estilo não é totalmente individual, uma vez que a linguagem é inerentemente dialógica.

1.2 A PRODUÇÃO DE DIÁRIO PESSOAL

A produção de diários é em si mesma uma prática muito simples que pode ser iniciada por qualquer indivíduo, sem a necessidade de nenhum aviso e livre de qualquer tipo de avaliação. Além disso, não há requisitos básicos, de modo que toda pessoa pode criar seu próprio percurso nesta produção. Para Lejeune (2015), tais fatores caracterizam a escrita de diários como uma prática de vida, de maneira que se deve entender o gênero diário, antes, por suas funções e finalidades e, somente em um segundo momento, a partir de suas características estruturais.

A concepção do diário como uma prática de vida implica considerá-lo a partir de diferentes situações que proporcionam o início, a manutenção e o encerramento da escrita – uma viagem, uma gestação, por exemplo. Compreende, ainda, a percepção sobre as diversas funções que a prática assume para o diarista.

De acordo com Lejeune (2014), a prática de diários está relacionada a oito propósitos. O primeiro diz respeito à conservação da memória. Nesse caso, os fatos selecionados pelo autor para registrar seus dias funcionam como “um rastro”, como um “disco rígido” ou uma espécie de “memória viva” de fatos da vida. O segundo motivo está atrelado à necessidade de sobrevivência e costuma estar relacionado com os escritores que compreendem o diário como “como um seguro de vida que se alimenta tostão por tostão, dia após dia, com depósitos regulares” (LEJEUNE, 2014, p. 303). Em terceiro lugar, há as escritas que são conduzidas com o intuito de desabafar aspectos específicos vivenciados ou os sentimentos que estas vivências despertaram. Esses escritores buscam uma espécie de escape momentâneo da pressão social.

A quarta motivação está direcionada aos indivíduos que visam se (re)conhecer e tomam o diário como um “espaço de análise, de questionamento, um laboratório de introspecção” (LEJEUNE, 2014, p.304). O quinto ponto é de cunho motivacional e abrange aqueles sujeitos que escrevem para deliberar ou que entendem o diário como um “instrumento de ação”. O sexto lugar diz respeito àquelas produções voltadas à resistência e sobrevivência em determinadas situações como cárcere, por exemplo, e

englobam textos de sujeitos que veem o diário como forma de manutenção de “coragem e apoio” diante das dificuldades vivenciadas. O penúltimo lugar é destinado aos diários cujo objetivo é apenas a reflexão e o oitavo, às produções dos indivíduos que escrevem motivados exclusivamente pelo prazer de escrever.

Como vimos, as diferentes motivações são fatores importantes que implicam nas concepções relacionados à prática diarística e podem determinar o início e a durabilidade da escrita. Por outro lado, a abordagem do diário em termos de gênero discursivo possibilita analisá-lo de acordo com alguns elementos.

O primeiro aspecto recai sobre a nomeação do gênero. Para Lejeune (2015), o diário deve ser compreendido a partir de sua característica “pessoal” e deve ser nomeado como diário pessoal. Para o pesquisador, essa caracterização é ampla e aberta e favorece a oposição dos diários de conteúdo pessoal aos diários de uso profissional e coletivo.

O segundo ponto compreende a definição do gênero. Lejeune (2014, p. 300) conceitua o diário pessoal como “uma escrita cotidiana, uma série de vestígios datados”. A conceituação parte do desdobramento de duas questões. A primeira corresponde à datação. De acordo com o pesquisador, a base do diário é a datação e, por isso, ela deve ser indicada em todas as entradas, de maneira que a ausência desse elemento pode promover a realização de outro gênero da esfera autobiográfica. Os modos de datação, no entanto, são livres.

A segunda questão refere-se à noção de vestígio. O conceito é abordado a partir de sua definição ampla que o compreende como rastros e sinais. Lejeune (2014) enfatiza que uma das grandes peculiaridades do gênero está atrelada aos vestígios e aos indícios das vivências de uma personalidade que são oferecidos pelo diário. Nele, nem tudo está escrito: há lacunas e omissões.

À luz dos pressupostos de Lejeune, a datação e os vestígios são aspectos fundamentais para a configuração do gênero diário pessoal. O formato, a periodicidade, a disposição textual e os meios em que os diários são produzidos são aspectos completamente livres e individuais. Analisaremos esses elementos no tópico seguinte a partir das produções diarísticas selecionadas.

2. ASPECTOS ESTILÍSTICOS NO DIÁRIO PESSOAL

As análises serão realizadas em dois diários, escritos por duas autoras diferentes. A primeira, referenciada como K e, a segunda, como C. De

acordo com a proposta de Lejeune (2014), primeiramente, analisaremos as motivações que regem a prática de diários segundo suas autoras.

A primeira produção é parte dos escritos de K, uma jovem que recorre à prática de diários desde a infância. Nesse percurso, parte de sua produção obteve o final tão comum entre muitos diários e foi destruída por ela mesma. Em entrevista, a autora relata as razões que conduziram seus escritos a este fim: “quando eu era pequenininha eu escrevia os podres, mas não era pra ninguém saber, morria de vergonha de alguém pegar, então eu queimava mesmo. Escrevia por prazer e queimava pra ninguém ver, nem pegar aquilo” (K, 2015).

De acordo com Lejeune (2014), são várias as motivações para se destruir um diário, mas no caso de K o principal incentivo foi o receio da violação, ou seja, o medo do encontro do texto com um leitor indesejado. A decisão de guardar os cadernos acontece somente na adolescência, quando a autora tinha entre 17 e 18 anos e não se importava mais em esconder a prática.

A segunda produção é o diário de C. Essa autora iniciou a prática durante um processo de separação conjugal. Após a resolução do processo, a produção foi encerrada. Quando comentamos o fato, C apontou as razões para o fim da escrita desse diário: “Eu melhorei muito depois que eu me separei, eu realmente posso escrever novamente, mas digamos que hoje eu não tenho mais essa aflição toda. Eu acho que tenho muito o que fazer, sei lá, mais alguma coisa, coisas mais interessantes. Eu creio que o que mais me deixava aflita e eu precisava desabafar mesmo é quando eu era casada” (C, 2015). A escrita de C exemplifica os chamados diários com um fim programado em que “a limitação desses cadernos é ao mesmo tempo cronológica e temática: são diários parciais, dedicados a um período, e centrados em uma zona de experiência particular” (LEJEUNE, 2014, p.313).

2.1 DIÁRIO DE K

A produção de K é marcada por um estilo particular. O primeiro aspecto diz respeito à nomeação do diário.

Figura 1: Nomeação do diário de K.



Fonte: Banco de dados da pesquisadora.

A figura 1 corresponde à primeira página do diário. Nela, pode-se observar o subtítulo “Diário de uma paixão” escolhido pela autora. De modo geral, a indicação do título nos diários atua como um direcionamento ao interlocutor.

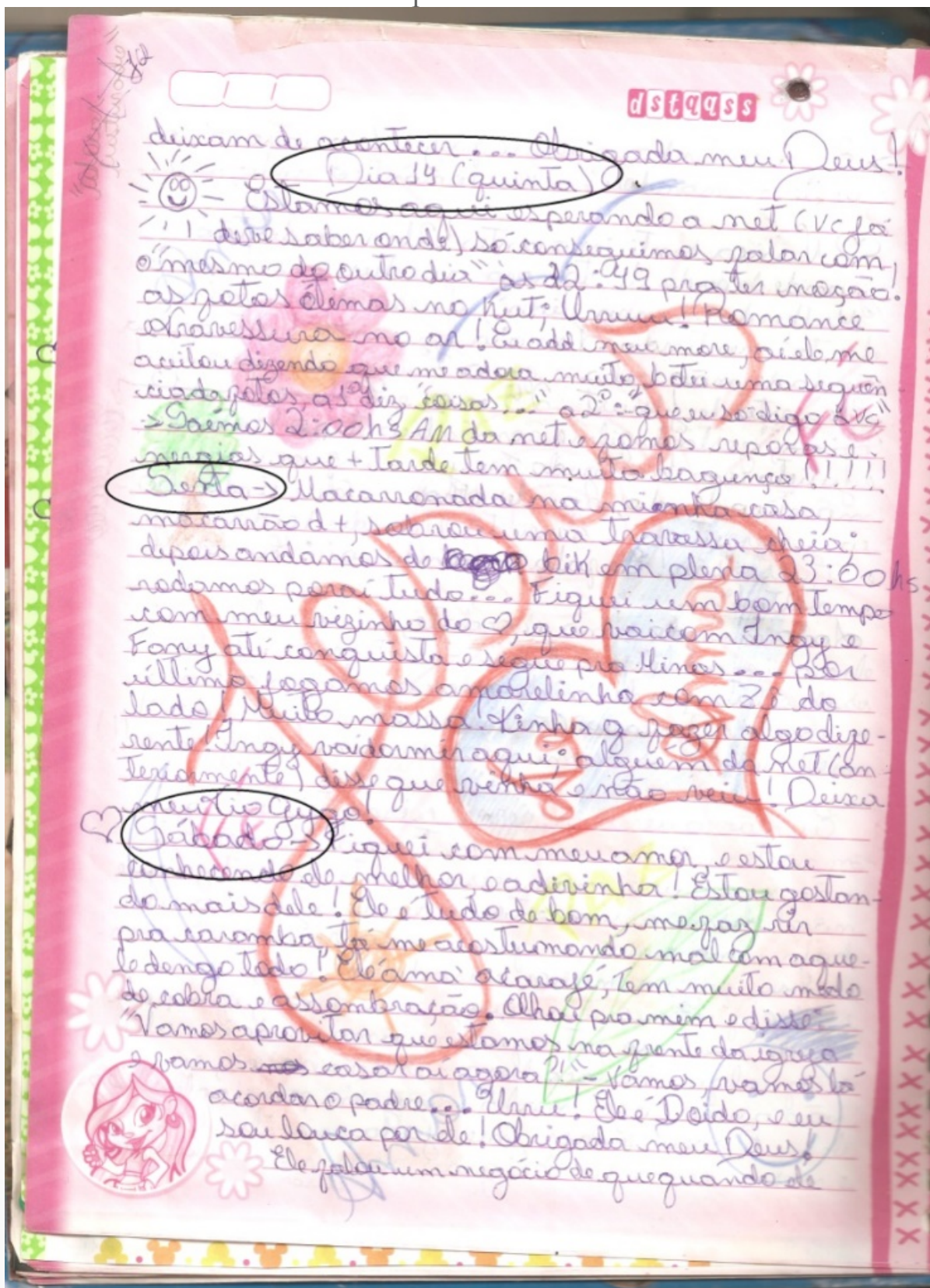
Quando isso não está evidente, o leitor está imerso em um problema inicial: “decifrar o código ou o contexto temático ao qual o diário se articula” (LEJEUNE, 1997, p.103).

Nesse caso, a própria autora oferece o contexto temático e é fiel durante a escrita, uma vez que todas as entradas desse volume se dão em torno dos acontecimentos que ela e o namorado viveram e não contemplam muitas narrações sobre outras questões do dia a dia. Ao ser indagada sobre o fato, a autora diz: “às vezes eu percebo que falei demais da outra pessoa e não falei nada da família, aí eu reservo umas linhas e falo: ‘meu pai tá bem, minha mãe tá assim, minha irmã foi pra São Paulo e meu irmão repetiu o ano’. Só pra não dizer que eu não esqueci do resto. Mas é porque minha cabeça sempre encheu muito com essa parte de namorar, então eu descarregava mais essa parte no diário” (K, 2015). A argumentação de K converge com as pesquisas de Lejeune (2014) que apontam que “a maioria dos diários segue um tema, um episódio, um só fio de uma existência” (LEJEUNE, 2014, p. 297).

Outro aspecto chama a atenção quanto ao título do diário: há uma proposta interdiscursiva com o livro *The Notebook*, de 1996, escrito por Nicholas Sparks, no Brasil, traduzido como *Diário de uma Paixão*, e com o filme de mesmo nome dirigido por Nick Cassavetes e lançado em 2004. Ao questionarmos a intertextualidade, a autora aponta o conhecimento do filme, mas ressalta que não há relação entre o enredo da dramaturgia e os fatos recontados em seu próprio diário. Para ela, a escolha do nome está relacionada à necessidade que tinha em registrar os fatos do namoro que vivia: “porque eu era muito romântica e queria registrar tudo que acontecesse” (K, 2015).

Além da enunciação temática, a configuração da escrita evoca um estilo singular, não tão padronizado, como diria Bakhtin (1997). A confecção do diário não apresenta a estrutura composicional canônica que apresenta a data no alto da página, o vocativo, a narração e a despedida. No caso desta produção, a autora apresenta uma configuração que valoriza a narrativa em detrimento da forma, de modo que o gênero se manifesta à medida que a narração acontece.

Figura 2: Características da estrutura formal e ilustrativa do diário escrito por K.



Fonte: Banco de dados da pesquisadora.

A figura 2 ilustra o modo como estão dispostas as narrativas entre as páginas do diário de K. Os círculos evidenciam que, em uma mesma página, estão organizadas as narrações correspondentes a três dias distintos: quinta, sexta e sábado. Observa-se que a indicação desses dias ocorre de maneira muito sutil e que a alteração dos dias ocorre com o desenrolar da leitura. Além disso, é importante destacar que não há qualquer evidência do mês ou do ano em cada relato. É preciso que o leitor esteja atento às narrações, pois a autora não se prende a essas questões, como geralmente se observa na escrita de diários. Para Lejeune (2014), a datação é condição para a confecção do diário, mas pode ser apontada de maneira mais ou menos precisa. Nesse caso, a diarista recorreu a um estilo peculiar quanto à indicação da data.

Ao refletirmos sobre esse aspecto, K apresenta seu argumento com relação às escolhas organizacionais que fez: “eu sempre tratei o diário como um amiguinho que não fala e não te responde, aí eu já começava a falar com ele como fala com um amigo mesmo [...] eu já ia falando aconteceu isso, aconteceu aquilo, não gostei, gostei” (K, 2015). O posicionamento adotado pela autora reforça o caráter livre do diário, uma prática em que “cada um inventa seu próprio caminho nesse gênero do qual existem talvez modelos, mas nenhuma regra” (LEJEUNE, 2014, p.299).

Outro ponto é evidente na figura 2: o destaque em cores e a inserção de desenhos sobre o texto escrito, como as flores, o coração e a palavra “Jesus”. Em entrevista, a autora atribuiu o ato de desenhar sobre a escrita a uma tentativa de deixá-la mais divertida e apontou que a seleção do desenho estava relacionada ao seu estado emocional: “se eu estava feliz, colocava desenho feliz, se estava triste, colocava desenho triste” (K, 2015). Esses recursos “refletem a liberdade de que o diarista se apropria nesse espaço que só pertence a ele²” (BOGAERT e LEJEUNE, 2006, p.109, tradução nossa).

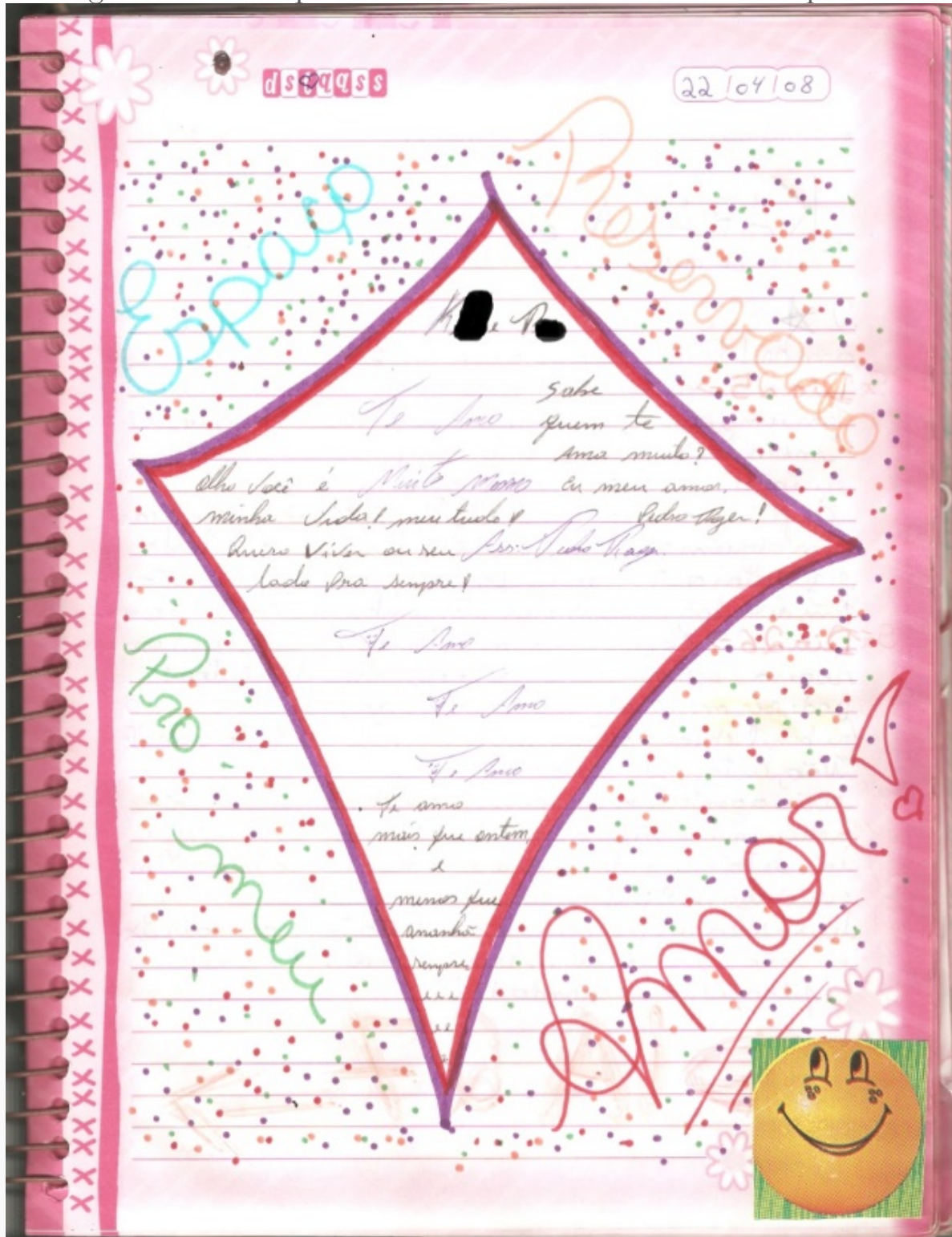
De acordo com Lejeune e Bogaert (2006), inovações como essas são oriundas do século XIX, momento em que já se observava a inserção de desenhos, colagens e diversas cores em determinados diários. Com o tempo, outros elementos ilustrativos, como a fotografia, cartas, tickets e a poesia, também ocuparam as páginas dos diários e assumiram a função “de enfeitar o texto ou de trazer uma informação mais completa³” (BOGAERT e LEJEUNE, 2006, p.113, tradução nossa).

² Reflètent la liberté que le diariste s'accorde dans cet espace qui n'appartient qu'à lui (BOGAERT e LEJEUNE, 2006, p.109).

³ D'agrémenter le texte ou d'apporter une information plus complète (BOGAERT e LEJEUNE, 2006, p.113).

Outro elemento que marca a escrita de K é a permissão para que pessoas do seu convívio escrevam depoimentos no diário. Esse tipo de ocorrência é raro, pois a maioria dos diaristas é sigilosa quanto à prática e não permite qualquer contato exterior.

Figuras 3 e 4: Depoimentos inseridos no diário escrito por K.





Fonte: Banco de dados da pesquisadora.

A figura 4 comporta a escrita do namorado que retrata o sentimento que ele mantém por K. Ao analisarmos a página, nota-se que a autora

preencheu o espaço deixado pelo namorado com elementos decorativos e com a seguinte frase: “Espaço reservado pro meu amor”. Na figura 5, tem-se o depoimento de uma das amigas de K. Nesse caso, a autora também preenche o espaço ao redor do depoimento, desta vez de forma diferente: ela reproduz o relato cotidiano utilizando o espaço que sobrou. Um fator interessante é que a página comporta o final da narração do dia 21, toda a narração do dia 22 e o início do dia 23, mas em nenhuma delas a autora conta como a amiga escreveu naquele espaço. Na verdade, as narrações seguem o foco do “diário de uma paixão” e citam os acontecimentos relacionados ao namoro. Apenas em um rápido momento a autora faz referência ao depoimento da amiga com a seguinte frase: “Fany! Foi embora!”, como podemos observar através do círculo do lado direito.

Sobre essa característica de seu diário, K comenta que optou por realizar esses relatos nos espaços vazios seguindo um princípio de economia de páginas, conforme ela mesma comenta, na entrevista: “eu ficava com pena de jogar aquele espaço fora então eu tinha que fazer alguma coisa: ou escrevia o diário mesmo, o que tinha acontecido, ou fazia desenhos, mas tinha que aproveitar o espaço! Odeio espaço em branco” (K, 2015).

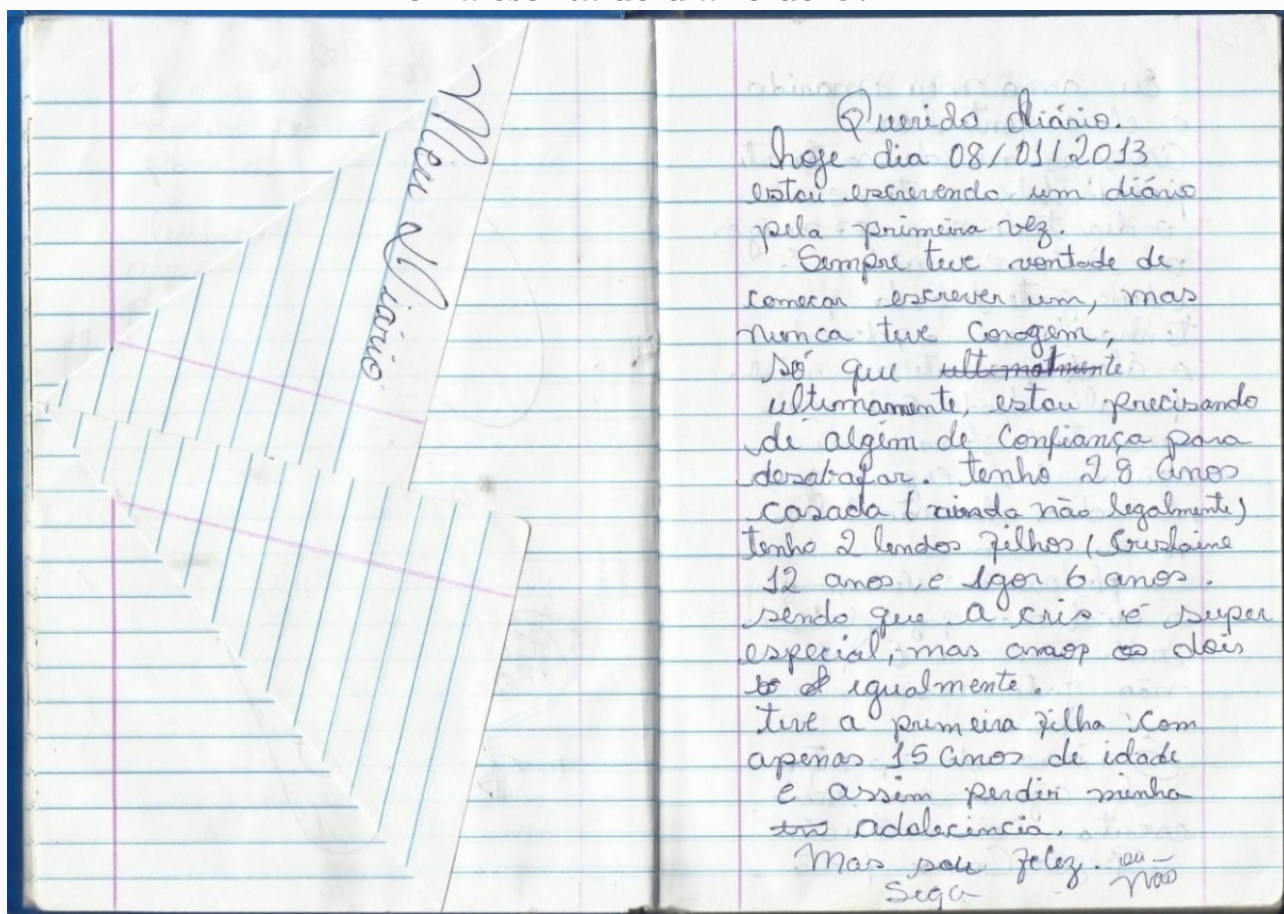
O fato de outras pessoas poderem escrever no diário de K leva-nos a outra característica importante: a autora renuncia ao princípio do sigilo, tão comum ao gênero. Conclui-se que sua prática não era secreta, pelo menos não para os amigos mais próximos e para o namorado. Diante disso, questionamos a maneira como os depoimentos eram inseridos. Sobre essa questão, a autora enfatizou: “a única pessoa que ficou com o diário foi o [nome do namorado], agora as meninas, era lá na minha casa. Elas pegavam as canetinhas e iam escrevendo” (K, 2015). Além disso, a autora aponta que permitia a escrita dessas pessoas para que pudesse ter uma lembrança delas e ter algo no seu diário escrito por elas. Portanto, a autora vê essa quebra de sigilo de forma positiva, uma vez que possui, no diário, o registro das pessoas que foram importantes na sua história.

A escrita de K é riquíssima em detalhes, por isso pode ser tomada a partir de vários aspectos. Por uma questão de delimitação, observamos detalhes relacionados ao notório romantismo da autora. Os exemplos recortados também mostraram uma estrutura composicional atípica para o gênero, como a opção diferenciada para a marcação das entradas e, principalmente, a quebra de sigilo da prática associada à permissão para que outros escrevam em seu diário, mesmo durante a confecção dele.

2.2 DIÁRIO DE C

O diário de C foi escrito em um pequeno caderno, composto por 96 folhas. Antes disso, o material foi utilizado com outros propósitos que compreendiam as anotações de informações escolares do filho e algumas anotações de receitas culinárias. Ao comentarmos o reaproveitamento do caderno com a autora, C apontou que, devido à sua idade – 28 anos na época –, “não combina ir até a loja para comprar um diário” (C, 2015). Nesta afirmação, destaca-se a mobilização de alguns discursos do senso comum i) uma relação entre diário e as crianças e os adolescentes e ii) a escrita de diários conduzida a partir de um modelo físico adquirido em loja. A partir dessa primeira análise, pode-se inferir que a escrita de C está fundamentada em uma concepção mais tradicional sobre o gênero, como podemos verificar na figura seguinte.

Figura 5: Divisão do caderno para o início da escrita diarística; primeira folha escrita do diário de C.



Fonte: Banco de dados da pesquisadora.

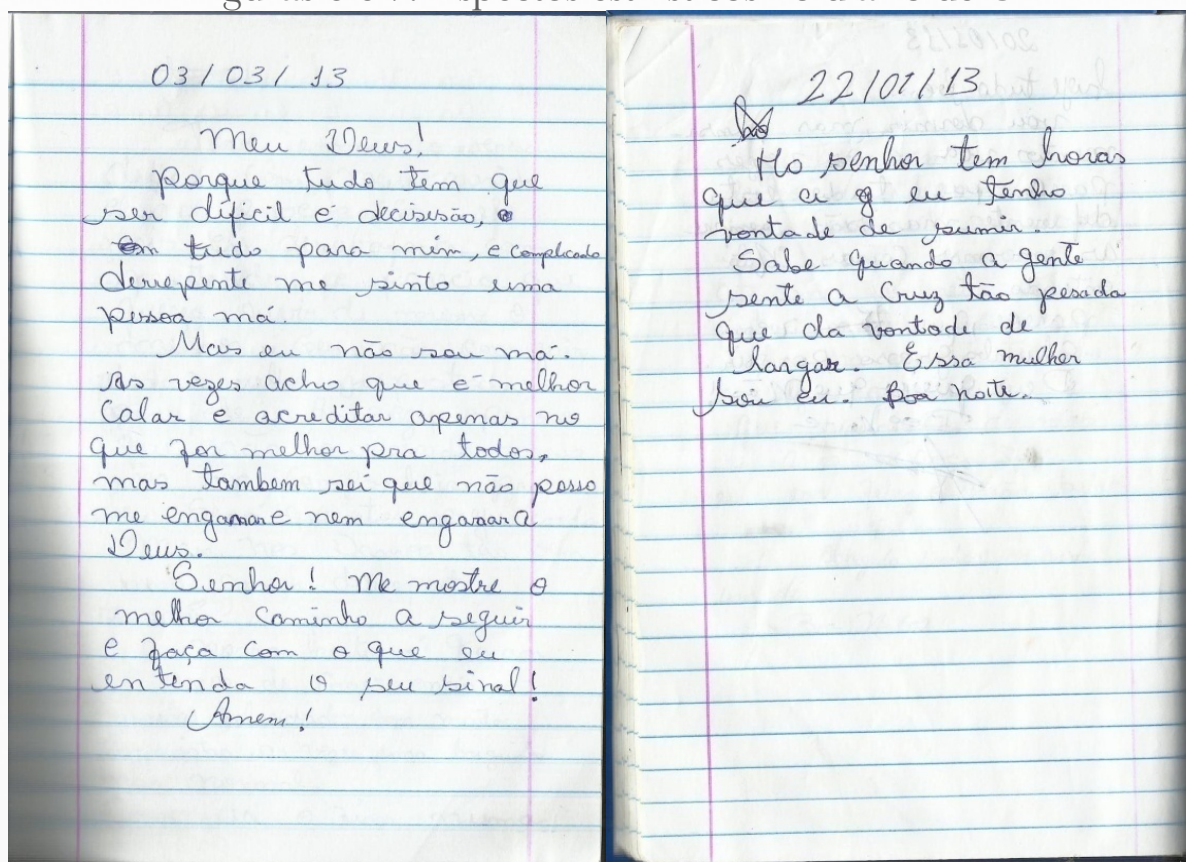
A figura 5 apresenta a divisão entre as funcionalidades anteriores do caderno e a produção do diário. Nela, verificamos a presença de um título:

Meu Diário. Essa nomeação, diferente do diário de K, é um pouco mais recorrente, ou, como apontam Bogaert e Lejeune (2006), exemplifica os batismos mais simples que os diaristas dão aos seus escritos.

A ilustração ainda apresenta a primeira entrada de C. Nesta página, a autora discorre sobre a decisão de escrever o diário e faz uma pequena apresentação de si mesma. Segundo ela, esse momento de apresentação é importante, pois “para começar, teria que ter, né? Acho que teria que ter independente de qualquer folha. Vai começar um diário, tem que apresentar, eu acho. Como se fosse um livro, sei lá” (C, 2015). As suposições e o ato de C são apontados por Lejeune (2014) como parte de um ritual tradicional, em que “o começo de um diário é quase sempre destacado: é raro que se comece sem dizê-lo; demarca-se, de uma maneira ou de outra, esse novo território de escrita” (LEJEUNE, 2014, p.310).

Quanto aos aspectos estilísticos, notamos que o diário de C apresenta características mais prototípicas: a escrita é realizada em folhas de fundo branco, apenas com caneta azul, e não traz ilustrações. Além disso, apresenta uma estrutura composicional regular marcada pela definição da data no alto da página, pela presença dos vocativos e da despedida, conforme evidenciam as figuras 6 e 7:

Figuras 6 e 7: Aspectos estilísticos no diário de C



Fonte: Banco de dados da pesquisadora.

O vocativo está presente na maioria das entradas de C, mas não assume uma estruturação linguística fixa. Nos dois exemplos, os interlocutores são “Meu Deus” e “Senhor”. Durante a entrevista, C comentou a seleção desses vocativos: “Eu acho que quando eu coloco ‘Deus’ talvez seja o momento em que eu estava mais aflita” (C, 2015). Os estudos de Bogaert e Lejeune (2006) destacam que o endereçamento do diário pode ser real ou virtual, único ou múltiplo, mas não é essencial. No entanto, quando se recorre a ele, o diarista dedica seu tempo para explicar-lhe os fatos e, em certos casos, para pedir-lhe ajuda, de acordo com suas vivências. Este é o caso do diário de C em que as entradas são caracterizadas pelos pedidos de ajuda, que se assimilam às preces.

Na figura 6, C reflete sobre a condição de ser ou não ser uma má pessoa. A partir do vocativo “Meu Deus”, constrói todo o texto a partir de um viés divino. No encerramento, escreve a seguinte prece: “Senhor, me mostre o melhor caminho a seguir e faça com que eu entenda o seu sinal! Amém!”. Na figura 7, em um texto menor, C recorre também ao interlocutor divino “Senhor”. Apesar de não conter uma prece, o posicionamento intertextual da palavra “cruz” na frase seguinte, “Sabe quando a gente sente a cruz tão pesada que dá vontade de largar. Essa mulher sou eu”, retoma o discurso cristão.

Em uma análise inicial, as recorrências espirituais poderiam caracterizar a prática de C como um diário espiritual, contudo, esse não é o caso. A recorrência dos diários religiosos é atribuída aos seminaristas, às noviças e a outros “profissionais” católicos e o objetivo da escrita contempla uma “direção de consciência”. Ou seja, os diários eram produzidos a partir de um abandono de si em prol do encontro com Deus e com a pureza, com vistas à promoção da salvação da alma (LEJEUNE, 2004). Este não é o caso da produção analisada, pois o vocativo e o direcionamento da escrita apenas apontam características de um sujeito religioso.

Como vimos, as entradas de C são marcadas por estruturas linguísticas e formais mais padronizadas e cada um dos aspectos (data, vocativo, entrada e despedida) pode ser analisado individualmente. Nos limites deste artigo, podemos ressaltar que o estilo está relacionado à função e à destinação do diário. De acordo com Lejeune (2014), “as obsessões temáticas dos diários são reforçadas pela regularidade das formas. Por definição, a escrita do diário é livre, totalmente livre. Mas, na realidade, cada diarista se acomoda rapidamente dentro de algumas formas de linguagem que servem de ‘fôrmas’ para todas as entradas e nunca mais as abandona” (LEJEUNE, 2014, p. 343).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Bogaert e Lejeune (2006), os indivíduos que compartilham das suposições de que os diários possuem a mesma disposição estrutural evidenciam o reflexo de uma compreensão equivocada, fruto de pouco contato com a prática. Para os autores, os diários devem ser observados a partir da função, da durabilidade, do estilo, do ritmo, e, sobretudo, como uma produção única, singular. Essa foi a tarefa deste artigo. Nossas análises buscaram apontar a individualidade de cada diário e correlacioná-las com as concepções subjetivas de suas autoras.

Apontamos que cada uma das produções assumiu uma função diferenciada, de acordo com os objetivos de cada escrevente. O diário de K é marcado por uma característica romântica perceptível através de entradas que contemplam, prioritariamente, os fatos vivenciados pela autora durante um namoro. A produção de C é marcada pela reflexão e pelo autoconhecimento através de entradas que recontam os acontecimentos relacionados ao divórcio.

O estilo de escrita das autoras também apresenta peculiaridades. Na produção de K, os elementos linguísticos e estruturais são menos premeditados. Na escrita de C, a linguagem aponta uma concepção mais prototípica do gênero. No entanto, nos dois casos, os estilos individuais são reflexo do modo como cada autora compreende o diário.

Ao promovermos uma análise da prática de diários a partir do olhar de suas autoras, propusemos uma abordagem dupla sobre os excertos analisados, de modo a contemplar relação ente o subjetivo e o objetivo e de maneira que importam as alusões das autoras sobre seus escritos em relação aos estudos teóricos desenvolvidos sobre a temática. Acreditamos que, com esta abordagem, promovemos ao sujeito escritor de diários um espaço na academia por meio de um olhar crítico sobre sua produção e sobre suas próprias escolhas temáticas e estilísticas. Com isso, valorizamos os diários escritos por pessoas comuns e seus atores a partir de um posicionamento reflexivo e crítico.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. “Os gêneros do discurso”. In: BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch, 1895-1975. **Estética da criação verbal** / Mikhail Bakhtin [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. — 2º cd. — São Paulo Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

BOGAERT, C; LEJEUNE, P. **Le journal intime**: Histoire et anthologie. Paris: Textuel, 2006.

LEJEUNE, P. **Les journaux spirituels en France Du XVIe au XVIIe siècle**. Article publié dans Les Problématiques de l'autobiographie, n° 33 de Littérales (Université Paris X – Nanterre), 2004, p. 63-85.

_____. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Jovita Maria Gerheim Noronha(org.); tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. – 2 ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Écrire sa vie**: du pacte au patrimoine autobiographique. Paris: Mauconduit, 2015.

MACIEL, S. D. A literatura e os gêneros confessionais. In: **Em diálogo**: estudos literários e linguísticos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 2006 [1929].

As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin: (re)significando alguns conceitos, (re)visitando a literatura¹

Wallace Dantas²

RESUMO

Este artigo, para além de uma revisão da literatura concernente a algumas ideias do Círculo de Bakhtin, propõe-se a apresentar, através de uma linguagem objetiva, as principais ideias de conceitos que perpassam vários escritos de Mikhail Bakhtin e colaboradores. Fazendo uso de autores consagrados na literatura quanto aos estudos da Abordagem Dialógica do Discurso (doravante ADD), somando aos escritos dos autores do Círculo, trazemos nossa reflexão sobre alguns pontos que, defendemos, carecem de uma outra abordagem que possa contribuir sobremaneira àquelas já existentes – e que são vastas e numerosas. Acreditamos que este artigo contribuirá para uma reflexão sobre os gêneros do discurso, dialogismo, interação discursiva, palavra ideológica, significação, tema, discurso reportado, além de proporcionar, em um único texto, o encontro de vários autores que, em solo brasileiro e além,

¹ Parte deste texto provém do capítulo teórico de minha dissertação de mestrado, defendida em 2021, pelo Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino/PPGLE, da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. Link de acesso para a dissertação: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/22995>.

² Doutorando em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG.
E-mail: wallacedantaspb@hotmail.com

propõem-se a compreender as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin.

PALAVRAS-CHAVE: Círculo de Bakhtin; Abordagem Dialógica do Discurso; Conceitos; Revisão de literatura

ABSTRACT

This article, in addition to a literature review concerning some ideas of the Bakhtin Circle, proposes to present, through an objective language, the main ideas of concepts that permeate several writings by Mikhail Bakhtin and collaborators. Making use of renowned authors in the literature regarding the studies of the Dialogical Approach to Discourse (hereinafter ADD), adding to the writings of the authors of the Circle, we bring our reflection on some points that, we defend, lack another approach that can contribute greatly to those already existing – and that are vast and numerous. We believe that this article will contribute to a reflection on discourse genres, dialogism, discursive interaction, ideological word, meaning, theme, reported discourse, in addition to providing, in a single text, the meeting of several authors who, on Brazilian soil and beyond, propose to understand the linguistic ideas of the Bakhtin Circle..

KEYWORDS: Bakhtin Circle; Dialogical Approach to Discourse; Concepts; Literature review

“A vida pode ser conscientemente compreendida apenas na concreta responsabilidade. Uma filosofia da vida só pode ser uma filosofia moral. A vida só pode ser compreendida como eventos em processo, e não como um Ser enquanto dado. Uma vida que se afastou da responsabilidade não pode ter uma filosofia: ela é, por princípio, fortuita e incapaz de ser enraizada.” (BAKHTIN, 1993, p. 74 – Para uma Filosofia do Ato)

INTRODUÇÃO: O DIALOGISMO NA RÚSSIA DOS SÉCULOS XIX E XX: O LEGADO DE LEV IAKUBÍNSKI³

³ Em Sobral (2009), temos a escrita do nome Lev Jakubinski. Em Cunha (2016), Lev Jakubinskij. Em Grillo (2016), Lev Iakubínski. Optamos pelo uso feito por Grillo (2016), porque entendemos que essa autora faz uma tradução e uso diretamente do russo, fato não realizado pelos dois primeiros autores.

Antes de iniciar uma exposição das bases teóricas comumente mais usadas na literatura atual quando falamos em Mikhail Bakhtin e colaboradores, é importante contextualizar o momento social e histórico no qual se inserem os trabalhos iniciais do famigerado Círculo de Bakhtin (FARACO, 2009).

O dialogismo russo, surgido ainda em meados de 1920, começou a partir do diálogo face a face, portanto, a partir da interação como esta é conhecida atualmente, em um momento no qual, na União Soviética, ainda predominavam as ideias da linguística histórico-comparativa, que se debruçavam, principalmente, nos estudos das leis fonéticas, portanto, do estruturalismo (SOBRAL, 2009; CUNHA, 2016). O texto, por sua vez, era compreendido como um ‘documento’ que registrava apenas uma época ou um país. Nesse contexto, mais adiante, surgiu uma crise nos estudos linguísticos vigentes, no caso, dos estudos linguísticos russos tradicionais, a partir do surgimento de novas situações-problema, compatíveis, com o que afirmava Sobral (2009), ‘o clima de época’.

Em 1923, Lev Iakubínski⁴ publicou o ensaio “Sobre a fala dialogal”⁵. Esse texto, de modo geral, é formado, como já bem comentou Sobral (2009), por uma perspectiva crítica a partir do comportamentalismo de John Watson, das ideias da psicologia de William James, assim como da sociologia de Gabriel Tarde.

⁴ Nascido em Kiev em 1892, logo em seus primeiros trabalhos, tratava da questão da unidade da forma e do conteúdo, das ações necessárias à realização poética do texto, além de estudar trabalhos de literatura e de teóricos russos do seu tempo. Estudou no Departamento de Estudos Russos e Eslavos da Faculdade de Filologia e História na Universidade de São Petersburgo. Nessa universidade, ele conviveu com filósofos, psicólogos, físicos e sociólogos, “cientistas de orientação neoliberal”. Além disso, Iakubínski, conhecia bem os trabalhos dos psicólogos russos e alemães, além dos fundamentos do behaviorismo, da pragmática, da psicanálise, da psicologia social e da reflexologia. Participou da OPOJAZ (Sociedade dos Estudos da Linguagem Poética). Realizou várias atividades profissionais, a saber: professor do Ensino Médio, diretor na escola de Peterhof, instrutor do Departamento de Educação Popular na região de Peterhof e educador de um orfanato. Foi colaborador científico do ILJaZV (Instituto de Estudos Comparados das Línguas e Literaturas do Ocidente e do Oriente). Em 1923, torna-se professor da Universidade de Petrogrado e ensina Linguística Geral, interessando-se pelos aspectos fonéticos da linguagem poética, pela sociolinguística, linguística histórica, estilística, teoria da linguagem poética. A partir dos anos 30, Iakubínski, continua com suas atividades docentes, científicas e administrativas. Nessa década, publica vários artigos na tentativa de formar uma cultura linguística nos pesquisadores iniciantes, além de trabalhos da ordem da sociolinguística. Morre em 1945, aos 53 anos de idade. (CUNHA, 2016, p. 32 – 34)

⁵ É importante expormos aqui a estrutura desse texto para que o leitor, caso não tenha ainda tido contato com o texto em sua versão completa, possa ter, através das partes que compõem o ensaio, uma noção do que Iakubínski escreveu. Assim seguem as partes constitutivas do ensaio: I) Sobre a diversidade funcional da língua; II) Sobre as formas do enunciado verbal; III) Sobre a forma não mediatizada; IV) Sobre a característica natural do diálogo e artificial do monólogo; V) Observações sobre o diálogo em comparação com o monólogo oral e escrito; VI) A apercepção da percepção da fala; VII) Os estereótipos do cotidiano e do diálogo; VIII) O diálogo e ao automatismo da fala. Foi publicado na revista *Russkaya reč'* [A língua russa].

Há autores (AGEEVA, 20092; AIRCHAMBAULT, 2000, 2009; BRANDIST, 2012; IVANOVA, 2000, 2003; LÄHTEENMÄKĪ, 2005; KYENG 2003) que defendem a ideia que Iakubínski inspirou Volóchinov e o Círculo no que diz respeito à teoria do diálogo e do dialogismo na linguística russa. Outros autores, como Tylkowski (2013), discordam desse pensamento. Independentemente da ausência de comprovação, não podemos negar, talvez em menor grau, as influências de Iakubínski, transplantadas e ressignificadas em vários contextos nos quais viveu e de que se ocupou o Círculo. Em “Sobre a fala dialogal”, para Iakubínski, a língua é uma atividade “linguagem” atrelada à ação e ao social humanos. Não há como se pensar em interação verbal sem diálogo (o autor deixa de lado o diálogo monológico), e diálogo e interação são inseparáveis. “Diálogo” é compreendido como fenômeno da ‘cultura’ e da ‘natureza’ e a noção de “interação” está ligada à psicologia, à biologia e à reflexologia. Assim, há um caráter precursor na referida obra, como bem aponta Cunha (2016), no que diz respeito aos estudos dialógicos russos, como também no tocante aos estudos da análise da conversação, do diálogo e da interação, que apareceram, quarenta anos depois, nos EUA, na Europa e no Brasil.

1 O CÍRCULO DE BAKHTIN⁶

O chamado Círculo de Bakhtin diz respeito a um grupo de intelectuais que se reuniram de forma regular e sistemática no período de 1919 a 1929, nas cidades russas de Nevel e Vitebsk e, em seguida, em São Petersburgo, que à época era chamada de Leningrado. Esses intelectuais possuíam as mais distintas formações acadêmicas e atuações profissionais, a saber: Matvei I. Kagan (filósofo), Ivan I. Kanaev (biólogo), Maria Y. Yudina (pianista), Lev V. Pumpianski (professor e estudioso de literatura) e, os três mais conhecidos do

⁶ Em Faraco (2010, p. 13) encontramos uma breve explicação para o destaque ao nome de Mikhail Bakhtin para denominar o Círculo. Segundo esse estudioso, “a escolha do nome de Bakhtin, neste caso, é plenamente justificável, tendo-se em conta que de todos foi ele quem produziu, sem dúvida, a obra de maior envergadura.”

grupo, Mikhail M. Bakhtin⁷ (filósofo), Valentin N. Volóchinov⁸ (professor de história da música e de estudos linguísticos) e Pavel N. Medviédev⁹ (teórico e historiador da literatura).

As ideias oriundas do Círculo, conforme já apresentou Sobral (2009, p. 23), podem ser descritas resumidamente da seguinte forma:

1. O interesse pela ação dos sujeitos falantes, contrariando a linguagem fechada e contrariando o texto enquanto documento histórico;
2. O interesse pelo discurso interior, um olhar sobre o aspecto psicológico da linguagem, contrariamente ao sistema linguístico como algo que está acima do psiquismo dos seres humanos sem a participação efetiva destes;
3. O destaque maior no aspecto social da linguagem, de viés marxista e que enfatiza o papel social da linguagem, contrariando uma concepção a-social e a-histórica da linguagem, de cunho subjetivista.

Como podemos perceber, as ideias do chamado Círculo de Bakhtin são abrangentes e profundas, indo além de aspectos estruturais e desprovidos do social. Acreditamos, assim como Sobral (2009), que o Círculo foi além de uma teoria do discurso, propondo uma “semiótica da cultura”, sob um viés filosófico, alicerçada em uma metodologia que supera, e muito, fórmulas ou técnicas de análise.

⁷ Mikhail Mikhailovich Bakhtin (em russo: Михаи́л Миха́йлович Бахт́ин) nasceu em 1895 em Oriol. Teve formação em estudos literários. Em 1929, foi condenado ao exílio no Cazaquistão. Após a 2ª Guerra Mundial, tornou-se professor no Instituto Pedagógico de Saransk. Em 1940, apresenta à comunidade científica sua tese de doutoramento “Rabelais e a cultura popular”, porém, devido à Segunda Grande Guerra, só conseguiu defender sua tese em 1946. Conforme nos fala Fiorin (2008), podemos compreender Bakhtin em vários, a saber: o interacionista, o marxista e o linguista. Morreu em 1975 na região da cidade de Moscou.

⁸ Valentin Nikoláievitch Volóchinov (em russo: Валенти́н Никола́евич Воло́шинов) nasceu em 1891. Em 1927, se formou em estudos linguísticos, dedicando-se, também, a estudos de pós-graduação na área. Entre 1924 e 1932, desenvolveu estudos e atividades no Instituto Estatal da Cultura Linguística, na Rússia. Torna-se, nesse contexto, amigo de Bakhtin. Antes de morrer, desenvolve palestras e atividades acadêmicas sobre crítica de arte e literatura na Universidade Proletária, universidade essa fundada por Medviédev. Em 1936, então com 41 anos, morre vítima de tuberculose.

⁹ Pável Nikoláievitch Medviédev (em russo: Павел Николаевич Медведев) nasceu em 1891/1892. Formado em Direito, desenvolveu atividades no jornalismo cultural e também na educação, em Leningrado, no Instituto Pedagógico Herzen. No início da década de 1920, com Bakhtin, desenvolveu estudos sobre poética. Opondo-se ao método formal dos estudos literários, desenvolve uma teoria da literatura, com fins para a poética sociológica para os estudos da literatura. Em 1938, “vítima de expurgos políticos que varreram a URSS no fim da década de 1930” (FARACO, 2009, p. 13), morre fuzilado.

Assim, a partir dessa breve contextualização, passemos para alguns pontos teóricos das ideias do Círculo de Bakhtin que julgamos ser de grande importância, por meio de uma sistematização necessária para ampliar as leituras e análises já existentes. Iniciaremos com os gêneros do discurso, passando pelo ato ético e responsável, chegando ao dialogismo, à interação, à palavra ideológica e à significação e ao tema dessa palavra, e, por fim, trataremos do discurso de outrem.

2 SOBRE OS GÊNEROS DO DISCURSO DE PLATÃO A BAKHTIN

Platão, em *A República*, inicialmente, propõe uma classificação binária no que diz respeito ao que, naquele momento, compreendeu-se por gênero, no contexto da poética: os chamados ‘gêneros sérios’ eram a epopeia e a tragédia; os ‘gêneros burlescos’, comédia e sátira. Mais adiante, propõe uma tríade (criada a partir da relação entre realidade e representação): no gênero mimético ou dramático, tragédia e comédia; no gênero expositivo ou narrativo, ditirambo¹⁰, noma e poesia lírica; no gênero misto, a epopeia. Tudo isso, então, foi a base para a *Poética* de Aristóteles. Esse, por sua vez, trata os gêneros como obra da voz a partir de critérios, por exemplo, o modo de representação mimética. Conforme resume Machado (2013, p. 151), para Aristóteles, “a poesia de primeira voz é representação lírica; a poesia de segunda voz, da épica, e a poesia de terceira voz, do drama.” Em resumo, reafirmando o que disse Machado (2013), essas são as linhas gerais da teoria e que serve de orientação à análise de tudo o que, hoje, compreendemos por gêneros.

Na *Poética* e na *Retórica*, os estudos dos gêneros se estruturaram, como apresentamos acima. No entanto, foi na *Literatura* que a classificação aristotélica ganhou, por assim dizer, uma consagração. Ainda concordamos com Machado (2013, p. 152), quando afirma que a prova de tal consagração se deveu ao fato de “a teoria dos gêneros ter se tornado a base dos estudos literários desenvolvidos no interior da cultura letrada”.

Em seguida às ideias aristotélicas de gêneros, surgiu a prosa comunicativa que, com seu surgimento, apareceram também parâmetros analíticos das formas interativas realizadas pelo discurso. Nesse contexto, a teoria do famigerado Círculo de Bakhtin, em especial, para este tópico, dos gêneros do

¹⁰ Canto ritual dionisíaco. Para maiores informações, sugiro a leitura de Oliveira e Geraldo, 2016.

discurso¹¹ que considera não a classificação das espécies ou formas físicas, mas o dialogismo do processo de comunicação, foi de grande valia para a ampliação do debate que começa, com uma certa emergência, a surgir. Nesse contexto, as relações de interação são processos altamente produtivos da linguagem humana.

Com Bakhtin, foi possível mudar o percurso dos estudos sobre gêneros, porque, conforme já afirmou Machado (2013), esse autor foi além das formas poéticas. Bakhtin não considera apenas a retórica, mas, veementemente, as práticas prosaicas que vários usos “linguageiros” fazem do discurso, como uma manifestação plural. Considerando tais observações, percebemos um distanciamento do universo teórico da teoria clássica abrindo, então, um espaço para manifestações discursivas da heteroglossia, ou seja, das várias codificações que não se restringem apenas à palavra (MACHADO, 2013).

A PROSIFICAÇÃO NECESSÁRIA AOS ESTUDOS DOS GÊNEROS

O dialogismo preenche uma lacuna que a Poética de Aristóteles deixou de lado, juntamente com a retórica: o domínio da prosa. Bakhtin, então, situou suas reflexões nas interações dialógicas constituídas por várias realizações discursivas. Tudo isso, sob a luz de sua grande paixão: o romance. Diante disso,

(...) A valorização do romance nos estudos de Bakhtin não se deve ao fato de ele ser o gênero maior da cultura letrada. Na verdade, o romance só lhe interessou porque nele Bakhtin encontrou a representação da voz na figura dos homens que falam, discutem ideias, procuram posicionar-se no mundo. Isso para não dizer que, no romance, a própria cultura letrada se deixa conduzir pelas diversas formas discursivas da oralidade contra as quais ela se insurgira. Além disso, por se reportar a diferentes tradições culturais, o romance surge como um gênero de possibilidades combinatórias não apenas de discursos como também de gêneros. (...) (MACHADO, 2013, p. 153)

Assim, as formas de comunicação interativa, somadas as suas combinações, contribuíram com o avanço da cultura prosaica de valorizar ações cotidianas

¹¹ Fundamento-me na tradução de Paulo Bezerra publicada em 2016 pela editora 34, com notas da edição russa de Serguei Botcharov.

dos sujeitos comuns e também de seus enunciados¹². Concordamos com Machado (2013) ainda quando afirma que gêneros da prosa são combinações de formas pluriestilística, como a estilização, linguagem carnalizada, paródia e heteroglossia, que são elementos essenciais a partir dos quais os gêneros prosaicos se organizam. Essas características e mobilidades discursivas, então, criaram a emergência da prosa e, por sua vez, o consequente processo necessário à cultura: o de prosificação.

Olhando o mundo pela ótica da prosa, a cultura então se prosifica, já afirmava Bakhtin. Ela está na voz, está na poesia, está no diálogo. O autor russo sugere um campo conceitual, a “prosaica”¹³, que permite a possibilidade da construção de um sistema teórico ligado à produção cultural da civilização ocidental. Essa prosificação da cultura se trata da criação de um campo de luta, de uma arena discursiva, na qual é possível debater ideias e criar pontos de vista sobre o mundo, sobre o que está ao redor. A prosa, por fim, só existe na interação.

(...) A prosa corresponde, assim, àquelas instâncias da comunicação em que os discursos heterogêneos entre si são empregados ainda que não haja nenhuma regra combinatória aparente. Por ser fenômeno de emergência na linguagem, a prosa não nasceu pronta: ela continua se fazendo, desde seu surgimento, graças à dinâmica dos gêneros discursivos. (...) (MACHADO, 2013, p. 155)

GÊNEROS: TIPOS RELATIVAMENTE ESTÁVEIS DE ENUNCIADOS

Arelado às esferas prosaicas da linguagem, os gêneros do discurso são formados por enunciados orais e escritos, concretos e únicos, propagados pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Conforme já afirmou Bakhtin (2016), esses enunciados refletem em si condições específicas e finalidades de campo da atividade humana, não apenas pelo conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, mas, acima de tudo, por sua forma composicional. Esses elementos – conteúdo, estilo e forma composicional – estão ligados no todo do enunciado, sendo determinados pela especificidade

¹² Usamos o termo “enunciado” a partir da tradução e explicação de Paulo Bezerra, na obra “Os gêneros do discurso”, publicado pela editora 34 em 2016. (Ver nota de rodapé 10).

¹³ Prosaica, termo sugerido por Bakhtin. Termo conceptualizado por Gary Saul Morson & Caryl Emerson (1990), conforme Machado (2013).

de um campo da comunicação humana. Cada campo cria seus gêneros do discurso, que são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (p.12).

Os gêneros do discurso são incontáveis, porque também são incontáveis as possibilidades de (re)criação da atividade humana e porque, em cada campo dessa atividade, surge a criação de repertório de gêneros do discurso, que vai crescendo e se diferenciando à medida que esse campo avança e ganha complexidade. É importante, como bem deixou claro o próprio Bakhtin, que a heterogeneidade não pode ser desconsiderada dos gêneros do discurso, orais e escritos. Para o referido teórico russo, essa heterogeneidade em hipótese alguma deve ser minimizada, mesmo tornando difícil definir a natureza geral do enunciado.

Nesse contexto, Bakhtin (2016), chama-nos a atenção para a distinção conceitual do que sejam gêneros discursivos primários (simples) e gêneros discursivos secundários (complexos), deixando claro que não se trata apenas de uma diferença funcional. Os gêneros primários (simples) surgem a partir de situações de comunicação imediata. Os gêneros secundários (complexos) nascem a partir das condições de um convívio cultural extremamente mais complexo, mais desenvolvido e mais organizado (predominantemente, o escrito) a partir das esferas sociais de circulação, como, por exemplo, política, cultural, científica etc.. Os gêneros secundários incorporam os primários, reelaborando-os. Esses gêneros simples, conforme Bakhtin (2016), ao fazerem parte dos gêneros complexos, transformam-se e perdem o vínculo especial e imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios.

Para Bakhtin (2016), essa relação entre os gêneros primários e os gêneros secundários, bem como o processo de formação história desses últimos, traz à tona a natureza do enunciado, que é de grande importância “para quase todos os campos da linguística e da filologia” (p. 16), porque para o teórico russo, todo trabalho contendo material linguístico concreto surge, inevitavelmente, à luz de enunciados concretos, sejam eles orais ou escritos, relacionados, por sua vez, a diversos e abrangentes campos da atividade humana e da comunicação.

Para Bakhtin,

(...) O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação indiferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. (...) (2016, p. 16)

Em outras palavras, Bakhtin afirma que, para estudar os gêneros do discurso, em hipótese alguma devemos apenas nos deter aos aspectos gramaticais que o compõe, mas, acima de tudo, entender que a criação e o uso desses gêneros atrelam-se à vida dos seus sujeitos, aos contextos socioculturais nos quais esses sujeitos estão e, conseqüentemente, produziram e usaram esse ou aquele gênero. Não é à toa que Bakhtin diz que as relações da língua atrelam-se à vida de quem a usa. Gênero do discurso, portanto, é língua viva, é uso, é história, é vida. Para usarmos as palavras do próprio autor, “o enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional” (BAKHTIN, 2016, p. 17).

Na esteira dessa discussão, Bakhtin (2016) deixa clara a importância do estilo para os estudos dos gêneros do discurso, afirmando que o estilo está indissociavelmente ligado ao enunciado e às suas formas típicas, em outras palavras, aos gêneros do discurso. Todo e qualquer enunciado, então, seja oral ou escrito, primário ou secundário, independentemente do campo social no qual esteja, é individual, podendo, assim, refletir a individualidade do falante, em outras palavras, pode ter ‘estilo individual’. No entanto, para esse autor, nem todos os gêneros propiciam tal reflexão, ou seja, podem não refletir esse estilo individual. Para Bakhtin, então, o estilo não faz parte do plano do enunciado, sendo apenas um produto complementar.

Segundo o autor, os estilos de linguagem são estilos de gêneros de dadas esferas da atividade humana e da comunicação. Há gêneros que correspondem às condições específicas de determinado campo social, assim como são empregados – são, portanto, a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Nesse viés, para o referido autor, uma função, somada a determinadas condições de comunicação discursiva, origina determinados gêneros, em outras palavras, “determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2016, p. 18), sendo, portanto, o estilo inseparável de determinadas unidades temáticas e de determinadas unidades composicionais.

Ainda para Bakhtin,

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (2016, p. 20)

Assim, como os gêneros discursivos são a própria história do sujeito que o utiliza (ou fazem parte da história desse sujeito), sempre haverá estilo na produção e no uso do gênero por parte desse sujeito social e situado. O referido autor russo já disse, sob esse viés, que “onde há estilo há gênero”. Isso significa que é impensável tratar de gêneros do discurso e não pensar em estilo – já que esse estilo pode destruir ou renovar qualquer gênero, seja primário ou secundário. Para o autor, os estilos individuais e os estilos da língua satisfazem os gêneros do discurso.

Por fim, de maneira geral, sob o viés dos gêneros discursivos, o autor esclarece que a gramática e a estilística ora convergem, ora divergem para a compreensão de qualquer fenômeno concreto da linguagem, entendendo que “a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico” (BAKHTIN, 2016, p. 22). Para Bakhtin, o estudo do enunciado como unidade real da comunicação discursiva ajudará o estudioso dos gêneros do discurso no tocante à compreensão mais correta da natureza das unidades da língua (ainda enquanto sistema), ou seja, ajudará na compreensão das palavras e orações.

3 SOBRE “PARA UMA FILOSOFIA DO ATO”¹⁴ OU “O DIALOGISMO NA CONSTITUIÇÃO DO EU NA VIDA SOCIAL”¹⁵

Em Para uma filosofia do ato (doravante PFA), Bakhtin objetiva apresentar um estudo no qual constrói uma “arquitetônica da existência”, centrada na vida do jeito que ela é, na existência, no “acontecimento”, no “evento”, no mundo vivido pelo sujeito, no “ato ético e estético”, desconsiderando toda e qualquer sistematização abstrata que, conforme o próprio Bakhtin, fundamentava a maioria das filosofias da época. Em outras palavras, o teórico russo propõe uma filosofia¹⁶ moral do ato, para quem a vida só tem sentido à luz da responsabilidade. Dito de outro modo, o sentido da vida e de tudo o que a constitui está no ato responsável.

¹⁴ Menção direta ao título dos escritos de Mikhail Bakhtin, da década de 1920 e publicados pela primeira vez em 1986. Conforme Brait (2016), PFA é um dos textos mais difíceis de toda a obra do Círculo, devido ao seu teor altamente filosófico e ao diálogo polêmico estabelecido com diversas correntes filosóficas.

¹⁵ Sobral (2009, p. 24)

¹⁶ Para não fugir do foco desta parte do ensaio, que é apenas o de apresentar em linhas gerais as principais ideias bakhtinianas (a meu ver, as mais usadas), sugiro a leitura de Faraco (2017), em que este autor apresenta, de forma concisa, porém com profundidade, as relações dialógicas, com várias vertentes teóricas, que podem ser encontradas em PFA.

Em linhas gerais, conforme já afirmou Sobral (2009, 2019), PFA é uma proposta de estudo do agir humano no mundo concreto no qual o sujeito se encontra, mundo esse que é social e histórico, estando, então, sujeito a mudanças, não apenas do ponto de vista de aspectos materiais, mas, sobretudo, do ponto de vista da forma como os seres humanos concebem esse mundo simbolicamente, ou seja, através de alguma linguagem, além de agirem nessas condições em determinadas circunstâncias.

Nesses termos, à luz das ideias contidas em PFA, compreendemos que o ato ou ação são constituídos de atos,

[...] porque minha vida inteira como um todo pode ser considerada um completo ato ou ação singular que eu realizo: eu realizo, isto é, executo atos, com toda a minha vida, e cada ato particular e experiência vivida é um momento constituinte da minha vida – da contínua realização de atos [...] (BAKHTIN, 1993, p. 21)

Em outras palavras, a partir do que nos diz o próprio autor russo, o ato é o aspecto geral do agir humano, geral no sentido de estar atrelado à “vida inteira”, é uma ação singular realizada pelo “eu no mundo”, que é histórico e social. Os atos, por sua vez, podem ser compreendidos como os aspectos particulares do ato, ou seja, “eu executo atos” e cada ato que forma o ato é um momento que constitui a vida do sujeito, à luz da citação, o “eu”. Conforme o próprio Bakhtin (1993, p. 23), “e tudo é um ato ou ação que eu realizo – até mesmo o pensamento e o sentimento”.

É perceptível em PFA que todos os atos que compõem o ato apresentam alguns elementos: o sujeito que age, um lugar no qual esse sujeito age e o momento histórico e social no qual esse sujeito age. Tais elementos são perceptíveis tanto nos atos realizados com outros sujeitos presentes, quanto nos atos realizados quando outros sujeitos não estão presentes, aos atos cognitivos desprovidos de expressões linguísticas etc. Podemos tratar, com isso, do que chamaremos aqui de uma “tríade indissociável”, tendo em vista que o ato responsável é constituído pelo agente, pelo processo e pelo produto. Diante disso, conforme bem falou Sobral (2009, p. 24), ao analisar PFA, podemos entender que “[...] Falar de ato, portanto, pressupõe dois planos, um plano de generalidade, dos atos em geral, e um plano de particularidades, de cada ato particular, planos esses que estão necessariamente interrelacionados.”

Temos que deixar claro que tais planos são categorias filosóficas (FARACO, 2017), e Bakhtin considerava cada uma delas em PFA ao distinguir o “conteúdo do ato” – aquilo que o ato produz ao ser realizado, e o “processo do ato” – aquilo que o sujeito realiza (operações) para produzir atos. Nessa concepção bakhtiniana, vemos, então, o processo, o produto e o agente como elementos que constituem o ato. Percebemos que o agente do processo, e não apenas o processo e o produto (o ato por si mesmo), é tido como importante. Além disso, as características singulares de cada ato são consideradas também como importantes, pelo fato de que para o autor russo, a vida e o mundo concreto, que é histórico e social, são a vida dos sujeitos concretos, que realizam atos concretos e irrepetíveis. É a vida prática, em outros termos. E essa vida é entendida em PFA como sendo de cada sujeito, constituída por uma sequência de atos concretos, singulares e irrepetíveis, atos únicos, que não são, em hipótese alguma, iguais aos outros já realizados ou que ainda se realizarão, tendo apenas alguns elementos comuns com outros atos já realizados e que se realizarão, compondo, então, o ato.

Para Bakhtin (1993, p. 46),

O ato responsável ou ação, sozinho, supera toda hipótese – porque ele é, afinal, a atualização de uma decisão – inescapável, irremediável e irrevogavelmente. O ato realizado responsabilmente é um resultado ou soma final, uma consumada conclusão definitiva. O ato realizado concentra, correlaciona e resolve dentro de um contexto unitário e único, e, desta vez, contexto final, tanto o sentido como o fato, o universal e o individual, o real e o ideal, porque tudo entra na composição de sua motivação responsável. O ato realizado constitui uma passagem, de uma vez por todas, do interior da possibilidade como tal, para o que ocorre uma única vez.

Como podemos observar, para Bakhtin, o ato concentra o sentido, o fato, o universal, o individual, o real e o ideal, porque, conforme afirmamos anteriormente, para ele, o ato está atrelado ao social e ao histórico, sendo irrepetível, mesmo havendo alguma relação com outros atos já realizados ou que se realizarão. O ato realizado pelo sujeito se constitui para a possibilidade de algo que acontece uma única vez, por isso, a crítica do autor russo ao chamado “teoreticismo”, que está relacionado a várias teorizações filosóficas e a outras que apagam a especificidade de cada ato. Bakhtin

afirma que não há nada, de dentro do próprio ato, tomado em seu todo indivisível, que seja subjetivo e psicológico. Significa dizer, usando o discurso do próprio teórico, que “O ato realmente realizado em seu todo indivisível é mais do que racional; ele é responsável. A racionalidade é apenas um momento da responsabilidade.” (BAKHTIN, 1993, p. 47 – grifos do autor).

Essa responsabilidade, como podemos ver em toda a leitura de PFA, está atrelada ao componente do “Ser-evento”, responsabilidade dos atos em função da situação histórica e social. Na visão do próprio Bakhtin (1993), fora do ato não há realidade, nada é real. Para ele, o ato se desenvolve em um mundo ímpar, singular, vivido de maneira concreta pelos sujeitos, que é concreto, real, social e histórico.

Bakhtin (1993) compreende o ato como “ato-efeito”, portanto, ato em processo de realização. Concordamos com Sobral (2009, p. 29), quando fala do “ato-efeito” em que são encontradas duas implicações nisso: a primeira, que o agente age em uma situação concreta, organizada, à luz de práticas sociais e históricas, que limitam possibilidades de atos e de forma de concretização/realização de atos; a segunda, tais circunstâncias específicas devem ser consideradas em todo e qualquer entendimento de atos, tendo em vista que sem elas os atos são incompreensíveis. Essas práticas nos levam a entender que temos grupos humanos e não humanos isolados, situações reais e concretas, intenção do humano/sujeito de realizar atos e, por fim, realizações concretas conforme formas de aceitação da realização.

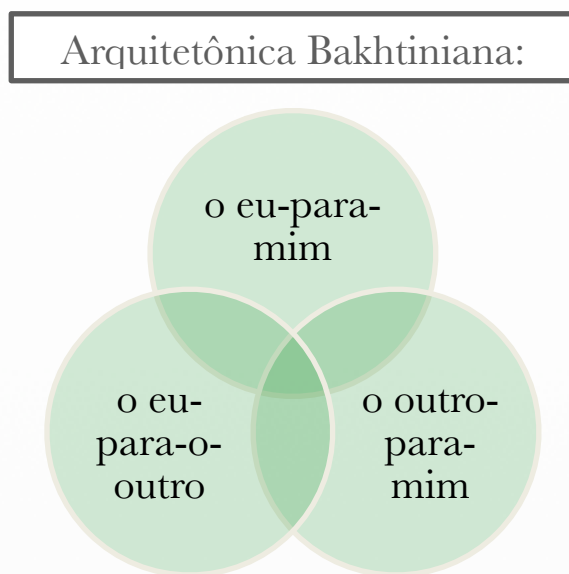
Destacamos o sujeito ético, pensando em responsabilidade ética (atitude ativamente responsável) e responsividade aos outros sujeitos. Bakhtin afirma que “não há alibi na existência”, fazendo-nos entender que os atos realizados pelo humano/sujeito são de sua inteira responsabilidade, sendo também responsivos aos outros sujeitos no contexto das práticas nas quais os atos são realizados.

É pensando nessa responsabilidade e nessa responsividade quanto aos outros sujeitos, que concordamos com o autor russo que o mundo é concretamente individual, real e irrepitível, formado também por momentos comuns, “não no sentido de conceitos universais ou leis, mas no sentido de momentos ou constituintes em suas várias arquitetônicas concretas” (BAKHTIN, 1993, p. 71).

Essa arquitetônica concreta desse mundo real, no qual o ato responsável é realizado, não é um mero esquema abstrato, mas é o plano concreto do mundo de uma ação ou ato único. Nesse contexto, o teórico russo nos apresenta essa arquitetônica que é formada por aquilo que ele

mesmo chama de “os momentos básicos concretos de mútua construção da ação ou de um ato unitário”. Vejamos:

Figura 1: Arquitetônica bakhtiniana



Fonte: Bakhtin, 1993, p. 71-72

O “eu-para-mim” diz respeito ao eu voltado para mim mesmo; o “outro-para-mim” atrela-se à iniciativa do outro de se aproximar de mim; o “eu-para-o-outro” diz respeito à minha iniciativa de querer ou realmente me aproximar do outro. Para Bakhtin (1993), esses pontos básicos arquitetônicos e indissociáveis compõem o mundo real, constituído do ato realizado de maneira responsável e responsiva. Podemos falar, então, de valores: científicos, estéticos, políticos e religiosos. Esses valores espaço-temporais, além de todos os valores de conteúdos, são atraídos e concentrados em torno desses momentos da arquitetura bakhtiniana; momentos esses que são centrais e emocionais-volitivos: o eu, o outro e o eu para o outro.

[...] Bakhtin considera legítimo que o eu saia de si para aproximar-se do outro, e vice-versa, mas afirma enfaticamente que essa saída deve ser sempre seguida de uma “volta a si”: aquele que se põe no lugar do outro e não volta ao lugar que lhe pertence é infiel a si e ao outro! Porque cada sujeito ocupa um lugar ímpar, peculiar e irrepitível, insubstituível no mundo. Portanto, as relações entre sujeitos não submetem os sujeitos, singulares, ao coletivo de sujeitos, despersonalizando-os, e ao mesmo

tempo não atribui a cada sujeito a possibilidade de se sobrepor ao coletivo, tornando-se autárquico. Portanto, exige coerentemente de cada sujeito a responsabilidade por seus atos e obrigações éticas com relação aos outros sujeitos. (SOBRAL, 2009, p. 30).

Significa dizer que seria um ‘ato irresponsável’ o eu chegar ao outro e não voltar a si. Os aspectos sociais e históricos, nessa ausência de regresso do eu, estariam seriamente comprometidos, tendo em vista que esse social, esse histórico, esse situado não podem, em hipótese alguma, ser desconsiderados. A vida não pode ser compreendida nessa irresponsabilidade de um não regresso desse eu, mas deve ser compreendida, de forma consciente, na concreta responsabilidade da ida do sujeito ‘eu’, como também de sua volta, de seu regresso. Essa vida, para Bakhtin (1993, p. 74), nessa saída e nesse regresso, só pode ser compreendida como um “evento em processo”, e não como um Ser enquanto um mero dado. Para Bakhtin, se a vida se afasta de sua responsabilidade não pode ter uma filosofia. Em outras palavras, a vida constituída, do que estamos chamando aqui de “atos irresponsáveis”, será incapaz de ser enraizada, sendo, portanto, “fortuita” – para usar uma palavra do próprio Bakhtin.

Quando o sujeito age, no ato, deixa sua “assinatura” tendo, portanto, que se responsabilizar, pessoalmente, por esse ato, inclusive junto à coletividade constitutiva do ‘outro’ (uma pessoa, um grupo social e, em última instância, a humanidade como um todo) no mundo. Para o filósofo russo, esse mundo é visto, ouvido, tocado e pensado, um mundo, portanto, impregnado de “tons emocionais-volitivos da validade afirmada dos valores” (VOLÓCHINOV, 2018). A realidade única e unitária desse mundo, nos ditos bakhtinianos em PFA, é garantida pelo reconhecimento da participação do sujeito, participação essa que é única no mundo, pelo “não-álibi” nele. Essa participação, quando reconhecida, produz um “dever”: “o dever de realizar a inteira unicidade, a unicidade totalmente insubstituível de ser, com relação a cada constituinte desse ser [...]” (BAKHTIN, 1993, p. 74 – itálicos do autor russo).

À luz desse dever, o sujeito/agente deve realizar uma valoração/avaliação dos próprios atos realizados, sendo, então, essa valoração o elemento que unifica os atos de sua atividade. Estamos, neste momento, falando de uma avaliação que se deve responsável, na qual se faz presente o processo do ato, o conteúdo do ato e o agente desse ato – sujeito avaliador de seus atos/feitos singulares no contexto da generalidade dos atos/atividades. Devemos

entender que nisso o sujeito não está sozinho. O seu agir é, então, uma sequência de atos que caminham entre o geral e o particular, tendo um caráter situado, avaliativo e responsável.

No mundo, portanto, os sujeitos são responsáveis pelos seus atos. Além disso, devem valorar, ou seja, avaliar o ato, entendendo que esse ato é de sua intrínseca responsabilidade. O eu não está só. O eu mantém relação com o outro. O outro mantém relação com o eu – e, nessa relação responsável e responsiva, temos o dialogismo, a interação, a palavra como itens que, também, compõem o ato responsável – elementos debatidos na próxima seção. Nessa arquitetônica, esse mundo concreto e real se dispõe em torno de um centro valorativo concreto, i. e., de uma constante avaliação por parte do eu. Esse centro, conforme nos diz o próprio Bakhtin, é o ser humano: “tudo nesse mundo adquire significância, sentido e valor em correlação com o homem”, a partir dessa arquitetônica. Assim, “o centro de valor na arquitetônica-evento [...] é o homem como uma realidade concreta afirmada com amor [...]” (BAKHTIN, 1993, p. 81).

4 SOBRE O DIALOGISMO, A INTERAÇÃO, A PALAVRA IDEOLÓGICA, O SIGNIFICADO E O TEMA

Bakhtin (2016), em *Notas sobre a literatura, cultura e ciências humanas*¹⁷, expressa muito bem, a nosso ver, o que, à luz das ideias do referido autor, podemos compreender sobre ‘dialogismo’ ou sobre a concepção dialógica da linguagem que se encontra nas obras do Círculo. O referido autor nos diz que

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Mesmo os sentidos do passado, isto é, nascidos do diálogo dos séculos passados, jamais podem ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre hão de mudar (renovando-se) no processo do futuro desenvolvimento do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma

¹⁷ Publicada pela Editora 34, com organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra e com notas da edição russa de Serguei Botcharov.

renovada (em um novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. *Questão do grande tempo.* (BAKHTIN, 2016, p. 79 – itálicos do próprio autor).

Percebemos que temos a palavra como elemento primeiro, mas não único, desse dialogismo. Essa palavra, “ideológica por excelência”, usada pelos sujeitos, à luz de atos responsáveis e responsivos¹⁸ faz parte de um contexto dialógico, para o qual não há limites, porque ele está associado ao que já foi quanto ao que ainda será. Conforme podemos constatar na citação acima, em qualquer momento de desenvolvimento do diálogo, havemos de encontrar massas imensas e ilimitadas de sentidos já atribuídos e, muito provável, esquecidos, mas também, em dados momentos de sucessivo diálogo, esses mesmos sentidos, outrora esquecidos, serão lembrados e por sua vez renovados para o momento social e histórico para o qual estão sendo produzidos e compartilhados. Teremos, assim, a “festa da renovação” do(s) sentido(s) no diálogo travado.

Conforme os ditos bakhtinianos, os sentidos são construídos pelos sujeitos ativos, ou seja, pelos agentes (elemento básico na composição e no entendimento do ato responsável): o ato verbal, o processo de troca linguística, no qual os enunciados são produzidos, e esses enunciados pressupõem uma enunciação e cada enunciação suscita um enunciado, afinal, “o enunciado é de natureza social.” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 200). Em outras palavras, para Bakhtin (2016), o diálogo, que é social, não se repete de forma absoluta, no entanto, não deve ser compreendido como algo total e completamente novo, pelo simples fato de reiterar marcas históricas e sociais, que demonstram uma dada cultura, uma dada sociedade, um dado momento social e histórico. (MARCHEZAN, 2012).

É importante deixarmos claro que esse dialogismo não se trata do diálogo entre duas pessoas, no sentido de uma conversa à mesa de um restaurante, por exemplo. Esse diálogo é um fenômeno textual, também compreendido como um procedimento discursivo, que compõe o dialogismo, sendo, portanto, um dos níveis mais evidentes da materialidade discursiva.

Esse diálogo, então, deve ser compreendido como a alternância entre enunciados, entre sujeitos falantes e ativos, entre diversos posicionamentos e

¹⁸ É importante deixarmos claro que, conforme Sobral (2009), compreendemos o diálogo como elemento primeiro desse dialogismo, sendo, então, criado a partir de atos conscientes, responsáveis – por isso estamos inserindo o conceito de ‘ato responsável’ como importante na construção do diálogo, já que esse diálogo é consciente, portanto, dotado de sentidos.

abrangentes contextos. Esse diálogo é a forma mais clássica da chamada “interação discursiva”¹⁹. Cada réplica, sendo fragmentária e breve, expressa a “posição do locutor”, sendo possível, então, para essa réplica, se ter uma “posição responsiva”. Podemos reconhecer, nessa “interação”, a reciprocidade entre o eu e o outro, fazendo-nos compreender o verdadeiro diálogo “real”, concreto, oriundo da responsabilidade e da responsividade dos sujeitos envolvidos. Diálogo e enunciado são, portanto, conceitos interdependentes.

O enunciado será definido pela “situação social mais próxima”, sendo construído entre dois indivíduos socialmente organizados, e na iminente ausência de um desses indivíduos, que podemos chamar de “interlocutor real”, a lacuna desse indivíduo será preenchida pela “imagem do representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence” (VOLÓCHINOV, 2018). E essa “situação social” ganhará sentido, nessa relação entre os interlocutores reais, a partir da palavra, em que

[.] A palavra é orientada para o interlocutor, ou seja, é orientada para quem é esse interlocutor: se ele é integrante ou não do mesmo grupo social, se ele se encontra em uma posição superior ou inferior em relação ao interlocutor (em termos hierárquicos), se ele tem ou não laços sociais mais estreitos com o falante (pai, irmão, marido etc.). Não pode haver um interlocutor abstrato, por assim dizer, isolado; pois com ele não teríamos uma língua comum nem no sentido literal, tampouco no figurado. [...] (VOLÓCHINOV, 2018, p. 205 – itálicos do autor russo).

Como podemos perceber, a “interação discursiva” origina-se a partir de uma “palavra bilateral”, ou seja, essa palavra “é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem ela se dirige [...]” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 205 – itálicos do autor russo), sendo assim compreendida como uma palavra ideológica. Nessa interação, toda e

¹⁹ É pertinente transcrevermos aqui a nota de rodapé contida em *Maxismo e Filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, onde as tradutoras Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo deixam claro o porquê da expressão “interação discursiva”. Eis a nota de rodapé: “Optamos por traduzir a expressão russa *retchevóie vzaimodéistvie* por “interação discursiva”, uma vez que se trata do uso concreto da língua em uma situação social mais próxima e em um meio social mais amplo, resultando no enunciado. Além disso, o adjetivo *retchevói* (“discursivo” ou “de discurso”) é o mesmo que aparece no título do famoso texto de Bakhtin “*Os gêneros do discurso*” (ed. bras.: Mikhail Bakhtin, *Os gêneros do discurso*, tradução de Paulo Bezerra, São Paulo, Editora 34, 2016). (N. da T.)” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 211)

qualquer palavra serve de expressão de um sujeito em relação a outro sujeito. A palavra é o elo entre o eu e o outro. A palavra é o território comum existente entre o falante e o interlocutor, falante aqui, conforme o Círculo, é entendido como o dono indiscutível da palavra no momento do enunciado; palavra essa que é produzida sob à luz de uma responsabilidade ética, num contexto social e histórico. Essa palavra é constituída de uma significação e um tema.

A significação (VOLÓCHINOV, 2018 – itálicos do autor) é um estágio menor, inferior, inicial da capacidade de significar. Ela é única. Apresenta, apesar de vários e a depender da palavra, um único sentido e está presente em qualquer enunciado, ou seja, é totalizante. A significação é própria dos signos linguísticos, assim como das formas gramaticais da língua. Podemos também compreendê-la como sendo o sentido que tais signos linguísticos assumem a partir dos usos reiterados, repetidos, com esse ou aquele significado. A significação, portanto, é “um estágio mais estável dos signos e dos enunciados”, considerando que tais signos são frutos de uma convenção, sendo (muitos) registrados nos dicionários, “podendo ser utilizados em diferentes enunciações com as mesmas indicações de sentido”. (CEREJA, 2013, p. 220).

O tema (VOLÓCHINOV, 2018 – itálicos do autor), por sua vez, é inseparável do enunciado, estando fora do próprio enunciado, sendo, então, uma expressão histórica e concreta de uma determinada situação (CEREJA, 2013). O tema é totalmente dependente dos sujeitos que estão envolvidos na situação de comunicação, no uso da palavra e nas vozes que se fazem ouvir no processo de interação verbal, portanto, é único e irrepetível. Na composição do tema não temos apenas a presença de elementos linguísticos e estáveis, mas também a presença de elementos extraverbais, que compõem a situação de produção, recepção, circulação e uso no processo de comunicação.

Com fins de simplificar e sistematizar mais simploriamente esses conceitos, a partir de Volóchinov (2018), apresentamos o seguinte quadro com as principais características da significação e do tema:

Quadro 1: Distinção entre “Significação” e “Tema” para o Círculo de Bakhtin

SIGNIFICAÇÃO	TEMA
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Junto com o tema, ou melhor, dentro dele; ✓ “aspectos do enunciado que são repetíveis e idênticos a si mesmos”; ✓ Decompõe-se em uma série de significações em conformidade com os elementos linguísticos; ✓ Não há significação sem tema; ✓ “a pluralidade de significações é uma propriedade constitutiva da palavra”; ✓ Palavra só adquire tema se se figurar na qualidade de um enunciado completo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Individual e irrepitível como o próprio enunciado; ✓ Expressa a situação histórica concreta que gerou o enunciado; ✓ Não apenas formas linguísticas, mas aspectos extraverbiais da situação; ✓ É tão concreto quanto o momento histórico ao qual pertence; ✓ Não há tema sem significação; ✓ Deve se apoiar em uma significação estável – caso contrário, pode perder o sentido com o antes e o depois.

Fonte: Dantas (2021, p. 118 apud VOLÓCHINOV, 2018, p. 228-231)

Como podemos observar, a significação possui uma natureza abstrata, sendo (predominantemente) permanente e estável, estando para o signo abstrato, constituindo a palavra, já que sua existência é item constitutivo dos signos gramaticais existentes. O tema, conforme apresentamos no quadro acima, é individual e irrepitível como é o próprio enunciado, sendo capaz de expressar a situação histórica, concreta e real que fez gerar o enunciado. O tema está para além das formas linguísticas, atrelando-se, então, aos aspectos extraverbiais da situação social de comunicação, sendo concreto e único como é o momento histórico ao qual está vinculado.

Diante disso, à luz de Volóchinov (2018), a significação está para o inferior, atrelada à significação da própria palavra no sistema da língua, à palavra dicionarizada. O tema, por sua vez, é superior, estando para além da palavra enquanto sistema, enquanto palavra dicionarizada. Nesse embate do tema com a significação, temos o problema da compreensão.

A compreensão é ativa, porque os sujeitos envolvidos agem, interagem, determinam o tema no momento histórico e social no qual se encontram. A compreensão, para esse autor, possui um embrião de resposta, sendo essa compreensão ativa a responsável pela determinação e definição do tema, “pois um processo de formação só pode ser apreendido com a ajuda de outro processo de formação.” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 232).

Compreender um enunciado do outro, alheio, significa o sujeito ativo se orientar em relação a esse enunciado, encontrando um lugar devido no contexto correspondente. É uma ação de acrescentar no referido enunciado “uma camada de palavras responsivas”. Diante disso, “toda compreensão é dialógica”, sendo a busca de uma antipalavra à palavra do falante (VOLÓCHINOV, 2018, p. 232).

No tocante à inter-relação entre avaliação e significação, é importante compreendermos que qualquer palavra, seja ela qual for, não possui apenas um tema e uma significação no sentido objetivo, mas uma avaliação, porque todos os conteúdos objetivos existem na palavra viva, sendo ditos e/ou escritos no tocante à certa ênfase valorativa, sendo que “sem uma ênfase valorativa não há palavra”. Em síntese, o tema se soma à significação para compor o resultado interacional da construção de sentido, numa (chamaremos de) “inter-relação valorativa”, porém, lembramos que o tema não é uma abertura a qualquer possibilidade de sentido, tendo que se apoiar em uma significação estável.

Essa construção de sentidos acontece no contexto social, formado de relações sociais, sendo o lugar no qual o enunciado se constitui. Para usarmos palavras do próprio integrante do Círculo, no caso, Volóchinov (2018, p. 206 – itálicos do autor), “a situação social mais próxima e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado”, ou seja, a situação forma o enunciado, tornando obrigado a soar de um jeito e não de outro jeito. Tal situação mais próxima, com seus participantes/sujeitos sociais próximos, determina, por assim dizer, a forma e o estilo oriundos do enunciado. Diante disso, as ligações sociais mais duradouras e essenciais determinam as camadas mais profundas do enunciado. Para Volóchinov (2018, p. 207), “o grau de consciência, de clareza e de constituição da vivência está proporcionalmente relacionado à orientação social” na/da qual o sujeito faz parte, sendo essa orientação social valorativa, porque não há vivência sem diferentes graus de consciência, precisão e diferenciação.

Essa vivência, conforme Volóchinov (2018), pode ser entendida a partir de dois polos, a saber:

- “vivência do eu” – que tende à eliminação, ou seja, perde sua forma ideológica, na medida em que se aproxima do limite, deixando, então, de ser concebida, aproximando-se da reação de um animal, portanto, fisiológica. Nesse caso, há a perda de todas as potencialidades de orientação social, por sua vez, há a perda da forma verbal. “Algumas vivências e até grupos inteiros podem se aproximar desse limite extremo, sendo privados de sua clareza e forma ideológica e demonstrando uma falta de enraizamento social da consciência” (p.208).
- “vivência do nós” – uma vivência, por sua vez, diferenciada. A ideologia e a consciência são proporcionais à orientação social, constituída de firmeza e convicção. “Quanto mais unida, organizada e diferenciada for a coletividade na qual se orienta um indivíduo, tanto mais diversificado e complexo será o mundo interior” (p.209).

Para Volóchinov (2018), existem inúmeros graus da “vivência do nós”, nos quais suas variadas formas ideológicas podem se manifestar de diferentes modos. Dentro da “vivência do nós”, há a “autovivência”, que é individual, diferenciada e acabada, sendo determinada por uma orientação social sólida e confiante. Não nos aprofundaremos nessa questão, mas é importante esclarecer, conforme as ideias do Círculo, que essa autoconfiança não vem de dentro, mas de fora, sendo resultante da “interpretação ideológica do meu reconhecimento social, da garantia dos meus direitos e do apoio e proteção objetivos concedidos por todo o regime político à minha atividade econômica e individual” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 210).

Não nos deteremos de forma aprofundada na questão da “auto-vivência”, porque, à luz da teoria do Círculo, a vivência está orientada para o exterior e não para o interior, para o individual. Em resumo, o “subjetivismo individualista”²⁰, que vê a essência da língua na criação individual e que tem como propriedade o ato de fala, deve ser deixado de lado, conforme o Círculo já defende. Essa orientação da estilística clássica, muito fortemente influenciada pelo pensamento de Wilhelm Humboldt, entende a enunciação como uma criação puramente psicológica, deixando claro que as leis que regem a criação da língua sejam as mesmas que venham reger a criação artística.

²⁰ Sobre a distinção conceitual tão cara às ideias do Círculo de Bakhtin, no que tange ao “subjetivismo idealista” e o “objetivismo abstrato”, sugerimos a leitura curta, porém bem acessível, de Silva e Leite (2013).

Para o Círculo, a organização de qualquer enunciado não se encontra no interior, mas no exterior, ou seja, no meio social que envolve o indivíduo. Nesses termos, o enunciado é compreendido como sendo um produto da “interação social”, seja a mais próxima, que é determinada pela situação da fala; quanto a mais distante, determinada pelo todo do conjunto das condições pertencentes a essa coletividade falante. Portanto, a realidade efetiva da linguagem, conforme nos esclarece Volóchinov (2018, p. 218-219 – itálicos do autor), diz respeito “ao acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados”. Dito de outra maneira, “a interação discursiva é a realidade fundamental da língua”.

Por fim, à luz dos postulados bakhtinianos, o diálogo não é a única forma de “interação discursiva”, apesar de ser importante e, sendo mais fiel à teoria e como bem afirmou Volóchinov (2018), a forma composicional mais prototípica. O diálogo pode ser entendido numa acepção mais ampla, mais abrangente e não apenas como a comunicação direta, objetiva e em voz alta entre sujeitos face a face. O diálogo, na abordagem dialógica da linguagem, é qualquer comunicação discursiva, não importando o tipo. E essa comunicação discursiva jamais poderá ser entendida distante, fora, longe dessa situação concreta. Assim, diante do exposto, “a língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 202 – itálicos do autor).

5 DO DISCURSO ALHEIO OU DO DISCURSO DE OUTREM COMO FENÔMENO SOCIAL DA INTERAÇÃO VERBOIDEOLÓGICA

É em *Marxismo e Filosofia da Linguagem (MFL)* – problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem – que o Círculo, através de Valentin Volóchinov²¹, traz um debate de cunho sociológico em linguística, trazendo à tona a interação verbal, como fenômeno social, realizada por meio de enunciados.

²¹ É importante lembrar que utilizamos a edição de 2018, traduzida pelas professoras Sheilla Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, diretamente do russo. Na referida edição, no ensaio introdutório assinado pela primeira professora, temos um delineamento do texto completo a partir da primeira edição publicada em solo brasileiro, datada de 1979 do século passado, chegando até aos detalhes, além do contexto histórico, cultural e social da primeira edição publicada de MFL em território russo no ano de 1929. A primeira edição em russo, conforme deixa claro Grillo (2018), apresenta na capa o nome de V. N. Volóchinov e isso faz com que haja um diálogo sobre a questão de autoria, fazendo com que se opte, na edição de 2018, por manter, conforme original russo, o nome de Volóchinov como autor de MFL. Não é nosso dever trazer tal discussão já bem desenvolvida em Grillo (2012; 2018), mas é pertinente esclarecermos ao leitor deste artigo que evidenciaremos (como já evidenciamos) o nome de Volóchinov.

Antes de seguirmos em nossa reflexão à luz da obra mencionada, é necessário esclarecermos que as gramáticas normativas/tradicionais limitam a compreensão de discurso citado apenas nos níveis morfológicos e sintáticos²², ao invés de irem além nos modos de uso e funcionamento do diálogo, observando os efeitos de sentidos (semânticos) produzidos por esses usos, bem como também detendo o olhar para a inter-relação estabelecida entre o contexto narrativo e o discurso citado. Com isso,

O principal erro dos estudiosos anteriores foi isolar, quase por completo, as formas de transmissão do discurso alheio do seu contexto de transmissão. Conseqüentemente, essas formas são definidas de modo estático e imóvel (no geral, essa imobilidade é típica de todo estudo científico da sintaxe). Entretanto, o verdadeiro objeto de estudo deve ser justamente a inter-relação dinâmica entre essas duas grandezas: o discurso transmitido (“alheio”) e o discurso transmissor (“autoral”). Pois, na realidade, eles existem, vivem e se formam somente nessa inter-relação e não isoladamente, cada um por si. O discurso alheio e o contexto transmissor são apenas termos de uma inter-relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a orientação social mútua entre as pessoas na sua comunicação verboideológica (é claro, dentro das tendências essenciais e estáveis dessa comunicação). (VOLÓCHINOV, 2018, p. 255).

Como observamos nessa citação, a inter-relação é o item primeiro a ser considerado quando pensamos em discurso, construído a partir das práticas de construção de enunciados. Os discursos alheios e transmitidos, como bem afirmou Volóchinov (2018) nessa citação, existem, vivem e se entrelaçam justamente por meio dessas inter-relações languageiras que vão além dos aspectos gramaticais, mesmo tais aspectos sendo imprescindíveis no processo de organização discursiva. A relação verbal e ideológica, portanto, verboideológica, deve ser considerada no sentido de se compreender o processo de interação, não apenas como uma mera transmissão de

²² Como exemplificação, apontamos a célebre obra “Comunicação em prosa moderna” do saudoso professor Othon Moacir Garcia, que em 2017 completou 50 anos de publicação a contar de sua primeira edição. Apesar de inovadora, considerando em menor ou maior grau o contexto e a lógica no processo de comunicação humana, é uma prova, atual e brasileira, do que afirma Volóchinov (2018).

informação, considerando que a linguagem é totalmente interacional. Nesse contexto, o sujeito, quando fala ou escreve, apresenta em seu texto (no sentido amplo do termo) marcas de sua inserção histórico-social do grupo no qual está inserido, como seu núcleo familiar, suas experiências, bem como pressuposições dos interesses do seu interlocutor (o que esse gostaria de ouvir e/ou ler), tendo em vista seu contexto social. (SANTOS, 2013).

Como falamos anteriormente, Volóchinov não desconsidera os estudos sintáticos de sua análise, mas compreende que as formas sintáticas são as que mais se aproximam do enunciado, ou seja, das condições reais de fala (VOLÓCHINOV, 2018). Para o autor, os estudos das formas sintáticas são viáveis à luz de uma teoria das enunciações, que seja capaz de elucidar os problemas mais fundamentais da sintaxe, a partir do entendimento da comunicação verbal.

À luz desses problemas sintáticos, Volóchinov (2018) traz à tona o discurso citado (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre),

[...] as modificações desses esquemas e as variantes dessas modificações que encontram na língua como um fenômeno “nodal” e produtivo, pois a composição desse fenômeno serve para a transmissão das enunciações de outrem e para a integração dessas enunciações, enquanto enunciações de outrem, em um contexto monológico coerente. [...] (SANTOS, 2013, p. 169)

Diante disso, concordamos com Volóchinov (2018, p. 249 – itálicos do autor) para quem “O “discurso alheio” é o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado. Em outros ditos, à luz de Francelino (2004) e Santos (2013), tendo a citação como um tema em relação ao que se enuncia, no discurso citado, essa citação pode se integrar à sintaxe do discurso que cita.

Estamos, então, diante do fenômeno da “reação da palavra à palavra” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 251 – itálicos do autor) que é diferente daquilo que, essencialmente, conhecemos como diálogo. Nesse, as réplicas são distanciadas gramaticalmente, não sendo também incorporadas num único contexto. No entanto, se o diálogo estiver incluso num contexto autoral, estamos, conforme nos deixa claro esse autor, diante de um caso de discurso direto, que é uma das formas do fenômeno do discurso citado.

Para Volóchinov (2018), e muito bem analisado por Cunha (1992), Francelino (2004), Ramos (2010) e Santos (2013), o estudo do diálogo se inicia a partir de uma análise profunda das formas de transmissão do discurso alheio, por transmitirem as tendências principais e recorrentes da “percepção ativa do discurso alheio” (itálicos do autor russo), que é imprescindível para o diálogo. Os seguintes questionamentos, então, ecoam:

De fato, como é percebido o discurso alheio? Como vive o enunciado alheio na consciência concreta intradiscursiva daquele que percebe? Como o enunciado alheio é transmitido ativamente na consciência do ouvinte? E como o discurso posterior do próprio ouvinte é orientado em relação ao discurso alheio? (VOLÓCHINOV, 2018, p. 252).

Tais indagações do próprio integrante do Círculo nos colocam na abordagem do fenômeno da transmissão do discurso na fala cotidiana e situada, partindo das formas típicas já mencionadas: discurso direto, indireto e indireto livre. E o que se propõe é uma análise sociológica do discurso de outrem, do discurso alheio, a partir dessas três formas típicas, considerando, em primeiro, o contexto narrativo, porque tanto as formas de apreensão, somadas à verbalização do discurso de outrem, são construídas em meio às tendências sociais estáveis, à luz de formas padronizadas para a sua introdução, resultando numa avaliação e valoração estética essencialmente sociais (SANTOS, 2013).

Diante de tudo isso, concordamos com Francelino (2005) para quem a abordagem do Círculo de Bakhtin, no que diz respeito ao discurso alheio, possibilita enfatizar as nuances e as particularidades que uma análise puramente sintática negligencia. Assim como apresentou Volóchinov (2018), as vozes, as relações dialógicas e as ideologias presentes na interação são responsáveis e fundantes na/para a compreensão do discurso do outro, bem como na construção do discurso do eu, lembramos aqui a “tríade indissociável” da arquitetônica bakhtiniana mais no início deste texto.

A língua não existe por si só, mas é um produto de um enunciado concreto que é/está ligado à interação social, sendo suas formas determinadas por questões socioeconômicas de uma determinada época. No bojo desse pensamento, Volóchinov (2018, p. 262 – itálicos do autor) propõe uma classificação por períodos, a saber: “dogmatismo autoritário” – caracterizado pelo estilo monumental, linear e impessoal de transmissão do

discurso alheio (Idade Média); “dogmatismo racionalista” – séculos XVII e XVIII, com o estilo linear muito mais nítido; “individualismo realista e crítico” – com estilo pictórico no qual as réplicas tendiam a penetrar o discurso alheio (meados do final do século XVIII e início do XIX); “individualismo relativista” – tendência à diluição do contexto narrativo (contemporaneidade).

Diante disso,

A língua não existe por si só, mas somente combinada com o organismo individual do enunciado concreto, ou seja, do discurso verbal concreto. A língua entra em contato com a comunicação apenas por meio do enunciado, tornando-se repleta de forças vivas e, portanto, real. As condições da comunicação discursiva, as suas formas e os meios de diferenciação são determinados pelas premissas socioeconômicas da época. São essas condições mutáveis da comunicação sociodiscursiva que determinam as alterações das formas de transmissão do discurso alheio analisado por nós. Além disso, parece-nos que, nessas formas em que a própria língua percebe a palavra alheia e a individualidade falante, expressam-se de modo mais proeminente e saliente os tipos de comunicação socioideológica que se alternam na história. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 262).

Por fim, é importante encerrarmos trazendo à luz dois pontos importantes:

- 1) Concordando com Santos (2013), pensamos que diante de tudo o que foi apresentado, o eixo central nesse debate é a questão da interação entre o discurso alheio e o contexto, afinal, como já afirma o próprio autor russo, “[...] É especialmente importante a finalidade da orientação do contexto autoral. [...]” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 261 – itálicos do autor russo).
- 2) Ainda concordando com Cunha (1992) e Santos (2013), nas pesquisas sobre discurso, o discurso de outrem é um tema bastante recorrente, tendo uma gama variada de objetos, questionamentos, bem como de abordagens dentro da literatura especializada: discurso citado (CASTRO, 2001), heterogeneidade mostrada e constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1990), interdiscurso (POSSENTI, 2003),

polifonia (BEZERRA, 2005), intertextualidade manifesta e a intertextualidade constitutiva (KRISTEVA, 1969), dialogismo mostrado e constitutivo (COSTA, 2015), cada um evocando algum viés específico. (CUNHA, 2004, apud SANTOS, 2013, p. 171). Apontamos alguns estudos (autores, inclusive), porque, conforme bem afirmou Santos (2013, p. 174), muitas vezes termos e/ou conceitos são colocados lado a lado como similares, porém, é bom enfatizarmos que é preciso ter atenção e cuidado “às sutilezas que atenuam as diferenças na maneira de empregá-los e à incoerência ao usá-los em uma área que não compreende um ou outro princípio por não sustentar uma teoria ou área específica do conhecimento.”.

5 CONCLUSÃO

Evocamos, para finalizar este artigo, a epígrafe usada na abertura. Nela, Bakhtin deixa claro que sem responsabilidade não há vida, não há razão para vivê-la, tendo em vista que não podemos viver na inconsequência.

É nessa responsabilidade que produzimos este artigo, com o objetivo (que acreditamos que alcançamos) de propor à comunidade científica um texto, com linguagem clara e objetiva, que aborda as ideias comumente mais usadas em pesquisas na área de Letras, Linguística e Humanas. Além de uma revisão bibliográfica, objetivamos apontar algumas reflexões pessoais que, acreditamos, ajudarão aos leitores na compreensão da ADD.

Em um texto com o número limitado de páginas, obviamente, não temos a condição de tratar de todos os aspectos e de todas as nuances da teoria, ponto a ponto. Neste artigo, então, temos a nosso ver as principais ideias necessárias para um primeiro contato com a abordagem desenvolvida por Bakhtin e seus colaboradores.

A responsabilidade que buscamos ter na produção deste artigo soma-se ao anseio de novos pesquisadores em buscar compreender (algum)as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin, em especial os iniciantes. E, à luz dessa responsabilidade, que fundamenta real e filosoficamente a vida dos sujeitos sociais e dialógicos que somos, acreditamos que este texto se “enraizará” no meio acadêmico como um escrito para quem, eticamente, busca um primeiro contato com a teoria do Círculo.

REFERÊNCIAS

AGEEVA, Inna. La critique de F. de Saussure dans Marxisme et philosophie du langage de V.N. Vološinov et le contexte de la réception des idées saussuriennes dans les années 1920-1930 en Russie. **Cahiers de l'ILSL**, n° 26, 2009, p. 73-84.

ARCHAIMBAUT, Sylvie. Aperception et dialogue chez Lev Jakubinskij (1892-1945). | **Revue d'Histoire des Sciences Humaines**, 2009/2 - n° 21 p. 69-82.

ARCHAIMBAUT, Sylvie. Un texte fondateur pour l'étude du dialogue : De la parole dialogale (L. Jakubinskij). **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 22, fascicule 1, 2000. p. 99-115.

BRANDIST, Craig. **Repensando o Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Tradução de: CRUZ, C.M.; GERALDI, J.W. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas: UNICAMP, IEL, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza da edição americana *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993. (tradução destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico)

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro 7 João Editores, 2010, 155 p.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. 1ª ed. São Paulo: Editora34, 2016, 174p.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra e Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora34, 2017, 101 p.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth. (Org). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 191-200.

CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 201 – 220.

COSTA, Nelson Barros da. Dialogismo e análise do discurso – alguns efeitos do pensamento bakhtiniano nos estudos do discurso. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2015

CUNHA, Dóris Arruda Carneiro da. **Discours rapporté et circulation de la parole**. Leuven/Louvain la Neuve: Peeters/Louvain-la-Neuve, 1992.

CUNHA, Dóris Arruda Carneiro da. Sobre a Fala Dialogal convergências e divergências entre Jakubinskij, Bakhtin e Volochinov. **Conexão Letras**, v. 16, 2016, p. 31-49.

DANTAS, Wallace. **A relação Orientador-orientando em um mestrado profissional de formação docente: uma investigação à luz das ideias do Círculo de Bakhtin**. 198 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) - Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2021.

DANTAS, Wallace. O “maior” presidente da história do Brasil sob a ótica de Valentin Volóchinov – um estudo da significação e do tema na palavra ideológica. **RE-UNIR**, v.8, n. 1, p. 115 – 134, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/5798> . Acesso em julho de 2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 168p.

FRANCELINO, Pedro Farias. A dimensão dialógica e socioaxiológica do discurso reportado em Bakhtin. **Graphos** – Revista da Pós-Graduação em Letras, v. 6, n. 1-2, p. 23 – 30, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/9530> . Acesso em julho de 2022.

IVANOVA, Irina. Spécifi cités de l'étude du dialogue dans la linguistique russe. **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 22, fascicule 1, 2000, p. 117-129.

IVANOVA, Irina. Les sources de la conception du dialogue chez L. Jakubinskij », **Texto! Textes & Cultures**, 2003, vol. VIII, N° 4. Disponível em < http://www.revue-texto.net/Inedits/Ivanova_Jakubinskij.html> Acesso em julho de 2022.

KRISTEVA, Júlia. **Introdução à Seminálise**. São Paulo: Debates, 1969.

KYHENG Rossitza Aux origines du principe dialogique. L'étude de Jakubinskij : une présentation critique aux origines du principe dialogique. **Texto! Textes & Cultures**, 2003, vol. VIII, n° 4. Disponível em < http://www.revue-texto.net/Inedits/Kyheng/Kyheng_Jakubinskij> Acesso em julho de 2022.

LÄHTEENMÄKI, Mika. Estratificação social da linguagem no “Discurso no romance”: o contexto soviético oculto. In ZANDWAIS, Ana (org.) **Mikhail Bakhtin**: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005, p. 41-58.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In.: BRAIT, Beth. Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2013, p. 151-166.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. BRAIT, Beth. (Org.) **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2012, p.115 – 131.

OLIVEIRA, Flávio Ribeiro de. GERALDO, Lidiana Garcia. Ditirambo: culto e louvor a Dioniso. **Hélade**, v. 2, n. 3, 2016.

POSSENTI, Sirio. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, n. 61, edição especial, p. 253-269, 2003.

RAMOS, Fátima Maria Elias. Uma Leitura do Discurso do Outro nos Estudos da Linguagem. **Revista do GELNE**, v. 1, p. 01-10, 2010.

SANTOS, Eliete Correia dos. **Uma proposta dialógica de ensino de gêneros acadêmicos: nas fronteiras do Projeto SESA**. 418p. Tese

(Doutorado) – Doutorado em Linguística. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, 2013.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado das Letras, 2009. (Série Ideias sobre Linguagem).

SOBRAL, Adail. O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito. **Bioethikos**. n. 3, v. 1, p.121-126, 2009.

SOBRAL, Adail. **A filosofia primeira de Bakhtin: roteiro de leitura comentado**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2019.

TYLKOWSKYI, Inna. Les conceptions du dialogue et leurs sources chez Lev Jakubinskij et Valentin Vološinov. **Cahiers de l'ILSL**, n° 37, 2013, p. 171-185.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad.: Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

Da queda física do Muro de Berlim à construção de muros mentais: uma análise linguístico-cognitiva baseada em frames

Marianna Luiza Queiroz¹

RESUMO

A atual realidade da Alemanha evidencia uma grande dificuldade de integração entre os habitantes da antiga Alemanha Oriental e Ocidental após a queda do Muro de Berlim. Apesar de a barreira física já não existir mais, foram construídos muros mentais, o que dificultaria a unificação do país. Partindo disso, foi realizado um estudo que investiga o modo pelo qual a expressão linguístico-cognitiva dessa diferença entre os povos pode ser captada com base nas noções de *frame* (FILLMORE, 1982) e MCI – Modelo Cognitivo Idealizado (LAKOFF, 1987). O propósito deste estudo é contribuir para a compreensão da dinâmica de *frames* dentro dessa barreira mental. O presente estudo vai investigar piadas retiradas de artigos de jornais, redes sociais e livros para compreender como os povos das duas Alemanhas se veem, a partir de pistas linguísticas estruturais e lexicais, buscando saber quais elementos fazem parte do *frame* de “Ossi” (alemão oriental) e de “Wessi” (alemão ocidental),

¹ Doutoranda em Linguística Cognitiva pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Orientada pela Prof^a Dra. Lilian Ferrari. Professora de alemão do Fundamental II e Ensino Médio. Contato: mariannaqueiroz@letras.ufrj.br

criados durante o período enquanto o país foi dividido. Os resultados preliminares indicam que as palavras “Wessi” e “Ossi” ativam *frames* referentes aos habitantes de cada um dos lados, a partir de pontos de vista distintos e divergentes.

PALAVRAS-CHAVE: *frames*; Muro de Berlim; *Ossis*; *Wessis*; Guerra Fria

ABSTRACT

The current reality of Germany shows a great difficulty of integration between the inhabitants of the former East and West Germany after the fall of the Berlin Wall. Although the physical barrier no longer exists, wall in minds were built, which would make it difficult to unify the country. Based on this fact, the present study was carried out to investigate the way in which the linguistic-cognitive expression of this difference between peoples can be captured based on the notions of frame (FILLMORE, 1982) e MCI (LAKOFF, 1987). The propose of this study is to contribute to the understanding of the dynamics of frames within this mental barrier. The present research will investigate jokes from Germany taken from newspaper, social networks and books to understand how these peoples see each other, from structural and lexical linguistic clues seeking to know which elements are part of the frame “Ossi” (East German) and “Wessi” (West Germany). Preliminary results indicate that the words “Wessi” and “Ossi” activate many different frames to the inhabitants of each side, from different and divergent points of view.

KEYWORDS: frames; Berlin Wall; *Ossis*; *Wessis*; Cold war.

INTRODUÇÃO

O Muro de Berlim foi uma fronteira física entre os dois antigos estados alemães e um dos maiores símbolos que representou a Guerra Fria (1947 – 1989) no mundo. A barreira física dividiu a capital do país, Berlim, durante 28 anos, com o objetivo de impedir fugas da população da Alemanha Oriental para a Ocidental e de delimitar o território da antiga União Soviética, dos Estados Unidos e dos demais países que saíram vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, a França e a Inglaterra. A partir daí, foram muitos os impactos trazidos pela existência do muro em termos sociais,

linguísticos, políticos e estruturais. Apesar de a divisão do país pelo muro ter sido findada há 33 anos, construiu-se uma barreira mental, como uma parede que divide a real unificação dos povos remanescentes desses dois territórios e que evidencia uma Alemanha não unificada.

Tendo a divisão do país durado 40 anos e o muro 28, suficientes para que uma criança nasça, se desenvolva e se torne um adulto dentro daquele contexto, surge assim uma geração de pessoas nascidas na Alemanha Oriental e na Alemanha Ocidental, inseridas em culturas diferentes, com visões e compreensões de mundo diferentes umas das outras. Palliwoda (2019) questiona-se em que medida tal muro cognitivo pode ser encontrado na mente de jovens socializados durante a época da Alemanha dividida e apresenta o conceito de “muros mentais”, uma barreira que está na mente dos cidadãos atuais que viveram este momento que marcou a história do país e do mundo. A partir dessa divisão foram cunhados termos por parte da população, inicialmente pejorativos, para diferenciar uma pessoa que vinha dos dois lados do país: os Osis (os alemães orientais) e os Wessis (os alemães ocidentais).

Neste trabalho, busca-se investigar o modo como essa diferença se apresenta linguisticamente, com base na noção de *frame*, cunhada inicialmente por Charles Fillmore (1982), e no conceito relacionado de Modelo Cognitivo Idealizado – MCI (LAKOFF, 1987). Segundo os autores, determinadas palavras e expressões podem representar esquematizações de experiências ou de conhecimentos inter-relacionados e culturalmente compartilhados. O *frame* é, portanto, conhecimento compartilhado, que leva em conta expectativas socioculturais.

A partir disso, a presente pesquisa pretende contribuir para a compreensão da dinâmica dos *frames* dentro dessa barreira mental e diferentes interpretações de mundo dentro de um mesmo território, que, apesar da queda do muro, ainda vive com uma enorme dificuldade de integração advinda desse período, que gerou duas maneiras distintas de conceber um ao outro. Com base em duas piadas retiradas de sites de jornais e livros de piadas, o presente estudo se propõe a compreender como os povos da Alemanha Oriental e Ocidental se veem, a partir de pistas linguísticas estruturais e lexicais atreladas aos termos “Ossi” e “Wessi”. Em particular, serão analisados os *frames* a partir de diferentes perspectivas.

Este trabalho organiza-se em quatro seções. Na primeira seção apresenta-se os pressupostos teóricos que norteiam a presente pesquisa. Na seção 2, encontram-se os procedimentos metodológicos relacionados aos dados utilizados na pesquisa, bem como o objeto de estudo e as hipóteses

detalhadas. Na seção 3, será apresentada uma análise preliminar dos dados e discussões acerca dos resultados, indicando e evidenciando os termos associados aos “Wessi” e aos “Ossi”, ativando *frames* referentes aos habitantes de cada um dos lados, a partir de pontos de vista distintos e divergentes. Por fim, nas considerações finais, serão retomados alguns aspectos principais expostos neste trabalho e algumas conclusões.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Na presente seção constam os principais fundamentos teóricos ligados à abordagem cognitiva que nortearão as análises de dados preliminares deste artigo. Dentre eles, a ideia de *wall in minds*, ou “muros mentais” (PALLIWODA, 2019), a noção de *frame* (FILLMORE, 1982), o conceito de Modelos Cognitivos Idealizados – MCI (LAKOFF, 1987) e o processo de Mudança de *Frame* (COULSON, 2001).

1.1 “WALL IN MINDS” – O CONCEITO DE MUROS MENTAIS

De acordo com Palliwoda et al. (2021), o emblemático Muro de Berlim promoveu a construção de uma barreira mental. À medida que o muro ia se erguendo, constituíam-se paralelamente “muros mentais” entre os moradores dos dois territórios (Alemanha Oriental e Ocidental). As autoras afirmam que a fronteira física, apesar de já não existir mais desde o ano de 1989, deu lugar a uma parede mental.

Após a queda do muro, deu-se um processo de unificação do país, que outrora fora dividido em dois por diferenças econômicas e ideológicas. O início da unificação dos dois estados alemães, conforme Palliwoda et al. (2021, p. 99), reforça ainda mais a ideia do “muro mental”, a partir do momento em que se força uma situação de integração entre dois povos diferentes cultural, social e mentalmente. Isso favorece o crescimento de preconceitos e estereótipos em relação ao antigo Oriente e ao antigo Ocidente, bem como em relação aos habitantes dos respectivos lugares, o que implica a forma como um concebe o outro.

Como discorrem Paliwoda et al. (2021), após a euforia inicial da queda do muro e toda a liberdade decorrente dela, chega o momento da unificação, que acaba por ressaltar as diferenças, especialmente para os habitantes da antiga Alemanha Oriental. O novo governo alemão adotou políticas ocidentais, bem como seus valores e concepções de mundo, o que fez com que a população da antiga Alemanha Oriental se anulasse e fosse “devorada” pelos ocidentais. Ainda conforme as autoras, pessoas que cresceram e foram

socializadas na Alemanha Oriental tiveram seus planos e vidas mudados, visto que a antiga forma de vida, bem como as estruturas do sistema, já não existiam mais. Já para a Alemanha Ocidental, conforme Palliwoda et al. (2021, p. 100), houve poucas mudanças, já que o seu modelo político e estrutural foi mantido e expandido para o resto do país.

1.2 A NOÇÃO DE *FRAME*

Para a Linguística Cognitiva (LC), mente e corpo são indissociáveis (ABREU, 2010). As experiências corpóreas, por exemplo, a noção de quente e de frio, a noção de alto e de baixo, de dentro e de fora, influenciam na forma como o indivíduo compreende o mundo, porque é a partir dessas experiências que o ser humano criará seus conceitos de mundo. A partir disso, a LC vai propor uma nova forma de olhar para a relação entre mente, palavra e mundo, entendendo que a língua seria um instrumento de análise valioso para se compreender essa dinâmica da construção e da estruturação do pensamento humano (EVANS & GREEN, 2006: 5), ou “uma janela para as funções cognitivas”, conforme os autores. Ferrari (2011, p. 14) pontua ainda que

o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. Sob essa perspectiva, as palavras não contêm significados, mas orientam a construção do sentido.

Para Fauconnier (1997, p. 5), a língua esconde a forma como pensamos e falamos e essa “cognição oculta nos bastidores define a vida mental e social. A linguagem é uma de suas manifestações externas proeminentes”, sendo, ainda de acordo com o autor, “a ponta de um iceberg da construção invisível do significado”. É partindo desse pressuposto teórico que adentramos na noção de *frame*, proposta por Fillmore (1982), que servirá de base para a análise de dados do presente estudo.

A “Semântica de *Frames*” é uma teoria que emergiu sob o paradigma teórico da Linguística Cognitiva e foi proposta inicialmente pelo linguista americano Charles Fillmore, no ano de 1982. O autor considera os fatores culturais, sociais e o contexto para descrever estruturas cognitivas envolvidas em um evento, ou seja, os significados das palavras estariam ancorados nas experiências humanas.

O termo *frame* foi cunhado por Fillmore (1982) para descrever um conjunto de estruturas de conhecimento em que uma cena é lembrada ou apresentada. Conforme Ferrari (2011), os *frames* são estruturas armazenadas na memória permanente que explicam porque a interpretação de determinada palavra sempre envolve mais informações e conceitos do que aquela que está codificada na forma linguística. Para Fillmore (1982, p. 373), compreende-se como *frame*

qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para entender qualquer um deles, você deve entender toda a estrutura em que ele se encaixa; quando uma das coisas dessa estrutura é introduzida em um texto, ou em uma conversa, todos os outros são disponibilizados automaticamente.

Esse mecanismo funciona como uma dinâmica, segundo Fillmore (1982, p. 378), na qual um *frame* estrutura palavras e, quando estas são pronunciadas, evocam o *frame* de origem, como um ciclo. Assim sendo, quando se ouve uma palavra, não se tem somente acesso a ela, mas sim a todo um conjunto de significados cognitivos ligados e relacionados a ela. Ainda segundo o autor, o que os *frames* representam para um ser humano pode sofrer variações de acordo com contextos sociais, etários, regionais e culturais. Desse modo, uma palavra pode não ativar o mesmo *frame* para todos.

Fillmore (1982) usa como exemplo o termo *Bachelor*, em português “solteirão”. Se fôssemos descrever o que é ser um solteirão, bastaria dizer que é [+HOMEM], [+ADULTO] e [-CASADO]. Ou seja, *bachelor* seria uma pessoa do sexo masculino, adulto e não casado. Partindo dessas expectativas de o que se concebe por “solteirão”, o autor questiona o motivo pelo qual um padre não pode ser considerado um solteirão, uma vez que ele se adequa a todas as características esperadas para ser um *bachelor*. No entanto, o celibato não o coloca em uma categoria de “candidato ao casamento”, porque não há a expectativa por parte da sociedade de que um padre se case dentro da cultura cristã. Aqui o enquadre precisa ser outro, visto que se trata de um *frame* da religião católica. Através da ativação desse *frame*, podemos compreender por que um padre não é categorizado como um solteirão.

A semântica de *frames* foi discutida posteriormente por diversos autores, como Lakoff (1987) e o seu conceito de MCI (Modelo Cognitivo Idealizado), que será revisado na próxima seção deste artigo.

1.3 O CONCEITO DE MODELO COGNITIVO IDEALIZADO (MCI)

A partir da semântica de *frames* proposta por Fillmore (1982), o linguista George Lakoff (1987) propôs o conceito de MCI (Modelo Cognitivo Idealizado), em seu livro “Women, Fire and Dangerous Things”. O autor uniu o conceito de *frame* à noção de categorização para explicar o conceito de “categorias radiais”. Para Lakoff (1987), um MCI representa um conjunto complexo de *frames* distintos e interligados, que geram efeitos prototípicos e que motivam a formação de uma categoria, ou seja, “nosso conhecimento é organizado por estruturas chamadas de MCI. Os efeitos prototípicos e a categorização são produtos dessa organização” (cf. LAKOFF, 1987, p. 68). Como o nome já aponta, o conceito de MCI representa um conjunto de conhecimentos culturalmente compartilhados, mas que é, em alguma medida, idealizado e gera efeitos prototípicos, como mencionou Lakoff (1987).

Assim, Lakoff (1987) retoma o exemplo *bachelor* (solteirão) proposto por Fillmore (1982) conforme explicado na seção 1.2 deste artigo —, e explica que um MCI pode se adequar à realidade de algumas formas: perfeitamente, muito bem, bem, um pouco mal, muito mal ou de jeito nenhum. Por exemplo, o caso do padre, que não se enquadra como um solteirão e é uma entidade que atenderia perfeitamente ao MCI de “solteirão” por apresentar todas as características esperadas, como ser homem, adulto e não casado. No entanto, por questões de expectativas culturais e religiosas, não atende de jeito nenhum ao idealizado. Em suma, segundo Ferrari (2011, p. 55),

se um MCI a partir do qual *bachelor* é definido corresponde a uma determinada situação perfeitamente e a pessoa designada pelo termo é inequivocamente um homem, adulto, não casado, então esse indivíduo se qualifica como membro da categoria *bachelor*. Mas se o MC não corresponde ao mundo perfeitamente, o indivíduo se afastará da situação prototípica de *bachelor*.

As autoras Fontes e Ferrari (2010: 32) lançam mão de um exemplo para ilustrar o significado do termo MCI, analisando a seguinte frase: “este rapaz é estranho, não gosta de futebol.” Para entender o enunciado, é preciso acionar o modelo cognitivo idealizado de que todo o homem gosta de futebol. O estranhamento acerca do rapaz “não gostar” advém dessa

idealização que é socialmente compartilhada e convencionalizada entre os membros de uma sociedade.

1.4 MUDANÇA DE FRAME: *FRAME SHIFTING*

A Mudança de Frame, ou *frame shifting*, é um processo que explica a capacidade que os seres humanos têm de inferir e pressupor acerca de aspectos não mencionados, antevendo possíveis ações e resultados no decorrer da interpretação do discurso. Toda a produção de sentido, segundo Coulson (2001, p. 31), advém da interação entre dois níveis: o sintático e o semântico, isto é, o falante precisa articular esses dois níveis para compreender o sentido de determinado discurso. Quando determinada palavra é dita, são ativados *frames* referentes a ela, evocando assim o sentido oculto por trás da estrutura linguística (cf. FILLMORE, 1982). Dessa forma, tanto o conhecimento linguístico quanto o extralinguístico são necessários para a compreensão de uma situação, visto que eles interagem na produção de sentidos.

Para a pesquisadora Coulson (2001), as piadas são um bom exemplo nas quais se evidenciam o *frame shifting*, ou mudança de *frame*, em português. Isto se dá, segundo Coulson (2001), porque elas violam as expectativas dos ouvintes/leitores em relação aos seus conhecimentos prévios de cenários típicos à medida que constroem um cenário criativo e nada convencional e, de maneira geral, nada esperado. Quando uma piada é contada, é preciso que o ouvinte acesse determinados *frames*, que serão ativados através das palavras usadas durante a construção da narrativa.

A Mudança de Frame, segundo Coulson (2001), ocorre através do processo de reanálise semântica, que reorganiza uma informação já existente em um novo *frame*. Esses novos *frames* são criados em decorrência das possíveis lacunas geradas pelos significados não convencionais que as piadas produzem. À medida que a piada é narrada, o ouvinte/leitor é levado para uma determinada interpretação convencional através da ativação de determinados *frames*, no entanto, quando se chega ao final, as expectativas são quebradas, gerando uma alteração da inferência inicial em virtude da divergência com relação ao *frame* da piada que está sendo contada. Neste momento, ocorre o processo de reanálise semântica, no qual são criados novos *frames* condizentes com a piada, solucionando assim a lacuna inicial. Segundo Coulson (2001, p. 69),

(...) o significado do nível da mensagem é influenciado pelas palavras específicas que ocorrem na frase. A reanálise

lexical pode desencadear uma reanálise pragmática que resulta em alterações substanciais na representação do nível da mensagem. Da mesma forma, a escolha de um novo frame pode mudar a forma como interpretamos os significados das palavras anteriormente encontradas.²

Dessa forma, a todo o momento o ser humano busca preencher as possíveis lacunas em sua compreensão, por isso são criados novos *frames* para que esse problema seja solucionado. À vista disso, conforme as narrativas vão se construindo, o ser humano possui a capacidade de atualizar, em tempo real, as informações, ressignificando-as de forma adaptativa.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como principal objetivo compreender a dinâmica dos *frames* e interpretações de mundo dentro de um mesmo território, que outrora fora dividido por um muro, e em que medida esse muro ainda existe na mente dos cidadãos da Alemanha, buscando identificar quais os traços estão atrelados aos termos “Ossi” e “Wessi”, evidenciando características desses *frames*.

Os dados para a pesquisa foram retirados de sites de jornais e revistas alemães e de redes sociais, como Instagram, a fim de entender como os povos da antiga Alemanha Oriental e Ocidental se veem a partir de pistas linguísticas estruturais e lexicais. Durante a análise, busca-se entender com que frequência os “Ossi” e os “Wessi” são associados a determinadas características que remetem aos seus respectivos MCIs.

Os dados serão analisados de acordo com a seguinte hipótese:

- A queda do muro não promoveu a união, mas sim o surgimento de muros mentais (Palliwoda, 2019), o que influenciou na maneira de ver um ao outro. Pistas linguísticas revelam que ambos ativam *frames* distintos sobre o que é ser “Ossi” e “Wessi” a partir de diferentes pontos de vista.

² No original: “the message-level meaning is influenced by the particular words that occur in the sentence. Lexical reanalysis can trigger pragmatic reanalysis that results in substantial alteration to the message level representation. Similarly, the choice of a new frame may change how we interpret the meanings of previously encountered words.” (COULSON, 2006, p. 69)

No que tange ao tipo de investigação, a presente pesquisa constitui-se de uma análise de corpus, buscando selecionar as estruturas linguísticas relevantes, através de memes e piadas, para se compreender a ativação dos *frames* a partir de diferentes perspectivas. A análise foca nos significados semânticos de determinadas estruturas para cada um dos povos.

O corpus completo conta com 40 piadas nas quais os termos “Ossi” e “Wessi” aparecem, no entanto, foram selecionadas duas piadas para este artigo, uma a partir da perspectiva do Ossi e outra sobre a perspectiva do Wessi, para ilustrar como um concebe o outro dentro de um mesmo país. A primeira foi retirada de um site de piadas diversas³ e a segunda de um livro de piadas sobre Ossis e Wessis⁴.

3 ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, serão analisados dois dados à luz da teoria apresentada. Abaixo, encontram-se duas piadas, uma sob a perspectiva do *Wessi*, habitantes da Alemanha Ocidental, e outra sob o olhar do *Ossi*, moradores da Alemanha Oriental. Ambos tratam do ponto de vista que um apresenta acerca do outro. Antes de analisar os dados, é preciso compreender a origem dos termos *Ossi* e *Wessi* e os *frames* relacionados a eles.

Durante a Guerra Fria (1947-1989), o território alemão foi dividido em dois eixos: Capitalista, dominado pelos Estados Unidos (EUA), e o Comunista, sob o poder da antiga União Soviética (URSS). Os EUA dominaram o território que pertencia ao oeste da Alemanha, o ocidente. Já a URSS ocupou o lado leste do país, o oriente. Em alemão, as palavras que designam oeste e leste são, respectivamente, “West” e “Ost”. Dessa forma, surgiram os termos “Wessi”, para se referir ao morador da Alemanha Ocidental, e “Ossi” para Oriental. Cabe ressaltar que esses dois termos tiveram uma origem pejorativa inicialmente e, apesar de estarem sofrendo ressignificação, dependendo do contexto, eles ainda podem ser bem ofensivos.

Dentre os elementos do MCI de *Ossi*, a partir da visão do *Wessi*, estão: pobreza, carência de itens básicos, atraso tecnológico e social, ditadura, escassez, trabalho árduo, espionagem, entre outros. Já para o MCI de *Wessi*, sob a perspectiva do *Ossi*, estão: arrogância, dinheiro, não gostar de

³ <https://www.gute-witze.com/ddr-witze/index-3.html> (Acesso em 02 de novembro de 2022)

⁴ Wackel, Dieter F.: *300 Witze über Ossis. Eine Banane rennt durch Ostberlin*. München 2010.

trabalhar, materialista, americanizados, riquezas, tecnologia, dentre outros. Todos esses dados foram mapeados em análises preliminares das 40 piadas que compõem o corpus de análise.

3.1 PERSPECTIVA DO WESSI PARA O OSSI:

Alemão: Was macht ein Ossi, wenn er in der Wüste eine Schlange sieht?
Er stellt sich hinten an!

(WACKEL, F, 2010, p. 7)

Tradução: O que um *Ossi* fez quando viu uma fila no meio do deserto? Ele entrou na fila!

Para que a piada produza sentido, é preciso entender a relação entre “Ossi” e a “fila”. Para isso, se faz necessário acessar um conhecimento estruturado, que teve origem a partir do contexto histórico, econômico e social da época da Guerra Fria (1947-1989). Em virtude do regime que se estabelecia na Alemanha Oriental, a escassez de ofertas de produtos e alimentos se fazia presente no território, enquanto que, na Alemanha Ocidental, os cidadãos tinham acesso ilimitado a todos os produtos, visto que a oferta era farta. Para se comprar frutas, carnes, legumes e outros alimentos era preciso que os *Ossis* se organizassem em filas que poderiam durar de 2 a 3 horas de espera para terem acesso a apenas dois ou três tipos de verduras na feira. Não havia fome, apenas escassez de oferta. Quando se queria ter um telefone ou um carro, era preciso entrar em uma fila de espera que poderia durar anos. Logo, para se compreender essa piada, o leitor/ouvinte precisa ter o conhecimento dessa informação para ativar o *frame* de “Ossi”.

Por conta dessa realidade, construiu-se nas mentes dos alemães esse *frame* de “fila de espera”, um conhecimento estruturado com base na experiência e armazenado na memória de longo prazo dos indivíduos da época, de acordo com Fillmore (1982). A palavra “fila” fora deste contexto não faria sentido, mas a partir do ponto de vista dos *Ossis* e dos *Wessis* no contexto da Alemanha dividida, a palavra “fila” ativa um *frame* próprio do contexto da época e é associado à escassez existente na Alemanha Oriental. Normalmente a palavra “fila” evoca a imagem de pessoas organizadas uma atrás da outra esperando por algo. No entanto, aqui não assume apenas esse significado. Sob a perspectiva do *Wessi*, isto era um motivo de piada, visto que eles não precisavam se colocar em filas para conseguir o que queriam. Quando a palavra é vista sob o ponto de vista do *Wessi*, assume-se o sentido

negativo de escassez, de pobreza e de uma vida precária, satirizando o fato de que, quando um *Ossi* vê uma fila, ele instantaneamente se coloca nela mesmo sem saber o motivo, porque para eles era uma situação comum e corriqueira.

Através dessa relação, a piada produz um sentido cômico, porque, em uma situação normal, quando uma pessoa se depara com uma fila, não é esperado que ela entre e espere por horas nela ou espera-se uma fila do dia a dia, como a fila do banco ou a fila do caixa do supermercado, por exemplo. O fato de o *Ossi* se colocar prontamente na fila produz uma quebra de expectativa e uma mudança de *frame*, que, segundo Coulson (2001), é a função primária das piadas: quebrar expectativas, fazendo com que o ouvinte/leitor ressignifique os sentidos através da criação de um novo *frame*.

Enquanto o leitor/ouvinte está atento à narrativa e ouve o termo “*Ossi*” na piada, ativa-se todo o conjunto de conhecimentos acerca deste termo, fazendo com que o ouvinte/leitor selecione um deles para compreender o contexto. Então, nesta piada temos o substantivo “fila”, que ativa diretamente um *subframe* do MCI de *Ossi*, a saber, a escassez e a pobreza. Cabe ressaltar que esse MCI foi construído sob a perspectiva do *Wessi*. Ao ouvir o termo “fila”, o leitor/ouvinte vai construindo a cena e vai sendo levado para um desfecho convencional e, repentinamente, o sentido se quebra e ele precisa reorganizar essas informações (COULSON, 2001).

Outro ponto importante da piada é a especificidade do sujeito da sentença “*Ossi*”. Poder-se-ia utilizar outras expressões para designá-lo, como “habitantes da Alemanha Oriental”, “oriental” ou “alemão”, mas a escolha do termo “*Ossi*” torna mais específico, fazendo com que o ouvinte/leitor acesse um conhecimento complexo, evocando, através do léxico “*Ossi*”, o domínio fonte LANGACKER, 1987), que seria a Guerra Fria, levando o leitor ao “Muro de Berlim”, símbolo que dividia Ocidente x Oriente.

Em suma, de acordo com Fillmore (1982), é preciso compreender toda uma estrutura completa para se compreender um conceito, pois todos eles estão interligados e relacionados, de maneira que, quando introduzidos em alguma conversa, todas as outras características também são ativadas conjuntamente. Dessa maneira, para compreender o que é *Wessi* e *Ossi* dentro do contexto da piada, é preciso acessar o conhecimento complexo por completo, visto que, quando essas palavras são pronunciadas, o conhecimento como um todo é evocado junto com todas as suas características.

3.2 PERSPECTIVA DO OSSI PARA O WESSI

Alemão: “Was ist der Unterschied zwischen einem Fuchs und einem Wessi? Der Fuchs ist schlau und stellt sich dumm. Der Wessi macht es anders rum.“

Fonte: <https://www.gute-witze.com/ddr-witze/index-3.html>

Tradução: Qual é a diferença entre uma raposa e um *Wessi*? A raposa é esperta e se faz de burra. O *Wessi* faz o contrário.

Para compreender essa piada, é preciso entender como o *Ossi* ativa o MCI de *Wessi* e o que é associado a ele em termos de personalidade. Sob o ponto de vista do alemão oriental, o *Wessi* possui algumas características negativas, e uma delas é a arrogância. Essa característica faz parte do MCI do alemão ocidental. A partir do conhecimento estruturado do *Ossi* e através do uso do substantivo “inteligência”, evoca-se a imagem de “arrogância”, *subframe* presente no MCI de *Wessi*. Essa visão surgiu através de experiências concretas, conforme Fillmore (1982), e é compartilhada socialmente entre os *Ossis*.

Para eles, os alemães ocidentais assumem uma postura de “sabe-tudo” e isso resultou na criação de um termo, a saber “Besser-Wessi”, que teve origem na palavra “Besserwisser”, que é a composição das palavras “besser” (melhor) e “Wisser” (sabichão). Através da substituição da palavra “Wisser” para “Wessi”, produz-se o humor.

Além disso, é preciso ativar também o conhecimento estruturado acerca do que é uma raposa, quais são suas características e o que ela representa. De acordo com as noções de Modelo Cognitivo Idealizado (LAKOFF, 1987), uma raposa é um animal extremamente inteligente e perspicaz, mas tenta aparentar menos do que ela realmente é durante a caça. A figura da raposa está presente em muitas fábulas como o lado forte das histórias. Não é esperado pelas pessoas que uma raposa não seja inteligente. Por isso, a característica de “inteligência” é fortemente associada a este animal.

Nessa piada, é feita uma comparação através de uma metáfora. A figura da raposa é ativada na mente do leitor/ouvinte, colocando em proeminência apenas uma das características do animal, a “inteligência”. Já o *Wessi* diferencia-se da raposa por ser “burro”, mas tentar aparentar inteligência, isto é, *Wessi* não é uma raposa, mas sim o oposto. No final, ocorre o *frame shifting* (COULSON, 2001), porque o leitor/ouvinte é levado a acessar todo o

conhecimento estruturado que se tem de uma raposa para fazer uma conexão com o “Wessi”, no entanto, no final, suas expectativas são quebradas, porque ocorre o contrário. Cabe ressaltar que os *subframes* para o MCI de “Wessi” aqui ativados foram construídos nas mentes dos “Ossis”.

Nessa piada também se observa o uso do adjetivo “Wessi” para designar o “morador da Alemanha Ocidental”. Conforme explicado na análise anterior, poderia ter sido utilizado um outro termo, no entanto, o uso do termo “Wessi” coloca em proeminência um dos *frames* de uma estrutura complexa, que é composta de outros *frames*, como o Muro e a Guerra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho enfocou as divergências entre os *frames* dos Ossis e dos Wessis, a partir da noção de *frame* (FILLMORE, 1982), MCI – Modelo Cognitivo Idealizado (LAKOFF, 1987), a noção de muros mentais (PALLIWODA, 2009) e de *Frame-shifting* (COULSON, 2001), reunindo piadas retiradas de jornais, revistas e redes sociais, buscando confirmações para a seguinte hipótese:

- A queda do muro não promoveu a união, mas sim o surgimento de muros mentais (Palliwoda, 2019), o que influenciou na maneira de ver um ao outro. Pistas linguísticas revelam que ambos ativam *frames* distintos sobre o que é ser “Ossi” e “Wessi” a partir de diferentes pontos de vista.

Os resultados indicaram que os *frames* relacionados aos termos “Ossi” e “Wessi” são ativados de pontos de vistas diferentes, sempre mostrando que um apresenta uma visão negativa a respeito do outro. Essa visão pode contribuir para a dificuldade de integração entre os dois grupos e aponta para a construção de um muro mental, proposto por Palliwoda (2019), visto que a barreira física já não existe há 33 anos, mas é possível ver que existem barreiras mentais, o que pode estar dificultando a integração entre os dois povos. Os *frames* ativados baseiam-se na experiência histórica, social e econômica da época e perdura até os dias de hoje e isto pode ser percebido através das piadas. Desse modo, as duas piadas aqui apresentadas também estão alinhadas aos MCIs de “Ossi” e “Wessi” propostas previamente.

Em uma análise inicial, os termos Ossi e Wessi são utilizados nas piadas com uma conotação negativa, evocando todas as demais características associadas a esses *frames*. Se tratando de uma análise preliminar, serão necessárias ainda mais pesquisas, com uma maior quantidade de dados para

se confirmar ou refutar a hipótese apresentada nesta pesquisa. Além disso, os termos “Ossi” e “Wessi” estão sofrendo um processo de ressignificação, assumindo também uma característica positiva, que pode apontar para uma recategorização e ressignificação de *frames*, o que merece ser investigado futuramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COULSON S. **Semantic leaps**: Frame-shifting and conceptual blending in meaning construction. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

COULSON, S.; URBACH, T. P.; KUTAS, M. Looking back: Joke Comprehension and the space structuring model. In **Humor** 19-3, 2006, p.229-250.

EVANS, V; GREEN, M. **Cognitive Linguistics: an introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FAUCONNIER, G. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2011

FILLMORE, Charles. Frame semantics. In: **The Linguistic Society of Korea** (Eds.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982.

FILLMORE, J. Frame and the semantics of understanding. **Quaderni di semantica**, v 6, n. 2, Dec. 1985

FONTES, V.M. ; FERRARI, L. V. Dêixis e mesclagem: a expressão pronominalizada “a gente”; como categoria radial. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Vol. 6, n. 2, 2010. <http://www.lettras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica> Acesso em 15 de janeiro de 2022

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar**: Theoretical prerequisites. Standford: Standfort University Press, 1987.

MOREIRA, A.; SALOMÃO, M. M. Análise ontológica aplicada ao desenvolvimento de Frames. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 56, n. 2, p. 491-521, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942012000200007 . Acesso em: 23 outubro de 2020

PALLIWODA, N. **Das Konzept “Mauer in den Köpfen“**. Zeitschrift für Dialektologie und Linguistic. Franz Steiner Verlag, 2019.

PALLIWODA, N., SAUER, V., SAUERMILCH, S. **Linguistic patterns and frames in the context of the concept “wall in minds”**, n. 25, p. 96 – 120. DOI <https://doi.org/10.13130/2035-7680/15546>. Disponível em: <https://riviste.unimi.it/index.php/AMonline/article/view/15546/198>. Acesso em: 02 de novembro de 2022)

Wackel, Dieter F.: 300 Witze über Osis. **Eine Banane rennt durch Ostberlin**. München 2010. <https://www.gute-witze.com/ddr-witze/index-3.html> (Acesso em 02 novembro de 2022)

<https://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1356439-17398,00-BANANA+ERA+ARTIGO+DE+LUXO+NA+ALEMANHA+ORIENTAL.html> (Acesso em 23 de janeiro de 2021)

Letramentos acadêmicos e a relação ensino-aprendizagem: uma análise das apreciações valorativas de estudantes e professores universitários acerca da produção de gêneros acadêmicos

Beatriz Fernanda Fortunato dos Santos¹
Matheus Dias Rocha Leite²

RESUMO

Para um estudante proveniente da educação básica, a chegada ao ensino superior pode ser um desafio. Nessa nova esfera discursiva, os estudantes precisam, por exemplo, ler-escrever gêneros discursivos que não eram próprios à etapa anterior. Neste artigo, resultado de pesquisas desenvolvidas em 2018, buscou-se compreender algumas dificuldades vivenciadas nos processos de ensino-aprendizagem dos gêneros acadêmicos escritos segundo as apreciações valorativas dos estudantes e de seus professores de um curso de Pedagogia de uma universidade federal. Ademais, intencionou-se investigar como tais

¹ Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística- PPLIN, UERJ. E-mail: beatrizfernanda@yahoo.com.br.

² Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística- PPLIN, UERJ.

práticas fundam o letramento do professor em formação inicial. Para alcançar tais objetivos, lançou-se mão dos Estudos do Letramento e de pesquisas sobre letramento do professor. Para tal, estudantes e professores universitários envolvidos, vinculados ao curso de Pedagogia, responderam a questionários semiestruturados: um voltado ao primeiro e outro ao segundo grupo. Como principais resultados, os estudantes afirmam que os gêneros não são a eles ensinados, assim como não compreendem as propostas dos professores; já os professores apontam o ensino da educação básica como o principal responsável pelas dificuldades dos estudantes na escrita de textos acadêmicos. Ainda que a prática da escrita de gêneros da esfera acadêmica durante todo o curso seja uma realidade para toda a comunidade discursiva, os dados reiteram o desconhecimento do gênero e a falta de seu ensino como as principais dificuldades dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento acadêmico; Letramento do professor; Gêneros acadêmicos escritos; Apreciações valorativas.

ABSTRACT

For a freshman student, arriving at a university can be challenging. In this new discursive sphere, students need, for example, to read and write discursive genres not particular to their previous education step. In this paper, result of research made in 2018, was aimed to comprehend some difficulties perceived in the teaching-learning of academic written genres, according to students' and professors' valuable appraisals of the Pedagogy course of a federal university. Moreover, it was intended to investigate how those practices found teacher's literacy. For these objectives, this paper is anchored in the New Literacy Studies as well as teacher's literacy's research. As to it, students and professors from this Pedagogy course answered semi structured questionnaires: one specific to the first and the other, to the latter. Results showed that students say the genres are not being taught to them, and they do not understand professors' proposals; on the other hand, professors point to the basic education as the responsible for student's difficulties in writing the academic genres. Even if the writing of genres in the academic sphere during the whole course is a reality for everyone in this discursive community,

data reiterate the genres unfamiliarity and lack of teaching as student's main difficulty

KEYWORDS: Academic literacies; Teacher's literacy; Academic written genres; Valuable appraisals.

QUESTÕES INICIAIS

A participação efetiva na comunidade discursiva de um curso universitário pode ser bastante específica e, para muitos, problemática. De um lado, encontram-se estudantes recém-chegados cujas práticas sociais discursivas lhes são próprias e geralmente não experienciadas na educação básica; de outro, encontram-se professores universitários experientes que muitas vezes encaram a escrita dos estudantes como insuficiente, definindo a formação destes como ineficaz.

Vale ressaltar que a universidade deve ser um espaço de ensino, pesquisa e extensão, conforme prevê a Constituição Brasileira em seu Art. 207 (BRASIL, 1988). Dessa maneira, seguindo um preceito legal, as universidades têm a responsabilidade, por meio da indissociabilidade da tríade formada por ensino, pesquisa e extensão, de produzir novos saberes. O ensino atua na aprendizagem dos alunos, os quais, em seguida, por meio da pesquisa, se aprofundarão nesses conhecimentos para finalmente, na extensão, aplicá-los na sociedade.

Ao terminar o ensino médio e ao ingressar em uma universidade, os estudantes se deparam com uma maneira característica de escrita, totalmente diferente dos gêneros com os quais conviveram durante a vida escolar. Muitas vezes, há a ideia de que se aprende a ler e a escrever na educação básica, afinal são doze anos praticando a leitura e a escrita dia a dia, do primeiro ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. É o mito de que, logo após serem aprovados no vestibular, os estudantes estariam preparados para ler e para escrever, nos moldes acadêmicos, todo e qualquer gênero. Essas práticas de ler-escrever, porém, com as quais os universitários estavam acostumados, baseiam-se na experiência vivida na esfera escolar, espaço em que as práticas de ler-escrever são diferentes – conquanto preparatórias das que são necessárias ao ensino superior.

Por isso, chegando à universidade, ao se depararem com a necessidade de escrever textos acadêmicos, alguns estudantes se sentem despreparados e, por vezes, desmotivados. Essa dificuldade do estudante decorre da inexperiência com determinados gêneros, cujo domínio é, de fato, um comportamento social, conforme os ensinamentos de Bakhtin (1997). A escola, logo, não

prepara o aluno para todos os eventos de letramento que encontrará ao longo da vida escolar, acadêmica, profissional, pessoal, familiar (RUSSELL, 2009).

Sabendo que as produções textuais escritas ganham contornos situados na dependência das esferas discursivas em que são produzidas e pelas quais circulam (RODRIGUES; RANGEL, 2018), buscou-se por meio das pesquisas realizadas em 2018³, mediante aplicação de questionários semiestruturados, analisar e compreender as apreciações valorativas de dezesseis estudantes e quinze professores do curso de Pedagogia, de uma universidade federal localizada no estado do Rio de Janeiro, acerca do ensino de gêneros acadêmicos. Além disso, intencionou-se refletir sobre as práticas de escrita acadêmica e sobre as dificuldades encontradas pelos estudantes.

Os objetivos desta pesquisa são, portanto, os seguintes: (a) refletir sobre as práticas de escrita acadêmica e as dificuldades encontradas pelos alunos de Pedagogia de diversos períodos, do turno noturno, e (b) investigar as práticas de ensino de gêneros escritos em consonância com as apreciações valorativas dos professores de um curso universitário de formação de professores.

1 O(s) LETRAMENTO(S)

Para Kleiman (1995, p. 19), letramentos são “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se definir letramentos como as práticas sociais de leitura e escrita, a forma como tais práticas são colocadas em ação e a forma como tais práticas atingem a sociedade (SOARES, 2004). Por isso que, na esfera universitária, em que se desenha um novo contexto comunicativo, existe a demanda por uma escrita que é própria desse ambiente.

Por intermédio da escrita, os estudantes não apenas expressam o que aprendem, mas também elaboram e reconstróem esse conhecimento, dando-lhe um sentido próprio (CARVALHO, 2012a, p. 249). Durante a educação básica, entretanto, os alunos costumam vivenciar outras leituras e escritas, as

³ FORTUNATO, Beatriz Fernanda. O ensino da escrita de gêneros acadêmicos na formação de professores pesquisadores em uma universidade federal. 2018. 57f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

LEITE, Matheus Dias Rocha. Práticas de escrita acadêmica em um curso de Pedagogia de uma universidade federal. 2018. 51f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

quais são típicas desse ambiente. Enquanto o ler-escrever gêneros acadêmicos é experienciado na universidade, outros gêneros são tratados no ensino fundamental e no médio (CARVALHO, 2013b).

Segundo Street (1984), há dois tipos de letramento: o autônomo e o ideológico. Ao se entender o letramento como uma gama de habilidades técnicas, cai-se na armadilha de que a decodificação de letras em palavras e, depois, de palavras em sentenças habilitariam o estudante a transitar em qualquer ambiente letrado (KERSCH, 2014). Street (1984) chama essa ideia de modelo autônomo de letramento, segundo o qual a obtenção dessas habilidades técnicas está associada à ascensão social do indivíduo ou da sociedade em que está inserido.

Os Estudos do Letramento apresentam uma nova visão sobre o letramento, que deixa de ser considerado uma tecnologia da mente, algo meramente técnico, e passa a ser reconhecido como uma prática social que apresenta diferentes características de acordo com a situação comunicativa e com a esfera discursiva que está em jogo. Ou seja, há usos específicos da escrita no universo acadêmico que são diferentes da escrita em outros ambientes e que, mesmo assim, dependerão da área, do curso, da localização da universidade.

Segundo Barton e Hamilton (2000), o letramento acadêmico constitui um conjunto de práticas sociais letradas que os sujeitos são capazes de executar no ensino superior. Em outras palavras, constitui o modo como cada sujeito lida com a escrita nos bancos universitários, dentro do contexto em que se insere. Portanto, para cada ambiente existe uma forma de letramento e, para realmente ser partícipe de tal ambiente, é necessário fazer uso adequado dos gêneros que nele circulam, vivenciando-os, experimentando-os.

Inconvenientemente ligada ao modelo autônomo de letramento, está a quase inexistência de expedientes pedagógicos de ensino da escrita acadêmica, o que é comprovado pela escassez de disciplinas ou os laboratórios de escrita, que considerem a leitura e a escrita dos gêneros solicitados em determinado curso no âmbito universitário. Como afirma Carvalho (2012b, p. 185) tal iniciativa advém de poucos professores, não sendo algo institucionalmente definido como parte do currículo.

O texto escrito é de responsabilidade de todos os docentes, pois a função de trabalhar o texto não cabe apenas ao professor de Língua Portuguesa. É necessário que haja uma ação conjunta dos docentes de modo que eles estabeleçam metas, de acordo com as disciplinas que lecionam, possibilitando assim que o discente tenha contato com textos diversos (ARANA; KLEBIS, 2015).

É comum, no entanto, que os estudantes de licenciaturas atribuam aos professores o fracasso na escrita dos gêneros textuais acadêmicos e que os professores vejam esse fracasso como uma falha da educação básica, o que ocasiona, por parte dos docentes, a opção de avaliar os alunos por textos sintéticos e escolarizados, como resumos e fichamentos, e não por textos mais academicamente autênticos, como artigos científicos (SOUZA; BASSETTO, 2014, p. 92).

Sentir-se parte da comunidade acadêmica e inserir-se nas práticas de produção textual oral e escrita, além das práticas de leitura, é um dos pontos de significativa importância para os graduandos permanecerem nesse meio e se formarem como professores pesquisadores, uma vez que tratamos aqui de um espaço de ensino, de pesquisa e de extensão.

Cada estudante tem uma relação com a leitura e com a escrita, resultado de suas histórias de letramento, o que influencia sua trajetória acadêmica. O ensino da escrita dos gêneros solicitados no ambiente acadêmico precisa levar em consideração o contexto social e histórico da vida dos discentes. Considerando que um estudante provavelmente terá dificuldades na escrita de determinado gênero que a este discente nunca fora apresentado – e que é incomum que as universidades ofereçam disciplinas, cursos e outras iniciativas voltadas ao ensino de uma escrita acadêmica situada –, é fundamental pensar maneiras de amenizar essa lacuna.

Segundo Bakhtin (2011), os gêneros perpassam todas as esferas da atividade do indivíduo, por mais particularidades que sejam. Na esfera universitária não é diferente, pois é durante a graduação que ao estudante são apresentados diversos gêneros comuns a esse ambiente, como os trabalhos de conclusão de disciplina (dentre artigos e ensaios), os relatórios de pesquisa e estágio, os resumos e as resenhas. É importante que esse estudante, durante sua formação inicial, vivencie as práticas de ler-escrever tais textos, pois essas são essenciais para a formação de professores pesquisadores.

Assim, amparados neste referencial teórico, traçamos a seguir os aspectos metodológicos que compõem este artigo.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento das pesquisas, foi aplicado um questionário semiestruturado, formulado com base nos objetivos traçados para cada trabalho monográfico e nas questões de estudos apresentadas pelos pesquisadores. O questionário é aqui entendido como um dispositivo enunciativo e não como técnica, já que, segundo Rocha, Daher e Sant’Anna

(2004), pressuporia uma visão homogênea e transparente dos enunciados, como se correspondesse à representação de uma verdade absoluta.

O questionário, assim como a entrevista, é um universo discursivo que apresenta o diálogo entre interlocutores, mesmo que localizados em seus espaços-tempos, cujo texto/enunciado é, de certo modo, coconstruído. As respostas ao questionário compõem, portanto, não só *corpus* desta análise, mas, como salientam Rocha, Daher e Sant’Anna (2004), um campo de circulação de discursos, os quais são selecionados e categorizados em razão dos objetivos traçados para o desenvolvimento desta pesquisa.

3 ANÁLISE

Para assegurar o anonimato dos professores e dos estudantes que contribuíram para esta pesquisa, optou-se por diferenciá-los, respectivamente, com as letras P e E, relativas a professor e a estudante, e um número.

3.1 OS GÊNEROS

Para compreender quais são os gêneros textuais mais solicitados pelos professores do curso, buscando compreender o ensino e a aprendizagem nessa esfera, foram feitas as seguintes questões para os estudantes e os professores participantes desta pesquisa, respectivamente: “na universidade, no curso de Pedagogia, quais os três gêneros textuais cuja escrita é mais exigida pelos professores?” e “quais são os três gêneros acadêmicos cuja escrita o(a) senhor(a) mais solicita em suas aulas?”

O gênero resenha foi o mais citado pelos estudantes como o gênero mais solicitado pelos professores, com quinze ocorrências, seguido pelo gênero fichamento (catorze ocorrências), artigo (nove ocorrências), resumo (quatro ocorrências) e relatos (duas ocorrências), como podemos observar no Gráfico 1.

Como pode ser observado no Gráfico 1, existe a preponderância de gêneros bastante específicos a esse curso de formação de professores: alguns atrelados aos processos de leitura e estudo dos textos acadêmicos (como os fichamentos) e de formação de um senso crítico e apreciativo em torno dos estudos feitos (como as resenhas), e outros atrelados à produção e à divulgação de pesquisas (como os artigos, o resumo e os relatos). Como apontado por Cunha (2015), é possível reconhecer também que a resenha e o fichamento predominam no ensino superior, enquanto textos mais academicamente autênticos, como artigos científicos (SOUZA; BASSETTO,

2014, p. 92), têm espaço menor, já que a reprodução de conteúdo ainda se sobrepõe à elaboração de seu conhecimento.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Por conseguinte, aqui, as apreciações avaliativas dos professores se mostraram em concordância com as dos estudantes. Dos quinze professores, sete informaram solicitar o gênero resenha aos licenciandos, como demonstra o Quadro 1, contendo as respostas dos professores participantes desta pesquisa.

Quadro 1: Resenha

P1	Resenha [...]
P3	[...] a resenha.
P5	[...] resenhas
P7	Tenho solicitado a escrita de resenhas dos textos que trabalho em sala de aula, [...]
P9	[...] resenhas críticas
P11	Resenha [...]
P12	[...] Resenha crítica

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Cunha (2015) afirma que a produção do gênero resenha é necessária para o desenvolvimento de argumentações bem fundamentadas acerca do tema resenhado. A preferência pela escolha da utilização de tal gênero pode demonstrar uma possível preocupação com a aprendizagem dos estudantes, no que tange ao desenvolvimento de uma reflexão crítica.

Como é possível observar nos Quadros 2 e 3, os gêneros artigo científico e resumo aparecem em segundo lugar, pois cada um deles foi escolhido por quatro professores.

Quadro 2: Artigo

P1	[...] Artigo Acadêmico
P2	Sempre trabalho com a produção de artigos científicos [...]
P5	Artigos [...]
P15	Artigo [...]

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Quadro 3: Resumo

P1	[...] Resumo.
P2	[...] Por vezes, também solicito resumos de textos lidos.
P3	O resumo [...]
P11	[...] resumo

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O gênero artigo acadêmico-científico pode ser definido como um texto mais conceituado cujo objetivo é divulgar os saberes especializados e científicos dentro do ambiente acadêmico, constituindo-se como uma das formas de comunicação entre professores pesquisadores, professores e alunos. De acordo com Souza (2009), quem o produz o faz com a finalidade de expor seus estudos e pesquisas, fazendo a discussão com os teóricos que dialogam e com determinada realidade ou tema abordado.

Quadro 4: Fichamento

P4	[...] fichamentos de textos.
P6	Fichamento [...]
P11	[...] fichamento.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

É possível observar a presença do gênero fichamento nas metodologias de diversas disciplinas de cursos de graduação, nas respostas dos professores universitários (Quadro 4). Esse gênero textual possibilita ao aluno a organização e a sistematização de conhecimentos, de forma concisa e objetiva, com a finalidade de ser um instrumento de auxílio em suas leituras (SILVA; BESSA, 2011). Verificamos, no entanto, nesta pesquisa, apreciações valorativas divergentes entre professores e estudantes, uma vez que, entre os

quinze professores que responderam à pesquisa, três afirmaram solicitar o gênero fichamento; por outro lado, catorze dos dezesseis estudantes participantes da pesquisa afirmaram serem solicitados a produzir tal gênero.

3.2 O ENSINO DA ESCRITA ACADÊMICA

Foi feita aos professores a seguinte pergunta: “quais são as duas estratégias mais utilizadas pelo(a) senhor(a) para ensinar a escrita de textos acadêmicos em sala?”, com o objetivo de identificar as estratégias mais utilizadas pelos professores para ensinar a escrita acadêmica a seus alunos, de acordo com as apreciações valorativas acerca de suas próprias práticas de ensino. Foram citadas estratégias como a leitura, o uso da escrita, as aulas expositivas e o uso de manuais. Trazemos aqui o relato dos professores que se utilizam da leitura para ensinar os textos acadêmicos.

Quadro 5: A estratégia da leitura para a escrita acadêmica

P1	Leitura dos mesmos.
P2	[...] Leitura e discussão de textos que seguem a proposta de artigos.
P3	Considero que sempre que um texto é lido e interpretado, sempre que se precisa escrever, a escrita está sendo trabalhada. Busco que os alunos produzam textos com lógica e clareza.
P11	Peço para que eles leiam, grifem as ideias principais e façam uma apreciação crítica nos últimos parágrafos da resenha.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

É importante retomar a definição de gêneros como tipos de enunciados que se apresentam de maneiras relativamente estáveis e que são característicos de determinadas situações comuns à comunicação em um âmbito social (BAKHTIN, 2011). Quando os professores universitários alegam utilizar a leitura dos gêneros de referência como estratégia de ensino, comungam com o pensamento bakhtiniano que defende que, para dominar (escrever) um gênero, é sempre necessário conhecê-lo antes, habituando-se a ele. Embora P2, P1 e P3 pareçam demonstrar que utilizam a leitura dos gêneros como estratégia de ensino, P11 parece indicar a leitura de gêneros outros apenas para servir de referencial para a escrita. Não fica claro se esses professores utilizam a leitura dos mesmos gêneros cuja escrita é cobrada dos licenciandos, ou seja, não é possível afirmar que o estudante leu resenhas para escrever resenhas nem que leu artigos para escrever fichamentos.

Para saber acerca do aprendizado dos estudantes, há a seguinte pergunta feita aos mesmos: você considera ter aprendido os gêneros textuais

identificados por você? Buscou-se saber se os estudantes conseguiram aprender a produzir os textos que são solicitados pelos professores. Dos dezesseis estudantes entrevistados, sete declararam que não conseguiram aprender.

Quadro 6: Estudantes que consideraram não terem aprendido os gêneros textuais

E6	Não. Porque alguns professores indicam o mesmo texto ou gênero e explicam de outra maneira.
E8	Não.
E9	Não. Porque as explicações são confusas, quando o professor explica é de outro jeito que outro professor explicou.
E11	Não. Porque a escrita dos mesmos não ocorreu de forma sistemática (em todas as disciplinas); pouco retorno dos professores com relação aos erros cometidos.
E14	Não. Pois sempre que os construo é por necessidade, e sempre que necessário preciso recorrer a alguma pesquisa por não ter tido uma base.
E15	Não sei. Não tem como saber se está certo ou errado se alguém não me ensinou de fato o “certo”. Como saber?
E16	Não. Ainda tenho dificuldades com a escrita nos trabalhos e sempre utilizo o Google para aprender a fazer sozinha.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Os que afirmam não terem aprendido os gêneros textuais escritos solicitados por seus professores parecem estar muito presos a uma forma “correta” de escrita, o que sugere, de fato, a não compreensão da heterogeneidade dos gêneros escritos e, mais uma vez, a existência das “dimensões escondidas”⁴ tratadas por Street (2010) e da “prática institucional do mistério”⁵, de Lillis (1999). Ainda que os professores, em suas apreciações valorativas expostas no Quadro 7, afirmem utilizar diversas estratégias, os estudantes ainda encontram dificuldades e acabam por não conseguirem compreender as instruções dos professores, conforme observado no Quadro 7.

⁴Street (2010) discute as dimensões da escrita acadêmica que se encontram escondidas, que envolvem a Academia e que podem gerar dificuldades para os alunos. Essas dimensões escondidas perpassam a escrita dos gêneros acadêmicos, uma vez que os alunos precisam escrever um gênero que possui um objetivo específico ou certa finalidade, mesmo que isto não esteja claro.

⁵Lillis (1999) aponta para uma “prática institucional do mistério” no âmbito das universidades, onde, enquanto alguns alunos não têm familiaridade com a comunidade discursiva da Academia, outros percebem essa comunidade com mais naturalidade, como parte do “senso comum”.

Quadro 7: A estratégia da orientação para a escrita acadêmica

P5	Orientações mediante aula expositiva dialógica [...].
P6	Eu costumo ensinar os alunos/as a elaborar um mapa conceitual e usar esse recurso como suporte para a escrita do texto acadêmico.
P7	Faço comentários em sala, buscando levantar o conhecimento dos alunos sobre a construção textual, principalmente quando a turma sinaliza alguma dificuldade [...].
P9	Aula expositivas [...].
P10	Procuro esclarecer detalhadamente todos os pontos, a estrutura e modo de apresentação dos trabalhos.
P12	Trabalhar conceitualmente cada gênero, como fazer e sua função.
P14	Disponibilizo parte da aula para ensinar a fazer [...].

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

As orientações explicitadas acerca de como se deve escrever determinados gêneros acadêmicos podem ajudar a reduzir a lacuna existente entre o que os professores esperam dos estudantes em relação à escrita acadêmica e o que os próprios estudantes entendem acerca dessas solicitações. Como forma de auxiliar o processo de escrita dos estudantes, P7 e P10 mostram, em suas falas, que têm a preocupação de realizar esclarecimentos aos estudantes acerca de suas dúvidas. P6 utiliza o mapa conceitual como um recurso que, junto com as orientações coletivas, pode ajudar os estudantes. Já P12 trabalha com os gêneros, explicando de maneira conceitual a função que cada um desempenha.

3.3 OS PROBLEMAS NO ENSINO E NA PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Com o objetivo de conhecer quais são os maiores problemas que impedem ou dificultam os estudantes de se sentirem incluídos na comunidade acadêmica e aptos a atuarem como membros dela, foi feita a respectiva pergunta: “quais são as duas principais dificuldades encontradas por você na escrita no ensino superior?” e, aos professores, a pergunta: “quais são as três principais dificuldades que o(a) senhor(a) encontra no ensino da escrita de textos acadêmicos?”

Quadro 8: Dificuldades oriundas da educação básica

P4	As dificuldades de leitura compreensiva e de escrita, em virtude de má formação na educação básica.
P14	Ensino fundamental ineficiente [...].

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Nos debates acerca da dificuldade de leitura e de escrita de textos acadêmicos por estudantes universitários, a educação básica é sempre citada como uma das responsáveis pelo fracasso desses alunos no processo de inserção na comunidade acadêmica, como expressam P4 e P14, no Quadro 8. Durante a educação básica, entretanto, os alunos costumam vivenciar outras leituras e escritas, as quais são típicas desse ambiente. Enquanto o ler-escrever gêneros acadêmicos é experienciado na universidade, outros gêneros são tratados no ensino fundamental e no médio (CARVALHO, 2013b).

Ao ingressarem no ensino superior, solicita-se aos estudantes a escrita de diversos gêneros, com os quais não estiveram familiarizados durante suas práticas de escrita pregressas, em outros contextos (entre eles, o escolar). Devido a essa falta de contato, os estudantes acabam não compreendendo como seus professores os avaliam, causando um conflito entre o que é esperado da escrita pelos professores e como seus alunos realmente estão escrevendo (LEA; STREET, 1998; JONES; TURNER; STREET, 1999).

O desconhecimento das práticas acadêmicas privilegiadas na universidade influencia também a necessidade de que aos estudantes fossem apresentadas as normas escriturais que são características da escrita acadêmica para que possam compreendê-las, assim como reforça Oliveira (2015), que afirma ser primordial que haja um trabalho nas universidades o qual proporcione aos estudantes a compreensão acerca das maneiras como as práticas acadêmicas são estruturadas.

Quadro 9: Dificuldades relacionadas à falta de contato prévio com a escrita acadêmica

E8	Escrever de maneira acadêmica, sem ter tido preparo para a realização da mesma.
E9	Ter começado a escrever de forma acadêmica, somente no ensino superior, dificultou o entendimento desse tipo de escrita.
E11	Nenhuma experiência anterior com a forma de escrita acadêmica. [...]
E12	O trabalho com diferentes gêneros textuais, muitas vezes não trabalhados na Educação Básica. [...]
E16	Inexperiência com esses tipos de trabalhos.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Já que não há uma relação de causa e de consequência tão direta entre as práticas de escrita exigidas pela universidade e as práticas de escrita já aprendidas pelos estudantes na educação básica, as apreciações valorativas dos professores universitários aparentam o desconhecimento dos diferentes letramentos. É importante que, no ensino superior, não se transmita a

imagem homogênea e universal em relação às particularidades apresentadas por cada estudante, assim como sua cultura linguística e histórica (OLIVEIRA, 2015).

CONCLUSÃO

De acordo com as apreciações valorativas dos estudantes e dos professores de um curso de Pedagogia de uma universidade federal, localizada no estado do Rio de Janeiro, acerca da escrita dos estudantes e do ensino dos gêneros a eles solicitados, é possível delinear algumas considerações.

No que tange às apreciações valorativas dos professores, é possível identificar que eles se utilizam de estratégias, ainda que não saibamos apontar se ocorrem de maneira sistemática, para ensinar os gêneros textuais acadêmicos aos alunos. As respostas dos estudantes, entretanto, sinalizam que, em alguns eventos de letramento, não há uma preocupação por parte do professor em definir, de maneira clara, o que ele espera dos alunos em relação à escrita acadêmica. Ou seja, os alunos não compreendem o que é solicitado pelo professor, logo não irão atingir as expectativas dele. Já o professor que utiliza de diferentes estratégias de ensino não compreende o porquê do insucesso de seus alunos em relação às produções de gêneros textuais por ele solicitadas, atribuindo a responsabilidade dessas dificuldades à educação básica. Essa falta de compreensão de ambas as partes retoma o que Lillis (1999) explica como Prática Institucional do Mistério.

Quanto aos textos acadêmicos solicitados aos alunos, percebe-se que estes textos não são produzidos para a comunidade acadêmica, mas como mero instrumento avaliativo. Apenas alunos inseridos em algum programa de iniciação à docência ou de iniciação científica tinham a oportunidade de produzir textos acadêmicos para participarem de eventos como congressos, palestras, semana acadêmica. A solicitação, porém, do gênero artigo, pelos professores, indica uma tentativa de inseri-los no contexto acadêmico principalmente por meio da leitura dos textos.

Em suas apreciações valorativas, os estudantes atribuem como dificuldades a adaptação às normas da ANBT e a falta de preparo prévio durante a educação básica. Acerca da educação básica, os professores também atribuíram a ela culpa pela dificuldade dos alunos em se inserirem nas práticas letradas acadêmicas. Atribuir, porém, a responsabilidade pelo insucesso na escrita acadêmica à educação básica é um equívoco. Não compete a essa etapa do ensino preparar seus estudantes para escreverem academicamente. Existem diversos tipos de letramento e o que acontece na

educação básica é particular a ela; apresenta práticas e gêneros textuais próprios. Desse modo, não faz sentido cobrar que ocorram práticas de letramento acadêmico fora do âmbito universitário.

Assim, de acordo com os pressupostos bakhtinianos, é necessário conhecer um gênero antes de escrevê-lo. Um licenciando de Pedagogia que vivencia práticas de letramento acadêmico e de ensino da escrita acadêmica pode ter um desempenho melhor e ainda contribuir com sua própria atuação profissional pois serão capazes, também, de atuar como agentes de letramento de seus alunos. Além disso, o trabalho do professor universitário no letramento dos alunos de um curso de formação de professores é primordial para que estes se tornem professores pesquisadores.

Cabe ressaltar que é necessário repensar as práticas de ensino da escrita no ambiente acadêmico, tendo em vista a inclusão dos estudantes em uma formação docente de fato crítica, reflexiva e engajada nas práticas sociais.

Como abordado por Carvalho (2013b), os gêneros acadêmicos são próprios da esfera universitária, ao passo que na educação básica circulam outros gêneros. Desse modo, é bem claro que a responsabilidade sobre os letramentos acadêmicos dos estudantes é de alçada das universidades. O trabalho desenvolvido com a leitura e a escrita, durante a educação básica, é para fins escolares, e não uma preparação para a produção escrita acadêmica. Ademais, o foco de nosso artigo são as práticas de ensino que envolvem a leitura e escrita acadêmica, porém temos ciência de que os letramentos escolares dos estudantes são importantes e não devem ser desconsiderados durante seu processo de participação na esfera acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARANA, Alba Regina de Azevedo; KLEBIS, Augusta Boa Sorte Oliveira. **A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno.** XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PUCPR, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARTON, David.; HAMILTON, Mary. Literacy practices. *In*: BARTON, David.; HAMILTON, Mary.; IVANIC, Rosalind. **Situated literacies**. London; New York: Routledge, 2000. p. 7-15.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer n. 9, 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 18 jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 1, 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 9 de abril de 2002.

CARVALHO, José António Brandão. What do Portuguese university students say about their writing in exams. *In*: TORRANCE, M. *et al.* (Orgs.). **Learning to write effectively**: current trends on European Research. Bingley, UK: Emerald, 2012a. p. 249-252.

CARVALHO, José António Brandão. Promoção de competências de escrita de estudantes do ensino superior: algumas reflexões a partir de uma experiência na Universidade do Minho. *In*: CARVALHO, José António. *et al.* (Orgs.). **Aula de Língua**: interação e reflexão. Leiria: ESECS/IPL; Braga: CIEEd/UMinho; Aveiro: CIDTFF/UA, 2012b. p. 181-207.

CARVALHO, José António Brandão. A transição para o ensino superior - novos contextos, novas práticas de Literacia. *In*: PEREIRA, L. A.; CARDOSO, I. (Orgs.). **Reflexão sobre a escrita**: o ensino de diferentes géneros de textos. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013a. p. 225-239.

CARVALHO, José António Brandão. Literacia académica: da escola básica ao ensino superior – uma visão integradora. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 29, n. 2, 2013b.

CUNHA, Gustavo Ximenes. Estudo das propriedades linguísticas e discursivas do gênero resenha acadêmica. **Revista Docência no Ensino Superior**, v. 5, n. 2, p. 183-209, out. 2015.

JONES, Carys; TURNER, Joan; STREET, Brian. **Students writing in the university**: cultural and epistemological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

KERSCH, Dorotea Frank. O letramento acadêmico na formação continuada: constituição de autoria e construção de identidades. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 10, n. 1, p. 53-63, jan./jun. 2014.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: KLEIMAN, Angela (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

LEA, Mary Rosalind; STREET, Brian Vincent. Student writing in higher education: an academic literacies approach. **Studies in Higher Education**, v. 23, n. 2, p. 157-172, jun. 1998.

LILLIS, Theresa. Whose “Common Sense”? Essayist literacy and the institutional practice of mystery. *In*: JONES, Carys; TURNER, Joan; STREET, Brian (Orgs.). **Students writing in the university**: cultural and epistemological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 127-140.

OLIVEIRA, Eliane Feitoza. **Letramentos acadêmicos**: o gerenciamento de vozes em resenhas e artigos científicos produzidos por alunos universitários. 2015. 466f. Tese (Doutorado) -Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT’ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. **Polifonia**, v. 8, n. 08, 2004.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; RANGEL, Mary. Os desafios da escrita acadêmica para licenciandos de Pedagogia do PARFOR/UFRRJ :Apreciações valorativas sobre o ensino de gêneros discursivos na universidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 26–52, 2018.

RUSSEL, David. Entrevista concedida a Flávia Bocchetto Ramos e Vânia Marta Espeirion. Letramento acadêmico: leitura e escrita na universidade: entrevista com David Russel. **Conjectura**, v. 14, n. 2, p. 241-247, maio/ago. 2009.

SILVA, Ananias Agostinho da; BESSA, José Cezinaldo Rocha. Produção de textos na universidade: uma proposta de trabalho com sequências didáticas com o gênero fichamento. **Revista Gatilho**, ano VII, v. 13, set. 2011.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Pátio – Revista Pedagógica**. Artmed Editora, p. 96-100, 29 de fevereiro de 2004.

SOUZA, Juliana Alles de Camargo de. **O artigo acadêmico-científico: como elaborar?** Colóquio, Taquara: Faccat, v. 7, p. 43-51, 2009.

SOUZA, Micheli Gomes de; BASSETTO, Livia Maria Turra. Os processos de apropriação de gêneros acadêmicos (escritos) por graduandos em letras e as possíveis implicações para a formação de professores/pesquisadores. **RBLA: Belo Horizonte**, v. 14, n. 1, p. 83-110, 2014.

STREET, Brian Vincent. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

STREET, Brian Vincent. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 541-5567, jul./dez. 2010.

HUMOR É ARMA: uma construção cognitivo-discursiva da comunicação política ucraniana

José Mauro Ferreira Pinheiro¹

RESUMO

As plataformas digitais e seus produtos contemporâneos, como os memes, tornaram-se ferramentas de comunicação de uso generalizado. Quando eles passam a ser usados por um governo em guerra, isso pode afetar a percepção de sua seriedade. O objetivo desse artigo é analisar as categorizações recrutadas pelo governo ucraniano para conceptualizar sua campanha comunicativa, assim como outros sistemas conceptuais aí encontrados. Fundamentam, assim, esta pesquisa a perspectiva sociocognitiva da linguagem e o arcabouço da Análise Crítica do Discurso. Os resultados apontam para o uso sistemático da metáfora humor é arma pelo Governo, de modo a fabricar discursivo-ideologicamente uma fala oficial moralmente engajada com o bem-estar do seu povo.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Crítica do Discurso; meme; discurso político; humor; moralidade.

ABSTRACT

The digital platforms and their contemporary products, such as memes, have become generalized communication tools. When they start being used by a government facing a war, it can affect the perception of its seriousness. The objective of this article is to

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Estudos de Língua (Linguística)

analyze the categorizations employed by the Ukrainian government to conceptualize its campaign, just like other conceptual systems found in it. This research has as its theoretical foundation the socio-cognitive perspective of language, as well as the principles from Critical Discourse Analysis. The results indicate a systematic use of the metaphor humor is weapon by the Government, so as to discursively and ideologically produce an official statement that is morally engaged with the well-being of its population.

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis; meme; political propaganda; humor; morality

INTRODUÇÃO

As plataformas digitais têm se tornado gradativamente uma das formas de comunicação mais ubíquas do tempo presente. Tal afirmação é verificável não só pelo tipo de mensagens aí trocadas, como também pelos objetivos que orientam essas trocas comunicativas. Como um exemplo importante desse fato, pode-se citar o conjunto de postagens realizadas pelo governo ucraniano no Twitter² quando da invasão da Rússia a esse país, em fevereiro de 2022. Uma investigação da conta oficial da Ucrânia nessa plataforma (a saber, @Ukraine²) demonstra que, na verdade, tal comunicação via tuíte já vinha sendo realizada bem antes da situação de conflito que o país enfrenta. Ela se tornou uma maneira costumaz pela qual o governo ucraniano estabelece contatos formais com os usuários dessa rede.

Dentre as publicações que mais renderam engajamento à @Ukraine, figura uma imagem postada em 24/02/2022 (Figura 1). em que se observa o presidente russo (Vladimir Putin) à direita recebendo um carinho no rosto de um outro político localizado à esquerda, que na caricatura parece bem maior que Putin. A figura política em destaque é Adolf Hitler (bigode e farda militar) e pelo gesto de afeto a Putin, parece conceder a ele suporte e aprovação. Em geral, entende-se meme de Internet como uma mídia digital (texto, imagem, vídeo etc) que alcança popularidade entre usuários e que em geral passa a ser repassada massivamente. Todavia, apesar de essa imagem ter alcançado bastantes compartilhamentos e ser observável numa plataforma digital, um comentário feito por @Ukraine no mesmo dia dizia:

² Nesse caso, a postagem foi feita em forma de *thread* (do inglês “corrente”), ou seja, a explicação da imagem foi dada por meio de uma nova publicação, indexada à principal. No *Twitter*, esse tipo de corrente é comum, devido ao limite de caracteres imposto pelo site. Nos *threads*, em geral, cria-se um espaço de discussão e debate, característicos da plataforma.

“This is not a ‘meme’, but our and your reality now” (“Isso não é um ‘meme’, mas nossa e sua realidade agora”)³.



Figura 1: Postagens de @Ukraine em fevereiro de 2022.

A aparente contradição evoca questões já muito debatidas pela filosofia e áreas afins que se interessam pela significação na linguagem. Por exemplo, em Crátilo (PLATÃO, 2001), Sócrates intermedeia uma discussão travada por Hermógenes e Crátilo sobre a relação entre os objetos do mundo, os nomes a eles designados e a justeza dessa indexação. Para Crátilo (visão naturalista), cada coisa tem seu nome por natureza, um sentido certo, incólume, constante. Já para Hermógenes (visão convencionalista), o nome que designa algo se fixa ali meramente por hábito, repetição e convenção. Através de seu método dialético, Sócrates conclui em um determinado ponto que o nome consiste num instrumento separador (categorizador) das coisas e, como tal, caberia a um artífice competente lidar com essa tarefa de separação (categorização). Destarte, ele diz a Hermógenes, “nem todos os homens têm capacidade para impor nomes, mas apenas o fazedor de nomes, e esse, ao que tudo indica, é o legislador, de todos os artistas o mais raro” (cf. PLATÃO, 2001: 153).

Ora, no caso do termo meme quem deveria ser esse legislador, a definir com critério do que se trata aquela publicação? O governo ucraniano que propõe a negação da nomeada, mesmo dando todos os sinais

³ Nesse caso, a postagem foi feita em forma de *thread* (do inglês “corrente”), ou seja, a explicação da imagem foi dada por meio de uma nova publicação, indexada à principal. No *Twitter*, esse tipo de corrente é comum, devido ao limite de caracteres imposto pelo site. Nos *threads*, em geral, cria-se um espaço de discussão e debate, característicos da plataforma.

performáticos de que aquilo se trata de um meme, ou os usuários da rede, prontamente acostumados a lidar com aquele objeto como um meme?

Por um lado, apostar que as coisas têm um nome natural significa afirmar também que elas têm uma espécie de essência e que a relação nome-objeto é dada. Portanto, trata-se de um processo imexível e indebatível. Sobre isso, já se manifestaram diversos linguistas aplicados (JANICKI, 2006; MOITA LOPES, 2008; PENNYCOOK, 2008): o essencialismo como paradigma teórico não tem muito a contribuir para as inteligibilidades contemporâneas porque ele traz uma carga axiológica muito densa para os objetos que busca definir, como se as categorias todas (“mulher”, “comunicação”, “justiça”, “raça”) fossem estanques e altamente discerníveis, quando de fato são dinâmicas e apresentam importante radialidade. Como afirma Lakoff (1987: 91) em *Women, fire, and dangerous things*, as categorias são estruturadas radialmente em relação a um número de suas subcategorias: a subcategoria central é definida por uma série de modelos cognitivos convergentes e as subcategorias estendidas/radiais são variantes daquela central. Embora as categorias radiais derivem da central, cada uma delas estabelece relações específicas com o modelo central. Assim, de acordo com esse princípio, existe um modelo central que constitui a categoria meme, mas também variantes de meme que se constituem por diferentes vieses (político, humorístico, informativo) a partir e em relação a ele.

Por outro lado, não se pode negar que a convencionalidade desempenha um papel importante na nomeação dos referentes. Como afirma Miranda (2016: 61), o significante (ou a forma linguística), sacralizado pelo uso corriqueiro, é antes uma “pista suscitadora das tarefas semântico-cognitivo-sociais da linguagem”. Não se trata aqui de conceber a relação linguagem-realidade como objetiva, direta e verídica, como propõe uma semântica mais formalista, com suas condições de verificação. Nem substituir esse binômio estrito por linguagem-pensamento, como quiseram as primeiras ondas cognitivistas (em especial, o gerativismo de Chomsky), porque o que essa segunda visão sublinha é a possibilidade de a significação, portanto a linguagem, ser produzida no vácuo. É como se a linguagem pertencesse à mente humana e ali habitasse sem qualquer interface com os elementos que compõem a vida sociofísica e cultural do usuário da língua/conceitualizador.

Uma terceira alternativa, que será adotada neste estudo, entende que nossas “habilidades cognitivas gerais (cinésicas, visuais, sensoriomotoras) e nossas estratégias de categorização por protótipo se conjugam com aspectos culturais, contextuais e funcionais para dar às línguas um design que emerge no uso” (LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987 apud SALIÉS, 2020). Em outras

palavras, não existe um contexto nulo, totalmente “despressurizado”, no qual um significado primeiro das palavras pode emergir. O significado (e a linguagem) são produzidos na e por meio da interação; seu caráter literal, como mencionado acima, é apenas um contexto possível (talvez o mais canônico) da significação.

Tal paradigma, chamado de sociocognitivo, conjuga a um só tempo as duas noções inscritas nessa palavra. Em primeiro lugar, existe a ideia de que linguagem e pensamento são instâncias indissociáveis, embora não haja um elo primário entre elas (VIGOTSKI, 1999: 149). Sobre isso, a Linguística Cognitiva já muito se debruçou, por exemplo, ao estudar os efeitos de figura e fundo, processos basicamente conceptuais que apresentam materialização linguística clara. Por exemplo, ao descrever um gato sentado numa cadeira, é muito mais provável que alguém diga O gato está em cima da cadeira do que A cadeira está embaixo do gato, já que tendemos a imprimir mais saliência cognitiva e a focalizar mais os seres animados do que a seres inanimados (EVANS; GREEN, 2006: 17, 18). Ainda assim, caso o ser inanimado precisasse de destaque, isso seria providenciado via certas preferências sintáticas, morfológicas e lexicais. Tem-se aí uma pista de como a cognição humana trabalha, focalizando alguns elementos do meio circundante aos entes e apagando outros, o que tem repercussões linguísticas imediatas.

Já o caráter social que informa esse paradigma pensa a linguagem como o resultado de uma série de ações coordenadas de atenção partilhada e baseadas na cooperação (TOMASELLO, 1999; HARARI, 2018). Assim, o sentido pertence ao drama da interação, às relações estabelecidas pelos atores envolvidos nessa cena. Ele é situado nessa dinâmica, em que determinados grupos precisam assegurar sua coesão interna por meio da/na linguagem. No entanto, alguns autores já sinalizaram (MOITA LOPES, 2008) que a linguagem tende a ser discursivamente formatada para subsidiar certos grupos hegemônicos, em detrimento de outros, enquadrados pelos primeiros como minoritários. Por intermédio de um jogo de epistemes dominantes/periféricas, esses grupos detentores do(s) discurso(s) hegemônico(s) vão sistematicamente garantindo que seus interesses sejam sempre atendidos.

Dito de outra forma, esse processo de construção de sentido tem pistas linguísticas verificáveis, mas que são forjadas sociocognitivamente. Ao acionar o ferramental teórico-metodológico que a abordagem sociocognitiva disponibiliza, o analista crítico do discurso tem a possibilidade de auscultar algumas vozes sufocadas nesse processo e gerar novas epistemologias, potencialmente mais estáveis e mais justas para um convívio humano ético.

Partindo de tais considerações, o presente artigo pretende analisar a comunicação oficial do governo ucraniano, em especial nas mídias tidas como menos tradicionais, como postagens em redes sociais, memes e entrevistas sobre sua campanha. Ao detectar-se primariamente que o uso dessas mídias gera conflitos de categorização sobre a comunicação (é meme?, é propaganda política?), a pergunta que se faz é: através das pistas linguísticas expressas no nível micro da linguagem, quais estruturas sociocognitivas emergem daí, perfazendo seu nível macro? Também interessa compreender como tais estruturas são reforçadas ou rejeitadas por uma parcela dos interlocutores da conta @Ukraine, em especial os usuários brasileiros.

O artigo encontra-se dividido em 3 partes. Na primeira, busca-se contemplar os pressupostos teórico-metodológicos embutidos tanto no componente “sócio” quanto no “cognitivo” que dão nome ao paradigma aqui adotado. Na segunda, parte-se para uma análise crítica do(s) discurso(s) (doravante ACD) contidos na comunicação do governo ucraniano e de uma parcela de seus interlocutores brasileiros. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais suscitadas por essa pesquisa. Vale ainda destacar que a divisão entre o aspecto “sócio” e o “cognitivo” cumpre neste artigo apenas uma função didático-metodológica, uma vez que não se percebe, à luz do paradigma aqui adotado, qualquer separação radical entre essas duas instâncias.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 O COMPONENTE COGNITIVO

Quando Lakoff e Johnson (2002 [1980]) lançaram as bases da Teoria da Metáfora Conceptual, o que estava sendo posto ali era a preponderância do componente cognitivo para a linguagem. Se alguém diz vou te passar a minha visão sobre o tema (1) ou ainda esse texto viralizou nas redes (2), não se trata simplesmente de expressões metafóricas acionadas para adornar a fala. No primeiro caso, pode-se considerar a emergência da metáfora conceptual comunicação é envio, ao passo que no segundo, de comunicação é contágio. A hipótese desses autores é que nos casos (1) e (2) ocorre a conceptualização da ação de comunicar nos moldes de outras, de naturezas distintas. A partir de semelhanças sociocognitivamente forjadas entre o domínio de comunicação e os de envio/contágio, os mapeamentos metafóricos acionam gestalts experiencias mais simples ou mais próximos da nossa realidade concreta.

Por exemplo, (1) pressupõe que o ato de passar uma informação a alguém pode ser percebido como o ato de enviar um objeto (físico) para outrem. Assim, quem compreende o que seu interlocutor diz captou a mensagem, estando, portanto, de posse dela. Da mesma forma que um mal-entendido representa alguma perturbação desse processo de envio. Por outro lado, uma plataforma digital que contém muitas publicações idênticas do mesmo texto (2) é metaforicamente percebida como infectada por ele. Ou seja, as metáforas do envio e do contágio não são apenas realizações linguísticas, mas formas de conceber a comunicação e de agir nela. Uma vez que a experiência humana de enviar um objeto e a de contagiar-se com alguma doença são mais tangíveis fisicamente do que a experiência de comunicar ideias, elas duas são recrutadas na conceptualização da última.

Sucedem que essas ditas conceptualizações são também perspectivas. Uma característica da metáfora conceptual, como descrevem Lakoff e Johnson (2002 [1980]), é que ela atua iluminando alguns aspectos da experiência e desabilitando outros. Entender a comunicação nos moldes do ato de enviar um objeto deixa de fora algumas características importantes do ato comunicativo. Por exemplo: a prerrogativa da construção conjunta e situada de sentidos. A mensagem não é essencialmente detentora dos sentidos que possa suscitar, justamente porque eles são produzidos durante a ação da linguagem, entre os interlocutores, de modo on-line. Ou seja, a comunicação humana não é uma “transmissão de mensagem telegráfica” (MIRANDA, 2016: 69), embora exista sim esse gênero comunicativo. Tampouco é o meme sempre fruto do consumo passivo e não deliberado de conteúdos circulados nas plataformas digitais. Como ressalta o comunicólogo estadunidense Jenkins (2009, n. p.), existe participatividade por parte dos usuários, que inclusive podem modificar os memes que recebem, produzindo novos. Portanto, ao focalizar o conceito de envio de um objeto ou de contágio (viral) para conceptualizar comunicação, o interlocutor está renunciando a outros, num processo de perspectivação que é ao mesmo tempo altamente cognitivo e também ideológico.

Em artigo sobre dinâmica de forças no discurso da imigração, Hart (2011) descreve por que a Linguística Cognitiva tem ganhado relevância para a Análise Crítica do Discurso. Segundo o autor, havia um vácuo nos estudos sobre comunicação de ideologias, justamente porque eles deixavam de fora processos cognitivos fundamentais realizados por aqueles que interagem com o texto (HART, 2011: 270). Para Hart, é de surpreender que a Linguística Cognitiva, que se ocupa justamente da relação entre as estruturas da linguagem e da cognição, tenha sido percebida tão tardiamente como

modelo teórico-metodológico relevante para a ACD. Acionar esse arcabouço da Linguística Cognitiva significa compreender que a linguagem é essencialmente conceitual e que o conhecimento linguístico não pode ser dissociado do conhecimento não-linguístico (como pretendia a hipótese da modularização da mente, promulgada pelo gerativismo chomskyano). Mas principalmente, significa compreender que o significado é baseado na experiência e que a linguagem serve para perspectivar e construir (“to construe”, em inglês) a experiência (HART, 2011: 270).

Assim, um modelo de pesquisa em ACD que adota o ferramental viabilizado pela Linguística Cognitiva deve buscar os padrões de construção ideológica no texto a partir dos processos de conceptualização que dali emergem. Por ideologia, entende-se neste estudo: “um conjunto explícito ou implícito de ideias e crenças assumidas por um grupo de pessoas, que conduz a uma representação mental do mundo e serve para unir indivíduos em ordem a alguma forma de ação social” (CHATERIS-BLACK, 2011: 22 apud SOARES, 2015: 6). Assim, os aspectos iluminados por uma metáfora conceitual, por exemplo, servem para reforçar a visão de mundo veiculada por um determinado grupo de indivíduos e fundamentar suas ações, o que significa dizer que os aspectos deixados de fora por ela também são convenientes discursiva e ideologicamente.

Como diz Langacker (2008), é quase inevitável usar a metáfora visual para se apreender o conceito de construal. É como se o conteúdo ao qual somos expostos fosse uma cena e o construal, uma forma de visualizá-la. Dessa forma, quando nos deparamos com uma cena, o que vemos de fato depende do que escolhemos olhar ou quais elementos resolvemos dar mais atenção (figura e fundo), o quão de perto analisamos a cena (especificidade x esquematicidade), o nosso ponto focal de observação (perspectiva) etc. (LANGACKER, 2008: 55).

Uma forma de modelar uma pesquisa em ACD, partindo da hipótese sociocognitiva, é compreender esses modos de perspectivação como sistemas de perspectivação, que podem se materializar em diversas formas, quais sejam: via metáfora conceitual, sistema de forças etc. (HART, 2011: 271). Se, do ponto de vista do conceptualizador, essas são diversas formas de se apropriar da realidade circundante, para o pesquisador, cada uma delas constitui uma categoria de análise potencialmente reveladora sobre o fenômeno estudado. Cabe ao pesquisador, diante dos entendimentos que seu levantamento empírico propicia, determinar quais dessas categorias construais melhor explicam os dados encontrados.

1.2 O COMPONENTE SOCIAL

A forma como um fenômeno é nomeado, como vem sendo demonstrado até aqui, não é um processo esvaziado de carga sociopolítica. É preciso compreender qual é a relação do enunciador com o referente nomeado, seu momento histórico, sua perspectiva socioeconômica e ética, seus interlocutores locais/imaginados etc. A linguagem, acessível pelas pistas materiais que ela deixa, transcorre num espaço específico, sendo, portanto, “socioculturalmente situada” e “discursivamente construída” (SOARES, 2015).

A capa da revista alemã Stern (junho de 1971) demonstra isso com bastante perspicuidade. Junto com o relato de 374 mulheres daquele país, dentre as quais, algumas bastante conhecidas nacionalmente, ela traz uma manchete que marcou a história do movimento feminista. O título da matéria estampa na capa “Wir haben abgetrieben!” (em português: Nós abortamos!), trazendo como fundo os retratos de dezenas das declarantes.

O gesto em si, perfeitamente carregado politicamente, não teria o mesmo impacto se outra palavra fosse usada. Conforme analisa Krolzik-Matthei (2019), o movimento feminista resolve adotar esse termo (“Abtreibung”) como estratégia para conter a “perda de neutralidade”⁴ pelo qual o vocábulo passava. Inicialmente, essa palavra constituía a uma maneira corrente de descrever a interrupção desejada de uma gravidez. No entanto, aos poucos “Abtreibung” passa a figurar mais em textos legais e a ser associado com a atuação de médicos charlatões.

Sucedem que na língua alemã da época em que a matéria foi publicada, e também contemporaneamente, há três termos distintos para descrever a interrupção deliberada de uma gestação. No âmbito médico, é comum utilizar-se “Abruptio” ou “induzierter Abort”, que não costumam gerar muita disputa, dado o meio em que aparecem. No uso cotidiano, no entanto, circulam dois termos concorrentes: “Schwangerschaftsabbruch” (i) e “Abtreibung” (ii). Uma análise dos elementos morfológicos que os compõem, assim como do contexto que os forjaram (KROLZIT-MATTHEI, 2019), permite que se cheguem a algumas conclusões pertinentes à análise em ACD numa perspectiva sociocognitiva (Quadro 1).

⁴ Usam-se as aspas visto que a perspectiva aqui adotada (HART, 2011; LANGACKER, 2008; SOARES, 2015) entende que não se pode falar em neutralidade da linguagem, ao menos não de modo absoluto, já que toda expressão linguística evoca uma perspectivação específica.

Termo	Elementos morfológicos	Saliência sociocognitiva
<i>Schwangerschaftsabbruch</i> (i)	De <i>Schwangerschaft</i> (=gravidez) + <i>abbrechen</i> (= i n t e r r o m p e r , descontinuar)	Destaca o processo, que potencialmente culmina ou em manutenção ou em descontinuidade.
<i>Abtreibung</i> (ii)	De <i>abtreiben</i> (=desviar, extraviar)	Caracteriza a alteração de uma rota desejada/esperada.

Quadro 1: Schwangerschaftsabbruch X Abtreibung

Ora, uma análise da Quadro 1 acima explica a “defesa” das feministas pelo termo (ii). Ele tem potencial negativo, uma vez que focaliza uma rota desviada, um descaminho. Ou seja, é como se a prática do aborto deliberado fosse o encaminhamento equivocado de uma trajetória, saliência não verificada em (i). Foi preciso, e ainda é, que os movimentos de ideologia pró-escolha encampem o termo (ii), tragam-no para seu escopo discursivo, uma vez que ele propicia as perspectivas de crime/falha moral/aberração religiosa. Dito de outra forma, ele discursivamente restringe o direito à decisão pelo aborto por parte da mulher grávida, pois focaliza a escolha como a alteração de uma normalidade. Na Alemanha de 1971, recrutar o termo (ii) era um movimento oportuno, considerando que a pauta da proibição absoluta do aborto, sob qualquer condição, tornava-se uma realidade legal à época. Para manter a integridade do grupo de ideologia escolha, “Abtreibung” precisava estar devidamente “controlado”, sob o risco e a pena de os sectários da ideologia pró-vida obterem o domínio dessa arena terminológica.

Percebe-se que, no grupo de exemplos acima, a análise concentra-se em quais valores o recorte lexical dum certa palavra propicia. Fala-se, assim, de quais categorizações (positivas, negativas) ele permite para as diversas manifestações linguísticas da palavra aborto em língua alemã. Conforme já discutido, o delineamento de cada palavra encaminha-a para um certo potencial ideológico.

Importa destacar, no entanto, que o nível de observação/análise pode abranger um outro, menos lexical e mais metafórico, por assim dizer. É o que propôs Chateris-Black (2009: 97), ao analisar a retórica de alguns líderes

políticos e sua indissociabilidade do intuito persuasivo. Como coloca o autor (CHATERIS-BLACK, 2009: 99), há muito a ser preservado do modelo aristotélico da retórica. O apelo à audiência é alcançado por meio do argumento razoável (logos), do despertar de sentimentos (pathos) e de uma postura moralmente proba (ethos). Todavia, Chateris-Black (2009) propõe uma atualização desse modelo em sua perspectiva mais clássica.

Ocorre que a visão aristotélica da retórica se baseava numa noção de indivíduos livres escolhendo líderes a partir de um uso transparente da linguagem. O que as tendências contemporâneas demonstram é que, na verdade, a metáfora ocupa um lugar central no processo de persuasão. Um bom retórico precisa saber propagar ideias, crenças e valores que, sendo importantes para manter um certo grupo coeso, passam a ser percebidas como bons para o todo.

Uma visão de mundo (ideologia) é assim transmitida de modo consciente, atingindo instâncias psicológicas/emocionais do público. A comunicação da ideologia, que ocorre de modo mais racional, está, portanto, relacionada ao tipo de embasamento permitido pelo logos. Por outro lado, ele precisa também de narrativas (mito) que expliquem qualquer coisa que um determinado povo esteja se perguntado num dado momento histórico, desde a origem de catástrofes globais como pandemias, guerras, crises econômicas, até indagações menos aflitivas, como a existência de vida alienígena no universo. O tempo cíclico do mito permite que certas noções sejam reforçadas e sua alegoricidade se comunica com um grupo de crenças e valores apenas parcialmente conscientes. Por isso o mito está relacionado ao pathos. Assim, para Chateris-Black (2009: 103), a metáfora é a perfeita reunião entre logos e pathos, ideologia e mito, visto ser um atributo do raciocínio imaginativo ou da imaginação racional (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Tanto o governo ucraniano e sua equipe de comunicação em 2022, quanto as feministas de ideologia pró-escolha da Alemanha de 1971, representam grupos que carecem de um reforço linguístico-discursivo para manterem-se unidos como tais. Os dois estão eivados de ideias, valores e crenças que funcionam como amálgama para os indivíduos que os compõem. Existe também uma ameaça percebida (bode expiatório): para os ucranianos, a Rússia; para as alemãs, os sectários da ideologia pró-vida e a nova lei (Estado). No caso das alemãs, o distanciamento histórico permite que percebamos hoje quais são os valores contra os quais elas estavam lutando, a saber, o patriarcado e sua intromissão em pautas legais e estatais. No caso

ucraniano, ainda estamos construindo essa epistemologia. É sobre isso que o presente artigo irá se debruçar nas próximas páginas.

2 DISCUSSÃO DOS DADOS

2.1 METÁFORA, MESCLA, MORALIDADE E HUMOR

Em entrevista ao The Washington Post (doravante TWP), intitulada “Ukraine’s showdown with Russia plays out one meme at a time” (em português: Confronto da Ucrânia com a Rússia lança um meme de cada vez) (KHURSHUDYAN, 2022), a equipe de comunicação do governo ucraniano explica o motivo pelo qual resolveu usar memes para fazer face ao conflito vivido com seu país vizinho. Abaixo encontram-se dois trechos da entrevista (tradução minha⁵), com destaque para algumas palavras e expressões relevantes para a presente análise (Quadro 2):

“Imagine uma pessoa verdadeiramente boa que passou por muitas dificuldades no passado, conseguiu superar as adversidades e desenvolveu, como consequência, um tipo muito especial de humor, atrevido e meio sombrio. Essa é a Ucrânia.” (trecho 1)

“Nós rimos diante das ameaças não porque nós a subestimamos, mas porque o que mais deveríamos fazer? Deitar e chorar? Lágrimas nunca trouxeram liberdade para ninguém.” (trecho 2)

Quadro 2: Administradores da @Ukraine no Twitter falam ao TWP.

Já em entrevista ao The Atlantic (APPLEBAUM; GOLDBERG, 2022), o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky dá seu parecer a respeito do uso do humor na campanha contra a Rússia (Quadro 3, tradução minha⁶):

⁵ No original: “Imagine a truly good person who’s been [through] a lot in the past, managed to overcome hardships and developed this very special type of sassy and darkish humor as a byproduct.” / “We laugh in the face of threats not because we underestimate them, but because what else should we do? Laydown and cry? Tears have never won anyone freedom”.

⁶ Em inglês: “Jesters were allowed to tell the truth in ancient kingdoms. Comedy remains ‘a powerful weapon’ because it is accessible. Complex mechanisms and political formulations are difficult for humans to grasp. But through humor, it’s easy; it’s a shortcut.”

“Aos bobos da corte era dada a permissão de falar a verdade nos reinos antigos” / “a comédia continua sendo uma arma poderosa porque é acessível. Mecanismos complexos e formulações políticas são difíceis para a compreensão humana. Mas através do humor fica fácil; é um atalho.”
(trecho 3)

Quadro 3: Zelensky fala ao The Atlantic.

O que se percebe no trecho 1 acima é a fabricação metafórico-ideológica da Ucrânia nos moldes de uma pessoa que já passou por muitas dificuldades em sua vida (historiograficamente falando, pode-se falar dos conflitos disputados junto à Rússia em momentos históricos pregressos). A partir dessas experiências, tal entidade que é a ucrânia percebeu que o humor é uma forma eficaz de lidar com situações adversas. O governo ucraniano está buscando categorizar humor como algo positivo, signo e resultado (daí “como consequência” – trecho 1) dessa experiência adquirida. O humor é característico de pessoas amadurecidas que não menosprezam a realidade que vivem (trecho 2), pelo contrário, elas comunicam as verdades pertinentes a essa realidade (trecho 3). O humor também permite que um determinado povo alcance a liberdade (trecho 2) e a própria compreensão de sua história (trecho 3). Do ponto de vista do ethos, o humor pode assegurar o bem-estar (liberdade, compreensão) àqueles que se valem dele. Destarte, ucrânia, experiência e humor (bom) são três instâncias cognitivo-discursivas indissociáveis para a construção de uma perspectiva laudatória à atuação do governo nos quesitos comunicação e enfrentamento do conflito com a Rússia.

No entanto, um outro construal para humor disponível em nosso arcabouço sociocultural busca perspectivá-lo meramente como um deboche, não-sério, às vezes resultante de uma avaliação frágil e leviana da situação perigosa em que alguém se encontra. Nesses moldes, o humor tem um valor negativo, associado à irresponsabilidade. Se o governo da Ucrânia perspectivasse humor assim, como uma piada imprudente, estaria reforçando uma narrativa de leviandade e pouco engajamento com as atuais questões geopolíticas do país.

Como afirmam Lakoff e Johnson (1999), os ideais morais que buscamos (justiça, liberdade, virtude, tolerância, compaixão e direitos) partem de modo geral de uma busca por bem-estar. Ao estudar a moralidade, esses autores propõem sua divisão em várias submetáforas, por exemplo moralidade é cuidado. Essa metáfora mapeia elementos de necessidade de proteção e de

obrigação moral, o que costuma figurar com frequência na fala política. Trazendo essa categoria de análise para o corpus aqui estudado, mal avaliar o potencial de perigo que uma situação apresenta significa pôr em risco o bem-estar dos afetados. Também perspectivar humor por um viés de falta de experiência/sobriedade seria especialmente prejudicial a essa visualização da moralidade como cuidado. Como um governo pode proteger sua população se não consegue avaliar eficazmente os perigos aos quais ela está exposta e apenas ri de suas mazelas?

A modelagem teórica até aqui apresentada, apoiando-se em metáforas conceptuais, categorização e os casos das metáforas da moralidade, indica os motivos que levam o governo a não categorizar os materiais que posta como meme, visto que esse fenômeno costuma ser percebido como um mau exemplo de humor. É o que se observa ao analisar alguns comentários e tuítes escritos sobre o assunto por usuários brasileiros dessa rede social (Quadro 4). Como pode ser visto, os comentários estão organizados em thread, ou seja, uma espécie de conversa digital em corrente, conforme explicitado anteriormente.

F01	I n ê s , 24/02/2022	“Nossa geração [es]tá tendo contato com <u>propaganda de guerra</u> pela primeira vez e [es]tão chamando de MEME.”
F02	M a n u e l , 24/02/2022 (em resposta a Inês)	“Imagina se nossos tweets aparecem [e]m livros de história contando como a geração [que] <u>não levou a sério...</u> ”
F03	I n ê s , 25/02/2022 (em resposta a u m a i n d a g a ç ã o feita a ela)	“Mas isso daí vai aparecer nos livros de história é um bglh* <u>importante.</u> ” *bagulho

F04	A m a n d a , 25/02/2022 (em resposta a Inês)	“Imagina que nos livros de história vão falar que enquanto isso [es]tava rolando tinha BR* perguntando como afetava o Grêmio. Isso vai <u>confundir a cabeça de todo estudante</u> de ensino fundamental e vão perguntar pq que todo mundo era gremista na época” *brasileiro
-----	--	--

Quadro 4: Tuítes de brasileiros em reação às postagens de @Ukraine.

O quadro 4 explicita com seus tuítes como a perspectivação via memedaria ao material postado por @Ukraine um ar de pouca seriedade (F02: “como a geração não levou a sério”) e como não faria jus ao momento histórico em que emerge. Esses materiais serão potencialmente reproduzidos em livros de história no futuro (F03, F04) e a apresentação em forma de meme pode emprestar um ar de desleixo (F03) ou mesmo de confusão (F04). Existe aqui, além disso, um certo peso geracional que esses usuários brasileiros contemporâneos das plataformas digitais não querem carregar, o que força alguns a querer perspectivar os materiais de @Ukraine como propaganda política (F01). De fato, esses conteúdos podem ser assim categorizados, uma vez que legitimam as ações do Governo na guerra. Todavia, é inegável que eles também são memes.

Ao analisar as matérias do TWP e do The Atlantic, percebe-se, pois, que os porta-vozes do governo ucraniano estão buscando uma terceira categoria, que abarque o senso de humor amadurecido do meme e o poder de combate que o humor tem (exemplo: “a comédia continua sendo uma arma poderosa porque é acessível” - trecho 3). A essa altura da investigação, não é possível ignorar o fato de que o presidente Zelensky tem carreira pregressa na atuação dramaturgica e, em especial, na comédia. É compreensível que um governo por ele liderado recrute a comédia como um valor. Também não é possível ignorar o fato de que o governo russo tem feito uma campanha online que tende a confundir os usuários das redes sobre o que de fato está ocorrendo entre os dois países. Na entrevista para o The Atlantic, pergunta-se a Zelensky: “o Putin tem medo do humor?” Sua resposta é categórica: “Bastante!” Ou seja, em outras palavras, o humor é conceptualizado como algo que inspira medo, que tem um potencial ofensivo considerável. Putin não parece estar tão confortável com o humor quanto Zelensky está, o que configura uma vantagem estratégica/bélica.

O uso do humor tem resultados mais tangíveis do que uma esfera de influência psicológica sobre os seus potenciais consumidores. Como é dito no

TWP, toda vez que um veículo de imprensa noticia um meme oficial do @Ukraine, texto essencialmente compacto e às vezes exigente de um contexto, é preciso fazer um levantamento dos fatores políticos e históricos que o motivaram. Por exemplo, não é sempre transparente o sentido da relação entre Hitler e Putin na Figura 1. Quando algum jornal publica essa imagem, ela precisa ser minimamente explicada. Destarte, o governo ucraniano tem seu discurso fortalecido, ou pelo menos essa é a estratégia pretendida. Isso faria frente à campanha de desinformação encetada pelo governo russo e atrairia atenção internacional à causa ucraniana.

Partindo da hipótese de que a equipe de Zelensky procura estabelecer um sentido novo para a comunicação que produz, a mescla conceptual parece ser um sistema de construal bastante pertinente a essa análise. Como afirma Ferrari (2020: 120, 121), “a mesclagem conceptual é uma operação mental que pode ser considerada a origem da nossa aptidão para inventar novos sentidos.” Essas suposições ganham configuração mais explícita quando se leva em conta o que foi afirmado pela equipe ucraniana para o TWP (tradução minha⁷):

“Nós podemos não ter mísseis nucleares, mas nós temos memes. A verdade é que o humor tem um poder enorme, especialmente quando se enfrenta um violento (...) regime autoritário que é o russo.” (trecho 4)

Quadro 5: humor é arma

Nessas passagens, emerge a metáfora conceptual humor é arma, evidenciada pelos itens lexicais “poder”, “mísseis nucleares”, “se enfrenta” acima, ou “arma poderosa” (trecho 3), “confronto” (título do TWP). A partir desse corpus e da modelagem permitida pela mescla, é possível construir um banco de analogias e desanalogias entre o input 1 (propaganda política) e o input 2 (meme). Observe a Quadro 6:

⁷ Tradução de: “We may not have nukes, but we have memes. The truth is that humor has an enormous power, especially when facing a brutal (...) authoritarian regime like Russia”

Analogias entre <i>inputs</i> 1 e 2	Desanalogias entre <i>inputs</i> 1 e 2
<ul style="list-style-type: none"> - Materializam-se em forma de texto, imagens ou multimodal-mente; - Atendem às necessidades discursivas de um determinado grupo social; - Valem-se do humor para atingir seus objetivos ideológicos; - Fazem emergir a metáfora HUMOR É ARMA, que sanciona a perspectivação dos dois <i>inputs</i> como ESTRATÉGIA DE GUERRA e da moralidade dessas ações (foco no bem comum); - Alto poder persuasivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Goza de prestígio sociocultural (<i>input</i> 1) X Carece desse prestígio (<i>input</i> 2); - Instrumentaliza o humor de modo direcionado (<i>input</i> 1) X Instrumentaliza o humor de modo errático (<i>input</i> 2); - Autoria mais rastreável/confiável (<i>input</i> 1) X Autoria menos rastreável/confiável (<i>input</i> 2); - Tecnicamente inviável em outros momentos históricos / grande alcance via plataformas digitais (<i>input</i> 2).

Quadro 6: Analogias e desanalogias entre *inputs* 1 e 2.

Portanto, a mescla explica inclusive a tentativa do governo ucraniano de trazer um novo termo/conceito para suas postagens: “security memorandum” (entrevista ao TWP), que se coloca conceptualmente no entrelugar de propaganda política e meme. Com o termo, fica reafirmado o compromisso de proteger a população ucraniana (“security”), sem renunciar ao senso de humor (“meme”) nem à seriedade das ações políticas (“memorandum”). Tal perspectivação da comunicação oficial parece ativar a ideologia de que ações políticas não precisam parecer sérias, desde que seus intuitos o sejam. Ou seja, desde que estejam moralmente alinhadas com o bem-estar da população que representa e, nesse caso, por se tratar de um item comunicativo, que sejam persuasivamente bem competentes. Inclusive porque não é possível negar, contemporaneamente, o potencial de espalhamento de informação de que gozam as plataformas digitais.

2.2 HUMOR: EXPEDIENTE PERSUASIVO-COGNITIVO

Os dados gerados por essa pesquisa permitem ainda uma consideração que está na base da Linguística Cognitiva, seja ela perspectivada como ciência plural que é, seja ela observada a partir do seu potencial como ferramental teórico-metodológico para áreas afins. Essa reflexão surge da fala de Zelensky (trecho 3). Os desenvolvimentos geopolíticos que provocam

conflitos entre países não costumam ser assunto de fácil apreensão. Eles implicam uma complexidade cuja compreensão mais acurada depende de experiências específicas. Como categorizar um fenômeno como guerra se o categorizador carece de experiências nesse campo? Além disso, ainda que se tenha chegado a um consenso cognitivo-terminológico sobre o fenômeno percebido, compreender as motivações dos países envolvidos direta ou indiretamente em um conflito constitui uma tarefa árdua. É preciso distanciamento histórico para que todos esses processos sejam mais bem delineados.

Para Zelensky, o humor é um atalho para esse delineamento. Usando os termos da Linguística Cognitiva, é uma forma de conceptualizar algo percebido como mais complexo nos moldes de algo mais simples. Essa é a própria definição de metáfora conceptual dada por Lakoff e Johnson (2002 [1980]). Assim, estamos propondo aqui que o humor não é só uma forma de fazer frente aos ataques inimigos (metaforicamente percebido como arma, segundo a análise da seção anterior). Ele não é apenas produto ou exemplo de uma metáfora conceptual específica. Ele se compara com o potencial cognitivo de uma metáfora conceptual. Ele pode ser a amálgama principal de uma narrativa (mito) ou pode ser uma ferramenta estilística para alcançar o engajamento emocional (pathos) de um determinado público. Inclusive ele pode ser conscientemente percebido como uma ferramenta, servindo aos propósitos de uma dada ideologia.

Como comenta Kátia (F05, em 24/02/2022) no Twitter, “para muitos americanos, a guerra é algo abstrato, incomensurável. Você nunca viu uma cidade destruída. (...). É tão surreal que talvez você possa acionar uma piada por puro desconforto.”⁸ Essa frase demonstra o potencial emocional do humor, que tanto pode ter um valor positivo (de compreensão), como negativo (de desconforto). Isso não só demonstra seu valor moralmente ambivalente, já levantado nesse artigo, como reafirma seu caráter central na própria perspectivação da experiência. Assim, pode-se afirmar que o humor encontra representação privilegiada na relação triádica entre cognição, linguagem e sociedade. Tome-se como exemplo a Figura 1. O humor caracteriza o momento sócio-histórico vivido por aquela sociedade (no caso, a identificação das ações de Putin com os ideais nazistas); ele também está imbricado simbolicamente na linguagem (no exemplo da Figura 1, ele emerge semioticamente de modo imagético). Mas também ele sintetiza a forma com um grupo de pessoas visualiza a realidade (expediente cognitivo),

⁸ Originalmente: “To a lot of Americans, war is abstract, unfathomable. You’ve never seen a city in pieces. (...) It’s so surreal that perhaps you reach for a joke out of discomfort.”

ou quer que a realidade seja sistematicamente visualizada por outrem (expediente persuasivo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso político ocupa um espaço intermediário entre linguagem e ação. Ele também não pode ser considerado longe do contexto em que emerge nem esvaziado dos mecanismos semióticos que o compõem. Essas prerrogativas explicam do que é feito o discurso político e qual tipo de resposta ele busca causar.

Como esclarece Chateris-Black (2009: 101), sua base pode se constituir de vários tipos de mídias, como fotografias, roupas, charges, pôsteres e até pequenos filmes. É justamente por conta dessa riqueza semiótica que a categoria meme pode se avizinhar conceptualmente do discurso político. Prototipicamente, o meme contém uma imagem marcante que sintetiza ideias e os espaços mentais descomprimem as informações, contextos, metáforas, ideias contidas no discurso sintetizado. Isso tende a facilitar sua veiculação. O discurso político, especialmente quando materializado de forma imagética, tende a carecer também desse expediente sintetizador para encontrar boa propagação entre seus interlocutores. Assim, um meme e uma propaganda política persuasivamente eficazes tendem a compartilhar o mesmo conjunto de características.

Como essas características serão percebidas, discernidas ou assemelhadas, dependerá de uma série de fatores de âmbito cognitivo, linguístico e cultural. Como já observado aqui, a régua histórica desempenha um papel importante nesse processo. A iminência de catástrofes globais, como uma eventual guerra mundial, pode acirrar categorizações específicas da comunicação política. Diversas categorias podem ser recrutadas para perspectivar o discurso político, como o humor, que integra a comunicação política ucraniana de modo robusto tanto por parte do Governo, quanto de seus interlocutores globais. Do ponto de vista do Governo, no entanto, a comunicação sobre a comunicação precisa focalizar categorias de modo moralmente orientado.

REFERÊNCIAS

APPLEBAUM, A; GOLDBERG, J. Liberation without victory. **The Atlantic**, 2022. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2022/04/zelensky-kyiv-russia-war-ukrainian-survival-interview/629570/>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CHATERIS-BLACK, J. Metaphor and Political Communication. In: MUSOLFF e ZINKEN (org.) **Metaphor and Discourse**. Basingstoke: Palgrave, 2009. p. 97–115.

CHATERIS-BLACK, J. Politicians and Rhetoric. The Persuasive Power of Metaphor. 2ª edição. Basingstoke: Palgrave, 2011 apud SOARES, A. Metáfora conceptual e ideologia: o caso do discurso das políticas de austeridade na imprensa portuguesa. **Revista Investigações**, v. 28, n. 2, 2015.

EVANS, V; GREEN, M. What does it mean to know a language? In: _____. **Cognitive Linguistics**: An Introduction. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006. p. 5-26.

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva**. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

HARARI, Y. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&M Pocket, 2018.

HART, C. Force-interactive patterns in immigration discourse: A Cognitive Linguistic approach to CDA. **Discourse & Society**, v. 22, n. 3, p. 269–286, abr. 2011.

JANICKI, K. Meaning and definitions misconceived. In: _____. **Language misconceived**: arguing for applied cognitive sociolinguistics. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 2006. p. 3–10.

JENKINS, H. **If it doesn't spread, it's dead (Part One)**: Media Viruses and Memes. 2009. Disponível em: < http://henryjenkins.org/blog/2009/02/if_it_doesnt_spread_its_dead_p.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

JOHNSON, M. The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason. Chicago: Chicago University Press, 1987 apud SALIÉS, T. Linguística Cognitiva Aplicada: o que é? In: _____. (org.) **Linguística cognitiva aplicada**: contextos profissionais e pedagógicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 7–23.

KROLZIK-MATTHEI, K. **Abtreibungen in der Debatte in Deutschland und Europa**. 2019. Disponível em: <https://www.bpb.de/shop/zeitschriften/apuz/290793/abtreibungen-in-der-debatte-in-deutschland-und-europa/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

KHURSHUDYAN, I. Ukraine's showdown with Russia plays out one meme at a time. **The Washington Post**, 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/01/26/ukraine-russia-memes-social/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: The embodied mind and its challenge to western thought. Nova Iorque: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002 [1980].

LAKOFF, G. Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press, 1987 apud SALIÉS, T. *Linguística Cognitiva Aplicada: o que é?* In: _____. (Org.) **Linguística cognitiva aplicada**: contextos profissionais e pedagógicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 7–23.

LANGACKER, R. W. **Cognitive Grammar**: A Basic Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MIRANDA, N. S. O caráter partilhado da construção da significação. **Veredas**, revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 57–81, jul. 2016.

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: _____. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 103–125.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L.P. (Ed.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. 1ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 85–102.

PLATÃO. **Teeteto e Crátilo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Pará: Editora da UFPA, 2001.

SOARES, A. Metáfora conceptual e ideologia: o caso do discurso das políticas de austeridade na imprensa portuguesa. **Revista Investigações**, v. 28, n. 2, 2015. p. 1-38.

TOMASELLO, M. **The Cultural Origins of Human Cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

VIGOTSKI, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O cronotopo bakhtiniano na obra poética “Auto do Frade”

Samuel Alves Monteiro¹

RESUMO

Tempo e espaço são discussões que atravessam a humanidade. No espectro dos estudos literários, tempo e espaço são estudados pelo teórico russo Mikhail Bakhtin, por meio de conceitos como Exotopia e Cronotopo. Para os interesses deste estudo nos limitaremos ao Cronotopo como elemento que permite a materialização do tempo no espaço, como se o tempo se tornasse visível, possibilitando visualizar as metamorfoses dos personagens. Este artigo analisa poemas da obra *Auto do Frade* de João Cabral de Melo Neto, com o objetivo de identificar os cronotopos presentes. O desenvolvimento da poética de João Cabral de Melo Neto, em *Auto do Frade* possui uma profunda associação com o conceito de Cronotopo em Bakhtin, o espaço e tempo são determinantes para compreender o martírio do religioso e político pernambucano Frei Caneca, principal líder da Revolução Pernambucana de 1817.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; Espaço; João Cabral de Melo Neto; Frei Caneca

ABSTRACT

Time and space are discussions that cross humanity. In the spectrum of literary studies, time and space are studied by the Russian theorist Mikhail Bakhtin, through the concepts as Exotopia and Cronotopo. For the interests of this study we will limit ourselves to the

¹ Doutorando em Letras no Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – campus Pau dos Ferros. E-mail: samuelmonteiro.al@gmail.com

Cronotopo as an element that allows the materialization of time in space, as if time became visible, allowing us to visualize the metamorphoses of the characters. This article analyzes poems of the work *The Auto of the Frade* of João Cabral de Melo Neto, with the objective to identify the cronotopos present. The development of the poetics of João Cabral de Melo Neto in *The Auto of the Frade* has a deep association with the concept of Cronotopo in Bakhtin, space and time are determinant to understand the martyrdom of the religious and political Pernambuco Frei Caneca, leading leader of the Pernambuco Revolution of 1817

KEYWORDS: Time; Space; João Cabral de Melo Neto; Frei Caneca

INTRODUÇÃO

A discussão sobre tempo e espaço acompanha a humanidade desde os primórdios do pensamento filosófico grego, representado por pensadores como Platão e Aristóteles, tornando-se posteriormente questões relevantes para as ciências da natureza, em especial para a Astronomia e a Física. É em 1905, com a teoria da relatividade de Albert Einstein, que essa dualidade conceitual é aprofundada, promovendo uma significativa mudança na compreensão científica e social do tempo e do espaço.

De acordo com Hawking e Mlodinow (2005, p. 42) “a teoria da relatividade nos força a mudar fundamentalmente nossas ideias de espaço e tempo. Precisamos aceitar que o tempo não está inteiramente separado e independente do espaço », é importante compreender que estes elementos estão combinados e formam um único objeto chamado espaço-tempo e esses não são estáticos. A compreensão einsteiniana de tempo e espaço não era suficiente para explicar uma outra dimensão, até então não explorada, a dimensão literária.

Entre os anos de 1937 e 1938, tempo e espaço foram trazidos para o campo dos estudos literários por Mikhail Bakhtin, no texto *Formas de tempo e de Cronotopo no Romance – ensaios da poética histórica*. Nesse texto, Bakhtin toma-o emprestado da teoria da relatividade de Einstein para, no espectro do texto literário, “metaforizar” esse conceito.

A relação indissociável entre o tempo e o espaço é evocada por Bakhtin nos estudos literários, sob os conceitos de Exotopia e Cronotopo. O primeiro refere-se à atividade criadora em geral, relacionada ao espaço que o autor tem do seu objeto de estudo, uma espécie de olhar exterior necessário para

vê-lo com profundidade. Já o segundo conceito especializa-se em tratar com maior equilíbrio, entre as dimensões de espaço e tempo, o texto literário (AMORIM, 2012).

Os textos literários expressam essa relação espaço-tempo de forma proeminente ; a construção desses textos revela a influência das representações de mundo da época em que foram produzidos, e são os cronotopos essa relação entre o mundo real e o mundo representado, criado pelos autores como forma de moldar o mundo. Os cronotopos em literatura são uma categoria de forma e de conteúdo que realizam a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto (AMORIM, 2012).

No campo literário, o poema é um gênero que expressa o espaço e o tempo de maneira relevante. Para Freitas (2016, p. 51), o eu lírico no poema “mantém relação com o mundo e com os objetos e, a partir dela, cria espaços, não apenas os ocupa. O espaço – as cidades, vilas, ambientes naturais, etc. – quando amplificado além de sua materialidade, abre possibilidades de descobertas”, o espaço no poema é materializado por sua relação com os objetos que constroem a tessitura poética. Ainda, o tempo na poesia é resultado da relação do eu lírico com o espaço, onde ele constrói o presente, o passado e o futuro, que se materializam no desenvolvimento do poema, como uma espécie de controle pelo acaso, um tempo abstrato que também corresponde a um espaço abstrato que é mensurado pela proximidade e distância.

Transportando o Cronotopo para o poema, busca-se identificar e analisar com esse estudo a presença de cronotopos na obra *Auto do Frade* autoria do poeta engenheiro João Cabral de Melo Neto. Originalmente publicado em 1984, a obra trata sobre o dia da morte de Joaquim do Amor Divino Rabelo, o Frei Caneca, religioso e político pernambucano, principal líder da Revolução Pernambucana de 1817. Nesta obra também se mobiliza o gênero literário « auto », que faz parte do gênero dramático.

Para o desenvolvimento deste estudo, os procedimentos metodológicos instituídos foram concebidos em uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo documental, valendo-se da interpretação, com base na teoria bakhtiniana, para análise efetiva dos cronotopos presentes no *corpus*. Desse *corpus*, foram selecionados alguns excertos do poema dramático que melhor detalham a relação espaço-tempo sob o viés do Cronotopo bakhtiniano. A seleção se deu pela identificação de elementos textuais que apresentaram indícios de cronotopo.

Compreender o espaço e o tempo nos estudos de Bakhtin é condição *sine qua non* para satisfazer o objetivo deste estudo. Cronotopo em Bakhtin, assim

como outros conceitos do teórico russo, não possuem uma teoria fundamentada, que apresenta larga explicação. Todavia, cabe-nos rememorar esses construtos teóricos espalhados por toda a obra bakhtiniana, para tratar da dualidade espaço-tempo no campo da literatura.

1 O TEMPO E O ESPAÇO EM BAKHTIN

Em primeira análise, o tempo e o espaço na concepção de Bakhtin são dois conceitos insubstituíveis criados pelo autor para tratar dessa relação no campo do texto literário, como também da atividade criadora em geral, como a atividade estética e da pesquisa em ciências humanas. Para tanto, o pensamento bakhtiniano estabelece dois modos possíveis de pensar essa relação, nomeada de Exotopia e Cronotopo.

Exotopia é um conceito que aparece nos escritos de Bakhtin nos textos: “Para uma filosofia do ato” e “O autor e o herói”, ideia concebida a partir de 1919, tomando forma entre 1922 e 1924 (AMORIM, 2012, p. 96). Esse termo se situa no âmbito da criação estética e de pesquisa como um estabelecimento de uma posição pelo pesquisador/artista para análise de um objeto específico.

No texto literário, sob a visão do enunciado, Exotopia significa situar-se em um lugar exterior e realizar um movimento duplo de diferença e tensão entre dois olhares — o do pesquisador e o do objeto/pesquisado — pelo qual o primeiro busca captar, a partir de uma visão inicial, os sentidos que o segundo, o objeto pesquisado, transmite. É um conceito relacionado ao espaço, à posição do pesquisador que permite dar acabamento ao seu objeto pesquisado, permite conhecer e visualizar sentidos que o objeto/pesquisado não teria consciência sem essa relação.

O Cronotopo constitui-se enquanto um conceito que compreende o equilíbrio entre espaço-tempo. A definição de Bakhtin contribuirá para um entendimento melhor do tema, quando afirma que:

Nós daremos o nome de cronotopo (literalmente, "espaço-tempo") para a ligação intrínseca das relações temporais e espaciais que são artisticamente expressas na literatura. Este termo (tempo-espaço) é empregado em matemática, e foi introduzido como parte da Teoria da Relatividade de Einstein. O significado especial que ela tem na teoria da relatividade não é importante para nossos propósitos, estamos tomando o emprestado para a crítica literária

quase como uma metáfora (quase, mas não totalmente). O que conta para nós é o fato de que ele expressa a inseparabilidade do espaço e do tempo (tempo como a quarta dimensão do espaço), (BAKHTIN, 1998, p. 58).

No escopo do pensamento de Bakhtin, essa inseparabilidade do espaço e do tempo deve privilegiar principalmente o tempo, em razão que, para o autor, o tempo é o principal condutor dessa relação, por consequência, o espaço é relegado a uma condição de segundo plano nesta relação dual (BAKHTIN, 2011, p. 318). Essa valorização do tempo em detrimento do espaço é explicada pelo teórico russo no excerto abaixo:

Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico (BAKHTIN, 2011, p. 211).

O Cronotopo de Bakhtin expõe o tempo como elemento condutor do enredo e da história. Para Fiorin (2011, p. 53) o cronotopo determina a imagem do homem na literatura. Os cronotopos podem diferenciar autores, distinguir gêneros ou subgêneros, como os diferentes tipos de romance.

Essa associação de Cronotopo com os gêneros literários, os quais Bakhtin considera serem determinados pelos cronotopos. Segundo Holquist e Clark (2004, p. 293 *apud* BORGES FILHO, 2011, p. 56):

O gênero para Bakhtin é como um raio x de uma visão de mundo específica, uma cristalização dos conceitos peculiares a um dado tempo e a um dado estrato social em uma sociedade determinada. Um gênero, por conseguinte, encarna uma ideia historicamente específica do que significa ser humano.

Os cronotopos são, em relação ao gênero literário, uma ligação entre o mundo real e o mundo representado em um período determinado, que significa o indivíduo e o transforma. É uma espécie de metamorfose por que

a personagem passa, uma alteração de identidade que é possibilitada em meio a relação com o espaço e o tempo.

Por fim, o conceito de Cronotopo foi elaborado no contexto do gênero literário Romance, que Bakhtin classificou em três cronotopos diferentes, são eles: romance de aventuras e provocações, romance de aventura e de costumes, romance biográfico (FIORIN, 2011, p. 53). Esses cronotopos determinam o gênero literário quando o fazem relacionados à realidade, distintas épocas e espaços se refletem em obras artísticas ou literárias, uma espécie de idiosincrasia específica de cada autor, o que permitiu classificar as obras por cronotopos.

Ao representar o homem vivendo situações, o cronotopo torna-se o centro organizador dos principais acontecimentos temáticos do romance. Dessa forma que o enredo se constrói. As ações nunca são imagens vazias, mas encarnam a dimensão do tempo e do lugar em que acontecem (BAKHTIN, 1998, p. 355 *apud* BORGES FILHO, 2011). São as imagens transmitidas pela poética de João Cabral de Melo Neto em *Auto do Frade*, e constituídas em cronotopos na visão bakhtiniana que interessam a este estudo.

2 OS CRONOTOPOS PRESENTES EM AUTO DO FRADE

A obra *Auto do Frade* foi originalmente publicada no ano de 1984, pelo escritor João Cabral de Melo Neto. Conta a história de vida do religioso e líder da Revolução Pernambucana de 1817, o constitucionalista, Joaquim do Amor Divino Rabelo, o Frei Caneca, que buscava a formação da república na época do Brasil colônia no século XVIII e que foi levado à execução e morte por fuzilamento em consequência de sua atuação política de viés separatista.

João Cabral divide seu poema em sete partes, que são elas: Na cela, Na porta da cadeia, Da cadeia à Igreja do Terço, No Adro do Terço, Da Igreja do Terço ao Forte, Na Praça do Forte e No Pátio do Carmo. Poema para vozes, assim João Cabral de Melo Neto denomina seu texto, tendo em vista que, aparecem inúmeras vozes da sociedade em geral que vai desde as autoridades jurídicas, eclesiásticas, políticas, militares e o povo representado pelas ruas de Recife (GARCIA, 2012, p. 31).

Os versos cabralinos expressam uma estética muito específica em relação ao espaço-tempo. O poeta converge para o entrecruzamento de espaço-tempo visível com o nomear dos títulos de sua poesia, localizando o enredo em um espaço definido e adiantando uma possível compreensão do que poderia acontecer. Em Bakhtin (1998) a noção de Cronotopo como a ligação intrínseca das relações temporais e espaciais revela, nos poemas, características unívocas ligadas a morte, em todas as suas instâncias: corporal, social, política e religiosa.

Seguindo o trajeto do estudo, apresentam-se as principais características dos poemas de João Cabral de Melo Neto que revelam a relação inseparável entre espaço-tempo. O poema de abertura da obra cabralina denomina-se “Na Cela”. Abaixo reproduzimos o texto destacando graficamente em itálico os elementos que subsidiam a ideia de cronotopo e na sequência a análise:

NA CELA

O PROVINCIAL E O CARCEREIRO:

- *Dorme.*
- Dorme como se não fosse com ele.
- Dorme como uma criança dorme.
- Dorme como em *pouco*, morto, vai dormir.
- Ignora todo esse *circo* lá embaixo.
- Não é circo. É a lei que monta o espetáculo.
- Dorme. No mais fundo do *poço* onde se dorme.
- Já terá tempo de dormir: a morte inteira.
- Não se dorme na morte. Não é sono.
- Não é sono. E não *terá*, como agora, quem o acorde.
- Que durma ainda. Não tem *hora marcada* (MELO NETO, 1994, p. 8, grifo nosso).

Esse poema prólogo ratifica a concepção de Cronotopo como pensada por Bakhtin, a partir do título “Na Cela” já posiciona a personagem – Frei Caneca – em um local de confronto entre o real e o ilusório. Seguindo, o autor utilizará o termo “Dorme” como metáfora para a morte, narrando o fato de que, ao dormir, o Frei Caneca não se preocupava com o que o esperava. Esse termo expressa o tempo futuro de um “vir a acontecer” da morte esperada da personagem, da sua talvez falsa ilusão quanto ao que poderia ocorrer. O termo “Circo” anuncia outro aspecto do espaço na história, como uma espécie de espetáculo armado fora da prisão, onde estava montada uma força à espera do Frei Caneca. Os termos “Terá” e “Hora

marcada” remetem ao tempo cronológico instável, cuja referência está na espera e certeza dos Outros pela morte.

DA CADEIA À IGREJA DO TERÇO A GENTE NAS CALÇADAS:

- Não se parece a este o cortejo
de alguém *a caminho* da forca.
- Parece mais bem procissão,
Governador que vem de fora.
- Que *gente que veio na frente*,
bandeira, padres, gente de opa?
- São os irmãos da Santa Casa,
que se diz da Misericórdia.
- Quem são *os que passam depois*
de roupas sinistras mas várias?
- São os escrivães, mais os meirinhos:
não abrem mão de suas toucas.
- Outros conheço de uniforme,
são da milícia e são da tropa.
- Para que trazer tanta força
contra um frade doente e sem forças? (MELO NETO,
1994, p. 15, grifo nosso).

No trecho reproduzido acima, o ‘tempo’ em *Auto do Frade*, demonstra a condução da história, determinando a imagem da personagem com as mudanças que ocorrem na narrativa poética, diferente do primeiro fragmento analisado onde podemos identificar o cronotopo da expectativa pela morte. No trecho acima do poema “Da cadeia à igreja do terço”, subintitulado de “A gente nas calçadas”, representam-se o espaço e o elemento *poema das vozes* que o próprio autor denominou para seu texto. Frei Caneca desfila nas ruas da cidade de Recife rodeado de um povo interessado e surpreendido com o fim do frade.

Melo Neto (1994) entrecruza novamente o espaço-tempo quando faz uso dos termos “a caminho”, “gente que veio na frente” e “os que passam depois”. Esses termos convergem para envolver na história outra personagem, como a forca na qual o Frei Caneca estava condenado à morte. As expressões *frente* e *depois* exprimem, na cena poética, o tempo e espaço do trajeto a caminho da forca, em que se posicionaram outros personagens de relevância para o enredo, como “bandeiras, padres” e os que passam depois,

os algozes de Frei Caneca representados pelos escrivães, meirinhos (oficial de justiça), milicianos e integrantes da tropa militar.

Por fim, o último poema da obra cabralina que selecionamos chama-se “Pátio do Carmo”. Seguem os trechos que retratam e estabelecem a estética do cronotopo ‘morte’ na obra “Auto do Frade”.

NO PÁTIO DO CARMO

Um grupo no pátio:

- Fora de Portas, no santuário,
rezou todo o dia o Caneca.
- Acendeu a todos os santos,
de todos renovou as velas.
- A vizinhança o acompanhava
na casa que virou capela.

Mesmo grupo no pátio:

- Nem se lembrou da oficina
- de tanoeiro, ao lado dela.
- A vista de nada serviu,
lado do sul, nenhum navio.
- Mas o ouvido, lado do Forte,
acusou o estalo de tiros.
- Não entendeu logo o que era:
é surda a força e seus ruídos.
- Enfim entendeu: fora a bala
que dera cabo de seu filho (MELO NETO, 1994, p.58,
grifo nosso).

Os fragmentos expostos acima legitimam a concepção bakhtiniana de Cronotopo como relação inseparável de espaço-tempo. A poesia de João Cabral de Melo Neto expandiu o tempo por meio da morte como expressão do fim de uma personagem cuja história representava as vozes de um povo cansado de ser subserviente aos desejos da Corte Portuguesa e buscava libertar-se dessa exploração, por meio da conquista da independência do Brasil em relação a Portugal.

O cronotopo, com a temática da morte como analisado, demonstra as diversas associações que o autor faz para tratar desse tema. Descreve dramaticamente um real acontecimento na história brasileira e atravessa esse

acontecimento com movimentos ilusórios de um tempo não cronológico, um tempo fluido que coloca em suspenso uma espécie de medo e simultaneamente uma resistência ao fim, demonstrado pela personagem Frei Caneca, o tempo conduz a história determinando o homem na literatura (FIORIN, 2011).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O espaço-tempo em *Auto do Frade* é entrecruzado pela temática da morte e materializada na expressão artística de João Cabral de Melo Neto, onde o espaço reflete os marcos do tempo à época do Brasil colônia, envolto de sentimentos de sofrimento e de revolta, relacionados a um ufanismo nacionalista de Frei Caneca, que se fizeram presentes nos poemas.

O lugar-tempo-pessoa é a “fórmula” do cronotopo morte, identificado na obra *Auto do Frade*. O lugar representado pelos espaços que delimitam e conduzem a poética cabralina são demonstrados nos versos que, por sua vez, relacionam-se com o tempo e com a (as) pessoa (as), legitimando a fala bakhtiniana de que o tempo condensa-se, comprime-se, tornando-se artisticamente visível, e o espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história.

Buscou-se tratar neste estudo do conceito de cronotopo e sua associação com uma obra poética que tem na história um enredo dramático do Frei Caneca. Por fim, cabe considerar que o desenrolar da poética de João Cabral de Melo Neto, em *Auto do Frade*, possui uma profunda associação com o conceito de Cronotopo em Bakhtin, o espaço e tempo são determinantes para compreender o martírio do líder pela república, Frei Caneca.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. P. C. O cronotopo da sala de aula e os gêneros discursivos. **Signótica**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2012.

AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth. (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 95-114.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. São Paulo: Unesp, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BORGES FILHO, O. Bakhtin e o Cronotopo: uma análise crítica. **InterteXto**, Uberaba, UFTM, v.4, n.2, p.50-67. jul./dez., 2011.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

FREITAS, O. B. Lirismo, espaço e tempo na poesia de Fernando Pinto do Amaral e Milton Torres: fronteiras indissociadas. **Estação Literária**, v. 15, p. 61-75, 2016.

GARCIA, M. C. Análise do poema Auto do Frade de João Cabral de Melo Neto. **Recanto das Letras**, [s.n.], [s.l.], 2012. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/3916110>. Acesso em: 03 maio 2019.

HAWKING, S.; MLODINOW, L. **Uma nova história do tempo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

HOLQUIST, M; CLARK, K. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MELO NETO, J. C. de. **Auto do Frade**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 1994.

Flexão verbal e déficit sintático na Doença de Alzheimer: dados de produção semiespontânea

Natalia do Prado Martins¹
Adriana Leitão Martins²
Jean Carlos da Silva Gomes³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o entendimento dos déficits sintáticos que pacientes com Doença de Alzheimer (DA) podem apresentar. Mais especificamente, investiga-se um possível comprometimento com traços referentes às categorias funcionais de tempo, aspecto e modo expressos na flexão verbal. Para tanto, realiza-se um estudo de caso por meio da análise de fala semiespontânea de uma paciente com DA falante nativa do português brasileiro. Os resultados indicam que a paciente apresenta alterações apenas na expressão linguística da categoria de tempo. Discutiu-se que os resultados constituem evidência de dissociação do sintagma de tempo frente a outros sintagmas flexionais na representação sintática da sentença.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Alzheimer; Déficit sintático; Flexão verbal; Representação sintática.

¹ Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: nataliadoprado@letras.ufrj.br

² Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the understanding of syntactic deficits that Alzheimer's Disease (AD) patients may present. More specifically, a possible impairment with features related to the functional categories of tense, aspect and mood expressed in the verbal inflection is investigated. Therefore, a case study consisting of an analysis of semi-spontaneous speech of an AD patient, Brazilian Portuguese native speaker, is carried out. The results indicate that the patient only presents disorders in the linguistic expression of the tense category. We argued that the results constitute evidence for the dissociation of the tense phrase from other inflectional phrases in the syntactic representation of the sentence

KEYWORDS: Alzheimer's Disease; Syntactic deficit; Verbal inflection; Syntactic representation

INTRODUÇÃO

O presente trabalho ancora-se no arcabouço teórico gerativista, no qual a linguagem é compreendida como uma capacidade inata do ser humano (cf. CHOMSKY, 1957). Adota-se, portanto, o pressuposto denominado modularidade da mente, em que se concebe a mente como composta por módulos cognitivos autônomos computacionalmente (cf. FODOR, 1983).

Com base em tal definição, entende-se que existe um módulo responsável pela cognição linguística em que estão representados conhecimentos de diversas naturezas, dentre eles, o sintático (cf. CHOMSKY, 1995). Dentre as informações sintáticas que compõem o conhecimento linguístico dos sujeitos, encontram-se as relacionadas à flexão verbal. Neste estudo, mais especificamente, interessam-nos as que dizem respeito a tempo, aspecto e modo.

Estudos sobre a expressão linguística de pacientes acometidos por patologias que afetam a linguagem indicam que a realização linguística de informações relativas à flexão verbal pode encontrar-se prejudicada. Investigações como as de Martins (2010), Fyndanis et al. (2012) e Gomes, Martins e Rodrigues (2021), que incidem especificamente sobre dados de pacientes diagnosticados como portadores da Doença de Alzheimer, demonstram que tempo e aspecto podem estar afetados na expressão linguística desses sujeitos.

Diante disso, o presente trabalho busca, de maneira geral, contribuir para o entendimento dos déficits sintáticos observados na Doença de Alzheimer (doravante DA). Mais especificamente, pretende-se investigar os déficits sintáticos de flexão verbal que podem ocorrer na produção de pacientes portadores da DA falantes nativos do português brasileiro (doravante PB). Tomando como base as afirmações dos autores mencionados no parágrafo anterior, neste estudo, parte-se da hipótese de que a expressão linguística da flexão verbal encontra-se alterada em pacientes portadores da DA falantes nativos do PB.

1 CATEGORIAS FUNCIONAIS NA FLEXÃO VERBAL EM PORTUGUÊS

Segundo Cowper (2003), a flexão verbal inclui noções de tempo, aspecto, modo e concordância, que podem ser consideradas pertencentes a um complexo flexional do verbo formado por traços. No que diz respeito aos traços de flexão verbal realizados linguisticamente no português, consideramos aqueles de tempo, aspecto e modo⁴.

A categoria linguística de tempo é definida como a que pode situar os acontecimentos do tempo físico do mundo no tempo linguístico (cf. COMRIE, 1985). Neste trabalho, investigam-se, especificamente, as noções relacionadas aos tempos absolutos, ou seja, presente, passado e futuro, como ilustrado, respectivamente, nos exemplos em (1).

(1) Maria come/comeu/vai comer(comerá).

A categoria linguística de aspecto pode ser definida como aquela que diz respeito à composição temporal interna de uma situação (cf. COMRIE, 1976). O aspecto gramatical, expresso por exemplo pela morfologia verbal, pode ser dividido em perfectivo, como em (2), relacionado à visualização da situação como um bloco fechado sem distinção entre as fases que a compõem, e imperfectivo, como em (3), relacionado à visualização da situação com destaque em, pelo menos, uma de suas fases internas.

(2) Maria correu.

(3) Maria corria.

⁴ A concordância, também expressa na flexão verbal do português, diferentemente das categorias de tempo, aspecto e modo, não projeta um sintagma na camada funcional da árvore sintática (CHOMSKY, 1995). Em função disso, optamos por não focalizar a concordância neste estudo.

Além desses aspectos básicos, há também o perfect, que, quando associado ao presente, diz respeito a uma situação que começou no passado e persiste até o presente (perfect universal), como em (4), ou a uma situação que ocorreu no passado e possui seus efeitos relevantes no presente (perfect existencial), como em (5). Vale destacar que o perfect coaduna-se aos dois aspectos básicos, de modo que, quando há veiculação de perfect universal, observa-se também a expressão do imperfectivo, enquanto, quando há veiculação de perfect existencial, observa-se também a expressão do perfectivo.

(4) Maria tem corrido.

(5) Maria já correu.

No que diz respeito à categoria linguística de modo, observa-se uma relação com duas interpretações eventuais: realidade e irreabilidade (cf. SILVA, 2013). O modo indicativo, observado no exemplo em (6), pode ser classificado como o da realidade, pois apresenta a situação verbal como uma ocorrência, o modo subjuntivo, observado no exemplo em (7), como o da irreabilidade, pois apresenta uma situação possível, mas incerta, e o modo imperativo, observado no exemplo em (8), como o da fala diretiva que exprime uma ordem, pedido, sugestão ou conselho. No PB, o modo pode ser codificado na morfologia verbal.

(6) Maria faz balé.

(7) Espero que Maria faça balé.

(8) Faz/Faça balé.

2 O DÉFICIT LINGUÍSTICO NA DOENÇA DE ALZHEIMER

A Doença de Alzheimer é uma patologia neurodegenerativa progressiva e irreversível que acarreta, dentre múltiplos distúrbios cognitivos, a perda da memória e de algumas habilidades motoras, podendo gerar também um comprometimento linguístico. Estudos evidenciam que o déficit linguístico nessa patologia pode afetar diversos níveis da linguagem. No que diz respeito ao comprometimento sintático relacionado à flexão verbal, estudos realizados por Martins (2010), Fyndanis et al. (2012) e Gomes, Martins e Rodrigues (2021) evidenciam que pacientes com DA podem apresentar um comprometimento com as categorias linguísticas de tempo e aspecto. Em Martins (2010), por exemplo, tais problemas foram evidenciados em teste de

juízo de gramaticalidade, na aceitação de sentenças como “Atualmente Rogério podava árvores” e “Antigamente Luiz pintou uma geladeira”, que indicam, respectivamente, problemas com tempo e aspecto, e em teste de preenchimento de lacuna, na produção de sentença como “Antes Ana está preparando um sanduíche”, que revela um problema com tempo.

Como sugerido no parágrafo anterior, Martins (2010) investigou o comprometimento linguístico de tempo e aspecto em portadores da DA falantes nativos do PB a partir de dados experimentais e de fala espontânea. Em seus resultados, ressaltou que os pacientes apresentaram mais problemas com tempo passado do que com presente e apresentaram mais problemas com o aspecto imperfectivo habitual do que com o imperfectivo contínuo e o perfectivo.

Fyndanis et al. (2012) investigaram as categorias de tempo, aspecto e concordância em portadores da DA falantes nativos de grego a partir de dados experimentais. Seus resultados indicaram que os pacientes com DA apresentaram um desempenho inferior ao grupo controle em relação às categorias analisadas e que as três categorias se encontravam prejudicadas, sendo a categoria de aspecto a mais comprometida. Além disso, o aspecto imperfectivo parecia estar mais prejudicado do que o perfectivo.

Gomes, Martins e Rodrigues (2021) realizaram um estudo para investigar a representação sintática do aspecto perfect e verificar se haveria um comprometimento na expressão linguística desse aspecto associado ao tempo presente em um paciente com DA falante nativo do PB a partir de dados experimentais e de fala espontânea. Em seus resultados, observaram que o paciente apresentava um comprometimento que incidia sobre todos os subtipos do aspecto perfect e também sobre o tempo presente e o aspecto imperfectivo.

Vale destacar que não foram encontrados estudos que evidenciem um comprometimento com a categoria linguística de modo em pacientes com DA.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, definido como aquele em que os dados dos participantes são analisados individualmente. Para tanto, foi selecionada uma paciente do sexo feminino diagnosticada como portadora de DA cerca de cinco anos antes de sua inclusão nesta pesquisa. A paciente, no momento da coleta de dados, possuía 88 anos de

idade e cerca de quatro anos de escolaridade, correspondente ao ensino fundamental incompleto.⁵

Neste trabalho, utilizamos os dados obtidos através de duas gravações de fala espontânea extraídas de uma entrevista realizada na casa da paciente no dia 31 de julho de 2021. Os áudios foram gravados através de um gravador de aparelho telefônico por uma pesquisadora integrante do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq Biologia da Linguagem (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5381496730312976). O tempo total dos dois áudios somados era de 40 minutos e 41 segundos.

No decorrer da entrevista, foram feitas perguntas que eliciavam a produção linguística da paciente com o objetivo de fazer com que ela lembrasse alguns momentos marcantes e produzisse uma fala natural e espontânea. Após a gravação, foi feita a transcrição de toda a entrevista a fim de se analisar a expressão linguística de tempo, aspecto e modo na flexão verbal tanto em contextos de gramaticalidade quanto em contextos em que fosse observada alguma agramaticalidade decorrente de uma alteração com as categorias investigadas.

4 RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se tanto as realizações gramaticais quanto as agramaticais observadas na fala da paciente. No que diz respeito à categoria linguística de tempo, observamos que a paciente realizou o tempo passado através das morfologias de pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo, como observado em (9); tempo presente através das morfologias de presente simples e de perífrases progressivas com auxiliar no presente, conforme o exemplo em (10); e tempo futuro através das morfologias de futuro perifrástico, futuro do subjuntivo e pretérito imperfeito com valor de futuro do pretérito, como podemos observar no exemplo em (11).

(9) “Eu não fazia nada demais.” / “Trabalhei no Manga Brasil.” / “Não falava vermelho nem que a vaca tossisse.”

(10) “Eu acho que foi oito ano.” / “Eu tô esquecendo tudo.”

⁵ Gomes, Martins e Rodrigues (2021) aplicaram testes de funcionalidade e testes de rastreamento cognitivo a essa mesma paciente no ano de 2019, ou seja, dois anos antes de sua inclusão neste estudo. Esses autores indicaram que a paciente apresentava comprometimento cognitivo geral e também específico com noções relativas ao conceito de tempo. Além disso, os autores apontaram que os sujeitos que convivem com a paciente ressaltam um declínio funcional avançado e dificuldades em sua comunicação de modo geral.

(11) “Tira o celular daí que ele vai subir.” / “Enquanto tiver ônibus, eu vou de ônibus.” / Pesquisadora: “Quê que a senhora faria se a mala da senhora não chegasse?” Paciente: “Indenizava a a a firma né (...)”

É importante ressaltar que a paciente também respondeu questões com o uso de morfologias temporais não esperadas para o contexto conversacional, como se pode observar nos exemplos em (12) e (13), em que a paciente utilizou formas verbais no presente em resposta a perguntas no passado.

(12) Pesquisadora: “Como era quando a senhora trabalhava na PUC?” / Paciente: “É muito bom.”

(13) Pesquisadora: “Lembra quando a senhora levava a sua neta para natação?” / Paciente: “(...) lembro né ...” / Paciente: “(...) me leva perto” / Pesquisadora: “Oi?” / Paciente: “Era perto da tua casa.”

Além disso, observa-se outro problema possivelmente relacionado a tempo verbal no exemplo em (14), uma vez que há omissão do auxiliar na locução verbal⁶.

(14) Pesquisadora: “Eu conheci uma senhora, 87 anos. Tava indo de Recife pro Rio de Janeiro, pra pro casamento da neta (...)” / Paciente: “(...) é de feliz.” / Pesquisadora: “Por quê?” / Paciente: “Viajado (...)”

Também observamos, através do exemplo em (15), que a paciente apresentou problemas para expressar o futuro do pretérito, pois, no contexto em questão, o verbo deveria estar flexionado nesse tempo, porém, observa-se uma dificuldade no emprego da flexão verbal em “fazer”.

(15) Pesquisadora: “Então a senhora faria a mesma coisa?” / Paciente: “Fazer ...”

No que diz respeito à categoria linguística de aspecto, observamos que a paciente realizou o aspecto perfectivo em sentenças gramaticais por meio do pretérito perfeito do indicativo, como no exemplo em (16); aspecto imperfectivo por meio das morfologias de pretérito imperfeito do indicativo, presente simples, perífrases progressivas, futuro perifrástico e pretérito imperfeito do subjuntivo, como em (17); aspecto perfect universal (PU) por

⁶ Neste caso especificamente, a motivação para a omissão do auxiliar pode ainda ter sido algum comprometimento com aspecto e modo, também codificados no auxiliar.

meio do presente simples combinado com um advérbio de perfect, como em (18); aspecto perfect existencial (PE) por meio do pretérito perfeito combinado com um advérbio de perfect, como em (19). Vale destacar que, em todas as realizações do perfect, havia apenas associação desse aspecto com o tempo presente.

(16) “Trabalhei no Manga Brasil.”

(17) “Vendia salgado.” / “Não lembro.” / “Não tô sentindo paladar não.” / “Quem que vai casar com ele?” / “Não falava vermelho nem que a vaca tossisse.”

(18) “Ainda funciona aquilo lá?”

(19) “Não, já bebi essa aí.”

No que diz respeito à categoria linguística de modo, a paciente realizou o modo indicativo por meio das morfologias de presente simples, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, futuro perifrástico e perífrases progressivas, como em (20). Ainda, observa-se a expressão do modo subjuntivo na morfologia de futuro do subjuntivo e de pretérito imperfeito do subjuntivo, como em (21).

(20) “Não entro naquele bicho não...” / “Quem botou essa mesa aqui?” / “Eu falava pra ele...” / “Eu vou dar um “ximeio”, vermelho...” / “(...) ele tá querendo subir no sofá.”

(21) “Enquanto tiver ônibus eu vou de ônibus.” / “Não falava vermelho nem que a vaca tossisse.”

A paciente também expressou imperativo afirmativo, exemplificado em (22), mas não houve a utilização da forma imperativa negativa em sua fala.⁷ Tal acontecimento pode estar ligado ao contexto e às situações as quais ela foi exposta ao longo da entrevista.

(22) “Tira seu celular daí.”

⁷ Como ilustra o exemplo em (8) na seção 1, consideram-se como variantes na realização do imperativo afirmativo no PB as formas “tira” e “tire”.

5 DISCUSSÃO

De maneira geral, as produções verbais da paciente parecem revelar uma certa tendência de escolha de morfologias disponíveis no PB por falantes adultos saudáveis.⁸ Logo, a não verificação de determinadas morfologias na amostra pode ter sido decorrente do recorte de fala analisado e/ou do contexto conversacional investigado.

Ainda assim, a paciente parece apresentar um discurso com determinados problemas linguísticos de natureza sintática relacionados à flexão verbal. Mais especificamente, a paciente apresenta um comprometimento na realização da categoria linguística de tempo, estando preservada a produção das demais categorias linguísticas investigadas, conforme evidências apresentadas na seção anterior.

Sendo assim, a hipótese levantada no início do trabalho de que “a expressão linguística de flexão verbal encontra-se alterada em pacientes diagnosticados como portadores da Doença de Alzheimer, falantes nativos do português brasileiro” não foi refutada, pois foram encontradas alterações dessa natureza na realização linguística de tempo no decorrer da análise dos dados de fala semiespontânea da paciente.

Levando em consideração que há evidências na literatura de que pacientes com DA manifestam um déficit com aspecto e que a paciente em questão apresenta um declínio cognitivo considerável, era esperada a observação de um comprometimento com essa categoria. A não constatação de um prejuízo na expressão linguística de aspecto pela paciente suscita duas interpretações possíveis. Por um lado, é possível que o déficit seja seletivo mesmo em pacientes com declínio linguístico e cognitivo moderado e varie entre diferentes pacientes em função de seus processos neurodegenerativos particulares, de modo que somente a categoria de tempo estaria comprometida na paciente deste estudo. Por outro, é possível que a não manifestação de um déficit na produção linguística de aspecto pela paciente seja decorrente do fato de os dados de produção semiespontânea poderem camuflar possíveis distúrbios identificados em situações experimentais (MARTINS, 2010; WILSON et al., 2010).

No que diz respeito a modo, reitera-se que os dados da paciente não revelam comprometimento dessa categoria linguística. Esse fato pode explicar a ausência de literatura na DA sobre esse fenômeno linguístico. Em

⁸ Restringe-se tal comparação a falantes adultos saudáveis até a faixa de 60 anos de idade, tendo em vista evidências de estudos como os de Gomes, Martins e Rodrigues (no prelo), em que se discute que indivíduos idosos saudáveis – portanto, acima de 60 anos de idade – podem apresentar alterações na expressão de tempo e aspecto.

outras palavras, tal ausência legitima a interpretação de que pacientes com DA não apresentem um déficit que atinja a categoria de modo.

Este trabalho vai na direção dos resultados encontrados em outras investigações sobre pacientes diagnosticados com DA que também revelam déficits sintáticos com a categoria de tempo, como as de Martins (2010) e Gomes, Martins e Rodrigues (2021) sobre pacientes falantes nativos do PB e de Fyndanis et al. (2012) sobre pacientes falantes nativos do grego.

Por fim, pode-se dizer que há uma contribuição deste trabalho para a teoria linguística. Estudos linguísticos indicam uma dissociação sintática entre os traços disponíveis na flexão verbal (cf. POLLOCK, 1989; BRAGA, 2004; GOMES; MARTINS; RODRIGUES, 2021). Este estudo oferece evidências para uma dissociação do traço de tempo em relação aos demais, tendo em vista que os resultados indicam um comprometimento que incide especificamente sobre a categoria temporal. Logo, esta pesquisa apresenta evidências a favor da dissociação do sintagma de tempo (TP) de outros sintagmas flexionais na representação sintática da sentença.

Ainda, de acordo com Friedmann e Grodzinsky (1997), em uma hipótese que ficou conhecida na literatura como “Hipótese da Poda da Árvore”, os sintagmas afetados na gramática mental de sujeitos com comprometimento essencialmente no módulo da linguagem encontram-se alocados mais acima na representação sintática da sentença. Levando em consideração que a paciente investigada neste estudo parece apresentar um comprometimento com tempo, pode-se supor que TP domine os demais sintagmas flexionais em tal representação. Em outras palavras, tendo em vista que apenas TP foi afetado, este deve ocupar posições mais altas na camada flexional da representação sintática, tal como proposto por Friedmann e Grodzinsky (1997) e sustentado por Gomes, Martins e Rodrigues (2021) a partir de um estudo com pacientes com DA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tinha por objetivo investigar os déficits sintáticos relacionados à flexão verbal que podem ocorrer na produção de pacientes diagnosticados como portadores da DA a partir de uma análise de fala semiespontânea de uma paciente diagnosticada com DA falante nativa do português brasileiro. Os dados indicaram um déficit seletivo com a categoria de tempo, sugerindo a dissociação dessa categoria funcional de outras de caráter flexional. Como passos futuros da pesquisa, pretende-se ampliar a quantidade de pacientes com DA investigados, averiguar os comprometimentos observados por meio

de metodologia experimental, como testes de produção (por exemplo, preenchimento de lacuna) e de compreensão (por exemplo, de relacionamento figura-sentença), e investigar o déficit em outros conhecimentos de natureza sintática, como concordância verbal e nominal.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M. **O traço aspectual no agramatismo: reformulando a hipótese da poda da árvore**. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957. 120 p.

CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995. 408 p.

COMRIE, B. **Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1976. 156 p.

COMRIE, B. **Tense**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1985. 152 p.

COWPER, E. **Tense, Mood and Aspect: A Feature-Geometric Approach**. 2003. 31p.

FODOR, J. **The modularity of mind**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1983. 158 p.

FRIEDMANN, N.; GRODZINSKY, Y. Tense and agreement in agrammatic production: Pruning the syntactic tree. **Brain and Language**, v. 56, p. 397-425, 1997.

FYNDANIS, V.; MANOUILIDOU, C.; KOUFOU, E.; KARAMPEKIOS, S.; TSAPAKIS, E. M. Agrammatic patterns in Alzheimer's disease: Evidence from tense, agreement, and aspect. **Aphasiology**, v. 27, n. 2, p. 178-200, 2012.

GOMES, J.; MARTINS, A.; RODRIGUES, F. The linguistic impairment of the perfect aspect in Alzheimer's disease and logopenic primary progressive aphasia. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 4, p. 1-22, 2021.

GOMES, J.; MARTINS, A.; RODRIGUES, F. **LINGUÍSTICO DE TEMPO E ASPECTO NO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PRELIMINARES.** (no prelo).

MARTINS, A. **A desintegração de tempo na demência do tipo Alzheimer.** 2010. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio De Janeiro, 2010.

POLLOCK, J. **Verb movement, universal grammar and the structure of IP.** *Linguistic Inquiry*, v. 20, p. 365-424, 1989.

SILVA, A. A definição do condicional como modo ou tempo verbal: uma análise das Propostas de gramáticas escolares de Português. **Moenia**, v. 19, p. 497-521, 2013.

WILSON, S.; HENRY, M.; BESBRIS, M.; OGAR, J.; DRONKERS, N.; JARROLD, W.; MILLER, B.; GORNO-TEMPINI, M. Connected speech production in three variants of primary progressive aphasia. **Brain and Language**, v. 133, n.1, p. 2069-2088, 2010.

Uma relação trans: História, Linguística e seus fazeres

Arthur Marques de Oliveira¹

RESUMO

Acompanhada da Filosofia e da Linguagem, a História é um dos principais campos do conhecimento que permite visualizar as mudanças do passado, compreender a configuração do presente e incitar possíveis desdobramentos sobre a evolução da sociedade do futuro; tudo isso também a partir de acontecimentos da linguagem humana. No entanto, assim como a Linguagem e a Filosofia, a História tem um conteúdo subjetivo, sendo composta de muitas possibilidades no que se refere à aproximação de/com outras áreas. Partindo disso, o objetivo deste texto é discutir algumas questões acerca do fazer da História em relação à Linguística. As questões que foram levantadas e que serão respondidas ao longo do trabalho são: i) Qual a relação entre História e Linguística?; ii) O que significa fazer História da Linguística (HL)?; iii) O que significa fazer História das Ideias Linguísticas (HIL)?; e iv) Qual a relação entre HL e HIL?.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística; História das Ideias Linguísticas; Linguagem

ABSTRACT

Along with Philosophy and Language, History is one of the main fields of knowledge that allows visualizing the changes of the past,

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG Letras) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), arthur_marques@outlook.com. Gostaria de agradecer a Juliana Marschal Ramos pela leitura atenta e Andrei Marcelo da Rosa pela indicação de bibliografia.

understanding the configuration of the present and inciting possible developments on the evolution of the society of the future; all this also from the events of human language. However, like Language and Philosophy, History has a subjective content, being composed of many possibilities regarding the approach of/with other areas. Based on this, the objective of this text is to discuss some questions about the making of History in relation to Linguistics. The questions that were raised and that will be answered throughout the work are: i) What is the relationship between History and Linguistics?; ii) What does it mean to do History of Linguistics (HL)?; iii) What does it mean to do History of Linguistic Ideas (HLI)?; and iv) What is the relationship between HL and HLI?.

KEYWORDS: Historiography of Linguistics; History of Linguistic Ideas; Language.

"A linguagem é bem outra coisa, ela não revela do mundo físico; ela não é nem do contínuo, nem do idêntico, mas bem ao contrário, do descontínuo e dissemelhante. É por isso que ela não se deixa dividir, mas decompor;"
(Émile Benveniste)

"História é, em seus fundamentos, a ciência da mudança. Sabe e ensina que é impossível encontrar dois eventos que são exatamente iguais, porque as condições das quais elas nascem nunca são idênticas."
(Marc Bloch)

PALAVRAS INICIAIS

Nas disciplinas de graduação e/ou pós-graduação dos cursos de Letras nas universidades do Brasil, são comumente feitas arguições acerca da importância de autores e suas ideias na história para o estabelecimento do campo que é intitulado de Estudos da Linguagem. Nesse sentido, o presente texto surgiu de alguns questionamentos feitos em uma disciplina de pós-graduação — afinal, fazer História das Ideias Linguísticas e fazer História da Linguística são movimentos e reflexões diferentes que podem (ou não) se aproximar. Com isso, este texto concentra-se em responder e levantar ideias com base nas seguintes perguntas: i) Qual a relação entre História e

Linguística?; ii) O que significa fazer História da Linguística (HL)?; iii) O que significa fazer História das Ideias Linguísticas (HIL)?; e iv) Qual a relação entre HL e HIL? Busca-se responder esses questionamentos através de autores como Ernst Frideryk Konrad Koerner (1996), Sylvain Auroux (1989, 1992, 2007) e da autora Eni Orlandi (2001), além de outros pertinentemente alocados na composição deste texto.

Tendo isso em mente, convidamos quem nos lê a percorrer uma trajetória que tem como ponto inicial uma contextualização sobre o ponto de vista que se adota no que tange à História, bem como seu entrelaçamento com a Linguística, respondendo, assim, a primeira questão. Em um segundo momento, busca-se definir o que fazem a HL e HIL, bem como a relação entre ambas. Por fim, busca-se mostrar quais são as diferenças entre HL e HIL, tendo como foco uma nova reflexão sobre esses termos.

1 HISTÓRIA E LINGUÍSTICA: UMA RELAÇÃO TRANS

Durante algum tempo, a Linguística esteve como mestra nas ciências humanas, difundindo e impondo seus modelos e sua teoria do signo. A história estava em posição secundária, não sendo vista como possível de ser ciência, definindo-se ainda por problemas apenas ideológicos. Entretanto, Mounin (1975, p. 15-16) já criticava esse uso como sendo de moda e dizia: "preferíamos que se utilizasse profunda mais solidamente a Linguística e que se precisassem bem as zonas em que ela se aplica" (apud PETRÓ, 2007, p. 27). Com o passar do tempo, a partir do século XIX até o presente momento, é sabido que muitas foram as transformações ocorridas na ciência, na tecnologia e no comportamento humano, bem como nos campos das ciências. E, pelo menos no último século, a História enquanto campo passou por diversas mudanças, como, por exemplo:

Alguns domínios surgem e desaparecem ao sabor das modas historiográficas – motivados por eventos sociais e políticos, ou mesmo por ditames editoriais e tendências de mercado. Outros surgem quando para eles se mostra preparada a sociedade na qual se insere a comunidade de historiadores [...]. (BARROS, 2004, p. 202)

Dito isso, podemos inferir que, de certa forma, em sentido amplo, a História estuda as ações dos seres humanos no decorrer do tempo e a

Linguística se ocupa da linguagem humana com base em observações e teorias. Embora seus objetos de estudo sejam diferentes, ambas podem se complementar a partir do ponto de vista de que sua aproximação revela que:

a História, hoje, mais que arrolar datas e fatos, procura discutir novos objetivos; atitudes perante a vida e a morte, crenças, comportamentos, religiões etc. e a Linguística que, grosso modo, estuda o meio essencial da comunicação humana, a linguagem. (FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 132)

Ainda nesse sentido, podemos afirmar que a relação entre História e Linguística leva a uma ampliação desses dois campos do conhecimento, com possíveis desdobramentos em subáreas — o que será discutido adiante —, como HL e HIL. Por enquanto, o que se pode dizer é que há um movimento circular nessa relação. Desse modo, cada um desses campos precisa um do outro em certa medida: a Linguística estuda a linguagem humana, seja ela verbal ou não verbal, e é via linguagem que há comunicação entre os seres humanos - comunicação essa que permite a criação de hábitos, crenças e formações culturais diferentes, que poderão ser passadas e perpetuadas pela História. Com isso, é possível estabelecer uma relação simbiótica entre os dois campos. E é esse entrelaçamento que resulta em um conhecimento com duas características: singular e transdisciplinar. No que se refere ao singular, é possível pensar como sendo histórico, pois:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 1992, p. 11-12)

Vale ressaltar que, por conhecimento transdisciplinar desse entrelaçamento, entende-se o que está ao mesmo tempo entre esses campos, através desses campos e além deles, tendo em mente que seu objetivo primordial é compreender o mundo presente e sua finalidade é alcançar a unidade do conhecimento. De acordo com Nicolescu, o termo transdisciplinaridade foi utilizado pela primeira vez por Piaget em uma conferência do congresso sobre interdisciplinaridade, realizado em 1970, na Universidade de Nice, França. Piaget, ao defini-lo, afirma que:

[...] à etapa das relações interdisciplinares, podemos esperar ver sucedê-la uma etapa superior que seria “transdisciplinar”, que não se contentaria em encontrar interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situaria essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteira estável entre essas disciplinas. (PIAGET, 1970, apud SOMMERMAN, 2012, p. 397)

Tendo adotado esse direcionamento epistemológico de natureza transdisciplinar, a Linguística acompanha essa nova maneira de produzir conhecimento, pois, quando o linguista, “face à situação de pesquisa em que se apresenta, e que tem a linguagem em sua base, olha para as disciplinas múltiplas que tem à sua volta e através delas vai além do âmbito de cada uma em particular” (CELANI, 1998, p. 120.).

Sendo assim, além de simbiótica, pode-se entender essa relação como transdisciplinar e muito produtiva também nas esferas teórica e prática, tanto dos estudos da História quanto nos de Linguagem, emergindo, assim, a necessidade investigativa de novos temas (cultura, tecnologia, saúde, por exemplo) e interseccionar novos campos (computação, psicologia, neurociência, entre outros). Portanto, acredita-se que os estudos a partir do século XXI estão cada vez mais inclinados a construir novos saberes e concepções, tendo em vista a transdisciplinaridade entre os campos.

Assim, origina-se uma nova concepção de Linguística e uma nova concepção de História, pautada em ações como o alargamento em relação à noção de sociedade, história, sujeito e cultura. Essa nova concepção vem saciar o desejo de se construir um conhecimento entre História e Linguística que esteja ao alcance de todas as esferas das atividades humanas e o imbricamento com outras áreas, em oposição a: i) uma Linguística "tradicional", que durante muito tempo manteve suas discussões encasteladas

na academia e ii) uma História "tradicional", que se baseia apenas em fontes documentais e na descrição de eventos.

2. FAZER(ES) DA(S) LINGUÍSTICA(S)

2.1. ANTOLOGIAS: LINGUÍSTICA HISTÓRICA, HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA E HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Tendo posto a relação entre Linguística e História e incitado novos possíveis caminhos acerca desse entrelaçamento, é chegada a hora de responder à segunda pergunta proposta neste squib, que pertinentemente também une esses dois campos: o que significa fazer Historiografia Linguística? Ao tentar responder essa pergunta, é provável deparar-se com investigações levadas a cabo pelos estudos de história e historiografia da Linguística, com um olhar capaz de apreender a historicidade dos conceitos e atitudes que dão forma aos saberes linguísticos.

Antes de passarmos à explicação sobre o campo da Historiografia Linguística, é preciso deixar claro que o termo supracitado não se mistura com Linguística Histórica e História da Linguística. Nesse viés, para melhor compreensão, definimos, de acordo com Silva (2008), a Linguística Histórica como o campo da Linguística que trata de interpretar mudanças (fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais) ao longo do tempo, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinado espaço.

Assim, enquanto a Linguística Histórica ocupa-se em estudar as mudanças de uma língua ou família de línguas ao longo do tempo histórico, a História da Linguística segundo Batista (2013), não constitui propriamente uma linha de pesquisa ou campo, com fundamentos e métodos específicos:

Em relação à denominação História da Linguística, considera-se que, antes de propostas orientadas teórica e metodologicamente para a interpretação dos desenvolvimentos históricos de estudos sobre a linguagem, diferentes linguistas e mesmo filólogos e gramáticos escreveram panoramas extensivos sobre os trabalhos que investigam, em diferentes recortes temporais, a linguagem. (BATISTA, 2013, p. 19)

Dito isso, podemos adentrar o campo da Historiografia Linguística. Swiggers (2010) reflete sobre a Historiografia Linguística e a define como:

[...] o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser ‘positivo’, i.e. estimulante, ou ‘negativo’, i.e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o know-how linguístico foi obtido e implementado. (SWIGGERS, 2010, p. 2)

Já Koerner (1996) entende a Historiografia Linguística como trabalhos que visam a descrever e interpretar eventos da história da ciência Linguística seguindo uma série de princípios metodológicos. De acordo com Neto (2005), Koerner identificou três tipos gerais de história em ciências da linguagem. Focamos aqui no terceiro tipo, que é caracterizado por Koerner (1996) como:

o ideal desejável a ser buscado pela historiografia da linguística contemporânea, não visa nem a defesa de um paradigma particular, nem a reivindicação de uma revolução científica no interior da disciplina. Trata-se da tentativa desinteressada de estabelecer, *sine-ira-et-studio*, o conjunto de fatos historicamente pertinentes na cronologia da disciplina, a partir de um conjunto de princípios pré-estabelecidos. (KOERNER, 1996, p. 9)

Entende-se esse tipo de história, de acordo com Koerner, como uma História “desinteressada”, que procura estabelecer o passado tal como ele foi. É uma história que se pretende “isenta” e “objetiva”, na medida em que não se sente presa a questões do presente (não pretende defender nem atacar posições teóricas do presente). Em outras palavras, entendemos que esse fazer da História da Linguística estaria associado à História da Linguística enquanto ciência da linguagem, tratando seus fatos enquanto ciência e não abordando teorias de possíveis ideias dos estudiosos da área.

2.2. HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

Passamos à terceira questão: o que é fazer História das Ideias Linguísticas? Antes de abordar a discussão na busca de uma resposta para essa pergunta, é pertinente conceitualizar para a pessoa que está lendo o que entende-se neste trabalho por ideia Linguística. Define-se ideia Linguística como todo saber

construído em torno de uma língua, seja como produto de uma reflexão metalinguística, seja como atividade metalinguística explícita ou implícita. Destarte, estudar ideias Linguísticas vincula-se a: “difundir estudos sistemáticos que toquem a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (ORLANDI, 2001, p. 9) e, também, à “produção da informação sobre o sistema científico constituído pelas ciências da linguagem” (AUROUX apud COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 18). Ainda nesse viés, é importante ressaltar que a HIL possui forte vínculo com a AD (Análise do Discurso). Isso, de acordo com Batista (2013):

procura articular o saber histórico e sua interpretação aos procedimentos da análise de discurso de linha francesa, tendo em vista investigar a constituição histórica de um sujeito da linguagem, de suas imagens simbólicas e discursivas engendradas e dos instrumentos linguísticos a essas imagens também associados. (BATISTA, 2013, p. 19)

Tendo estabelecido o que são ideias Linguísticas, é hora de começar a responder à terceira pergunta proposta neste squib: o que é fazer HIL? Para isso, recorreremos a Auroux (1992) quando argumenta que a HIL lança uma forte crítica ao mito da cientificidade expandido pela historiografia das ciências da linguagem no século XIX. Segundo o mesmo autor, os estudos sobre a linguagem só seriam verdadeiramente científicos a partir do comparativismo, pois ele procura compreender o apagamento de um saber metalinguístico mesmo antes da instituição da Linguística. Nesse sentido, Auroux (1989) argumenta que o historiador deve recusar a tentação de dizer de forma normativa qual deveria ser o estatuto científico da Linguística. Para o autor (2007), uma primeira tarefa intelectual de quem faz HIL é refutar a representação da ciência como um discurso desnudado de referência temporal, com a história servindo como uma simples modalidade de argumentação, e, assim, romper com a atemporalidade nos estudos da linguagem.

É nesse sentido que, ao trabalhar com as temporalidades que constituem as ideias Linguísticas, a HIL acaba por dar ênfase ao longo prazo, ainda que pontue revoluções técnicas que contribuem com a transformação, paradigmaticamente mais ou menos parcial, das ideias Linguísticas: a invenção da escrita, a invenção dos instrumentos linguísticos, a invenção da internet etc. E é assim que a HIL se desloca de outras tendências

Linguísticas, epistemológicas e de filosofia da linguagem que vão identificando ruptura após ruptura no pensamento linguístico.

3 RELAÇÃO ENTRE HL E HIL

Trabalhar com HIL é, segundo sintetizam Colombat, Fournier e Puech (2017), explorar os textos, inclusive aqueles muitas vezes esquecidos, a fim de criar as condições para uma reflexão informada sobre a epistemologia das ciências da linguagem por meio da produção de informações sobre as teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram e os conceitos que elas elaboraram, sobre a forma como os problemas foram postos e concebidos e sobre problemas mais gerais e mais fundamentais. As possíveis concepções que gramáticos e linguistas tiveram do seu objeto em vários momentos, a forma como foram tomados e concebidos os fatos e os dados, bem como as regras e/ou as leis que os organizam, ou ainda como foram distinguidos o possível e o impossível de língua, o que se pode dizer e o que não se pode dizer, ou também como foram definidas as condições de validação das descrições.

No entanto, Pfeiffer (2002) mostra que os textos analisados não devem ser encarados como documentos que refletem ideologias e escondem sentidos que precisam ser achados, mas como parte da construção dos sentidos na história. Para Orlandi (2001), a especificidade da HIL está no trabalho com a história do pensamento sobre a linguagem antes mesmo da instalação da Linguística e, sobretudo, a partir de um olhar interno à ciência da linguagem:

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definitiva; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. Não se trata de uma história da Linguística externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e, portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações

teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua. (ORLANDI, 2001, p. 16)

Diferente da HIL, a HL vai estudar os problemas de ordem Linguística, histórica e literária. Assim, há estudos que abordam determinados momentos da existência da língua; outros que tratam da relação desses momentos com história do homem, do povo, da nação etc.; outros, por sua vez, têm-se debruçado sobre textos literários, tomados como documentos capazes de revelar a língua, o homem e sua história. Em outras palavras, a HL é o modo de escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/explicar como ele se desenvolveu em um determinado contexto. A afirmação de Altman (2004), a seguir, reforça essa compreensão:

E, se uma das tarefas da historiografia é (re)estabelecer os pressupostos (nem sempre conscientes) que os linguistas do passado trouxeram para suas práticas, bem como as consequências das suas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação sistemática das condições passadas de produção e recepção do conhecimento linguístico é um passo importante para nosso melhor entendimento dos traços constitutivos da(s) ciência(s) da linguagem contemporânea(s), e das suas metodologias. (ALTMAN, 2004, p. 27-28)

A partir desses pontos de vista, argumenta-se que fazer HL é estudar a Linguística olhando para um produto acabado dentro de um recorte no tempo. Já estudar a HIL é refletir sobre as ciências da linguagem de forma interna, o olhar do campo que advém de pessoas do próprio campo sobre ideias e teorias que surgiram e, de certa forma, ainda estão emergindo e que são (ou não) transversais aos estudos linguísticos.

4 PALAVRAS (NEM TÃO) FINAIS

Bom, é chegada a hora de encaminhar este texto para o final. E podemos começar dizendo que a HIL contribui para a melhor compreensão do que hoje se produz e estuda a respeito das teorias e da própria Linguística em si. Afinal, ela é também um projeto de pesquisa que constrói um domínio investigativo da história e epistemologia das ciências da linguagem como um

setor autônomo da história e da filosofia das ciências (AUROUX, 1992). Já a HL ocupa-se de uma posição teórica que procura produzir conhecimento sobre a linguagem por meio da reflexão sobre o modo como saberes sobre ela são historicamente produzidos.

Com isso, buscou-se neste trabalho mostrar que entre essas duas grandes produções científicas, apesar das diferenças no modo de conduzir trabalhos, não são verificadas oposições ou disputas teóricas. Entretanto, fazer HL e fazer HIL evocam conhecimentos e reflexões distintas sobre História e Linguística. É a partir dessa ideia podendo ou não ser desenvolvida, que se irão prospectar possíveis formas de, no futuro, buscar análises que corroborem essas diferenças, tanto no fazer dos próprios campos, quanto nas exposições em/de disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação no país.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Histoire des idées linguistiques**: la naissance des métalangages en orient et en occident. Tome 1, Lièges / Bruxelles: Mardaga, 1989.

AUROUX, Sylvain. Les avancées de notre discipline. In: GUIMARÃES, Eduardo; BARROS, D. L. P. de (Eds.). **History of Linguistics 2002**. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 223-234.

BARROS, J. **História das Ideia** – em torno de um domínio historiográfico. Locus: Revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007.

BATISTA, R. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

BENVENISTE, É. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006[1974], p. 220-244.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CELANI, M. A. A. Transdisciplinaridade na Linguística aplicada no Brasil, In. Signorini & Cavalcanti (orgs.) **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado das Letras, p.115-126, 1998.

COLOMBAT, B; FOURNIER, J; PUECH, C. **Uma história das ideias Linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

FÁVERO, L; MOLINA, M. **História das Ideias Linguísticas**: origem, método e limitações. Revista da Anpoll, volume 1, nº 16, 2004.

KOERNER, E. F. K. **Questões que persistem em Historiografia Linguística**. Trad. De Cristina Altman do orig. inglês “Persistent Issues in Linguistic Historiography.” *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. 1995 ANPOOL. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística 2. 1996. p. 45-70.

MOUNIN, G. **Os problemas teóricos da tradução**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975[1967].

NETO, J. **História da lingüística no Brasil**: Estudos Lingüísticos. XXXIV, p. 4-13, 2005. [13/13].

ORLANDI, E. **História das ideias Linguísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. São Paulo: Pontes, 2001.

PETRÓ, C. As relações entre história e lingüística a partir de Robin. **Fragmentum**, n.13. Laboratório Corpus: UFSM, 2007.

PFEIFFER, C. Sentidos para sujeito e língua nacionais. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 7, p. 71-93, 2002.

SILVA, R. **Caminhos da Linguística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SOMMERMAN, A. **A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral**: contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente. Salvador, 2012.

SWIGGERS, P. 2010. History and Historiography of Linguistics: Status, Standards and Standing. Eutomia. **Revista Online de Literatura e**

Linguística. 3/2. [http://www. revistaeutomia.com.br/eutomia-ano3-volume2-destaques.html](http://www.revistaeutomia.com.br/eutomia-ano3-volume2-destaques.html)

Conservadorismo no Mês do Orgulho LGBTQIA+: uma análise da campanha “Como explicar?”

Adiel Bernardo da Silva¹
Eduarda Gomes dos Santos²

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão sobre os efeitos de sentido produzidos pela propaganda da Burger King Brasil durante o mês do orgulho LGBTQIA+ de 2021, buscando analisar sua recepção pelos sujeitos-usuários na *internet*. A propaganda em questão foi disponibilizada em vídeo na plataforma *YouTube* sob o título “Como explicar?”, no canal oficial da marca de *fast-food*, com o objetivo de ilustrar algumas maneiras de explicar às crianças o que significa ser uma pessoa LGBTQIA+. Para tanto, a conversa se dá enquanto crianças, de diferentes idades, sexualidades e raças, comem o lanche da rede de *fast-food* frente a pessoas LGBTQIA+, que explicam suas identidades sexuais, o que produziu diversos comentários favoráveis e contrários ao material disposto na plataforma de vídeos. O *corpus* consiste em dois comentários publicados em resposta ao vídeo da propaganda no *YouTube*, produzidos por sujeitos-usuários contrários a ela. O objetivo deste trabalho é observar o funcionamento da ideologia e como ela influencia o modo de pensar dos sujeitos,

¹ Graduando em Letras Português pela UFPE. E-mail: adielbernardo2@gmail.com

² Graduanda em Letras Português pela UFPE.

levando em consideração a hegemonia do pensamento conservador que interpela a classe social dominante em nosso país. Com base nessas condições de produção, as análises aqui dispostas serão pautadas nas discussões dos teóricos Althusser (1985), Pêcheux (2014a, 2014b) e Orlandi (2015).

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia; Propaganda; Conservadorismo; Comunidade LGBTQIA+.

ABSTRACT

This work proposes a discussion on the effects of meaning produced by Burger King Brazil's advertising during pride month 2021, seeking to analyze its reception by the subjects-user on the internet. The advertisement in question was made available on video on the YouTube platform under the title "Como explicar?", on the fast-food brand's official channel, and sought to illustrate some ways to explain to children what it means to be an LGBTQIA+ person. To this end, the conversations take place as children, of different ages, sexualities and races, eat the snack of the fast-food chain in front of LGBTQIA+ people explaining their sexual identities to them, which produced several favorable comments and contrary to the material provided on the video platform. The corpus consists in two comments published in response to the video of the advertisement on YouTube that were produced by subjects-user opposed to it, in order to observe the functioning of the ideology and how it influences the way of thinking of the subjects, taking into account the hegemony of conservative thought that permeates the dominant social class in our country. Based on these production conditions, the analysis presented here will be based on the discussions of the theorists Althusser (1985), Pêcheux (2014a, 2014b) and Orlandi (2015).

KEYWORDS: Ideology; Advertising; Conservatism; LGBTQIA+ community.

INTRODUÇÃO

Durante o mês³ do orgulho LGBTQIA+, a rede de *fastfood* Burger King Brasil, por ser uma empresa capitalista e neoliberal, apropriou-se dessa pauta social, objetivando o lucro, para lançar uma propaganda que busca celebrar a diversidade do/no corpo social brasileiro. Intitulada “Como explicar?”, a peça publicitária, apresentada em forma de vídeo, gira em torno de crianças, acompanhadas de seus responsáveis, explicando “o que significa ser LGBTQIA+”, elucidando questões sobre relacionamento homoafetivo e questões de gênero. Transmitido em forma de anúncio em diversos sites da internet e nas mídias em geral, o vídeo, publicado no canal oficial da Burger King Brasil, no dia 23 de junho de 2021, já soma, no momento em que este texto é escrito, um total de cinco milhões de visualizações e mais de 400 mil reações, das quais 178 mil são positivas e 235 mil negativas, o que deixa pistas sobre a recepção dessa campanha por parte da população brasileira.

Como se sabe, por ser alvo de preconceito e discriminação por parte da comunidade conservadora do Brasil, a comunidade LGBTQIA+ luta diariamente por visibilidade na sociedade e por respeito do corpo social. Apesar de algumas melhorias nesse sentido, decorrentes de várias manifestações de grupos ativistas e da fundação de organizações que têm reivindicado, nos últimos anos, os direitos dessa comunidade, ela ainda sofre com a deslegitimação e o desrespeito oriundos, principalmente, de uma ideologia tradicional e conservadora, pautada em preceitos cristão-religiosos, que perpassa nossa sociedade até os dias atuais.

Dessa maneira, tal modo de pensar atribui às questões de sexualidade e gênero um aspecto de perversão e pecaminosidade, contribuindo para a não aceitação desse público até os dias de hoje, como pode ser observado na (má) recepção da campanha “Como explicar?”. Os números e comentários publicados no vídeo demonstram que a ideologia conservadora que domina nosso país interpela os discursos produzidos pelos sujeitos inscritos em uma formação discursiva (doravante, FD) alinhada a essa ideologia frente à propaganda em questão, haja vista sua rejeição pelos demais sujeitos-usuários na internet.

Em razão de este trabalho se inscrever na Análise de Discurso de linha pecheuxtiana, é importante deixar claro, logo de início, o que se entende aqui por formação discursiva. Sendo assim, “chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de

³ Mês de conscientização mundial sobre a importância do respeito e equidade social de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexual, assexuais etc., cujo estopim foi a Rebelião de *Stonewall Inn*, na cidade de Nova York, em 1969.

uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PECHÊUX, 2014a, p. 147). Dizendo de outra forma, as palavras, expressões, frases quaisquer significam o que significam em decorrência da formação discursiva na qual são produzidas.

Com base nessa discussão, sabendo que vivemos em uma sociedade interpelada por uma ideologia tradicional e conservadora, observa-se que os sujeitos inscritos nessa FD conservadora promovem, de maneira intensificada, deslegitimação à comunidade LGBTQIA+, já que ela contraria o pré-construído⁴ desse ideal dominante. Levando esse contexto em consideração, nota-se uma preocupação exorbitante em proteger, principalmente, as crianças do que esses sujeitos consideram “blasfêmia”, isto é, a ideologia que perpassa a comunidade LGBTQIA+ e incide diretamente em suas práticas.

Todavia, o que se vê, na verdade, é um preconceito enraizado, frequentemente mascarado e disseminado por discursos como “proteção às crianças”, oriundo de uma noção tradicionalista sobre sexualidade e gênero. Nesse sentido, lançamos mão da hipótese de que a propaganda do Burger King Brasil foi mal recebida pelo público em decorrência de “expor” crianças a essa discussão, levando-as a entender e, sobretudo, explicando-lhes, segundo o ponto de vista delas, o que significa ser homossexual e/ou transexual, configurando, assim, uma afronta à ideologia conservadora e aos sujeitos que a seguem, isto é, à família tradicional brasileira.

Lançando um olhar para esse entrave social, e entendendo que essa publicidade gerou embates virtuais que produziram diversos discursos desfavoráveis e favoráveis a essa campanha publicitária, o presente trabalho objetiva investigar esse evento discursivo com o intuito de observar os discursos produzidos por esses sujeitos-usuários contrários à propaganda, nos comentários do vídeo oficial publicado no canal do Burger King Brasil no YouTube. Nessa direção, buscaremos responder às seguintes perguntas: i) em qual(quais) formação(formações) discursiva(s) esses sujeitos estão inscritos? ii) Qual(quais) a(s) condição(condições) de produção desses discursos? Para tanto, analisaremos dois comentários postados no vídeo oficial no YouTube, com base nos postulados teórico-metodológicos da Análise de Discurso de

⁴ Conforme Pêcheux ([1975] 2014a), pré-construído é aquilo pensado antes, é da ordem do já dado, “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, [1975] 2014a, p. 89). Dito de outra forma, “é a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito” (ibidem, [1975] 2014a, p. 142).

linha pecheuxtiana presentes nos trabalhos de Pêcheux (2014a, 2014b) e Orlandi (2015).

1 A IDEOLOGIA SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO PECHEUXTIANA

Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso de linha francesa, entende que “a área da ideologia não é, de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social” (PECHÊUX, 2014a, p. 129), isto é, dentro de uma sociedade, a ideologia não é o único mecanismo utilizado para controlar os sujeitos em prol do objetivo de uma classe dominante, pois, o controle de tudo é exercido pelo capital, independentemente do campo ideológico, que funciona a partir do econômico e tecnológico. Sendo assim, falar de reprodução ou de transformação significa dizer que só haverá revolução quando os sujeitos ousarem se revoltar contra “todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes [...]” (PECHÊUX, 2014a, p. 130).

Dessa forma, a ideologia não é algo que se impõe de forma igual e homogênea a todos em uma sociedade; ao contrário, diferentes grupos sociais de um mesmo lugar podem ser interpelados por diferentes ideologias ao mesmo tempo, pois “a Ideologia não se reproduz sob a forma de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a ‘mentalidade’ da época, os ‘costumes de pensamento’ etc.) que se imporia de maneira igual e homogênea à ‘sociedade’” (PECHÊUX, 2014a, p. 130). Apesar disso, sabe-se que, no traçado da história da humanidade, a ideologia da classe dominante sempre se sobrepôs à ideologia da classe dominada, mas isso não se dá simplesmente por questão de número de sujeitos em um dado grupo social ou somente por poder, seja ele político ou de capital. Na verdade, essa sobreposição decorre do próprio funcionamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante, AIE) (ALTHUSSER, 1985), que não são a forma de dominação da ideologia, mas sim o seu lugar e meio de realização, em que uma ideologia se torna dominante pelo próprio funcionamento dos AIE e por suas relações de poder.

Partindo dessa questão, Pêcheux (2014a, p. 146) afirma que “é a ideologia que fornece as evidências [...] que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ [...] o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados”. Logo, o sentido de uma palavra, uma expressão, uma frase qualquer não está intrinsecamente nela, mas sim lhe é conferido

pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo no qual palavras são (re)produzidas, ou seja, elas assumem esse sentido graças a essas posições em razão das formações ideológicas em que se inscrevem.

Entretanto, para que isso aconteça, faz-se necessário, também, um contexto imediato e adequado para que a significação discursiva aconteça e faça sentido, ou seja, é preciso levar em consideração juntamente as condições de produção, definidas por Pechêux (2014b, p. 74) como “as circunstâncias de um discurso”, que abarcam questões como o contexto histórico e ideológico, pois, conforme Orlandi (2015, p. 28), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”.

2 A ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

Valendo-nos das reflexões e discussões levantadas até aqui, apresentamos a análise de duas sequências discursivas coletadas do vídeo da campanha “Como explicar?”, disponível no Youtube da rede de fastfood Burger King Brasil.

2.1. SD 01

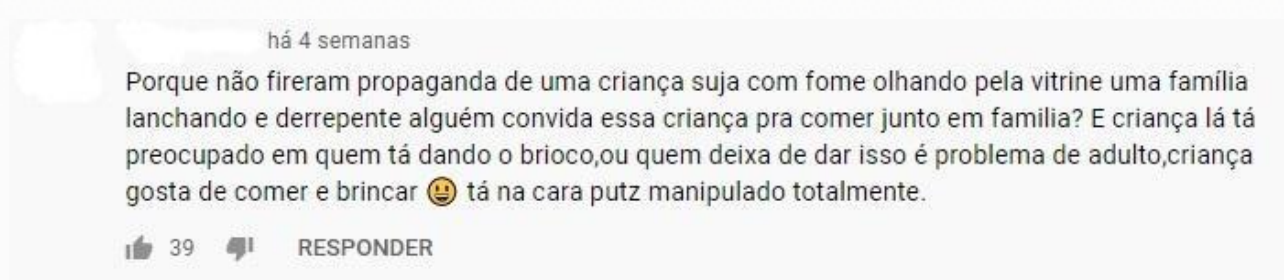


Figura 1⁵

Na primeira sequência a ser analisada, postada por um perfil pessoal, observa-se, logo de início, o descontentamento do sujeito-usuário com a propaganda em questão, e isso se dá de formas diferentes, seja por questionamento seja por afirmações. Salta aos olhos, primeiramente, a forma pela qual o questionamento constrói a discordância do sujeito com a produção do Burger King, haja vista que, interpelado por uma ideologia neoliberal, o sujeito-usuário demonstra sua preferência pelo destaque à visão da pobreza retratada como forma de entretenimento, em lugar da visibilidade da comunidade LGBTQIA+. Não é difícil perceber como essa romantização da pobreza está presente na mídia brasileira, principalmente

⁵ Disponível em: <https://youtu.be/301GMPHt7M>. Acesso em: 23/08/2021.

na televisão, em qualquer programa de entretenimento durante os finais de semana, na tv aberta. Isso se dá pela presença da ideologia neoliberal, que interpela os sujeitos da FD conservadora e (re)produz o sofrimento dos sujeitos à margem da sociedade brasileira como objeto de diversão para aqueles que possuem maior poder aquisitivo em nosso país.

Em um segundo momento, o descontentamento desse sujeito-usuário se dá por meio de um enunciado preconceituoso de cunho LGBTQIA+ fóbico. Isso é visível por intermédio da forma como esse sujeito reduz a história de luta e resistência dessa comunidade a um mero ato sexual, algo que costuma ser alvo de represálias e discursos pejorativos por parte dos sujeitos inscritos na FD conservadora. Estes, por serem interpelados por essa ideologia de cunho religioso, criticam as práticas dos sujeitos da comunidade LGBTQIA+, pautando-se em discursos como “o homem foi feito para a mulher e vice-versa”.

Sendo assim, observa-se aqui que esse sujeito entende a sexualidade como algo que diz respeito somente a adultos, isto é, nega a sexualidade como algo que está em constante descobrimento, desconstrução e que apresenta diversos aspectos. Logo, ao dizer que a criança gosta apenas de “comer e brincar”, esse sujeito priva as crianças do direito ao conhecimento e à informação livre, entendendo que elas não devem ter contato com assuntos como educação sexual, sexualidade e afins, pois isso contraria os preceitos da ideologia conservadora.

Não obstante, a tentativa de deslegitimar a pauta levantada pela propaganda do Burger King Brasil, por defini-la como um mecanismo de manipulação, nos mostra como esse sujeito entende a campanha. Ao (re)produzir esse discurso, esse sujeito-usuário associa a propaganda a um suposto material de doutrinação desenvolvido e utilizado pela comunidade LGBTQIA+, por intermédio da rede de fast-food, para influenciar não somente crianças, mas todos aqueles que tiverem acesso a essa peça publicitária. Dessa forma, a propaganda do Burger King Brasil seria, então, uma forma de a comunidade LGBTQIA+ desconstruir a hegemonia da classe dominante.

2.2. SD 02

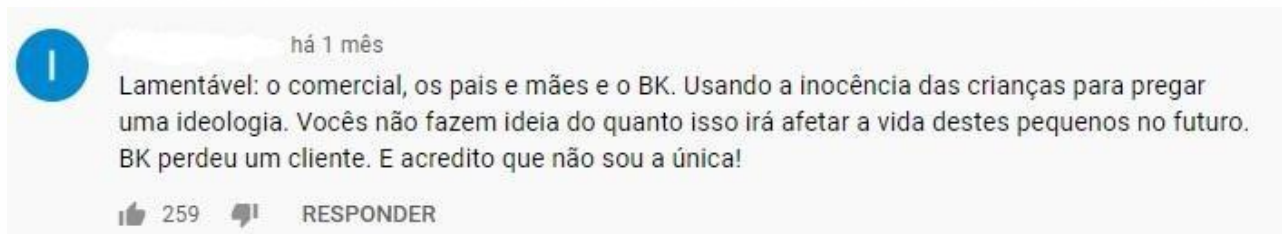


Figura 2⁶

Na sequência discursiva a ser analisada, observa-se, inicialmente, a sensação de descontentamento expressa pelo sujeito-usuário, não só quanto à rede de fastfood em questão, mas também em relação aos responsáveis presentes na propaganda. Esse acontecimento decorre da forma como é exigido, por parte da população conservadora, que as demais instituições e corporações se adaptem ao modo de pensar tradicional no qual estão inseridas, crucificando assuntos relacionados à sexualidade e ao gênero. Qualquer padrão de comportamento que viole essa linha de raciocínio sofre represália do grupo dominante, como visto na propaganda, que produz um anúncio em defesa da comunidade LGBTQIA+.

Para endossar seu ponto de vista, esse usuário-sujeito traz ao debate “a inocência das crianças”, um argumento muito utilizado pelos sujeitos inseridos na FD conservadora ao se pronunciarem contra os sujeitos inscritos em uma FD mais progressista. Logo, tudo aquilo que foge ao tradicionalismo é entendido como uma “ideologia”. Assim, é importante destacar como o significante “ideologia” tem seu efeito de sentido esvaziado pelos sujeitos inscritos na FD conservadora, tendo em vista que, por serem assujeitados pela ideologia tradicionalista, tais sujeitos desconsideram o fato de também serem afetados por uma ideologia e, em consequência, atacam todos aqueles que se inserem em FDs que dela divergem. Dessa forma, ao caracterizar essa discussão sobre sexualidade e gênero como “pregação de uma ideologia”, observa-se não só o não conhecimento do sujeito em relação a esse conceito, mas, também, o aspecto negativo que lhe foi designado, pois o termo “ideologia” é erroneamente ressignificado pelo grupo conservador como algo pejorativo.

Nessa direção, o que pode ser visto é que há, por parte do grupo majoritário do qual esse sujeito faz parte, o medo de expor à criança diferentes espectros de sexualidade e gênero, pois, para ele, há apenas uma sexualidade, a heterossexual; e apenas um gênero, o de nascença, aspectos esses assumidos como a regra do padrão de vida conservador. Tendo isso em

⁶ Disponível em: <https://youtu.be/301GMPPrHt7M>. Acesso em: 23/08/2021.

vista, fica a ideia de que a criança vai ser influenciada ao entrar em contato com tal temática, sucumbindo, assim, ao que é considerado uma “perversão”, pois não vai ao encontro do ideal cristão-religioso.

A interpretação de que a exposição a temáticas LGBTQIA+ seria uma forma de perverter as crianças e as influenciarem a não seguir o caminho pregado pela ideologia conservadora é mais uma vez abordada pelo sujeito-usuário, ao salientar que o contato com a propaganda iria prejudicar a vida de todas elas. Por conseguinte, ainda aborda que a rede de fastfood perdeu um cliente, além de evidenciar que não seria o único. Com base nesses apontamentos, conclui-se que esse sujeito-usuário se inscreve numa FD conservadora, que se pauta no preconceito à diversidade sexual e de gênero, contrária aos preceitos religiosos. Além disso, ao afirmar que não seria o único a deixar de consumir os produtos do Burger King, ele salienta que sabe que faz parte de uma classe dominante e que vai receber apoio de outros que também estão inscritos nessa mesma FD.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia é algo que está presente em toda e qualquer sociedade, haja vista que “designa o que é e o que deve ser” (PECHÊUX, [1975] 2014a, p. 146). Sendo assim, podemos afirmar que ela é aquilo que está sobre nós e, principalmente, em nós, interpelando-nos, independentemente de qualquer coisa, mas de formas diferentes, pois a ideologia não se apresenta da mesma forma a todos os sujeitos em dada sociedade, muito menos é algo único.

Dessa forma, ao analisar o evento discursivo presente neste trabalho, observa-se a presença de duas ideologias em confronto: a conservadora, aquela contrária à propaganda, e a progressista, a que está a favor da propaganda. Ambas estão presentes em diferentes formações discursivas, mas inseridas nas condições de produção neoliberais graças à rede de fastfood Burger King Brasil, que se apropria de uma pauta social de grande discussão para obter lucro e visibilidade. Com efeito, observamos a (re)produção de discursos contrários à comunidade LGBTQIA+ que fazem alusão à inocência das crianças para mascarar o preconceito dos sujeitos inscritos na FD conservadora, nos comentários em resposta à propaganda do Burger King Brasil no mês do orgulho LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2015.

PECHÊUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2014b, p. 59-158.

PECHÊUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2014a.

A metonímia parte e todo e a conceptualização do feminino no funk carioca

Laura Mariana de Jesus de Brito da Costa¹
Fernanda Carneiro Cavalcanti²

RESUMO

Considerando que o funk carioca constitui uma importante manifestação artística, de forte influência cultural e econômica, o presente estudo, resultado de pesquisa ainda em andamento, objetiva identificar e analisar como se dá o processo de conceptualização do feminino no âmbito do gênero musical à luz da Teoria da Metáfora Conceptual – TMC – (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). Ou seja, busca-se olhar para a construção sociocognitiva e/ou conceptualização do feminino em tal contexto, visando a demonstrar o poder explicativo da TMC. Para tanto, analisa-se o léxico relacionado ao feminino em cem canções produzidas por Anitta, Dennis DJ, Lexa, Ludmilla e Pocah ao longo do período de cinco anos (2017-2021). Com base no uso do software AntConc, os resultados apontam para relevância do léxico relacionado a partes do corpo feminino, em especial a “bunda”, com média de 13,56 ocorrências, contra uma média de 1,95 ocorrências relacionadas à outras partes do corpo humano, com maior presença de “cara” e “mão”. Conclui-se, assim, que o feminino, ao ser categorizado nas canções a partir de processos metonímicos relacionados às partes do corpo feminino, em especial a “bunda”, indica como a sociedade carioca conceptualiza e

¹ Graduanda em Letras - Inglês pela UERJ. Bolsista IC FAPERJ. E-mail: laurabrito0026@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Estudos da Linguagem da UERJ. FAPERJ.

significa o corpo feminino no âmbito de suas interações corpóreas socioculturalmente situadas.

PALAVRAS-CHAVE: Metonímia; Feminino; Teoria da Metáfora Conceptual; Funk carioca

ABSTRACT

Considering that funk carioca constitutes an important artistic manifestation of strong cultural and economic influence, the present study, the result of research still in progress, aims to identify and analyze how the process of conceptualization of the feminine in the context of the musical genre takes place in the light of the Theory of Conceptual Metaphor – TMC – (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). That is, we seek to look at the sociocognitive construction and/or conceptualization of the feminine in such a context to demonstrate the explanatory power of TMC. To this end, the lexicon related to the feminine in one hundred songs produced by Anitta, Dennis DJ, Lexa, Ludmilla, and Pocah over the five years (2017-2021) is analyzed. Based on the use of the AntConc software, the results point to the relevance of the lexicon related to female body parts, in particular, the ass, with an average of 13.56 occurrences, against an average of 1.95 occurrences related to other parts of the human body, with a greater presence of face and hand. We conclude, therefore, that the feminine, when categorized in the songs from metonymic processes related to parts of the female body, especially the ass, indicates how Rio de Janeiro society conceptualizes and means the female body in the context of their socioculturally situated physical interactions.

KEYWORDS: Metonymy; Femininity; Conceptual Metaphor Theory; Funk carioca

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca identificar e analisar, à luz da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], KÖVECSES, 2002;

SARDINHA, 2007), a conceptualização do feminino em cem³ canções do funk carioca, produzidas por Anitta, Ludmilla, Dennis DJ, Pocah e Lexa, no período entre 2017 e 2021.

Escolhemos trabalhar com a conceptualização do feminino no funk carioca dado o caráter popular e representativo desse gênero musical no seio da cultura brasileira, em especial carioca. Ou seja, por se constituir em um mercado popular de consumo de mídias musicais, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, tal gênero pode nos auxiliar a compreender como se dá tal conceptualização para além do próprio universo artístico.

Para tanto, adotamos metodologia de tipo qualiquantitativa, em que, de um lado, analisamos o léxico relativo ao feminino nas mencionadas cem canções, com base nos postulados da TMC, em especial da metonímia conceptual; e, de outro, com o auxílio do software *AntConc.*, analisamos a relação entre a frequência e a ocorrência de determinados itens de tal léxico, a exemplo de bunda, mão e cara. Vale ressaltar que tal software foi desenvolvido por Laurence Anthony, professor da Waseda University, para ser utilizado em análise textual e em linguística de corpus, a partir de ferramentas como a de checagem de frequência de palavras, de colocações, de concordância e de comparação entre dados organizados em *corpora*.

Os resultados obtidos mostram a ocorrência altamente relevante do item lexical “bunda”, relacionado a pronomes do gênero feminino e à

³ As cem canções foram organizadas de acordo com ano de lançamento e artista. Foram analisadas 20 canções de cada músico, sendo, entre elas, 4 referentes a cada ano analisado. Os lançamentos aqui trabalhados foram: Ludmilla - Homem é Homem (2017), Cheguei (2017), Tipo Crazy (2017), Só vem! (2017), Solta a Batida (2018) Clichê (2018), Jogando Sujo (2018), Din Din Din (2018), Melhor pra mim (2019), Um Pôr do Sol na Praia (2019), 700 por Hora (2019), Flash* (2019), Cobra Venenosa (2020), Rainha da Favela (2020), I Love You Too (2020), Amor Difícil (2020), Pra te Machucar(2021), Socadona (2021), Ela Não (2021) e Joga Duro (2021). Lexa - Agora Eu Quero Ver (2017), Vem Que Eu Tô Querendo (2017), Movimento (2017), Foco Certo (2018), Sapequinha (2018), Provocar (2018) Conectar (2018), Só Depois do Carnaval (2019), Amor Bandido, (2019), Apimentadíssima (2019), Chama Ela (2019), Combatchy (2020), Treme Tudo (2020), Venenosa (2020), Quebrar Seu Coração (2020), Prazer, Eu Sou a Lexa (2021), Bruta (2021), Bota o Colete (2021) e Taradinha (2021). Anitta - Coladinha em Mim (2017), Vai Malandra (2017), Sua Cara (2017), Você Partiu Meu Coração (2017), Fica Tudo Bem (2018), Não Perco Meu Tempo (2018), Eu Não Vou Embora (2018), Perdendo a Mão (2018), Terremoto (2019), Onda Diferente (2019), Some Que Ele Vem Atrás (2019), Meu Mel (2019), Jogação (2020), Rave de Favela (2020), Desce Pro Play (2020), Tá com o Papato (2020), SexToU (2021), NO CHÃO NOVINHA (2021), Tô Preocupada (2021). Pocah - Meu Boy (2017), Pa & Browse (2017), Tô Tarada (2017), Perdendo a Linha (2017), Não Corre (2018), Espelho Meu (2018), Nois Tira Onda (2018), Agora Eu Tô Assim (2018), Ninguém Manda Nessa Raba (2019), Resenha Lá em Casa (2019), Pode Chorar (2019), Para Não (2019), Lei da Gravidade (2020), Depois da Quarentena (2020), Toda Sua (2020), Jogar Pra Tropa (2020), Nem On Nem Off (2021), Muito Prazer (2021), Passando o Rodo (2021), Eu Vicei (2021). Dennis DJ - Mostra o Que Sabe (2017), Bonita (2017), Coração Tá Gelado (2017), Absurda (2017), Vou Pegar (2018), Sou Teu Fã (2018), Só Você (2018), Bumbum Covarde (2018), Isso Que É Vida (2019), Pá Em Todo Mundo (2019), Relaxa e Toma (2019), Vizinha (2019), É o Mundo (2020), Namastê (2020), Novo Normal (2020), Se Ferrou (2020), Deixa de Onda (2021), Lágrima por Lágrima (2021), Eu Amo Todas (2021), Vera (2021).

conceptualização do tal por meio da metonímia conceptual PARTE E TODO. Observou-se, igualmente, que verbos relacionados diretamente ou indiretamente a mencionada parte do corpo humano são frequentes, tais quais “empinar” e “sentar”. Por outro lado, mesmo que numericamente menos frequente, observamos, ainda, a relevância do item lexical “cara” se referindo majoritariamente ao rosto masculino, que observa os movimentos de dança executados pela mulher.

Assim, sendo, organizamos esse estudo em três seções, para além desta introdução. Na primeira seção, Fundamentação Teórica, discutimos, de forma breve, os postulados da TMC, especialmente o papel da metonímia nos processos de conceptualização do feminino (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]; KÖVECSES, 2002; SARDINHA, 2007). Na segunda seção, Dados e Análise, apresentamos e discutimos os dados recolhidos com base na aplicação do software *AntConc*. e da metonímia conceptual. Na terceira e última seção, Conclusão, tecemos nossas conclusões e considerações a partir dos resultados obtidos com a análise e a discussão dos dados coletados.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As bases da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) foram lançadas com a publicação da obra *Metáforas da Vida Cotidiana*, de Lakoff e Johnson, em 1980. Nesse sentido, como destaca Sardinha (2007), figuras de linguagem, como a metáfora, passaram a ser abordadas para além de sua natureza linguística ou gramatical, já que é postulado, de acordo com a TMC, que a metáfora seria um recurso cognitivo no qual baseamos a nossa produção e compreensão dos significados linguísticos. Dessa forma, de acordo com tal abordagem, a metáfora, ao ter caráter cognitivo, visto que seria estruturada pelas interações corporais e sociais, licenciaria os significados linguísticos.

Assim sendo, a metáfora passa a ser discutida a partir da relação entre linguagem e cognição; ou, ainda, a partir de processos semântico-conceptuais situados no tempo e no espaço, a exemplo dos inúmeros casos de personificação encontrados nas línguas. De acordo com Lakoff e Johnson (1980), tais casos evidenciam que características relacionadas ao ser humano são transferidas para estruturar conceitos abstratos como o de INFLAÇÃO. Ou seja, em tais casos, seria possível observar que as características relacionadas ao ser humano estariam sendo mapeadas com base em metáforas, no caso ontológicas. Tais ocorrências permitiriam compreender, por exemplo, o conceito abstrato de INFLAÇÃO ao relacioná-lo com

características humanas, como por exemplo “a inflação roubou minhas economias” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 91).

Por outro lado, em um exemplo diferente, “o sanduíche de presunto está esperando sua conta” — retirado da interação entre duas garçonetes em uma lanchonete, em que uma delas se refere a um cliente *habitué* como “sanduíche de presunto” — seria possível observar a metonimização de ser humano em termos de sanduíche de presunto (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 91). Assim sendo, se, por um lado, os procedimentos metafóricos relacionam domínios conceptuais distintos — SER HUMANO e INFLAÇÃO — para que possamos entender o conceito de INFLAÇÃO; por outro lado, os procedimentos metonímicos permitem que se relacionem elementos de um mesmo domínio conceptual — ALGO ESPECÍFICO DE UM SER HUMANO E SER HUMANO/PARTE e TODO — para que possamos entender o conceito como um todo.

Dessa forma, a metáfora e a metonímia passam a ser consideradas como uma janela que possibilita que visualizemos parte do funcionamento da mente, em especial a parte relativa aos processos de conceptualização e/ou categorização. Ainda, com base em Sardinha (2007), podemos afirmar que, ao estruturarem o pensamento, a metáfora e a metonímia nos possibilitam categorizar e compreender fenômenos abstratos, como o conceito de feminino. Assim sendo, tais recursos deixam de ser abordados como simples acessórios linguísticos para ganharem o papel de dispositivos cognitivos indispensáveis em nossa busca interminável de compreensão do que não nos é tangível. É através desses recursos, em suma, que o abstrato se torna concreto, compreensível e realizável em nossas trocas cotidianas.

Com efeito, as primeiras discussões acerca da natureza da metáfora são atribuídas a Aristóteles (1990), em sua obra intitulada *Arte Poética*, datada provavelmente entre os anos 335 a.C. e 323 a.C. Nela, o filósofo grego define metáfora como “o uso do nome de uma coisa para designar outra” (Poética, III, IV, 7, p. 182). Nessa perspectiva, o autor apresenta uma tipologia a ela relacionada, na qual a que mais se aproxima do conceito contemporâneo de metáfora é a de “analogia”. Dada a influência da visão aristotélica acerca da metáfora, assistiu-se, nos anos e séculos subsequentes, ao levantamento e classificação cada vez mais vastos das figuras de linguagem, com diferenças muito sutis entre elas.

Tal qual assinala Sardinha (2007), esse vasto e amplo conjunto de figuras de linguagem tende a ser mencionado e é ilustrado em gramáticas e enciclopédias a partir de exemplos de renomados poetas. Isso aponta para a reiterada visão, nos dias atuais, da metáfora e da metonímia como atributos

de natureza essencialmente linguísticas; ou ainda como relacionados somente com o estilo, ocorrendo predominantemente em textos literários.

Por outro lado, embora a distinção entre as figuras de linguagem, que constituem tão vasto conjunto, tenha perdido força entre as principais teorias contemporâneas que tratam de seu papel, a exemplo da TMC, a metáfora e a metonímia não perderam seu protagonismo. Nesse sentido, de acordo com os postulados da TMC (KÖVESCES, 2002): a metáfora, para conceptualizar o feminino, por exemplo, vale-se de mapeamento e/ou correspondência entre os elementos constitutivos de dois domínios conceptuais distintos. Um exemplo desse fenômeno é identificado na canção intitulada *Cobra Venenosa*, de Ludmila (2020), no verso “Cobra invejosa, não sai do lugar // Fica me difamando pra poder me atrapalhar”. Nesse caso, é possível identificar a metáfora MULHER É COBRA. A metonímia, por outro lado, para conceptualizar conceitos como o feminino, vale-se do mapeamento entre elementos relativos à parte do corpo feminino — no caso BUNDA — de um mesmo domínio conceptual, no caso MULHER.

Em síntese, de acordo com a TMC, visto que os domínios conceptuais seriam constituídos por elementos provenientes de dado conhecimento ou experiência humana, a metáfora relacionaria domínios distintos, criando conexões de sentido entre estes para estruturar conceitos abstratos como feminino. A metonímia, ao contrário, relacionaria criaria conexões de sentido entre elementos de um mesmo domínio conceptual.

É necessário assinalar que, segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]), a metonímia não possui um caráter meramente referencial. Esta funcionaria como base para compreensão de mundo, a exemplo da metonímia conceptual PARTE PELO TODO. Sendo assim, as partes selecionadas deverão ser analisadas como representação de uma entidade maior, como a cultura na qual ela ocorre. Nessa perspectiva, como veremos na seção subsequente, os dados apresentados e analisados explicitam como a seleção de determinadas partes do corpo feminino, a exemplo de “bunda”, são relevantes para conceptualizar o feminino não apenas no contexto do funk carioca, mas a partir dos valores e crenças da sociedade e da cultura, sobretudo cariocas, que tal gênero musical projeta.

2 DADOS E ANÁLISE

Conforme já foi por nós assinalado, para investigar e discutir a categorização e/ou conceptualização do feminino nas cem canções produzidas por Anitta, Ludmilla, Dennis DJ, Pocah e Lexa, no período entre

2017 e 2021, analisamos o léxico relativo ao feminino, seja por meio da emergência de metonímia conceptual, seja por meio da quantificação do léxico a ele relacionado. Dessa forma, foi, inicialmente, realizada uma busca pelo pronome de terceira pessoa feminino “ela” e masculino “ele”, com o objetivo de checar a frequência com que as canções visam representar e/ou descrever ambos os gêneros. O pronome feminino surgiu 337 vezes, uma média de mais de 3 citações por canção analisada. Por outro lado, o pronome masculino surgiu 95 vezes, menos de uma vez por composição. Com isso, os dados revelaram indícios de preferência da presença do feminino na narrativa do funk carioca, talvez pelo fato de termos escolhido analisar canções produzidas por quatro compositoras e por um único compositor.

Constatada a relevante frequência de pronomes relacionados ao feminino, fez-se importante compreender como tal “protagonismo” feminino ascende e é conceptualizado nessas composições, assim como com quais outras palavras o pronome é mais comumente relacionado. Nesse sentido, a Figura 1, referente à captura de tela da ferramenta de análise de sequência de palavras do *AntConc*, mostra em que tipo de contexto linguístico o pronome está normalmente inserido e quais utilizações são diretamente relacionadas após sua presença nas canções.

Em um primeiro momento, é interessante notar como o pronome feminino ocorre de forma relevante com verbos de mesmo campo semântico. Dentre as cinco palavras mais frequentes, estão três verbos relacionados à dança do funk, normalmente envolvendo o ato de rebolar. Os três verbos são, por ordem de maior ocorrência, “desce” (49 presenças), “joga” (42 presenças) e “mexe” (15 presenças), totalizando uma média de pelo menos uma ocorrência de alguma das formas por canção analisada.

Tendo em vista a presença numericamente expressiva de verbos no mesmo campo semântico de “rebolar” e à parte do corpo “bunda”, surgiu a necessidade de verificar, em um segundo momento, a frequência com que palavras relativas às partes do corpo feminino surgem nas canções. Com isso, visava-se confirmar o que inicialmente apareceu como relevante, isto é, se a ocorrência de “bunda” como parte do corpo feminino era consistente. Dessa forma, chegamos à frequência em que ocorrem “bunda” e demais partes do corpo feminino ilustrada nas tabelas abaixo.

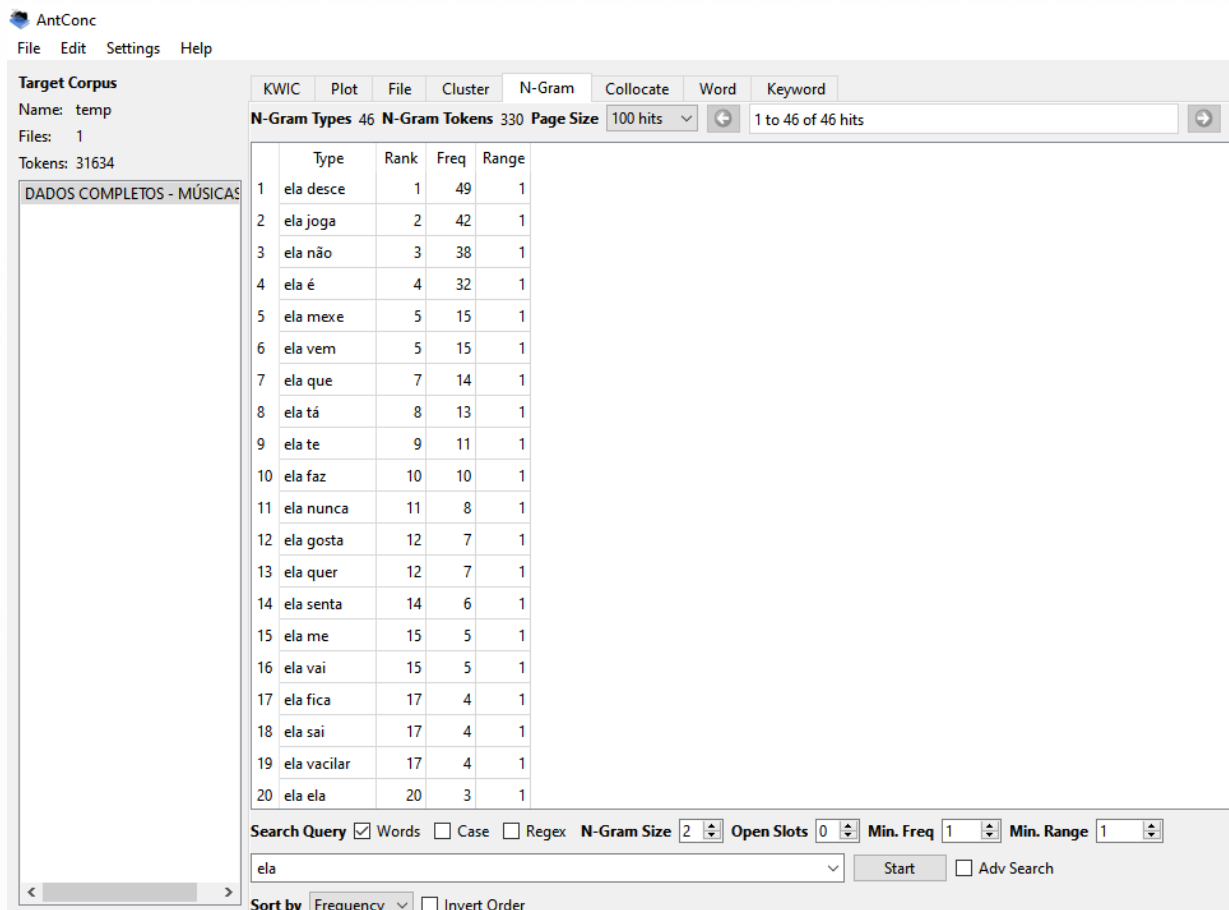


Figura 1: Captura de tela referente a utilização do pronome “ela”.
Fonte: elaborada pelas autoras

Palavras Relacionadas à Bunda	Ocorrências
Bunda*	212
Bumbum*	141
Raba*	19
Jogar*	373
Sentar*	240
Descer*	230
Rebolar*	98
Empinar*	43
Total:	1356

Tabela 1: Ocorrências de Palavras Relacionadas à Bunda.
Fonte: elaborada pelas autoras

Palavras Relacionadas a Outras Partes do Corpo Humano	Ocorrências
Cara*	50
Mão*	50
Boca*	47
Coração*	33
Cabelo*	6
Pé*	3
Peito*	3
Unha*	1
Perna*	1
Língua*	1
Total:	195

Tabela 2: Ocorrências de Palavras Relacionadas a Outras Partes do Corpo.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Diante de tal achado, nota-se que, no funk carioca, há particular atenção para uma parte muito específica do corpo feminino: a bunda. Apesar da existência de demais partes do corpo culturalmente e socialmente valorizadas em nossa cultura, como os seios, os cabelos, a boca e os olhos, por exemplo, a bunda surge com um grande protagonismo do corpo feminino, chegando a ter uma média de mais de 13 citações por canção analisada, quase sete vezes mais que todas as outras dez partes do corpo feminino analisadas somadas.

Como mencionado anteriormente, a emergência da metonímia conceptual PARTE PELO TODO tem caráter não arbitrário. Isto é, o fenômeno é motivado por crenças e valores socioculturais. Considerando que os dados apontam para a consistência em conceptualizar feminino a partir de uma parte específica do corpo feminino, percebe-se que tal escolha relaciona-se, de forma contundente, com valores culturais da sociedade brasileira na conceptualização e significação do que seria prototipicamente o corpo feminino. Assim sendo, seria plausível afirmar que, com base em tal

metonímia, o feminino é sobretudo conceptualizado em termos da bunda da mulher e que tal contundência aponta para, conforme Goldenberg (2002) explicita, uma crescente culto ao corpo no Rio de Janeiro no final do século XX e início do XXI, assim como a relevância deste na relação identitária de indivíduos.

A autora acrescenta que seria possível assistir à ascendência de “uma nova moralidade” na sociedade carioca centrada na exibição de corpos, mas não de qualquer corpo. Existiria, assim, um controle rígido em relação aos cuidados, em relação à aparência física, algo que passa por representações, nos filmes, nos comerciais, na música, dentre outros. Nessa perspectiva, a autora compartilha ainda dados levantados por questionários nos quais, segundo o público masculino dessa sociedade, o que mais atrai sexualmente em uma mulher seria a bunda, o corpo e os seios⁴.

Para finalizar, seria importante assinalar a ocorrência de parte do corpo como “cara”. Apesar do número de vezes em que ocorre nas canções ser significativamente inferior em relação à “bunda”, ainda assim tal parte do corpo humano possui relevância para compreensão da construção de gênero no contexto estudado. Diferentemente de “bunda”, majoritariamente relacionada ao gênero feminino, o item lexical “cara” surge relacionado ao rosto de um homem. Das 50 entradas encontradas, 27 ocorrências relacionam a “cara” de um homem vendo a bunda e/ou o rebolar de uma mulher. O rosto surge como um rosto masculino e, principalmente, mais relacionado com os olhos e a visão — com o ato de a bunda de uma mulher ser vista e apreciada por um homem.

3 CONCLUSÃO

De acordo com o presente estudo, em que analisamos a conceptualização do feminino a partir do léxico relacionado a esse conceito em cem canções do funk carioca, o item lexical “bunda” ocorre 1356 vezes. A escolha por item para se referir ao feminino demonstra a influência e ou motivação de ordem sociocultural, tal qual podemos observar em pesquisa realizada por Goldenberg (2002), na emergência da metonímia conceptual PARTE PELO TODO ou ainda MULHER É BUNDA.

Dessa forma, consideramos que a Teoria da Metáfora Conceptual oferece ferramental teórico adequado e consistente para que se expliquem os procedimentos sociocognitivos que estruturam conceitos abstratos, como o

⁴ Foi apresentado um total de 295 categorias, a bunda recebeu a maior parte dos votos com 55 respostas (18,64%), o corpo recebeu 42 (14,24%) e seios 42 (14,24%).

do feminino. Em outras palavras, tal teoria nos permite compreender como o feminino é conceptualizado nas cem canções do funk carioca aqui analisadas com base em mapeamento metonímicos entre mulher e parte de seu corpo, a partir da projeção de valores e crenças da sociedade carioca, tendo em vista que a seleção específica de uma parte para referenciar ao todo, demonstrando forte influência sociocultural da sociedade em que ocorre.

Por fim, consideramos que a metonímia conceptual permite que visualizemos o que ocorre na mente dos membros da sociedade carioca em relação aos itens que representam prototipicamente o seu conceito de feminino. A partir disso, estimamos que é possível formular estudos e pesquisas que busquem compreender como modelos culturais e motivações de caráter histórico e social da sociedade do Rio de Janeiro influenciam em suas escolhas linguísticas ao se referir ao feminino em manifestações artísticas, a exemplo das canções do funk carioca.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, L. . **AntConc** (Versão 3.2.1) [Windows 10 Home Single Language, versão 21H1]. 2010

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução Eudoro de Sousa. 2. ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.. Série Universitária. Clássicos de Filosofia. 1990

GOLDENBERG, Mirian (org.). **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. 1. ed. Editora Record, 2011.

KÖVECSES, Z.. **Metaphor: A practical introduction**. Oxford: Oxford University Press. 2002

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. L. **As Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras / EDUC, 1980/2002.

LUDMILLA. **Cobra Venenosa**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9OCyYPQ7J8> Acesso em: 29 de junho de 2022.

SARDINHA, T. **Metáfora**. 1. ed. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.

Imperativos negativos: alguns comentários e apontamentos

Yan Masetto¹
Gabrielli Pereira²
Dirceu Cleber Conde³

RESUMO

Neste *squib*, buscamos discutir e apresentar ideias sobre como funciona o imperativo na Língua Portuguesa, mais especificamente no português brasileiro. Temos como objetivo introduzir aspectos de onde encontramos o sujeito nas frases imperativas negativas, qual o sentido delas e como são formadas. No português brasileiro, ocorre um fenômeno sintático distinto de línguas consideradas como línguas de *True-imperative* (T-imp), como o espanhol, em que não se permite a presença dos sujeitos pronunciados hierarquicamente sobre o verbo, ou até mesmo a negação, o que é permitido/licenciado em português brasileiro. Tal fenômeno pode ser explicado por sua classificação tipológica: ao invés de se comportar como uma língua *True-Imperative* (T-imp), comporta-se como uma língua *Suppletive-Imperative* (S-imp). As restrições se aplicam somente àquelas com o tipo tido “verdadeiro” de imperativo, a exemplo do espanhol. Outro aspecto importante é o fato de que, na língua-alvo da análise, focamos em perceber qual a relação semântica das negações em contato com os imperativos: se em declarativas a negação modifica o valor de verdade da sentença, nos imperativos,

¹ Doutorando em Linguística (Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSCar)

² Estudante do Bacharelado em Linguística (Departamento de Letras, UFSCar)

³ Docente do curso de Letras e Linguística (Departamento de Letras/Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFSCar)

por sua vez, deveria haver o cancelamento da força diretiva, o que não é o caso; na verdade, o imperativo negativo veicula o desejo do falante de que o *addressee* do contexto execute uma não ação, como a diferença entre ‘sair daqui’ e ‘não sair daqui’. A hipótese que percorreremos é que, para o português brasileiro, sem as restrições sintáticas do espanhol, o sujeito pronunciado (Cê/Você) esteja acima hierarquicamente, por conta de ser uma língua com ForceP em vez de ImperativeP

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe; Cartografia; Semântica formal; Imperativos; Negação e Imperativos

ABSTRACT

In this squib, we seek to discuss and present ideas about how the imperative works in Portuguese, more specifically in Brazilian Portuguese. We aim to introduce aspects of where we find the subject in negative imperative sentences, what their meaning is and how they are formed. In Brazilian Portuguese, there is a syntactic phenomenon distinct from languages considered as True-imperative (T-imp) languages, such as Spanish, in which the presence of subjects pronounced hierarchically over the verb, or even negation, is not allowed, which is allowed/licensed in Brazilian Portuguese. Such a phenomenon in BP can be explained by the fact that the classification of this language as one that does not have a T-imp, but as a Suppletive-imperative (S-imp). The restrictions apply only to those with the “true” type of imperative, as in Spanish. Another important aspect is the fact that, in the target language of the analysis, we focused on understanding the semantic relationship of negations in contact with imperatives: if in declaratives the negation modifies the truth value of the sentence, in imperatives, in turn, , there should be a cancellation of directive force, which is not the case; in fact, the negative imperative conveys the speaker's desire that the addressee of the context perform a non-action, such as the difference between 'get out of here' and 'do not get out of here'. The hypothesis that we will go through is that for Brazilian Portuguese, without the syntactic restrictions such as Spanish, they allow the pronounced subject (Cê/Você) to be higher hierarchically, because it is a language with ForceP instead of ImperativeP.

KEYWORDS: Syntax; Cartography; Formal semantics; Imperative; Negation and Imperatives

INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda são escassos os estudos sobre imperativos, principalmente quando envolvem os afirmativos e os negativos e suas relações com os sujeitos presentes nessas frases. A pesquisa dentro dessa área também é rara fora do Brasil, mas isso não faz com que o assunto seja de menor relevância. Desde que Chomsky (2002) lançou sua obra *Syntactic Structures*, discussões sintáticas têm sido cada vez mais construídas, principalmente dentro do Português Brasileiro (PB), que é a única língua que permite a ordem SUJEITO + NEGAÇÃO + IMPERATIVO (‘Você/Cê não sai daqui’), o que nos faz pensar acerca da razão do acontecimento de tal fenômeno. Essa é uma das questões que iremos abordar neste artigo, focando em introduzir embasamentos teóricos e hipóteses sobre o tema.

Para a sequência do *squib*, trataremos dos pressupostos da Cartografia sintática de Cinque (1999), das discussões já feitas sobre imperativos nesse sentido de relação com os sujeitos com Masetto (2022, no prelo), além do ponto importante da semântica das sentenças que é dada por Portner (2004), tratando os imperativos como propriedades, e que Masetto (2019, 2022, no prelo) atualiza para defender que, em vez de haver uma atualização dos fazeres do falante para os do ouvinte (To-Do-List), o que há é a atualização do desejo do falante para os fazeres do ouvinte (*Speaker Wishlist* para *Addressee’s To-Do-List* – SWL e AdTDL respectivamente).

1 IMPERATIVOS

Um proferimento imperativo, de maneira geral, requer que haja a atualização dos fazeres do ouvinte através dos desejos do falante. O que isso significa? Um falante, ao utilizar o imperativo, quer que o *addressee* (doravante Ad) faça aquilo que foi proferido.

- (1) Sai daqui
- (2) Saia daqui
- (3) Apaga a luz
- (4) Apague a luz

Os exemplos (1)-(4) são prototípicos de imperativos em português brasileiro (PB). Sintaticamente, o verbo vai para a posição à frente de toda a sentença na linearização [VIMP + Complemento],⁴ e essa restrição é um traço obrigatório da Sintaxe do PB, enquanto a atualização tida anteriormente — o desejo do falante (*Speaker-Wishlist* - SWL) para o fazer do *addressee* (*Addressee's To-Do-List*, ou AdTDL) — advém da Semântica e Pragmática, uma atualização feita por Masetto (2022, no prelo) da postulação de Portner (2004). Um outro ponto importante para este trabalho é o fato de que, embora haja preferências morfológicas em certas regiões (SCHERRE, CARDOSO, LUNGUINHO, 2005; SCHERRE et al., 2007), é possível usar formas “cruzadas”, como os exemplos abaixo:

- (5) **Você/Cê** sai daqui
- (6) **Você/Cê** saia daqui
- (7) **Você/Cê** apaga a luz
- (8) **Você/Cê** apague a luz

As sentenças (5)-(8) são exemplos de que o PB está perdendo o paradigma que força o falante a selecionar morfofonologicamente os sufixos verbais de acordo com a presença do sujeito pronunciado.

Uma outra característica dos imperativos (IMP) é o fato de que não é obrigatório pronunciar o termo referente ao Ad — no caso, uma 2ª pessoa, seja singular ou plural — usado, normalmente, como realçador para quem se dirige a ordem. Por exemplo, é possível imaginar um grupo de alunos em que o professor quer que apenas um aluno saia. Nesse caso, é possível proferir (5) ou (6) para deixar claro que é João, e não os outros, que deve sair.

⁴ Segundo Masetto, a postulação sintática através da Cartografia feita pelo autor requer movimentos para verificação dos traços [irrealis], [futuridade] e [directive] respectivamente (de baixo para cima). A forma atualizada dos argumentos do autor é: o verbo, para valorar os traços e se tornar imperativo, passa para [MoodIrrealis⁰], para valorar o traço de [irrealis]; depois para [ASPProx⁰] e valorar [futuridade]; [MoodSpeechAct⁰] para valorar [directive]. Aqui, há uma controvérsia: seguindo a proposta cartográfica, seria possível dizer que o verbo se acomodaria em [Force⁰], que permite que os traços do sujeito sejam acomodados — [IMP]” (2019). O movimento é nuclear, segundo os dados de Masetto (*idem*), que faz a comparação entre locuções imperativas e imperativos tradicionais. Por questão da limitação de espaço, consideramos apenas citar este passo no presente trabalho. A pedido de um dos pareceristas, ao qual agradecemos pela lembrança, é necessário afirmar que a subida do verbo ocorre acima da zona de TP, ficando na zona de CP – ForceP/ ImperativeP, AspectProximativeP.

Um outro aspecto que é necessário discutir é o fato de que os imperativos são sentenças regidas pela força diretiva, ou diretividade.⁵ A diretividade, inclusive, é o que permite que o desejo do falante em SWL atualize os fazeres do Ad no AdTDL. Mas não somente de sentenças de (1)-(8) são exemplos de IMP.

Entretanto, há sentenças como as a seguir:

(9) Não sai daqui.

(10) Não saia daqui.

(11) Não apaga a luz.

(12) Não apague a luz.⁶

As sentenças (9)-(12), exemplos gramaticais e bem usuais no PB, são frases imperativas negativas (IMPNEG). Algo interessante nas negações com imperativos é que essa relação não tem como consequência o que acontece com as declarativas: em um caso como 'João fez a tarefa', temos que a sentença é verdadeira se a condição de verdade for cumprida, isto é, se 'João' pertencer ao conjunto das pessoas que 'fizeram a tarefa'. Porém, se tivermos 'João não fez a tarefa', a sentença é falsa para o pertencimento de 'João' ao conjunto dos que 'fizeram a tarefa'. Essa modificação metalinguística da negação nas declarativas, por sua vez, é o contrário do que ocorre com os imperativos: se pegarmos qualquer um dos exemplos de (9)-(12), a negação

⁵ Diretividade é a força padrão dos imperativos, que permite a interpretação de ordem/comando. É a força que determina a função das formas que discutiremos neste trabalho. Outro aspecto, seguindo Masetto (2019; no prelo), a diretividade é o que permite a atualização do desejo do falante em fazeres do *addressee*, o que o faz entender que precisa agir de acordo com o proferido linguisticamente por seu interlocutor.

⁶ Embora não esteja no escopo do trabalho oferecer exemplos distintos de uma língua próxima, como o português europeu, os exemplos acima ficariam em PE:

(i) Não saias (tu) daqui.

(ii) Não saia (você) daqui.

(iii) Não apagues (tu) a luz.

(iv) Não apague (você) a luz.

Dependendo da pessoa gramatical de referência - sabendo que tu e você referem-se a uma segunda pessoa, apenas mudando o teor de polidez da situação - é impossível permutar pessoas e marcas morfológicas como em PB.

não recai sobre o desejo do falante⁷ — não diretamente — ou mesmo sobre a força diretiva; não há um cancelamento da ordem, como ocorre com a declarativa. Logo, o que acontece? Se não é a força ou o desejo, o que é negado? O que vamos vislumbrar é que a negação, na verdade, apenas apresenta o que o falante almeja, se ele quer que o Ad saia ou que ele não saia, por exemplo.

O presente trabalho pretende perpassar por essas dúvidas, envolvendo as posições e restrições sintáticas, com base nos testes apresentados por Masetto (2022, no prelo), a relação da negação com os sujeitos pronunciados ('você' e 'vocês', pronomes de segunda pessoa em PB), e o modo como a ordenação de IMPNEG permite a anteposição do sujeito à Neg e ao verbo imperativo, diferentemente de outras línguas, como espanhol e inglês.

2 SUJEITOS DE IMP

Do ponto de vista formal, imperativos são sentenças pouco estudadas, tendo como base a dissertação de Masetto (2019) e a de Cavalcante (2020), ainda sobre uma forma específica — o imperativo pretérito. No presente texto, não discutiremos esse tipo de imperativo, mas traremos alguns traços a partir da dissertação daquele autor, mais especificamente o capítulo sobre sujeitos de IMP em PB (2019; 2022, no prelo), cuja proposta teórica adotamos como base de nossa discussão.

De início, têm-se os exemplos abaixo:

(13) Sai daqui.

(14) Sai **você** daqui.

(15) **Você** sai daqui.

Os exemplos (13)-(15) são usuais e encaixam-se como usuais no português brasileiro. Em todos eles, é possível defender que o imperativo tem o mesmo conteúdo: o falante emite a ordem para que seu ouvinte (direto/presente) a siga, ou seja, que o ouvinte saia do local em que está presente. Aqui, basta para a argumentação que as sentenças sejam gramaticais, sendo possível

⁷ Aqui, de acordo com a citação anterior de Masetto (no prelo), o autor discute que, em vez de haver uma atualização entre os *To-Do-Lists* do falante e do ouvinte, tal qual propõe Portner (2004), a atualização deve ser dos desejos do falante (*Speaker Wishlist*) para os fazeres do *addressee* (*AdTDL*). Essa mudança se dá pelo fato de não ser um fazer do falante que move o fazer do ouvinte, mas que um imperativo só pode ser um desejo do falante. Imaginemos uma situação em que a janela está aberta e o falante profira 'Feche a janela'. Ele tem aptidão e capacidade de ir e fechar a janela, mas não o deseja fazer; ele deseja que seu ouvinte o faça.

apenas sua expressão, sem levar em conta se são usadas em um turno de resposta ou de contestação de um imperativo anterior.

Antes de prosseguir, é importante deixar clara a distinção entre sujeito dos imperativos e sujeito de outros tipos de sentença, como as declarativas: os imperativos sempre, impreterivelmente, se referem aos interlocutores presentes na cena comunicativa. Isso é possível perceber com os exemplos abaixo:

(16)*Sai **ele** daqui

(17)*Sai **João** daqui⁸

Em (16)-(17), referenciar uma terceira pessoa, fora da cena comunicativa, torna a sentença imperativa agramatical. Uma forma de demonstrar a necessidade de um item indexical (KAPLAN, 1988) é o que se conhece por tag questions do inglês:

(18)Sai daqui. *Você me escutou?*

(19)Sai daqui. **O João me escutou?*⁹

Antes de continuarmos, as tag questions ajudam, inclusive, a comprovar que quantificadores como todos e ninguém também são interpretados, quando na presença de uma sentença imperativa, como indexicais de segunda pessoa (como ‘você’):¹⁰

(20)**Todos** fiquem quietos. *Vocês escutaram?*

(21)**Ninguém** fala a partir de agora. *Vocês entenderam?*

Apresentada a noção da indexicalização do sujeito, necessária do ponto de vista da interpretação dos imperativos, como apresentaram Han (2000), Zanuttini et al. (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019); e Masetto (2019);

⁸ Importante salientar que, se modificada a prosódia, João pode estar deslocado de sua posição original de vocativo – *VocP* – como forma de dar ênfase à direção da ordem. Em um grupo de pessoas, dizer apenas ‘Sai daqui’ não basta, há que apontar quem é o ouvinte que executará a ação – no caso da ênfase prosódica seria ‘Sai **JOÃO** daqui’, não outra pessoa. Em caso contrário, a sentença é agramatical.

⁹ Um dos pareceristas nos orientou que em PE é possível que essa construção seja cabível, em que a *tag question* refira-se a João – um dos elementos presentes no contexto do proferimento. Fica em aberto, mas é algo para ser visto em futuras análises. Agradecemos ao parecerista pelo comentário, aliás.

¹⁰ Reforça-se, através de uma comparação interlinguística com o inglês, que, se colocada a marca morfológica de terceira pessoa em ‘*Everybody stays quiet’, a sentença é agramatical, demonstrando ser uma forma imperativa e não declarativa.

2022, no prelo), fica uma questão: que tipo de estrutura é essa, que aceita — ou que gera — a restrição sintática cabível para o encaixe desse sujeito? Seguimos a proposta de Masetto (*idem*), que defende o processo de que o PB não é mais uma língua com True-imperative, apenas com Suppletive-imperative (RIVERO, TERZI, 1995). Não discutiremos a fundo esse aspecto, mas, resumidamente, aquele tipo de língua natural é quando há, a ocorrência, forçosamente, de uma mudança morfofonológica do verbo — além da posição inicial da linearização — de acordo com a forma afirmativa ou negativa. O espanhol é um exemplar dessa classe tratada por Rivero e Terzi: ‘Habla menos’ (vem do verbo ‘Hablar’, ‘tú hablas’ → ‘habla’) e ‘No hables menos’ (direto do subjuntivo). É impossível usar ‘Habla menos’ na presença de um ‘usted’:

- (22) Haz la tarea
 faze.IMP a.DET tarefa.NP
 Faz a tarefa
- (23) Haz tú la tarea
 faze.IMP tu.2PS a.DET tarefa.NP
 Faz tu a tarefa
- (24) Hagas usted la tarea
 faça.IMP você.2PS a.DET tarefa.NP
 Faça você a tarefa

Por outro lado, o PB não tem mais esse tipo de restrição, que, inclusive, força o sujeito pronunciado a vir após o verbo, nunca antes.¹¹ Outro aspecto interessante é que o espanhol aceita ‘tú’ e ‘usted’.

Agora, vale a pena discutirmos os aspectos do sujeito do ponto de vista gerativo e do sujeito dos imperativos e suas especificidades. Nesta seção, ainda, apresenta-se a proposta de Zanuttini et al. (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019), bem como a presença do nó funcional Jussivo (JussiveP).¹² Em ambos os trabalhos, uma sendo a atualização do outro, os autores argumentam que os sujeitos dos imperativos precisam valorar traços- φ específicos, que eles chamam de [person:-]. Esse traço equivale ao agente e o

¹¹ A ordenação ‘*Tú haz la tarea*’ só é possível se o ‘*tú*’ vier com uma marca prosódica que o desloque para tal posição. Caso contrário, é agramatical tal sentença em espanhol.

¹² Há, além dos nós SubjP (que valoram sujeito da predicação) e TP (caso) (QUAREZEMIN e CARDINALETTI, 2017), um nó JussiveP para extrair o sujeito e checar o traço [person: *Ad*].

addressee do contexto de uso de um imperativo. Estamos de acordo com essa noção de traço, apenas o atualizando para [person: Ad] (MASETTO, 2022, no prelo). Eles ainda argumentam mais sobre a posição sintática em um nó específico funcional — o JussiveP — que, para nós, foge ao escopo efetivo do trabalho. O que nos interessa é que o sujeito de um imperativo precisa ser uma 2ª pessoa referenciada — singular ou plural — e que tenha sua limitação sintática, como apontado nos exemplos anteriores. Porém, ainda resta a dúvida: e com a negação, como os imperativos em PB se comportam na presença de NEG? Veremos na próxima seção.

3 NEGAÇÃO DE IMPERATIVOS EM PB

A falta de restrição sintática que observamos no espanhol não acontece no PB: é possível usar a forma imperativa com a negação e o sujeito ficará sobre NEG:

- (25) No comas la paella
 NEG coma.SUBJ a.DET paella.NP
 Não coma a paella
- (26) No comas tú la paella
 NEG coma.SUBJ tu.2PS a.DET paella.NP
 Não coma tu a paella
- (27) No te comas tú la paella
 NEG te.PRONREF coma.SUBJ tu.2PS a.DET
 paella.NP
 Não (te) coma tu a paella
- (28) No te comas la paella
 NEG te.PRONREF coma.SUBJ a.DET paella.NP
 Não (te) coma a paella

Não há como o sujeito ‘tú’, em espanhol, vir para a frente do verbo, ou mesmo para além da negação, como ‘*Tú no comas la paella’, o que tornaria essa sentença agramatical - isso com um proferimento default, sem variações prosódicas de reforço para topicalizar ‘tú’. Entretanto, em PB:

- (29) **Não sai(indicativo) [você] daqui**
 (30) **Não saia(subjuntivo) [você] daqui**

- (31) *Cê*¹³ não sai/a daqui
(32)* Não *cê* sai/a daqui
(33)* Não saia *cê* daqui

E o que isso tudo tem a ver com português brasileiro? Já se classificou o PB como uma língua do grupo do espanhol, uma língua *pro-drop*.¹⁴ Entretanto, seguindo Silva (2011) e Kato (2020), é possível já identificar, há mais de uma década, que o PB pertence a uma classe intermediária: é classificado como *semi-pro-drop* (SPD),¹⁵ em que há momentos sem restrição de pronúncia dos sujeitos, enquanto em outros, há obrigatoriedade. Logo, a posição intermediária é a que permite — ou não restringe —, juntamente com a noção de que o PB não tem T-imp. Defendemos que existem, assim como Terzi & Rivero (1995) e Isac (2015), que há uma divisão entre os tipos de línguas e seus imperativos: há os que são T-imp, outros Suppletive-Imperatives. Isac (2015) usa o termo Surrogate, que nos permite usar S-imp. A definição desses elementos, por vias sintáticas e semânticas, é que morfologicamente, em T-imp, o verbo é extraído de um paradigma, usado exclusivamente para dar ordens, enquanto em S-imp, o verbo é retirado de um paradigma morfológico que pode expressar uma ordem ou comando, mas não necessariamente, por exemplo, o subjuntivo ou o infinitivo (ISAC, 2015, p. 7, tradução nossa)

O espanhol seria exemplo de língua com T-imp, enquanto o PB já não teria mais esse status (como discutido anteriormente). Tendo visto os dados trazidos sobre a presença e o local de aparição dos sujeitos clíticos *cê*, e mais esta característica do PB — de ser uma S-imp —, argumentamos que é exatamente a conexão de ambas que favorece a não restrição da subida do pronome, assim como existe em espanhol. Outro aspecto é que a linearização

¹³ O uso do clítico - '*cê*' -, forma compacta de '*você*', é proposital, pois em PB há a possibilidade de um uso que determina que '*cê*' só pode estar em posição de sujeito, inclusive nos imperativos, como em '*Você cê faz a tarefa*', em que '*você*' é um vocativo e '*cê*' é o sujeito do imperativo. Interessantemente, '*cê*' não aparece em outras posições, nem no lugar do vocativo citado. Para mais informações e discussões sobre esses dados do pronome e suas formas clíticas, cf. Petersen (2008).

¹⁴ A ideia de uma língua *pro-drop* é a possibilidade de identificar a concordância de sujeito pronominal sem que ele seja pronunciado. O espanhol é um exemplo: se se considera a sentença '*Juan estaba aquí. Ha salido hace una hora*', não é necessário repetir um pronome ou mesmo '*Juan*' na segunda sentença, a construção '*ha salido*' permite retomá-lo.

¹⁵ Este tipo de abordagem faz com que parte dos leitores se incomodem com a clássica questão de trabalhar com noções de parcialidade (semi) em uma teoria que assume valorações binárias para parâmetros. Entretanto, em PB, o fenômeno do sujeito está em uma variação entre *pro-drop* (no estilo do espanhol) e *não-pro-drop* (Inglês): em alguns momentos há a obrigatoriedade da presença morfofonologicamente pronunciada no *spell-out*, e em outros, não. Para mais, Kato (2020) trata de circunstâncias desse tipo.

da partícula/pronome *cê/você*, como apontamos nos exemplos anteriores, é permitida por conta desta discussão quanto ao português brasileiro ser uma língua semi-pro-drop: esse estatuto permitiria a linearização [Você/Cê + NEG + VIMP + Complemento], já que em espanhol, no caso, não é possível tal ordem por se tratar de uma língua T-imp.

O que vimos aqui foi uma característica sintática de IMPNEG, porém há um traço semântico interessante do objeto que ainda não tratamos: o que a negação faz com os imperativos? Na próxima seção conduziremos essa discussão.

4 QUESTÕES SEMÂNTICAS DA NEGAÇÃO DE IMPERATIVOS

Retomando a discussão dos imperativos lá do início, uma sentença imperativa demanda que o ouvinte execute uma ação, a ação desejada pelo falante. Logo, ‘Sai daqui’ almeja a atualização dos desejos do falante (SWL) de que o addressee saia do local em que está, ou seja, que atualize os fazeres de Ad (AdTDL). O esquema abaixo demonstra o caminho, seguindo Masetto (2022, no prelo):

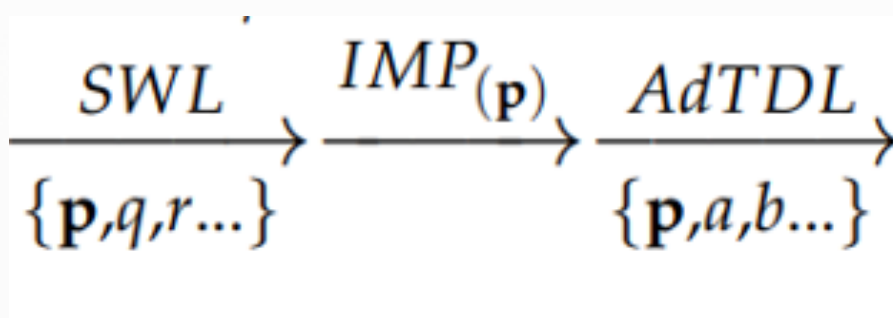


Figura 1: Modelo esquemático de atualização por via dos imperativos¹⁶

O imperativo ‘Sai daqui’ é proferido, o desejo do falante — que Ad execute p — é atualizado, logo, o addressee executa p pretendido. Até então, apresentamos imperativos afirmativos, mas o que acontece com a contraparte de IMPNEG? De imediato é possível pensar que temos \neg IMP(p), pensando no esquema acima. Mas é válido isso?

¹⁶ Lê-se: de todos os desejos do falante, presente em seu conjunto de desejos SWL, ele profere um imperativo para que Ad tenha atualizado em seu conjunto de fazeres – AdTDL – o que seu interlocutor proferiu por via imperativa.

Se $\neg\text{IMP}(p)$ é o caso, teríamos que defender que a negação estaria modificando alguma coisa. Como imperativos não têm valor de verdade¹⁷ (soa sem sentido questionar um imperativo com ‘Isso é falso’), a negação não recai sobre essa parte, exatamente por não existir. Se pensarmos em uma paráfrase para p , temos ‘Ad sai daqui’. Seguindo o formato $\neg\text{IMP}(p)$, a paráfrase na forma negativa seria ‘Não Ad sai daqui’, em que NEG recai antes de todo o pacote imperativo. Intuitivamente, um falante que escute IMPNEG entende que é para não cumprir a ação, com a paráfrase possível de ‘Ad não sai daqui’, em que a negação recai sobre a ação a ser executada pelo addressee. Retomamos a pergunta: em que local, portanto, está a negação da forma IMPNEG ? Aqui, seguimos que a estrutura profunda, defendida por Masetto (2022, no prelo), está correta.

Logo, para PB, a Sintaxe do imperativo é $[\text{ForceP} [\text{MoodSpeechActP} [\text{MoodAspectProximativeP} [\text{MoodIrrealisP} [\text{PP/DP...}]]]]]$. A vontade do falante, ou seja, seu comprometimento, é dado pelo traço $[\text{directive}]$ presente em $\text{Mood}\neg\neg\text{SpeechActP}$, já que o proferimento imperativo demanda que o falante queira que aquela ordem se realize.

Seguindo o mesmo esquema, estamos rondando a forte hipótese de, seguindo todos os passos apresentados até então, que NEG recaia como uma vontade do falante. Como assim? O falante pode ter vontades e não vontades. Qualquer um pode ter o desejo de passear na Disney, como, também, o desejo de não passear na Disney. Logo, o esquema ficaria:

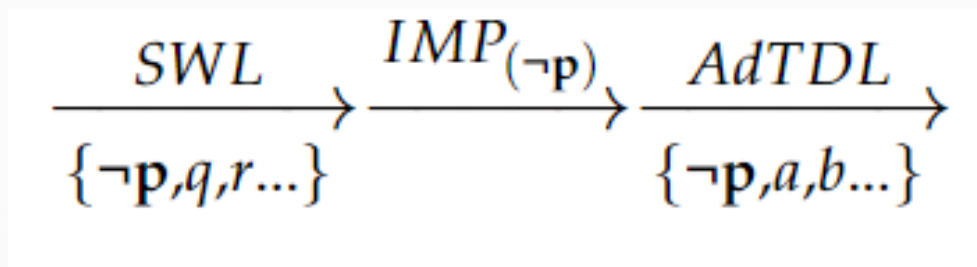


Figura 2: Modelo esquemático dos imperativos negativos¹⁸

¹⁷ Miranda Jr. (comunicação pessoal) defende que imperativos têm valor de verdade, mas é um valor verdadeiro *a priori*, assim como predicados de gosto pessoal. Algo ser necessariamente verdadeiro não implica que ele não é avaliado como verdadeiro, segundo o autor desta hipótese. Fica o convite para testes, entretanto, mantemos a noção da ausência de vV em nosso trabalho.

¹⁸ Um dos pareceristas nos alertou a informar o que cada símbolo significa. No caso dos dois modelos, a flecha é representativa de uma ordem de interpretação – apenas isso. O símbolo *martelo* (\neg) representa a negação metalinguística, típica da Semântica formal. As letras a, b, q, r são variáveis, proposições – a e b são fazeres do *Ad* além da atualizada pelo imperativo (escovar os dentes, fazer a tarefa, etc.), enquanto q e r são desejos do falante, quaisquer que sejam (comer bolo, assistir ao Palmeiras ser campeão, etc.)

Esse modelo, inclusive, sublinha o motivo de a força diretiva, prototípica dos imperativos, não ser cancelada - como, no caso de uma declarativa ter a condição de verdade modificada. A diferença entre Sai daqui para Não sai daqui não está no fato de a negação recair sobre a sentença, isto é, de ela não cancelar ou modificar o valor de verdade, como no caso de João está aqui e João não está aqui. Entretanto, a força diretiva, prototípica dos imperativos, também não é cancelada: com ou sem a negação, há uma ordem efetuada pelo falante. Logo, a negação faz o que exatamente? Segundo nossa proposta aqui, ela é a representação do não desejo do falante em SWL: é possível entender que aquele que profere a sentença imperativa tem coisas desejadas e coisas que não deseja – o seu interlocutor sair ou não sair (p e $\neg p$) são exemplos cabíveis. Esses são os primeiros vislumbres científicos sobre o fenômeno, porém, é possível verificar que ajudam a entender o que até aqui apresentamos, precisando de aprofundamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, com as análises apresentadas, que os traços necessários para os sujeitos imperativos negativos requerem muita atenção a detalhes da interface para sua compreensão. Com isso, verificamos a posição de um pronome indexical como ‘você’, tipicamente o termo pronunciado. Já os traços- φ que o pronome precisa valorar em JussiveP, atualizado por Masetto (2022), referente a ‘você’, é [person: Ad], que caracteriza a pessoa capacitada a executar a ação imperativa, isto é, o addressee. É importante salientar que, até o presente momento, a pesquisa ainda está em desenvolvimento, o que acarreta caminhos percorridos e que podem nos levar a novas sendas científicas do fenômeno. Tal assunção se observa em maior grau em PB, que possui fenômenos únicos e com poucos acervos de análise. Para o avanço desta pesquisa, focamo-nos em aspectos da modificação que a negação proporciona: se não é na sentença, como em declarativas, e não é sobre a força diretiva, ela é efeito direto dos desejos do falante, ou melhor, dos não desejos deste. Uma possibilidade será verificar se NegP recai sobre ImperativeP – ou ForceP – dependendo de a língua ser T-imp ou S-imp –, mas sim sobre o nó que determina a vontade do falante – MoodSpeechActP, já que assumimos a estrutura bipartite ([Spec, Head]) de Cinque (1999).

O Squib, por fim, serve como levantamento das ideias sobre os imperativos, a forma com a negação e sua relação com os sujeitos pronunciados.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, R.; PAIVA, H. M. Imperativos pretéritos no português brasileiro. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada** [online]. 2020, v. 36, n. 1 [Acesso em: 3 julho 2021].
- CINQUE, G. **Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective**. Oxford University Press on Demand, 1999.
- CHOMSKY, N; LIGHTFOOT, D. W. **Syntactic structures**. Walter de Gruyter, 2002.
- DONATI, C. **Sintassi**. Regole e strutture. Il mulino, 2016.
- HAN, C. **The structure and interpretation of imperatives: mood and force in Universal Grammar**. Psychology Press, 2000.
- ISAC, D. **The morphosyntax of imperatives**. OUP Oxford, 2015.
- KATO, M. A. **As controvérsias sobre o sujeito nulo no português brasileiro**. 2020.
- MASETTO, Y. **Leia esta dissertação: descrição e análise de imperativos na interface sintaxe, semântica e pragmática**. 2019.
- PETERSEN, C. A tripartição pronominal e o estatuto das proformas *cê*, *ocê* e *ocê*. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 24, p. 283-308, 2008.
- PORTNER, P.; PAK, M.; ZANUTTINI, R. Speaker-addressee relation in imperatives. **WAFL**, v. 14, 2019.
- PORTNER, P. The semantics of imperatives within a theory of clause types. In: **Semantics and linguistic theory**. p. 235-252, 2007.
- QUAREZEMIN, S.; CARDINALETTI, A. Non-topicalized preverbal subjects in Brazilian Portuguese, compared to Italian. **Annali di Ca'Foscari**, v. 51, p. 383-410, 2017.
- RIVERO, M. L.; TERZI, A. Imperatives, V-movement and logical mood. **Journal of linguistics**, v. 31, n. 2, p. 301-332, 1995.

SCHERRE, M. M. P. et al. Reflexões sobre o imperativo em português. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 23, n. SPE, p. 193-241, 2007.

SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, D. B. B.; LUNGUINHO, M. V. da S. O imperativo gramatical no português brasileiro: uma discussão translingüística. In: **Annals of the IV International Abralín Congress**. Brasília: UNB, p. 503-9, 2005.

SILVA, C. R. T. Distribuição e leitura referencial de sujeitos nulos e plenos em línguas pro-drop e não pro-drop: evidências da natureza semi-pro-drop do português brasileiro. **Leitura**, n. 47, p. 15-41, 2011.

ZANUTTINI, R.; PAK, M.; PORTNER, P. A syntactic analysis of interpretive restrictions on imperative, promissive, and exhortative subjects. In: **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 30, n. 4, p. 1231-1274, 2012.

Revista Linguística Rio, v. 8, n. 1, mar.-jun. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras
Avenida Horácio de Macedo, s/n, Sala F-306
Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ
CEP 21941-917**